

Juliana da Costa Feliz

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997).



Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2022

Juliana da Costa Feliz

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997).

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2022

Juliana da Costa Feliz

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997).

Assinatura: _____

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Ciências da Informação – Especialidade em Jornalismo e Estudos Mediáticos, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa e co-orientação do Professor Doutor Edwaldo Costa.

“Um dia vamos acordar e ver todas as meninas, no Brasil e no mundo, na escola. Sem medo de estudar, com educação de qualidade, sem sofrer discriminação, sem ser obrigada a casar ou enfrentar o trabalho infantil. E podendo sonhar com o que quiser – ser médica, policial ou qualquer outra coisa.”

Malala Yousafzai, Nobel da Paz.

RESUMO

JULIANA DA COSTA FELIZ: A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997).

(Sob orientação do Professor Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa e co-orientação do Professor Doutor Edwaldo Costa)

O nível de escolarização feminina no Brasil tem se elevado, hoje superando os homens. A inversão aconteceu nos anos 1990, colocando as mulheres entre as mais escolarizadas. Nesse contexto, a questão-chave da pesquisa é elucidar de que modo a Imprensa abordou o tema “educação da mulher”, considerando mudanças legislativas e conquistas femininas. O recorte histórico compreende cinco marcos legais, desde a Lei Geral (1827) até a LDB (1996). A metodologia utilizada foi a Análise do Discurso Hermenêutica, numa vertente cultural e histórica, que enfatiza a interpretação textual. Para cada marco, foram selecionados dois periódicos, um de informação geral e outro feminino. Como geral: o *Diário do RJ*, a *Revista Illustrada*, *O Cruzeiro* e *Veja*; e femininos: *O Espelho Diamantino*, *Echo das Damas*, *Jornal das Moças* e *Claudia*.

O objetivo geral foi analisar, comparativa e historicamente, o discurso da imprensa sobre a educação da mulher. Como objetivos específicos: a) verificar se o tema surge na cobertura; b) averiguar quais os subtemas abordados e a respectiva relevância no discurso; c) observar as eventuais mudanças no tom da cobertura; d) averiguar se as mudanças legislativas provocaram alterações no volume e no tom sobre o tema; e) indagar o gênero de quem escreveu sobre o tema; f) verificar quais foram as fontes e protagonistas, e o uso deles nos textos; e g) identificar, em termos gerais e comparativos, como a cobertura se posicionou sobre o tema.

Os parâmetros metodológicos para as análises quantitativas e qualitativas do discurso foram construídos tendo como referência Barbosa, Bardin, Benetti e Lago, Charaudeau, Duarte e Barros, Iñiguez, Mota e Porto, Sousa e Wimmer e Dominick, adaptados às especificidades da investigação. O estudo foi norteado pelas pesquisas sobre gênero, mídia e educação de Bassanezi, Buitoni, Duarte, Hahner, Hollanda, Lopes, Louro, Muzart, Perrot, Rago, Romanelli, Saffioti, Del Priore e Telles.

A investigação partiu de oito hipóteses e confirmou-se que: 1) a educação feminina foi abordada essencialmente desde a perspectiva da educação formal; 2) os periódicos compararam ao longo do tempo a educação dada a homens e mulheres, enfatizando as

razões pelas quais deveria ser diferente ou semelhante; 3) com o tempo, e tendo em conta a mudança da sociedade brasileira e de seus valores, de uma atitude de oposição a uma educação formal emancipadora, passou-se ao apoio a esse tipo de educação, também, por comparação com países mais desenvolvidos; 4) é nos gêneros jornalísticos explicativos, interpretativos e opinativos que mais se nota o apoio ou oposição à educação das mulheres.

As hipóteses confirmadas parcialmente: 5) o tema surge mais nos periódicos femininos do que nos de informação geral, até a redemocratização do Brasil (1988); e 6) as fontes oficiais protagonizam os textos sobre o tema, e tendo em conta que a maioria dos agentes políticos de decisão foram e são homens, então há um predomínio masculino entre fontes e protagonistas. As hipóteses que não se confirmaram: 7) nos momentos de debate e promulgação de novas leis educacionais, assistiu-se à intensificação do interesse dos impressos pelo tema; 8) até o ingresso em número relevante de mulheres nas redações nos anos 1990, a maioria dos textos relacionados ao tema foi escrita por homens.

A tese foi estruturada em oito capítulos, sendo os dois primeiros dedicados à revisão de literatura, o terceiro metodológico, e os subsequentes destinados às análises. Após a conclusão da pesquisa, é possível afirmar que a imprensa brasileira abriu espaço para o debate sobre a educação feminina, mostrando-se mais favorável com o decorrer da história, especialmente a partir da redemocratização. Os impressos femininos tiveram discussões mais aprofundadas e pela perspectiva da garantia de direitos, enquanto os de informação geral trataram o tema de maneira mais objetiva e seguindo os valores da sociedade em cada época.

ABSTRACT

JULIANA DA COSTA FELIZ: The history of women's education in Brazil told by the printed matter: a comparative analysis of the discourse In women's magazines and those targeted to wider audiences (1827-1997).

(Under the orientation of Professor Jorge Pedro Almeida Silva, PhD, e Sousa and co-orientation of Professor Edwaldo Costa, PhD)

The level of women's schooling in Brazil has increased, today surpassing of men. The inversion happened in the 1990s, placing women among the most educated. In this context, the key issue of the research is to elucidate the way the Press approached the subject of "women's education (or education of the woman)", considering legislative changes and women's conquests. The historical clipping understands five legal landmarks, since the Lei Geral (1827) until the LDB (1996). The methodology used was the Hermeneutic Discourse Analysis, in a cultural and historical aspect, which emphasizes textual interpretation. For each milestone, two journals were selected, one for general information and the other for women. As general: the *Diário do RJ*, the *Revista Ilustrada*, *O Cruzeiro* and *Veja*; and targeted to women: *O Espelho Diamantino*, *Echo das Damas*, *Jornal das Moças* and *Claudia*.

The general objective was to analyze, comparatively and historically, the discourse of the press on women's education. As specific objectives: a) to verify if the subject appears in the coverage; b) to ascertain which sub-subjects are covered and the respective relevance in the discourse; c) to observe the eventual changes in the coverage's tone; d) to ascertain if the legislative changes caused alterations in the volume and the tone on the subject; e) to inquire the gender of who wrote about the subject; f) to verify which they had been the sources and protagonists, and their use in the texts; and g) to identify, in general and comparative terms, as the coverage was positioned on the subject.

The methodological parameters for the quantitative and qualitative analysis of the discourse were constructed based on Barbosa, Bardin, Benetti and Lago, Charaudeau, Duarte e Barros, Iñiguez, Mota and Porto, Sousa and Wimmer and Dominick, adapted to the specificities of investigation. The study it was guided by the researches on gender, media and education of Bassanezi, Buitoni, Duarte, Hahner, Hollanda, Lopes, Parrot, Muzart, Perrot, Rago, Romanelli, Saffioti, Del Priore and Telles.

The investigation started from eight hypotheses and it was confirmed that: 1) the women's education was boarded essentially on the perspective of the formal education; 2) the periodic ones had compared throughout the time the given education the men and women, emphasizing the reasons for which would have to be different or similar; 3) over time, and having in account the change of the Brazilian society and its values, from an attitude of opposition to an emancipatory formal education, it was transferred the support to this type of education, also, in comparison with more developed countries; 4) it is in the explanatory, interpretive and opinionated journalistic genres that more notice the support or opposition to women's education.

The hypotheses are partially confirmed: 5) the theme appears more in women's journals than in those targeted to wider audiences until the re-democratization of Brazil (1988) and; 6) official sources are the protagonists of texts on the subject, considering that most political decision-makers were and are men, so there is a male predominance among sources and protagonists. The hypotheses that were not confirmed: 7) At the moments of debate and promulgation of new educational laws, was attended to the intensification of the interest of the printed matters in the subject; 8) Until a significant number of women entered newsrooms in the 1990s, most texts related to the subject were written by men.

The thesis was structured into eight chapters, the first two being dedicated to the literature review, the third methodological, and the subsequent ones, destined for the analyses. After the conclusion of the research, it is possible to affirm that the Brazilian press opened space for the debate on women's education, revealing more favorable with elapsing of history, especially from the re-democratization. The women's printed matters had more in-depth discussions and from the perspective of guaranteeing rights, while those targeted to wider audiences dealt with the subject in a more objective way and followed the values of society at each time.

RÉSUMÉ

JULIANA DA COSTA FELIZ: L'histoire de l'éducation de la femme au Brésil racontée par les imprimés: une analyse comparée du discours des magazines féminins et d'information générale (1827-1997).

(Sous la direction du Pr. Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa et co-direction du Pr. Edwaldo Costa)

Le niveau de scolarisation des femmes au Brésil a été élevé, dépassant aujourd'hui celui des hommes. L'inversion s'est produite dans les années 1990, plaçant les femmes parmi les plus instruites. Dans ce contexte, la question clé de la recherche est d'élucider comment la presse a abordé le thème « l'éducation des femmes », en tenant compte les changements législatifs et les réalisations des femmes. Le cadre historique comprend cinq jalons juridiques, dès la Loi générale (1827) à la LDB (1996). La méthodologie utilisée était l'Analyse Herméneutique du Discours, dans un aspect culturel et historique, qui met l'accent sur l'interprétation textuelle. Pour chaque jalon, deux revues ont été sélectionnées, l'une d'information générale et l'autre de femmes. En tant que revue générale: le *Diário do RJ*, la *Revista Illustrada*, *O Cruzeiro* et *Veja*; et en tant que revue féminine: *O Espelho Diamantino*, *Echo das Damas*, *Jornal das Moças* et *Claudia*.

L'objectif général a été d'analyser, de manière comparative et historique, le discours de la presse sur l'éducation des femmes. En tant qu'objectifs spécifiques: a) vérifier si le thème se pose dans la couverture; b) reconnaître quels sous-thèmes sont abordés et leur pertinence dans le discours; c) observer éventuel changement dans le ton de la couverture; d) vérifier si des modifications législatives entraîneraient des changements de volume et de ton sur le sujet; e) se renseigner sur le genre de ceux qui ont écrit sur le thème; f) vérifier quelles sont été les sources et les protagonistes, et leur utilisation dans les textes; et g) d'identifier, en termes généraux et comparatifs, comment la couverture s'est positionnée sur le thème.

Les paramètres méthodologiques pour les analyses quantitatives et qualitatives du discours ont été construits en utilisant comme référence Barbosa, Bardin, Benetti et Lago, Charaudeau, Duarte et Barros, Iñiguez, Mota et Porto, Sousa et Wimmer et Dominick, adaptés aux spécificités de l'enquête. L'étude a été menée par des recherches sur le genre, les médias et l'éducation par Bassanezi, Buitoni, Duarte, Hahner, Hollanda, Lopes, Louro, Muzart, Perrot, Rago, Romanelli, Saffioti, Del Priore et Telles.

La recherche est partie de huit hypothèses et a confirmé que: 1) l'éducation des femmes a été abordée essentiellement du point de vue de l'éducation formelle; 2) des études périodiques ont comparé au fil du temps l'éducation donnée aux hommes et aux femmes, en soulignant les raisons pour lesquelles elle devrait être différente ou similaire; 3) au fil du temps, et compte tenu de l'évolution de la société brésilienne et de ses valeurs, d'une attitude d'opposition à une éducation émancipatrice formelle, on a passé au soutien de ce type d'éducation, également par rapport aux pays plus développés; 4) c'est dans les genres journalistiques explicatifs, interprétatifs et d'opinion que le soutien ou l'opposition à l'éducation des femmes est le plus noté.

Les hypothèses partiellement confirmées: 5) le thème apparaît plus dans les revues féminines que dans l'information générale, jusqu'à la réémocratisation du Brésil (1988) et; 6) les sources officielles jouent un rôle dans les textes sur le sujet, et étant donné que la plupart des décideurs politiques ont été, et sont des hommes, alors il y a une domination masculine entre les sources et les protagonistes. Les hypothèses non confirmées: 7) Au cours des débats et de la promulgation de nouvelles lois éducatives, on a assisté à une intensification de l'intérêt des imprimés pour le sujet; 8) Jusqu'à l'entrée en nombre significatif de femmes dans les rédactions dans les années 1990, la plupart des textes y afférents ont été rédigés par des hommes.

La thèse a été structurée en huit chapitres, les deux premiers consacrés à la revue de la littérature, le troisième méthodologique, et les suivants, destinés aux analyses. Après l'achèvement de la recherche, il est possible d'affirmer que la presse brésilienne a ouvert un espace pour le débat sur l'éducation des femmes, se montrant plus favorable au cours de l'histoire, en particulier à partir de la redémocratisation. Les imprimés féminins ont eu des discussions plus approfondies et dans la perspective de la garantie des droits, tandis que ceux d'information générale ont traité le sujet de manière plus objective et en suivant les valeurs de la société à chaque époque.

DEDICATÓRIA

Pelo amor e apoio incondicional, dedico esta pesquisa aos meus pais, Eny e Júlio Feliz, ao meu marido Marcus Câmara, eterno companheiro de jornada, e às minhas queridas filhas, pérolas da minha existência, Mariana, Clara e Alice.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à orientação e atenção do Professor Doutor Jorge Pedro Sousa, que sempre esteve presente para que esta pesquisa fosse desenvolvida. Agradeço também ao meu coorientador, Professor Doutor Edwaldo Costa, pelo apoio e participação. À Universidade Fernando Pessoa, pelo acolhimento em todas as etapas do doutoramento. Ao amigo e revisor, Agnaldo Alves de Oliveira e a todos que, de alguma maneira, contribuíram e me incentivaram para que esta pesquisa fosse realizada plenamente.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I – PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL.....	12
1.1 Lei Geral – 1827	12
1.2 Decreto Leoncio de Carvalho – 1879	20
1.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – 1934, 1961 e 1996	29
CAPÍTULO II – A MEMÓRIA HISTÓRICA DO IMPRESSO E A PERSPECTIVA HERMENÊUTICA	32
2.1 O caráter documental e histórico do impresso	32
2.2 Aspectos do discurso jornalístico	45
2.3 Hermenêutica e Análise do Discurso	50
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE ANÁLISE DO DISCURSO DO IMPRESSO	58
3.1 Metodologia de Análise do Discurso	58
3.2 A construção do <i>corpus</i> de análise	62
3.3 Síntese metodológica	85

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO DISCURSO: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO E O ESPELHO DIAMANTINO (1827).....	88
4.1 <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	94
4.1.1 Análise quantitativa	94
4.1.2 Análise qualitativa	99
4.2 <i>O Espelho Diamantino</i>	108
4.2.1 Análise quantitativa	108
4.2.2 Análise qualitativa	111
4.3 <i>Diário do Rio de Janeiro e O Espelho Diamantino: aspectos comparativos</i> ..	124
CAPÍTULO V – ANÁLISE DO DISCURSO: REVISTA ILLUSTRADA E ECHO DAS DAMAS (1879).....	128
5.1 <i>Revista Illustrada</i>	132
5.1.1 Análise quantitativa	132
5.1.2 Análise qualitativa	136
5.2 <i>Echo das Damas</i>	147
5.2.1 Análise quantitativa	147
5.2.2 Análise qualitativa	151
5.3 <i>Revista Illustrada e Echo das Damas: aspectos comparativos</i>	167
CAPÍTULO VI – ANÁLISE DO DISCURSO: REVISTA O CRUZEIRO E JORNAL DAS MOÇAS (1934).....	170
6.1 <i>Revista O Cruzeiro</i>	175
6.1.1 Análise quantitativa	175
6.1.2 Análise qualitativa	179

6.2 <i>Jornal das Moças</i>	199
6.2.1 Análise quantitativa	200
6.2.2 Análise qualitativa	205
6.3 Revista <i>O Cruzeiro</i> e <i>Jornal das Moças</i> : aspectos comparativos.....	218
CAPÍTULO VII – ANÁLISE DO DISCURSO: REVISTA O CRUZEIRO E JORNAL DAS MOÇAS (1961)	
7.1 Revista <i>O Cruzeiro</i>	224
7.1.1 Análise quantitativa	224
7.1.2 Análise qualitativa	228
7.2 <i>Jornal das Moças</i>	245
7.2.1 Análise quantitativa	245
7.2.2 Análise qualitativa	249
7.3 Revista <i>O Cruzeiro</i> e <i>Jornal das Moças</i> : aspectos comparativos.....	262
CAPÍTULO VIII – ANÁLISE DO DISCURSO: REVISTA VEJA E REVISTA CLAUDIA (1996)	
8.1 Revista <i>Veja</i>	266
8.1.1 Análise quantitativa	267
8.1.2 Análise qualitativa	270
8.2 Revista <i>Claudia</i>	288
8.2.1 Análise quantitativa	288
8.2.2 Análise qualitativa	293
8.3 Revista <i>Veja</i> e revista <i>Claudia</i> : aspectos comparativos.....	307

CONCLUSÃO	310
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	320
APÊNDICES.....	330
Apêndice 1: Capas ilustrativas dos jornais e revistas analisados.....	331
Apêndice 2: Amostra <i>Diário do Rio de Janeiro</i> (1827)	337
Apêndice 3: Amostra <i>O Espelho Diamantino</i> (1827).....	339
Apêndice 4: Amostra <i>Revista Illustrada</i> (1879)	345
Apêndice 5: Amostra <i>Echo das Damas</i> (1879)	347
Apêndice 6: Amostra revista <i>O Cruzeiro</i> (1934).....	350
Apêndice 7: Amostra <i>Jornal das Moças</i> (1934).....	355
Apêndice 8: Amostra revista <i>O Cruzeiro</i> (1961).....	359
Apêndice 9: Amostra <i>Jornal das Moças</i> (1961)	364
Apêndice 10: Amostra revista <i>Veja</i> (1996).....	367
Apêndice 11: Amostra revista <i>Claudia</i> (1996)	374

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Leis Educacionais do Brasil selecionadas para a pesquisa.....	65
Tabela 2. Marcos legais e periódicos selecionados para a pesquisa.....	68
Tabela 3. Impressos analisados e o período amostral.....	69
Tabela 4. Listas de palavras-chave.....	71
Tabela 5. Categorias gerais de análise.....	80
Tabela 6. Dados quantitativos: <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	95
Tabela 7. Temas secundários: <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	98
Tabela 8. Dados quantitativos: <i>O Espelho Diamantino</i>	109
Tabela 9. Dados quantitativos: <i>Revista Illustrada</i>	133
Tabela 10. Dados quantitativos: <i>Echo das Damas</i>	148
Tabela 11. Dados quantitativos: <i>O Cruzeiro</i>	176
Tabela 12. Dados quantitativos: <i>Jornal das Moças</i>	200
Tabela 13. Dados quantitativos: <i>O Cruzeiro</i>	225
Tabela 14. Dados quantitativos: <i>Jornal das Moças</i>	246
Tabela 15. Dados quantitativos: <i>Veja</i>	267
Tabela 16. Dados quantitativos: <i>Claudia</i>	289

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Capa <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 18 de setembro de 1828.....	331
Figura 2. Capa <i>O Espelho Diamantino</i> , 5 de janeiro de 1828.....	332
Figura 3. Figura 3: Capa <i>Revista Illustrada</i> , 5 de fevereiro de 1887.....	332
Figura 4. Capa <i>Echo das Damas</i> , 3 de agosto de 1880.....	333
Figura 5. Capa <i>O Cruzeiro</i> , 10 de novembro de 1828.....	333
Figura 6. Capa <i>Jornal das Moças</i> , 17 de maio de 1934.....	334
Figura 7. Capa <i>O Cruzeiro</i> , 30 de junho de 1962.....	334
Figura 8. Capa <i>Jornal das Moças</i> , 7 de julho de 1960.....	335
Figura 9. Capa <i>Veja</i> , 12 de dezembro de 1997.....	335
Figura 10. Capa <i>Claudia</i> , 1º de outubro de 1990.....	336
Figura 11. <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 1º de fevereiro de 1827.....	337
Figura 12. <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 1º de setembro de 1827.....	337
Figura 13. <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 5 de setembro de 1827.....	337
Figura 14. <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 19 de janeiro de 1828.....	338
Figura 15. <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 27 de setembro de 1828.....	338
Figura 16. <i>O Espelho Diamantino</i> , 1º de outubro de 1827.....	339
Figura 17. <i>O Espelho Diamantino</i> , 15 de outubro de 1827 (1).....	340
Figura 18. <i>O Espelho Diamantino</i> , 15 de outubro de 1827 (2).....	341
Figura 19. <i>O Espelho Diamantino</i> , 1º de novembro de 1827 (1).....	341
Figura 20. <i>O Espelho Diamantino</i> , 1º de novembro de 1827 (2).....	342
Figura 21. <i>O Espelho Diamantino</i> , 21 de janeiro de 1828.....	342
Figura 22. <i>O Espelho Diamantino</i> , 18 de fevereiro de 1828 (1).....	343
Figura 23. <i>O Espelho Diamantino</i> , 18 de fevereiro de 1828 (2).....	343
Figura 24. <i>O Espelho Diamantino</i> , 18 de fevereiro de 1828 (3).....	344

Figura 25. <i>Revista Illustrada</i> , 15 de fevereiro de 1879 (1).....	345
Figura 26. <i>Revista Illustrada</i> , 15 de fevereiro de 1879 (2).....	345
Figura 27. <i>Revista Illustrada</i> , 23 de março de 1879.....	345
Figura 28. <i>Revista Illustrada</i> , 7 de fevereiro de 1880.....	346
Figura 29. <i>Revista Illustrada</i> , 4 de setembro de 1880.....	346
Figura 30. <i>Echo das Damas</i> , 18 de abril de 1879.....	347
Figura 31. <i>Echo das Damas</i> , 20 de julho de 1879.....	348
Figura 32. <i>Echo das Damas</i> , 2 de maio de 1879 (1)	348
Figura 33. <i>Echo das Damas</i> , 2 de maio de 1879 (2)	349
Figura 34. <i>Echo das Damas</i> , 3 de agosto de 1880.....	349
Figura 35. <i>O Cruzeiro</i> , 22 de abril de 1933.....	350
Figura 36. <i>O Cruzeiro</i> , 9 de setembro de 1933 (1)	351
Figura 37. <i>O Cruzeiro</i> , 9 de setembro de 1933 (2)	352
Figura 38. <i>O Cruzeiro</i> , 28 de outubro de 1933.....	352
Figura 39. <i>O Cruzeiro</i> , 17 de novembro de 1934.....	352
Figura 40. <i>O Cruzeiro</i> , 3 de agosto de 1935 (1).....	353
Figura 41. <i>O Cruzeiro</i> , 3 de agosto de 1935 (2)	354
Figura 42. <i>Jornal das Moças</i> , 13 de julho de 1933.....	355
Figura 43. <i>Jornal das Moças</i> , 23 de novembro de 1933.....	355
Figura 44. <i>Jornal das Moças</i> , 5 de abril de 1934.....	356
Figura 45. <i>Jornal das Moças</i> , 12 de julho de 1934.....	357
Figura 46. <i>Jornal das Moças</i> , 21 de dezembro de 1933.....	358
Figura 47. <i>O Cruzeiro</i> , 8 de julho de 1961 (1).....	359
Figura 48. <i>O Cruzeiro</i> , 8 de julho de 1961 (2).....	359
Figura 49. <i>O Cruzeiro</i> , 8 de julho de 1961 (3).....	360
Figura 50. <i>O Cruzeiro</i> , 8 de julho de 1961 (4).....	360
Figura 51. <i>O Cruzeiro</i> , 17 de junho de 1961 (1).....	361
Figura 52. <i>O Cruzeiro</i> , 17 de junho de 1961 (2).....	361
Figura 53. <i>O Cruzeiro</i> , 17 de junho de 1961 (3).....	362
Figura 54. <i>O Cruzeiro</i> , 14 de abril de 1962 (4).....	362
Figura 55. <i>O Cruzeiro</i> , 1º de dezembro de 1962 (1).....	363
Figura 56. <i>O Cruzeiro</i> , 1º de dezembro de 1962 (2).....	363
Figura 57. <i>Jornal das Moças</i> , 4 de fevereiro de 1960.....	364

Figura 58. <i>Jornal das Moças</i> , 18 de fevereiro de 1960.....	364
Figura 59. <i>Jornal das Moças</i> , 13 de março de 1960.....	365
Figura 60. <i>Jornal das Moças</i> , 2 de junho de 1960.....	365
Figura 61. <i>Jornal das Moças</i> , 15 de dezembro de 1960.....	366
Figura 62. <i>Veja</i> , 06 de setembro de 1995 (1)	367
Figura 63. <i>Veja</i> , 06 de setembro de 1995 (2)	367
Figura 64 <i>Veja</i> , 06 de setembro de 1995 (3)	368
Figura 65. <i>Veja</i> , 15 de dezembro de 1995 (1)	368
Figura 66. <i>Veja</i> , 15 de dezembro de 1995 (2)	369
Figura 67. <i>Veja</i> , 22 de março de 1995 (1)	369
Figura 68. <i>Veja</i> , 22 de março de 1995 (2)	370
Figura 69. <i>Veja</i> , 22 de março de 1995 (3)	370
Figura 70. <i>Veja</i> , 22 de março de 1995 (4)	371
Figura 71. <i>Veja</i> , 28 de agosto de 1996.....	371
Figura 72. <i>Veja</i> , 13 de agosto de 1997 (1)	372
Figura 73. <i>Veja</i> , 13 de agosto de 1997 (2)	372
Figura 74. <i>Veja</i> , 13 de agosto de 1997 (3)	373
Figura 75. <i>Veja</i> , 13 de agosto de 1997 (4)	373
Figura 76. <i>Claudia</i> , 01 de setembro de 1996.....	374
Figura 77. <i>Claudia</i> , 01 de fevereiro de 1996.....	374
Figura 78. <i>Claudia</i> , 01 de maio de 1996.....	375
Figura 79. <i>Claudia</i> , 01 de janeiro de 1997 (1)	375
Figura 80. <i>Claudia</i> , 01 de janeiro de 1997 (2)	375
Figura 81. <i>Claudia</i> , 01 de agosto de 1997 (1)	376
Figura 82. <i>Claudia</i> , 01 de agosto de 1997 (2)	377

INTRODUÇÃO

O grau de escolarização das mulheres no Brasil tem se elevado ao longo das décadas, hoje superando os homens em todos os níveis de ensino. A inversão aconteceu no final do século XX e se consolidou no início do século XXI, colocando a população feminina como a mais escolarizada. A pesquisa *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil* (IBGE, 2018), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelou que, tomando por base a população acima de 25 anos com ensino superior completo, 23,5% eram mulheres e 20,7%, homens. A taxa de frequência universitária, entre 18 e 24 anos, era de 29,7% para as mulheres e 21,5% para os homens. No nível médio também se observa a mesma tendência, em que as mulheres representam 73,5% de matrículas, enquanto os homens, 63,2%.

Mesmo sendo maioria, as universitárias ainda enfrentam barreiras em algumas áreas do conhecimento, como as Ciências Exatas. Conforme o *Censo da Educação Superior* (INEP, 2019), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as estudantes somam 13,3% das matrículas em Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação e, nas áreas de Engenharia, 21,6%. O oposto acontece em campos de estudo ligados ao Serviço Social, 77,9%, e à Saúde, 73,2%, em que a presença feminina é expressiva e dominante. Cursos de graduação disputados, como Direito, 55,2%, e Medicina, 59,7%, são mais equiparados em termos percentuais. Outro dado interessante refere-se às mulheres na função de docentes no

ensino superior. Embora representem a minoria, nota-se um ligeiro aumento, passando de 43,2% em 2003, para 46,8% (INEP, 2019).

As pesquisas censitárias e demográficas retratam como as conquistas femininas sobre os direitos educacionais são marcantes e indicam um avanço considerável, especialmente quando se analisa a História da Educação no Brasil. Contudo, mais anos de estudo ainda não refletem na igualdade de salários. O IBGE constatou que em 2019 as mulheres recebiam, em média, 77,7% dos rendimentos mensais dos homens. A diferença é ainda maior nos altos cargos, como direções e gerências, em que as mulheres recebem cerca de 61,9% do rendimento masculino. A legislação trabalhista brasileira garante a igualdade salarial desde 1943, e foi reafirmada na Constituição de 1988. Porém, ainda há dificuldades na fiscalização e nas políticas públicas para que haja maior igualdade entre os gêneros no mercado do trabalho.

Enquanto professora das áreas de Comunicação Social, Jornalismo e de Estudos de Linguagens, Semiótica, as questões sobre mídia e gênero sempre fizeram parte do campo de interesse e de inquietação. Tanto na especialização como no mestrado, foram pesquisados assuntos que envolviam a presença e a representação feminina nos meios comunicacionais, especialmente os impressos. O doutoramento significa uma competência mais profunda e complexa de investigação, no qual foi possível adentrar o universo da Análise do Discurso e suas possibilidades de aplicação no campo jornalístico. A conquista dos direitos das mulheres ao longo da história representa um universo de estudo vasto e instigante, com lacunas e problemas ainda sem respostas, que merecem a atenção dos pesquisadores.

Considerando o contexto apresentado, e visto que os estudos na área de mídia e gêneros fizeram parte do campo de interesse e da trajetória acadêmica, a presente investigação tem como problema elucidar qual foi o discurso dos periódicos impressos femininos e de informação geral sobre o desenvolvimento educacional da mulher, ao longo da história, desde a primeira legislação educacional brasileira, a Lei Geral (1827), até a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). A questão-chave é compreender como se deu a cobertura, e qual era o discurso da Imprensa sobre o tema, considerando as mudanças legais e as conquistas femininas. Em 170 anos, as mulheres passaram de pessoas sem o direito de frequentar a escola, para a população mais

escolarizada do país, em todos os graus de instrução. Contar essa história pela voz discursiva dos impressos é o desafio desta tese de doutoramento.

Assim, e de modo mais pragmático, o objetivo geral da pesquisa é analisar, comparativa e historicamente, o discurso de oito impressos brasileiros selecionados, sendo quatro femininos e quatro de informação geral, sobre a educação da mulher, em um recorte legislativo que compreende os anos entre 1827 e 1997. A partir da análise dos periódicos selecionados para a investigação, os objetivos específicos são:

- a) Verificar se o tema da educação da mulher surge na cobertura;
- b) Averiguar quais são os subtemas abordados e a respectiva relevância no discurso;
- c) Observar as eventuais mudanças no tom da cobertura da educação da mulher;
- d) Averiguar se as mudanças legislativas provocaram alterações no volume e no tom dos textos sobre a educação da mulher;
- e) Indagar o gênero de quem escreveu sobre a educação da mulher;
- f) Verificar quais foram os protagonistas e as fontes utilizadas, e o uso que deles se faz nos textos sobre a educação da mulher;
- g) Identificar, em termos gerais e comparativos, como a cobertura se posicionou em relação à educação da mulher.

Tendo como parâmetro os objetivos destacados, as seguintes hipóteses foram levantadas:

- 1) O tema da educação das mulheres surge mais nas revistas femininas do que nas revistas de informação geral, nomeadamente até a emancipação feminina que ocorre com a redemocratização do Brasil em 1988 (Constituição).
- 2) A educação feminina foi abordada essencialmente desde a perspectiva da educação formal.

3) As revistas compararam ao longo do tempo a educação dada a homens e mulheres, enfatizando as razões pelas quais deveriam ter uma educação diferente ou semelhante.

4) Com o tempo, e tendo em conta a alteração da sociedade brasileira e de seus valores, de uma atitude de oposição a uma educação formal emancipadora das mulheres, passou-se, nas revistas, ao apoio a esse tipo de educação, eventualmente, também, por comparação com países mais desenvolvidos.

5) É nos gêneros jornalísticos explicativos, interpretativos e opinativos que mais se nota o endosso do apoio ou oposição à educação formal das mulheres.

6) Nos momentos de debate e promulgação de nova legislação no campo da educação, assiste-se à intensificação do interesse das revistas pela educação formal da mulher.

7) Até ao ingresso em número relevante de mulheres nas redações nos anos 1990, a maioria das matérias relacionadas com a educação das mulheres foram escritas por homens.

8) As fontes e entidades oficiais protagonizam as matérias sobre a educação das mulheres, e tendo em conta que a maioria dos decisores políticos foram e são homens, então há um predomínio masculino entre fontes e protagonistas nessas matérias.

Para avaliar a validade das hipóteses, foi elaborada uma metodologia para o desenvolvimento da pesquisa e definidas as ferramentas utilizadas para a construção do universo amostral. Os parâmetros metodológicos para o desenvolvimento das análises, quantitativas e qualitativas do discurso foram construídos tendo como referência, principalmente, Barbosa (2020), Bardin (2006), Benetti e Lago (2007), Charaudeau (2006), Duarte e Barros (2011), Iñiguez (2004), Mota e Porto (2017), Sousa (2006) e Wimmer e Dominick (1996), adaptados às características e especificidades a que o estudo se propõe.

Para as análises qualitativas, optou-se em seguir o percurso proposto por Célia Ladeira Mota e Sérgio Dayrell Porto, além dos parâmetros teórico-metodológicos

apresentados. De forma breve, *O caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada* consiste em seis passos preliminarmente definidos que auxiliam no procedimento de análise interpretativa de textos. O percurso interpretativo apoia-se no Círculo Hermenêutico, que se configura na leitura “arredondada”, na qual o todo contém as partes, e as partes contêm o todo. A proposta servirá como linha orientadora e foi concebida sobre os pilares da Hermenêutica de Paul Ricoeur.

Para definir os marcos legais mais relevantes da História da Educação que refletiram nos direitos educacionais das mulheres, foram estabelecidos os anos de referência para a seleção do universo amostral. O primeiro foi a Lei Geral (1827), que instituiu a educação pública no Brasil e determinou que fossem criadas escolas em todo o país, mas ainda com distinção no ensino de algumas disciplinas conforme o gênero. O segundo, o Decreto Leoncio de Carvalho (1879), marca o início do processo de organização da escola pública. As mulheres tiveram autorização do governo para estudar em instituições de ensino superior. O terceiro marco legal definido para a pesquisa foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em três momentos: a menção constitucional (1934), a criação (1961) e a regulamentação (1996), em vigor até hoje.

Para a seleção do universo amostral para a investigação, alguns parâmetros foram definidos. Os impressos de informação geral e os direcionados ao público feminino estão entre os mais representativos de cada época e foram escolhidos com base em critérios. Para o público geral, foram selecionados: o *Diário do Rio de Janeiro* e as revistas *Ilustrada*, *O Cruzeiro* e *Veja*. Como os femininos: *O Espelho Diamantino*, o *Echo das Damas*, o *Jornal das Moças* e a revista *Claudia*. O objetivo foi analisar e comparar os discursos em um mesmo recorte temporal, e em um segundo momento, ao longo das décadas, conforme as mulheres conquistavam novos direitos educacionais.

O universo de estudo abarcou 1.221 edições dos periódicos impressos, entre jornais e revistas, sendo 899 de informação geral e 322 entre os femininos. A diferença no número total de exemplares deve-se à diferença da periodicidade de cada um deles, visto que alguns são semanais e outros quinzenais ou mensais, conforme detalhado e justificado na metodologia. Ao final, selecionaram-se 144 textos sobre o tema “educação da mulher” para as análises quantitativas, e 50 desses compuseram a amostra para as análises

qualitativas do discurso, 25 para cada segmento, de informação geral e para o público feminino.

As análises foram organizadas em capítulos distintos, sendo cada um deles reservado a um dos momentos históricos definidos previamente. Os jornais e revistas foram analisados aos pares, sendo um de informação geral e um de informação feminina para cada recorte temporal. Primeiramente, foi apresentada a análise quantitativa e, posteriormente, a análise qualitativa, para cada um dos periódicos impressos. Os textos analisados foram transcritos ao longo dos capítulos, e em cópia fiel ao original na parte reservada aos apêndices, o que inclui as imagens e fotografias complementares. Os trechos textuais destacados foram transcritos no corpo da análise, de maneira idêntica à publicação, optando-se por respeitar o registro histórico da Língua Portuguesa de cada época.

É importante frisar que, na fase inicial da investigação – o estado da arte – raros estudos foram encontrados envolvendo plenamente a tríade: discurso jornalístico, gênero e educação no contexto brasileiro. Foram identificadas pesquisas similares, mas em recortes históricos mais específicos ou de outros países. Estudos que merecem ser citados, de Portugal: “Menina e Moça: um ideal de formação feminina (1960-70)”, de Marta Isabel Oliveira Véstia da Silva, e “A educação da mulher segundo a imprensa madeirense: de meados de Oitocentos ao início do século XX”, de Nelson Veríssimo. No México, “A Educação da Mulher Mexicana na imprensa feminina durante o Porfiriato”, de Morelos Torres Aguilar e Ruth Yolanda Atilano Villegas. No Brasil, “Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940)”, de Raquel Discini de Campos, e “Educação Feminina no Estado Novo (1938-1948): impacto na imprensa periódica”, de Isabel Maria Rodrigues de Sousa.

Por essa razão, a presente pesquisa teve como suporte histórico e conceitual as obras sobre a trajetória das mulheres no Brasil e as conexões com os eixos: jornalismo impresso, feminismo e educação. Assim, destacam-se os referenciados estudos de Bassanezi (1996), Buitoni (1990), Duarte (2016), Hahner (1981), Holanda (2019), Lopes (2002), Louro (2004), Muzart (2003), Perrot (2005), Rago (2000), Romanelli (1986), Saffioti (1979), Del Priore (2004) e Telles (2004), fundamentais para que a investigação

fosse desenvolvida sobre a perspectiva da história dos direitos femininos, dos periódicos impressos, jornais e revistas, e da formação educacional no contexto brasileiro.

A tese foi estruturada em oito capítulos. No primeiro, foi traçado um panorama das legislações mais importantes na História da Educação no Brasil e de que modo refletiram na formação e instrução da mulher. Definiram-se cinco marcos legais: Lei Geral (1827), Decreto Leoncio de Carvalho (1879) e Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que para o estudo foi subdividida em três momentos: a primeira menção constitucional (1934), a promulgação da lei (1961) e a sua regulamentação (1996). Ao longo do capítulo foi apresentado o contexto histórico que permeou cada um dos períodos destacados, incluindo as principais lutas do movimento feminista brasileiro.

O segundo capítulo foi dividido em três partes. A primeira disserta sobre o caráter documental e histórico do impresso. Tal discussão justifica-se pelo motivo de o presente estudo abarcar milhares de páginas de periódicos que, de certo modo, desempenharam o papel de suporte midiático para o discurso da Imprensa em cada período selecionado. A segunda parte trata dos aspectos fundamentais do discurso do jornalismo impresso, e a terceira apresenta as bases teóricas da Hermenêutica e da Análise do Discurso. O percurso de apresentação do capítulo visa conduzir a pesquisa para o capítulo seguinte, o que apresenta os passos metodológicos da investigação.

No terceiro capítulo foi apresentado o percurso metodológico adotado para analisar, comparativa e historicamente, o discurso dos impressos brasileiros – femininos e de informação geral – sobre a educação da mulher. A primeira parte irá discorrer sobre de que modo foram categorizados os textos para as análises quantitativas e os princípios metodológicos adotados para as análises qualitativas do discurso. A segunda parte irá explanar sobre como foram definidos os recortes históricos, escolhidos os periódicos e como se realizou a construção do universo amostral da pesquisa.

O capítulo quatro foi dedicado às análises do discurso dos dois impressos escolhidos para o marco da primeira legislação educacional brasileira, a Lei Geral, datada de 15 de outubro de 1827. Foram selecionados o *Diário do Rio de Janeiro*, como o impresso de informação geral, e *O Espelho Diamantino*, para representar o dirigido ao público feminino. Após a contextualização histórica dos veículos, serão desenvolvidas as

análises quantitativas e, na sequência, as análises qualitativas. A parte final trará uma discussão comparativa entre ambos os discursos dos periódicos.

No quinto capítulo foram desenvolvidas as análises do discurso de duas revistas escolhidas para marcar o período da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 7.247, conhecido como Decreto Leoncio de Carvalho. Para tal, dois impressos do Rio de Janeiro foram selecionados: a *Revista Illustrada*, como o de informação geral, e o *Echo das Damas*, para representar o dirigido ao público feminino. Depois de uma breve explanação sobre a história de cada um dos periódicos, serão apresentados os dados quantitativos e qualitativos da cobertura. Ao final, será feita uma discussão comparativa dos discursos de ambos sobre o tema da educação da mulher no Brasil.

No sexto capítulo foi feita uma explanação concisa sobre a realidade brasileira da década de 1930, que compreende um dos momentos históricos da investigação. Na sequência, será apresentado um panorama da trajetória dos dois periódicos selecionados para esse recorte da pesquisa: a revista semanal *O Cruzeiro*, para o impresso de informação geral, e o *Jornal das Moças*, semanário direcionado ao público feminino. Os itens posteriores serão reservados às análises quantitativas e qualitativas do discurso dos impressos sobre o tema educação da mulher no Brasil. Como parte do estudo, o capítulo será finalizado com uma comparação de ambas as coberturas.

No sétimo capítulo foi apresentado um panorama histórico do Brasil no quarto período investigativo, os três primeiros anos da década de 1960. O marco legal compreende a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com data de 20 de dezembro de 1961. Os dois periódicos semanais estudados nesta fase serão os mesmos do sexto capítulo: a revista *O Cruzeiro*, como o impresso de informação geral, e o *Jornal das Moças*, voltado para o público feminino. Como os aspectos históricos de ambos já foram descritos anteriormente, este capítulo será reservado às análises quantitativas e qualitativas do discurso sobre a educação da mulher nos impressos entre os anos de 1960 e 1962 e a comparação entre as coberturas.

No oitavo e último capítulo foram desenvolvidas as análises do discurso de dois periódicos impressos escolhidos para marcar o período de regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996. Para tal, duas revistas nacionais com

sede em São Paulo foram selecionadas: a *Veja*, como a de informação geral, e a *Claudia*, para representar a dedicada ao público feminino. Depois de uma explanação breve sobre cada um dos periódicos, serão apresentados os estudos quantitativos e qualitativos da cobertura. Ao final, será feita uma comparação dos discursos de ambas as revistas sobre o tema da educação da mulher.

Após a conclusão da pesquisa foi possível afirmar que a imprensa brasileira abriu espaço para o debate sobre a educação feminina, mostrando-se mais favorável com o avançar das décadas, especialmente a partir do processo de redemocratização, em 1988. Os impressos femininos tiveram discussões mais aprofundadas e pela perspectiva da garantia de direitos, enquanto os de informação geral trataram o tema de maneira mais objetiva e seguindo os valores da sociedade brasileira em cada época. A investigação possibilitou uma visão panorâmica acerca do tema ao longo da história, mas também aprofundada no que tange aos pormenores discursivos de cada periódico analisado. A presente investigação não tem como propósito esgotar o assunto, mas contribuir com pesquisas futuras que reflitam sobre jornalismo, gênero e educação no Brasil.

CAPÍTULO I – PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

No primeiro capítulo da presente pesquisa será traçado um panorama das legislações mais importantes na História da Educação no Brasil e de que modo refletiram na formação e instrução da mulher. Foram escolhidos cinco marcos legais: Lei Geral (15 de outubro de 1827), Decreto Leoncio de Carvalho (19 de abril de 1879) e Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que para o estudo foi subdividida em três momentos: a primeira menção constitucional (16 de julho de 1934), a promulgação da lei (20 de dezembro de 1961) e a sua regulamentação (20 de dezembro de 1996), em vigor até hoje. Ao longo do capítulo será apresentado o contexto histórico que permeou cada um dos períodos destacados, incluindo as principais lutas do movimento feminista brasileiro.

1.1 Lei Geral – 1827

A História do Brasil é dividida geralmente em quatro períodos: Período Pré-Colonial (1500-1530), Período Colonial (1530-1822), Período Imperial (1822-1889) e Período Republicano (1889 até os dias atuais). Antes de tratar da primeira legislação educacional brasileira, a Lei Geral (1827), é importante apresentar o cenário que

antecedeu a sua criação, o Período Colonial, que vai do Descobrimento do Brasil (22 de abril de 1500) até a sua Independência (7 de setembro de 1822).

Conforme Romanelli (1986, p. 33), o Brasil Colonial era formado por uma minoria de donos de terras e senhores de engenho e uma massa de agregados e escravos. Nesse contexto, a educação escolarizada era voltada aos padres que integravam a Companhia de Jesus e aos filhos homens que pertenciam à classe dominante. Apenas a eles cabia o direito à educação e, mesmo assim, em um número restrito, excluindo as mulheres e os primogênitos, que recebiam uma instrução rudimentar, uma vez que esses deveriam preparar-se para assumir os negócios da família.

Os padres acabavam ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para a Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deveriam voltar os letrados (Romanelli, 1986, p. 35).

Francisco Manuel de Melo, escritor, político e militar português, diz na *Carta de Guia de Casados*: “Ainda fico com escrúpulo sobre a lição em que muitas se ocupam. O melhor livro é a almofada, mas nem por isso lhe negarei o exercício dele” (Melo, 1651, p. 75). E acrescenta que “Estudar as obrigações do seu estado, ouvir a missa no seu oratório à semana, e ao domingo ir à Igreja, é bem louvável. Mais do que isso é exagero” (Melo, 1651, pp. 79-80).

O pensamento do autor reflete como, naquele tempo, a instrução destinada às meninas era diferente da dirigida aos meninos. Isso não acontecia apenas nas disciplinas comuns, que eram ministradas em ambientes separados, mas no ensino, que para elas era limitado ao mínimo para as necessidades da vida doméstica, independentemente da camada social às quais pertencessem. Havia uma normatização de conduta e do nível de conhecimento permitidos para cada gênero e, tudo isso, com a anuência e incentivo da Igreja Católica.

Segundo Araújo (2004, pp. 50-51), o projeto educacional feminino era voltado quase que exclusivamente para a preparação das meninas para o casamento, tornando-as hábeis na “arte de prender a seus maridos e filhos como por encanto, sem que eles percebam a mão que os dirige, nem a cadeira que os prende”. Naquela época, estudar latim e música era restrito às meninas que se preparavam para o convento. Para a maioria, era ensinado apenas o que envolvia o bom funcionamento do lar, como coser, bordar e “entoar cantigas inocentes para que fossem sempre alegres e divertidas”. Em casa também se ensinava a ler, escrever e a fazer contas, mas tais conhecimentos tinham função definida, conforme elucida Silva:

Seria necessário que uma menina [...] aprendesse a escrever, mas escrever para escrever uma carta, para assentar em um livro que fez tais e tais provisões para viver seis meses na sua casa; para assentar o tempo de serviço dos criados e jornaleiros, e os salários; para escrever nele o preço de todos os comestíveis, de toda a sorte de pano de linho, de panos, de seda, de estamenhas, de móveis da casa; os lugares adonde se fabricam ou adonde se vendem mais barato. [...] Seria útil e necessário que soubesse tanto de aritmética que soubesse calcular quanto trigo, azeite, vinho, carnes salgadas, doces que serão necessários a uma família. [...] Não lhe ficaria muito tempo para enfeitar-se vãmente, e muito menos para se pôr a uma janela ou a uma varanda, ler novelas e comédias e passar o tempo enleada na ternura dos amantes (Silva, 1984, p.185).

A Igreja Católica era bastante presente no Período Colonial, inclusive no que diz respeito à influência na educação feminina, não somente na orientação religiosa dentro da fé cristã e na preparação para o convento, mas também na instrução das meninas órfãs e abandonadas. Conforme Louro (2004, p. 445), “havia uma preocupação de preservá-las da contaminação dos vícios”, além de garantir o “cuidado das moças sem emprego e daquelas que se desviaram do bom caminho”.

A vida urbana no Brasil no início do século XIX era praticamente inexistente. Segundo D’Incao (2004, p. 223), o estilo de vida da elite era marcado pela influência do “imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista”. Durante o período, era responsabilidade feminina contribuir para “manter e elevar o nível e o prestígio social já existente”. Os homens dependiam da imagem que as mulheres representavam diante da sociedade, ainda que a autoridade pertencesse a eles. Assim, o conjunto de mulheres que rodeava um homem ajudava-o a manter sua posição ou a ascender socialmente.

É importante salientar que as meninas de famílias mais pobres estavam envolvidas no trabalho doméstico desde muito cedo, fosse cuidando dos irmãos mais novos, fosse lidando na roça, como destaca Louro (2004, p. 445). Segundo a autora, as atribuições voltadas ao asseio e ao cuidado do lar “tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada”. Vale notar que as diferenças para a instrução das meninas e dos meninos já “estavam presentes nas concepções educativas dos imigrantes – da mesma forma que determinavam, é claro, as dos luso-brasileiros”.

Em 1808, final do Período Colonial, a Família Real de Portugal foge para o Rio de Janeiro em consequência das invasões francesas, levando consigo o desenvolvimento em diversos setores, desde o comércio, com a abertura de portos, até mudanças nos hábitos culturais da população. Segundo Telles (2004, p. 404), o interesse do público por espetáculos e livros ampliou-se nos centros urbanos, “romances e novelas franceses e ingleses do século XVIII e a nova moda dos folhetins finalmente chegaram ao Rio de Janeiro”. Recife, capital de Pernambuco, também se tornava um centro cultural importante, fomentado por “ideias francesas de liberdade e justiça” (Telles, 2004, p. 404). A autora afirma que, em 1820, a cidade era um “grande centro editorial” e que “continuará sendo século afora”.

Nessa época começavam a circular periódicos inspirados no pensamento liberal e republicano, como o *Sentinela da Liberdade*, do jornalista Cipriano Barata. Um ano após a Independência, foi publicado no veículo um manifesto assinado por 120 mulheres paraibanas que “desejavam reassumir os direitos que lhes haviam usurpado e quebrar os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jaziam” e, ademais, “queriam entrar na partilha da glória do Brasil” (Telles, 2004, p. 404). Segundo a autora, não se sabe quem eram essas mulheres, mas evidentemente conheciam as ideias feministas que despontavam na Europa.

As mulheres nordestinas pertencentes à elite do século XIX, embora com certo grau de instrução, também tinham suas vidas restritas ao âmbito doméstico, uma vez que não eram consideradas cidadãs políticas. Conforme ilustra Falci (2004, p. 251), nesse período, “muitas filhas de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram e, em geral, morreram nas fazendas de gado”. Essas moças não tiveram a oportunidade de estudar nas instituições religiosas de São Luís, Recife e da Bahia, como ocorria com os

rapazes da mesma classe social. Em geral, elas aprendiam a ler e assinar o próprio nome em casa, com professores particulares.

Enquanto seus irmãos e primos do sexo masculino liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia e francês, elas aprendiam a arte de bordar em branco, o crochê, o matriz, a costura e a música (Falci, 2004, p. 251).

Com a ebulição dos movimentos a favor da Independência, o Brasil entrava no Período Imperial, especificamente no Primeiro Reinado. Tantas transformações sociais e políticas trouxeram o primeiro documento legal com a intenção de criar parâmetros acerca da educação dos brasileiros. Dom Pedro I proclamou a Independência em 7 de setembro de 1822, mas o processo durou de 1821 a 1825. A Lei Geral foi criada em 15 de outubro de 1827, pouco depois da ruptura com Portugal.

Louro (2004, p. 443) explica que, após a Independência, o Brasil almejava melhorar a sua imagem para o mundo, afastando de si as marcas de um país “colonial, atrasado, inculto e primitivo”. Para a autora, o discurso oficial passava pela modernização e pela educação, buscando contrapor as críticas sobre o abandono educacional, “presentes nos debates do Parlamento, dos jornais e até mesmo dos saraus”. Mesmo em pleno século XIX, o Brasil era um país predominantemente rural, em que o analfabetismo fazia parte da realidade da maior parte da população.

A Lei de 15 de outubro de 1827 mandava “crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio”. No Art. 6º da legislação estava pormenorizado o que deveria ser ensinado aos meninos:

Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil (Brasil, 1827).

O Art 11 da Lei Geral determinou, pela primeira vez na história do Brasil, que as meninas teriam o direito de frequentar a escola, mas ainda assim separadas dos meninos: “Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento”. No entanto, no Art. 12, o documento diferencia as disciplinas ministradas para as meninas, com a exclusão de geometria, a redução do conteúdo de aritmética e a inclusão de um programa voltado para as tarefas do lar:

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórmula do art. 7º (Brasil, 1827).

Segundo Hahner (1981, p. 33), a primeira escola foi criada em 1835, em Niterói, e a segunda, na Bahia, em 1836. Até o final do Período Imperial, as escolas eram em pequeno número e quase insignificantes em matrículas. Louro (2004, p. 444) acrescenta que, naquele período, muitas instituições de ensino foram fundadas por grupos e ordens religiosas, que poderiam, ainda, associar as disciplinas ao ensino doutrinário, colocando em prática a separação de meninas e meninos e dos conteúdos ministrados para cada turma. Havia também escolas dirigidas por leigos, nas quais os professores deveriam ter “a moral inatacável; suas casas, ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas”.

Ainda que houvesse a determinação da abertura das escolas de primeiras letras nos vilarejos mais populosos do Império, o processo de escolarização foi lento. Como avalia Louro (2004, p. 444), a sociedade brasileira ainda era rural e escravocrata, em que os coronéis e donos de latifúndio “teciavam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças”. Para a autora, o acesso era dificultado, pois na maior parte das vezes os acordos e arranjos sociais eram feitos “pelo submetimento ou pela palavra empenhada”. Portanto, não bastava abrir escolas e contratar mestras, seria necessária a permissão das famílias para que as meninas pudessem estudar, dado que até então não havia a obrigatoriedade legal para instruir a população.

Para as meninas de famílias mais ricas, o ensino do piano e do francês complementava o currículo básico previsto na nova legislação. As aulas eram aplicadas na própria residência, com mestras contratadas, mas também tinham a opção de frequentarem as instituições religiosas com essa finalidade. Elas deveriam aprender também a bordar, costurar, desenvolver habilidades culinárias e saber lidar com criadas e serviçais. Do mesmo modo que no Período Colonial, a educação feminina era direcionada à preparação para o casamento e à dedicação ao lar, de modo que as jovens deveriam ser “não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente” (Louro, 2004, p. 446).

De acordo com a autora, permanecer restrita ao ambiente doméstico fazia parte da concepção educacional feminina. Circular pelos espaços públicos era permitido em atividades especiais, em geral ligadas à Igreja, como novenas, missas e procissões, que representavam uma das poucas opções de lazer para as moças. Tal regra social corroborava a máxima da época, de que “as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, recaindo sobre elas a importância de priorizarem os ensinamentos morais e de formação do caráter em detrimento do currículo formal.

Com base nesse pensamento, não havia motivos para “mobilier a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos”, como argumenta Louro (2004, p. 446), pois para cumprir seu destino de esposa e mãe, o fundamental era a conduta moral e os bons princípios. Assim, educar a mulher tinha como função primordial prepará-la para a boa formação do caráter filhos e não uma necessidade individual feminina, como se justifica na legislação de 1827, que, inclusive, apresenta essa falta como a causa dos problemas sociais:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas (Lopes, 1991, p. 26).

Um ponto a ressaltar sobre a Lei de 1827 refere-se à seleção das mestras que conduziriam as salas de aula de meninas. Seriam nomeadas “aquelas senhoras que, por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino”, além de saberem coser e bordar, como destaca Saffioti (1979, p. 192). Apesar de a legislação

em vigor garantir igualdade salarial entre professores e professoras, a exclusão do ensino de Geometria do currículo feminino levava à diferença na remuneração.

Para a autora, medidas como essa não tornavam o ensino universal, mas reforçavam as divisões que já se formavam no acesso educacional brasileiro, fosse por raça, ou etnia, fosse por classe social a que cada um pertencesse. Segundo Louro (2004, p. 444), a essas divisões “se acrescentariam ainda as divisões religiosas, que também implicariam diversidades nas proposições educacionais”.

Em meados do século XIX, uma professora autodidata do Rio Grande do Norte movimentou a sociedade brasileira. Pioneira no jornalismo feminista do país, Dionísia Gonçalves Pinto, sob o pseudônimo de Nísia Floresta, publicou 15 obras que, entre vários assuntos, colocaram em pauta temas como abolição dos escravos, injustiças contra indígenas, igualdade intelectual feminina e o direito à educação. Entre seus livros mais famosos estão *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, *Conselho a minha filha*, de 1842 e o *Opúsculo humanitário*, de 1853:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando, o brado – emancipação da mulher –, nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? (Floresta, 1853, p. 2).

Nísia Floresta, sobretudo, discutia questões que envolviam o direito à educação. Em seus livros e artigos publicados em periódicos, questionava por qual razão havia o impedimento de as mulheres de terem acesso aos conhecimentos científicos – uma crítica à diferenciação curricular prevista em lei. Para Louro (2004, p. 443), ela era uma voz revolucionária que reivindicava a emancipação das mulheres no Brasil “elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada”.

O acesso aos bancos escolares, o direito de aprender a ler e a escrever, pode ser considerado o primeiro estandarte do feminismo no país. Segundo Duarte (2019, p. 26), foram as mulheres que tiveram o acesso a uma educação diferenciada que assumiram para si o compromisso de levar o benefício às demais. Essas poucas mulheres “abriram

escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que defendia a ideia de que mulher não necessitava saber ler nem escrever”. Tal conquista deu início a uma sequência lenta, mas gradual, de direitos e oportunidades mais justas e igualitárias no contexto educacional brasileiro.

1.2 Decreto Leoncio de Carvalho – 1879

O final do século XIX foi marcado por rupturas de ordem política e cultural no Brasil. Houve a necessidade educacional da mulher, que seria vinculada ao processo de modernização da sociedade, com atenção especial à higiene da família e à construção da cidadania dos jovens, como afirma Louro (2004, p. 447). No ápice do Segundo Reinado havia uma preocupação em mudar o conceito de que o trabalho era degradante e associado à escravidão. O objetivo seria associá-lo ao lema positivista de “ordem e progresso”, o que envolveria, inclusive, as mulheres das camadas populares.

Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuiu a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (Louro, 2004, p. 447).

Embora nessa época a proposta para a educação da mulher ainda fosse calcada nos princípios da Igreja Católica, segundo os quais ela deveria buscar o ideal feminino do pudor, do sacrifício e da pureza da Virgem Maria, já havia sinais que apontavam para ideias “positivistas e cientificistas”, em que, mesmo associada à função materna, “afastasse as superstições e incorporasse as novidades da ciência”, com destaque para as que tratavam das tradicionais “ocupações femininas”. Nesse sentido, com a virada do século, seriam incluídas no currículo a puericultura, a psicologia e a economia doméstica, além dos novos conceitos da ciência “justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino” (Louro, 2004, p. 448).

O Brasil estava às vésperas da Abolição da Escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889). Com a nova configuração social e política do país,

formalizou-se também a separação entre a Igreja Católica e o Estado, abrindo espaço para mudanças significativas na sociedade brasileira. José Veríssimo Dias de Matos, escritor, educador e jornalista, em sua obra *A educação nacional* (1906), defende uma educação feminina republicana, na qual elenca uma série de atribuições ao papel da mulher na sociedade, exaltando suas obrigações em benefício do coletivo:

Todo programma de educação há de attender a duas condições, o interesse do educando e o interesse da collectividade em vista da qual se faz a educação. O interesse do educando é indicado pela natureza ou emprego da actividade a que elle se destina; o da collectividade, pelas suas condições e prospectos no meio das outras sociedades humanas. A mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua alliada na luta da vida, criadora e primeira mestra dos seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia da sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funcções. Nem as há, ou pode haver mais diffíceis, nem mais importantes e consideráveis e, portanto, mais dignas e mais nobres e, se houvessem de ser desempenhadas na perfeição, requerer-se-iam na mãe de família mais capacidades do que têm em comum ainda os mais capazes chefes de Estado (Veríssimo, 1906, p. 152-153).

Assim, seria conveniente para impulsionar o desenvolvimento ordenado que as mulheres assumissem novas responsabilidades no âmbito doméstico, o que incluía contribuir com a formação moral e a saúde familiar. Aos poucos foi construído o pensamento de que para o Brasil cumprir o seu destino seria necessário educar a infância e, para tal, seria preciso educar a mulher, argumento defendido pelo jurista cearense José Liberato Barroso em 18 de janeiro de 1874, nas Conferências Populares do Rio de Janeiro:

Pode-se transformar completamente a face do mundo, reformando a educação da mulher. Para que o Brazil seja o theatro das futuras grandezas da civilização, e cumprão-se os seus altos destinos, é necessário educar a infancia; e para educar a infancia, é preciso educar a mulher, formar a mãe de família (Barroso, 1876, p. 100).

Diante da nova sociedade republicana, D’Incao (2004, p. 230) aborda a emergência da burguesia e a redefinição do papel feminino. Segundo a autora, havia o endosso dos médicos, dos meios educativos e da imprensa para que a mulher fosse a responsável pelo cuidado não só da casa, mas também da saúde e da higiene de todos. A

proposta era educá-la para cumprirem o papel de “guardiã do lar e da família”. A medicina da época, por exemplo, “combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos”. A moral da mulher de elite era a base da sociedade, que deveria ser esposa e mãe, adotando regras castas para si e para as filhas e, ademais, deveria “constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole.”

É relevante considerar que, na virada do século, grupos de trabalhadores se organizavam em torno de ideais socialistas e anarquistas. Como explana Louro (2004, p. 446), os movimentos políticos “não apenas apresentaram propostas para a educação de suas crianças, mas efetivamente as tornaram realidade através da criação de escolas”, dando atenção especial à educação feminina. Segundo Rago (1985, p. 97), nos jornais libertários era comum a publicação de artigos que tratavam da emancipação da mulher pela via educativa:

Não é ocasional, portanto, que encontremos nos jornais libertários, artigos que, ao criticarem a situação social da mulher no sistema capitalista, apontem a instrução como arma privilegiada de libertação (Rago, 1985, p. 97).

Rago (1985, p. 97) argumenta que o discurso desses jornais era de que a luta da mulher operária não fosse somente por uma jornada de trabalho menor e salários mais elevados, mas também que procurava se instruir, “para poder defender-se melhor frente à exploração do capital”. Segundo a autora, a educação da mulher trabalhadora, “aparece como instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado”. Além disso, que a mulher defendesse a educação dos próprios filhos, para que eles, no futuro, não fossem vítimas do sistema injusto o qual viviam.

Em 19 de abril de 1879 foi assinado por D. Pedro II o Decreto nº 7.247, conhecido como Decreto Leoncio de Carvalho, por ter sido por implementado no final do Período Imperial. A nova legislação propunha a reforma dos ensinos primário, secundário e superior no Brasil, em especial nos exames preparatórios e estatutos das faculdades de Direito, Medicina e Escolas Politécnicas. Entre as mudanças previstas na nova lei estava a abertura de escolas para a alfabetização de adultos e a obrigatoriedade

da instrução primária dos sete aos 14 anos, medida sujeita à multa dos responsáveis caso não fosse cumprida, conforme detalha o Art. 2º do Decreto:

§ 1º Todos aquelles que, tendo em sua companhia meninos ou meninas nas condições acima mencionadas, deixarem de matricula-los nas escolas publicas, ou de proporcionar-lhes em estabelecimentos particulares ou em suas casas a instrução primaria do 1º gráo, sejam pais, mais, tutores ou protectores, ficam sujeitos a uma multa de 20 a 100\$000” (Brasil, 1879).

Estariam dispensadas as crianças que tivessem comprovada inabilidade física ou mental, além dos indigentes, antes de receberem auxílio. Conforme o Decreto, haveria a fiscalização a cada seis meses de inspetores de cada distrito para o cumprimento das novas diretrizes. Mesmo com mudanças legais significativas, que ampliaram as oportunidades para o desenvolvimento educacional das meninas, ainda havia diferença entre algumas disciplinas ministradas, especialmente no ensino secundário, como economia social para meninos e economia doméstica para meninas e habilidades manuais diferentes para cada gênero, conforme detalha o Art. 4º:

O ensino nas escolas do 2º gráo constará da continuação e desenvolvimento das disciplinas ensinadas nas do 1º gráo e mais das seguintes: Principios elementares de algebra e geometria, Noções de physica, chimica e historia natural, com explicação de suas principaes applicações á industria e aos usos da vida. Noções geraes dos deveres do homem e do cidadão, com explicação succinta da organização politica do Imperio, Noções de lavoura e horticultura, Noções de economia social (para os meninos), Noções de economia domestica (para as meninas), Pratica manual de officios (para os meninos), Trabalhos de agulha (para as meninas), § 3º Nas escolas do 1º gráo existentes, ou que se fundarem, para o sexo feminino, serão recebidos alumnos até a idade de 10 annos; Art. 5º Serão fundados em cada districto do municipio da Côrte, e confiados á direcção de Professoras, jardins da infancia para a primeira educação dos meninos e meninas de 3 a 7 annos de idade (Brasil, 1879).

Com a nova lei, a formação de professores tornou-se necessária, especialmente de mestras para conduzir as classes de meninas, que a partir de então seriam obrigatórias. Segundo Louro (2004, p. 449), a atividade docente no Brasil, como em muitas sociedades, havia sido iniciada por homens, primeiramente por jesuítas, depois, no curso do magistério, foram eles os responsáveis pelas “aulas régias”, as consideradas oficiais. A partir do Decreto Leoncio de Carvalho, as Escolas Normais precisariam ser

ampliadas e as “senhoras honestas” deveriam estar prontas para ocupar esses postos de trabalho.

Foi com o aumento da demanda de salas de aula que se iniciou o processo da chamada “feminilização do magistério”. Louro (2004, p. 449) explica que, gradualmente, as Escolas Normais passaram a formar mais mulheres do que homens, fato que, como em outras partes do mundo, provavelmente estaria “vinculado ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens”. A autora acrescenta que, com o crescimento do comércio, a circulação de uma variedade maior de periódicos, bem como os novos hábitos de comportamento associados às transformações urbanas, “estavam produzindo novos sujeitos sociais” que viabilizariam esse movimento.

Tal situação pode ser exemplificada com o relato do diretor-geral da instrução da Escola Normal da província do Rio Grande do Sul, de 1874, que sinalizou a preocupação com o fenômeno, destacando a habilidade feminina para o magistério, mas também o risco da quantidade superior de mestras em relação aos mestres:

O Asilo de Santa Teresa proporciona à Escola, todos os anos, um bom número de educandas, e o mesmo poderá fazer o Asilo de Santa Leopoldina. As educandas têm em geral frequentado com aproveitamento o curso normal e algumas, na regência de cadeiras, têm dado provas de excelente vocação para o magistério. Dentro de certo tempo acontecerá que teremos superabundância de professoras habilitadas pela Escola Normal e falta de professores nas mesmas condições (Moacyr, 1940, p. 475).

A ocupação das mulheres na função de professoras causava incômodo em parte da opinião pública da época, que fazia duras críticas ao processo. Louro (2004, p. 450) destaca que para alguns era insensato entregar às mulheres “usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’, pelo seu desuso, a educação das crianças”. A autora destaca uma dessas vozes, a de Tito Lívio Castro, contrário ao novo modelo do magistério no Brasil. Ele afirmava que “havia uma aproximação notável entre a psicologia feminina e a infantil” e que, essa semelhança, mesmo que fosse positiva por um lado, na verdade representaria “um mal, um perigo, uma inflexão desastrosa”. Argumentava, ainda, que as mulheres “não poderiam preparar organismos

que se devem mover no presente e no futuro”, porque que elas viviam, assim como o clero, voltadas para o passado.

O discurso em oposição a esse, também presente no período, indicava que o magistério para a mulher era positivo e salutar, pois seria uma continuação da maternidade. Haveria uma característica própria da natureza feminina relativa ao cuidado das crianças, “que elas eram as primeiras e ‘naturais educadoras’, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos”, sendo cada aluno ou aluna como um “filho espiritual”. (Louro, 2004, p. 450). Esse argumento tornaria o magistério uma atividade de devoção, entrega e amor, como a própria maternidade. Os argumentos sobre a vocação feminina para a docência endossariam a saída masculina das escolas, que se dedicariam a outras profissões, especialmente com melhores salários.

A mulher ganhava mais um espaço para atuar, antes restrito ao lar e à Igreja. Na análise de Louro (2004, pp. 450-451), associar a função do magistério ao “sacerdócio” era muito conveniente naquele momento. Assim, construiu-se uma imagem das professoras como trabalhadoras dóceis e abnegadas, características que futuramente serviriam para lhes dificultar a discussão sobre questões ligadas a salário, carreira e condições de trabalho. Outro ponto importante da questão refere-se, para a autora, a um maior controle do Estado sobre a sala de aula, como a definição de conteúdos e níveis de ensino, os horários, livros utilizados e salários.

Com o novo cenário escolar, os meninos ficariam com poucos mestres do sexo masculino, não havendo outra solução a não ser permitir que as mestras lecionassem para eles. Foi necessário criar mecanismos para “cercar de salvaguardas a sexualidade dos alunos e das professoras” (Louro, 2004, p. 453), com mudanças no arranjo da sala de aula, normas e proibições.

As atividades profissionais representavam um risco para as funções sociais das mulheres. Dessa forma, ao se feminizarem, algumas ocupações, a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc. De algum modo se poderia dizer que ‘os ofícios novos’, abertos às mulheres neste fim de século levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício (Louro, 2004, p. 453).

No novo contexto educativo, as disciplinas ministradas a elas seguiriam um currículo variado além de Português e Matemática, incluindo “geografia nacional, história do Brasil e geral, história sagrada, catecismo, pedagogia e também puericultura, psicologia”. Também teriam disciplinas específicas para a instrução de meninas, como “economia doméstica, trabalhos manuais, higiene escolar” e abrangendo outras áreas do conhecimento, como sociologia, canto orfeônico, educação física, ginástica, moral, civismo e teatro (Louro, 2004, p. 456).

Com o passar dos anos, as Escolas Normais seriam ocupadas, majoritariamente, por mulheres. Conforme Louro (2004, p. 456), uma série de rituais e simbolismos cercaram a formação das futuras professoras, que seguiam “pressupostos pedagógicos e orientações políticas”, além de estarem “encimadas por crucifixos, mesmo nas escolas laicas”. As regras, a normatização e a severidade construíram uma imagem para as professoras da época, associada à solteirona que vestia “roupas escuras, abotoadas e de mangas compridas, rosto fechado, cabelo em coque, costas retas, pés unidos”, gerando uma nova representação profissional:

As caricaturas dos jornais de época também falam dessa severidade e secura; representam-nas geralmente como mulheres sem atrativos físicos, por vezes quase bruxas, munidas de uma vara para apontar o que está escrito num quadro-negro, quase sempre de óculos. (Louro, 2004, p. 466).

Ainda que a feminização do magistério fosse uma tendência que se confirmou com o passar das décadas, em especial nas escolas primárias, os homens continuavam a ocupar os cargos de poder nas esferas do ensino. Eram eles os administradores, inspetores, diretores e governantes que estabeleceriam as regras e políticas em todos os níveis educacionais no Brasil (Hahner, 2011, p. 472), ou seja, as professoras ainda estavam submetidas às decisões masculinas, sem poderem exercer sua autonomia no ambiente escolar.

Conforme explicam Beltrão e Alves (2009, p. 129), a Constituição da República, de 1891, descentralizou o ensino em um formato dualista: A União ficaria responsável pelo ensino superior e secundário e os estados, pelo ensino primário e

profissional de nível médio, que abarcariam as Escolas Normais para as moças e as Escolas Técnicas para os rapazes.

Entre as alterações estabelecidas pelo Decreto Leoncio de Carvalho, estava a permissão para mulheres cursarem o ensino superior a partir das ciências médicas, mas em salas distintas: “É facultada inscrição de que tratam os §§ 16, 17, 18 e 19 aos indivíduos do sexo feminino, para os quaes haverá nas aulas logares separados”. Todavia, as mulheres ainda não eram consideradas cidadãs de fato, pois dependiam da autorização do pai ou do marido para ingressarem em um curso superior, bem como do aporte financeiro para custear os estudos.

Alguns médicos propícios ao ingresso da mulher nas escolas de Medicina no Brasil, como Joaquim Monteiro Caminhoá, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1874, não só destacavam o número de mulheres médicas na Europa e nos Estados Unidos – numa época em que era comum utilizar exemplos estrangeiros nos argumentos –, mas também sustentavam que mulheres de pudor excessivo escondiam certas enfermidades de seus médicos, porque temiam ser examinadas por homens (Hahner, 2011, p. 469).

Segundo Rago (2000, p. 202), as primeiras médicas a estudarem no Brasil foram Rita Lobato Velho Lopes, formada em 1887 na Faculdade de Medicina da Bahia, Ermelinda Lopes de Vasconcelos e Antonieta César Dias, ambas diplomadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888 e 1889, respectivamente. No final do século XIX e início do século XX, elas cumpriram um papel revolucionário, conforme argumenta a autora, por enfrentarem as pressões sociais e ampliarem o espaço público reservado às mulheres, “demonstrando coragem, capacidade intelectual e se afirmando cada vez mais no campo através da competência” (Rago, 2000, p. 224).

É importante registrar que a primeira brasileira com diploma superior foi Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946), que com o apoio do pai, Albino Augusto Generoso Estrela, um abastado farmacêutico português do Rio de Janeiro e do próprio D. Pedro II, formou-se na New York Medical College and Hospital for Women, em 29 de março de 1881 (Rago, 2000, p. 206). Alguns anos após trabalhar em hospitais e concluir especializações nos Estados Unidos, ela retornou ao Brasil, onde se dedicou à profissão durante toda a vida, vindo a falecer em 1946.

Conforme relatam Guimarães e Ferreira (2009), Maria Coelho da Silva Sobrinha, Delmira Secundina, Maria Fragoso e Maria Augusta Meira Vasconcelos concluíram, em 1888, o curso na Faculdade de Direito de Recife, mas sem atuarem na advocacia. A primeira mulher a conquistar o diploma e a exercer a profissão foi Myrthes de Campos, formada pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1898. Mesmo com o diploma em mãos, Myrtes de Campos enfrentou processos nos tribunais para conquistar o direito de trabalhar como advogada. Somente depois da última etapa, com a filiação ao Instituto dos Advogados Brasileiros, outro feito pioneiro, ela foi autorizada a exercer legalmente a profissão.

Tanto no Brasil, como em outros países, havia resistência diante daquelas que preterissem o cumprimento de suas atividades familiares de mãe e esposa “para se tornarem profissionais, trabalhando fora dos limites domésticos” (Guimarães e Ferreira, 2009, p. 137). Com a abertura gradual das faculdades brasileiras para as mulheres, seria esperado que, aos poucos, elas conquistassem os espaços públicos antes reservados exclusivamente aos homens, rompendo barreiras para as futuras gerações.

O século 19 distinguiu claramente as esferas, pública e privada, cujo agenciamento condiciona o equilíbrio geral. Provavelmente suas esferas não englobam exatamente a repartição dos sexos. Mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é destinado aos homens e é o mundo que conta. Esta definição dos papéis, clara e voluntarista, traduziu-se por uma retirada das mulheres de certos locais: a Bolsa, o Banco, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, círculos e cafés, grandes locais de sociabilidade masculina, e até mesmo as bibliotecas públicas (Perrot, 2005, p. 34).

No final do século XIX, o acesso ao ensino superior ainda era privilégio de uma minoria, restrito às famílias mais ricas e influentes da sociedade, em especial as que viviam nos centros urbanos. Mesmo à luz da República, ainda era necessário o consentimento masculino para que as mulheres tivessem acesso a uma carreira, fossem eles pais, maridos, fossem os homens das esferas de poder em que desejavam atuar profissionalmente depois de formadas.

O Decreto Leoncio de Carvalho concedeu às mulheres o direito do acesso ao ensino superior. Contudo, como argumentam Beltrão e Alves (2009, p. 128), ainda era

difícil conquistar o espaço acadêmico, “pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros, e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades”. Assim, embora o número de normalistas aumentasse ano após ano, o diploma que recebiam não garantia a entrada nas faculdades, algo que só foi possível com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961.

1.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – 1934, 1961 e 1996

A década de 1930 trouxe mudanças emblemáticas para as mulheres. Entre elas, o direito ao voto, garantido por meio do Decreto de Getúlio Vargas, de 24 de fevereiro de 1932. Além disso, a Constituição de 16 de julho de 1934 consagrou, pela primeira vez, o princípio de igualdade de gênero. A Carta foi resultado da Revolução Constitucionalista e trouxe inovações também na área da educação, como o objetivo de traçar diretrizes de ensino no âmbito nacional.

Havia a intenção de fixar um plano educativo “em todos os graus e ramos, comuns e especializados”, além de “coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do País”. No Art. 149, o documento ampliava o direito ao ensino público e gratuito:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (Brasil, 1934).

Conforme o Art. 152, a proposta era criar um Conselho Nacional de Educação, organizado em forma de lei, a fim de elaborar um plano nacional a ser aprovado pelo Poder Legislativo e que indicasse ao Governo as medidas para solucionar problemas no campo educacional e, além disso, sugerir a distribuição adequada dos fundos especiais. Cada estado da federação teria também um conselho, com os mesmos parâmetros do nacional e departamentos autônomos de administração do ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada em 20 de dezembro de 1961 pelo então presidente João Goulart. A nova legislação garantia que a educação era um direito de todos os brasileiros, sem exceção, dando a opção de as famílias decidirem onde seus filhos receberiam a instrução, fosse na rede pública, fosse na rede privada de ensino. Um ponto importante na atualização da LDB, em 1961, foi a equivalência dos cursos de grau médio, o chamado secundário, dando oportunidade para as professoras que concluíam o Curso Normal de entrarem nas faculdades. Conforme apontam Beltrão e Alves (2009, p. 153), ainda sobre o acesso ao ensino superior, “o vestibular baseado no critério de conhecimento, sem qualquer discriminação de gênero, favoreceu as mulheres com melhor desempenho acadêmico”.

Em 1960, o movimento feminista ganhava força em vários países e também no Brasil. O advento dos contraceptivos possibilitou que muitas mulheres planejassem o número de filhos, podendo, desse modo, estudar e trabalhar. Em 27 de agosto de 1962, uma conquista jurídica garantiu mais direitos às brasileiras, a Lei 4.121, conhecido como Estatuto da Mulher Casada, que destituía o Pátrio Poder, no qual a mulher estaria submetida ao pai e, depois de casada, ao marido. Até então, elas eram consideradas “incapazes relativamente a certos atos”, tal como silvícolas, alienados e menores de idade. A nova legislação revogou vários parâmetros do Código Civil de 1916, considerados obsoletos para a sociedade daquele período.

É importante registrar que, além dos processos de urbanização e de industrialização que se expandiam no Brasil, em 1964, o país enfrentou um golpe de Estado que abalou as estruturas políticas e sociais da época. Conforme Cunha (2000, p. 183), o governo militar inspirou-se no formato norte-americano, que investia na abertura de vagas e na qualificação profissional, afetando diretamente a estrutura educativa:

A aliança tácita entre docentes-pesquisadores (principalmente das áreas biomédica, tecnológica e das chamadas “ciências exatas”) com os militares e a tecnoburocracia assegurou recursos para a pós-graduação e a pesquisa nas universidades. Mais do que isso, propiciou a extensão do apoio às Ciências Sociais e garantiu que o controle desses recursos fosse exercido por comitês formados pelos próprios docentes-pesquisadores escolhidos por cooptação (Cunha, 2000, p. 187).

A ditadura militar brasileira se estendeu de 1964 a 1985, o que culminou no “Movimento Diretas Já” em uma nova Constituição, em 1988, conhecida como Constituição Cidadã, por incorporar uma série de reivindicações de movimentos sociais e populares. A Carta estabeleceu a igualdade de todas as pessoas perante a lei, sem distinções de qualquer natureza, colocando homens e mulheres como iguais em direitos e obrigações, seja na vida civil, no trabalho, seja na família.

Com a democracia restabelecida, abriu-se espaço para rever a legislação educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi regulamentada em 20 de dezembro de 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, estando em vigor até hoje. O maior diferencial da versão de 1996, denominada oficialmente de Lei Darcy Ribeiro, sob o nº 9.394/96, foi tornar a escola um espaço em que se priorizasse a participação social, com a valorização da democracia, a pluralidade cultural e de formação de cada indivíduo. A intenção era ampliar o acesso educacional para todos os brasileiros e aumentar o investimento público e privado no setor.

Para concluir, ao observarmos a trajetória educacional feminina desde o Período Pré-Colonial até a Redemocratização, é possível afirmar que as conquistas foram lentas, graduais, mas consistentes. No final do século XX, as brasileiras conseguiram reverter o que diversos autores chamam de “hiato educacional”, estando atualmente em vantagem em relação aos homens em todos os níveis educacionais, inclusive no superior. De fato é uma vitória que, embora extraordinária, ainda não é suficiente para que as mulheres tenham equiparação salarial e de participação política no Brasil, mas que serve de farol para que a igualdade seja, um dia, plenamente alcançada.

CAPÍTULO II – A MEMÓRIA HISTÓRICA DO IMPRESSO E A PERSPECTIVA HERMENÊUTICA

O *Capítulo II* desta pesquisa está dividido em três partes. A primeira disserta sobre o caráter documental e histórico do impresso. Tal discussão justifica-se pelo motivo de o presente estudo abarcar milhares de páginas de periódicos que, de certo modo, desempenharam o papel de suporte midiático para o discurso da Imprensa em cada período selecionado. A segunda parte trata dos aspectos fundamentais do discurso do jornalismo impresso, e a terceira apresenta as bases teóricas da Hermenêutica e da Análise do Discurso. O percurso de apresentação do capítulo visa conduzir a pesquisa para o capítulo seguinte, o que apresenta os passos metodológicos da investigação.

2.1 O caráter documental e histórico do impresso

As análises do discurso apresentadas nesta tese de doutoramento, a parte central da investigação, foram desenvolvidas a partir de uma busca minuciosa em centenas de edições de oito periódicos, entre jornais e revistas, sendo seis deles considerados extintos e dois em circulação, as revistas *Veja* e *Claudia*, ambas de circulação nacional. As páginas selecionadas para as análises são documentos que fazem parte da História da Imprensa brasileira e revelam a sua transformação ao longo do tempo. São textos de gêneros diversos, entre artigos, comentários, entrevistas,

reportagens, notas e outros, primordiais para que seja possível lançar um olhar acurado até o passado e, assim, compreender como os impressos interpretavam e divulgavam os acontecimentos em cada época estudada.

As páginas dos jornais e revistas são documentos que, conforme afirma Barbosa (2020, p. 114), estão repletos das intencionalidades com as quais foram produzidos e das quais o pesquisador, ao selecioná-los, estabelece. O documento seria sempre indicador de uma “intencionalidade manifesta”, seja quando foi produzido e começou a circular, com as finalidades daquele tempo enquanto presente, ou posteriormente, no futuro, quando novamente é um índice aberto a múltiplas interpretações. Sobre a questão, a autora ressalta que, ao considerar a possibilidade interpretativa de um documento, o primeiro passo deve ser avaliar a sua significância:

É preciso considerar as suas especificidades e as funções que ele originalmente desempenhou no momento de sua constituição. O que estou destacando é que a intencionalidade de sua produção, sua perspectiva de duração ou sua efemeridade – fazendo com que outras ações de fixação no instante da pesquisa sejam fundamentais – são questões importantes para a sua percepção como objeto empírico (Barbosa, 2020, p.114).

Conforme Moreira (2011, pp. 271-272), a análise documental compreende identificar, verificar e apreciar documentos para determinado fim. Para a autora, no caso da pesquisa científica é, ao mesmo tempo, método e técnica. Considera-se um método porque “pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação” e, técnica, porque “é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados”.

Ao refletir sobre tais características da pesquisa, considerou-se importante explicar, mesmo que de forma concisa, sobre o caráter documental e histórico do impresso. O ponto de partida foi a percepção do seu valor enquanto registro da memória dos periódicos, mas também o de investigar quais eram as características dos discursos e como foram modificados no atravessar das décadas. Debruçar-se sobre textos de quase dois séculos pode ser entendido como um exercício de avaliar de que modo a imprensa de cada recorte temporal noticiava os fatos e, também, identificar como era estabelecida a agenda midiática brasileira perante o tema investigado.

Muniz Sodré (2012, p. 80) elucida que o tempo só começa a fazer sentido para o ser humano a partir do Renascimento, quando passou a ser entendido e mensurado. Antes disso, na Antiguidade, as pessoas compreendiam o fluxo temporal dos eventos cotidianos a partir das percepções do que se repetia na natureza, como as estações do ano e os ciclos de vida dos animais. Segundo o autor, a temporalidade histórica ingressa na sociedade a partir da modernidade e foi organizada com base no discurso midiático. A notícia seria, por essa perspectiva, uma forma de marcar e estruturar o tempo.

Todo e qualquer fato tornado acontecimento pelo jornalismo implica uma pontuação rítmica, pouco importando se o acontecimento se deu no passado ou no presente contínuo (Sodré, 2012, p. 8).

De acordo com Paillet (*cit. in* Ponte, 2004), seriam dois percursos culturais distintos a influenciar o jornalismo: um teria vindo dos escribas tradicionais, cuja função era dar a conhecer para o futuro as relações entre estruturas sociais e institucionais, em especial os feitos das classes dominantes; o segundo teria vindo da tradição oral, como as conversas, narrativas dos contadores e comentadores das feiras. Para o autor, o segundo seria o mais provável, por estar mais próximo da realidade social, econômica e técnica das pessoas comuns, e teria, também, um papel determinante na transmissão de saberes práticos.

Ao lado do registro dos factos considerados essenciais para as classes dominantes, expressos no tom de autoridades nas *Crônicas*, circulavam esses registos nos almanaques, repertórios, calendários, prognósticos, frequentemente como máximas e aforismos. São estas duas orientações de conteúdos e de registos que se vão reunir e expressar no jornalismo (Paillet *cit. in* Ponte, 2004, p. 21).

Tal característica da mídia impressa é tratada por Charaudeau (2006, p. 113) ao evidenciar que o espaço criado entre os dois pontos que conectam a informação faz com que “o que foi escrito permaneça como um traço para o qual se pode sempre retornar”. Isso significa dizer que tanto o jornalista, que tem o poder de corrigir o que escreveu durante o processo do fazer, com a ferramenta da edição textual, quanto o leitor, que poderá sempre retornar ao jornal ou à revista para rememorar o que foi lido anteriormente, ou seja, ambos podem estabelecer uma ligação com o passado. O

impresso, por esse ponto de vista, seria uma fonte memorial material à disposição do leitor para sua livre interpretação.

Na busca de perceber as relações entre os primeiros conceitos apresentados, podemos adentrar o universo da comunicação e do vínculo com a temporalidade. Para Barbosa (2019, p. 14), o ato comunicacional tem a capacidade de “produzir um hiato no tempo e transportar, do passado para o presente, vestígios duradouros que só perduraram por serem atos de comunicação”. A autora afirma que por meio das ações e reações produzidas no ato comunicacional é possível “prefigurar o tempo numa dimensão em que se estabelecem liames e ligações do passado tornado presente e vislumbrado como futuro”.

Um fator elementar, mas não menos importante, que difere o impresso das outras mídias, é a questão do valor documental do registro. O que está escrito no papel carrega em si a materialidade documental, o contrário da palavra pronunciada, da oralidade, que pode se dissipar mais facilmente e demanda ferramentas mais complexas para o seu resgate memorial. Para Charaudeau (2006, p. 113), “a escrita desempenha o papel de prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera”.

Em sua obra *História e memória*, Jacques Le Goff (1990, p. 6) diz que, desde a Antiguidade, a ciência histórica reúne documentos escritos e faz deles testemunhos além dos “oculares e auriculares”, superando as limitações da transmissão oral do passado. Conforme o autor, por meio da criação de bibliotecas e arquivos foi possível ter à disposição esses materiais históricos. Todavia, ele também elabora uma crítica quando afirma que o documento “não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro”. Para o autor, “o documento é monumento”.

Le Goff (1990, p. 5) explica que a ciência histórica pode ser definida em relação à realidade sobre a qual se “indaga”, se “testemunha”, diferentemente da matemática e das ciências da natureza e da vida, que são construídas e observadas. Para o autor, a história inicia-se com um relato, a narração de alguém que pode dizer: “eu vi,

senti”. E analisa, ainda, que este aspecto da “história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica.”

Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho através do “retorno do evento” ligado aos novos *media*, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da “história imediata” (Le Goff, 1990, p. 5).

Ao distinguir e conceituar documento, testemunho, história e memória, Chartier (2009, pp. 21-22) é bastante preciso ao afirmar que a história está relacionada ao nível documental que atesta “a verdade presumida como incontestável presente na epistemologia histórica como discurso verdadeiro sobre o passado”. Para o autor, memória diz respeito ao nível declaratório do testemunho, enquanto o documento é caracterizado por sua indiciabilidade. Já a noção de testemunho baseia-se no pressuposto da confiança outorgada a quem esteve presente no momento em que determinado evento aconteceu, ou seja, vivenciou-o de alguma maneira.

Lopes (2002, p. 6) faz alusão aos arquivos registrados em suportes físicos, como a própria escrita e a fotografia. Segundo o autor, esses documentos podem ser interpretados, seja por profissionais, seja por aqueles que conhecem os conteúdos ou vivenciaram determinado fato, de modo direto ou indireto. E complementa que esses documentos são úteis tanto para a formação das memórias individuais, quanto as coletivas. O autor reitera que também é indicado que tais registros passem por uma legitimação em diferentes graus.

Tendo como parâmetro as afirmações de Lopes (2002, p. 6), pode-se dizer que a memória seria uma representação, uma construção carregada de elementos simbólicos diversos. Segundo o autor, haveria uma lacuna entre o que de fato aconteceu e o que se acredita, ou se imagina, ter acontecido, o fato em si, desprovido de qualquer tipo de visão posterior ou viés interpretativo. Por essa perspectiva, o autor evidencia que não se pode deixar de questionar um relato pessoal, sendo fundamental, além de interpretar o testemunho, “confrontá-lo com outras fontes e compreendê-lo à luz das condições de sua criação”.

Barbosa (2019, p. 14) considera que os meios de comunicação, em especial as narrativas que têm a pretensão de atestar a verdade dos fatos, elaboram um discurso baseado na “noção de testemunho”, como acontece nos textos jornalísticos, que mostram um “sujeito real”, que vivencia diretamente ou presencia determinado acontecimento, podendo ser, inclusive, o próprio jornalista. Neste caso, o profissional testemunha o fato e confronta o que dizem as demais testemunhas, colocando em cena o contraditório, com a intenção de buscar uma versão isenta, em que se ouvem todos os lados de uma mesma história.

A partir do nível declaratório do testemunho, produzem uma versão do acontecimento com pretensão a ser, desde a sua construção, espécie de arquivo para a história. Assim, se pudesse ser feito algum tipo de generalização, o que os meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória (Barbosa, 2019, p. 21).

Ao apresentar pontos de convergência entre os discursos transmitidos pela mídia e a edificação da memória coletiva, Lopes (2002, p. 4) parte do pressuposto que os processos de comunicação e informação são artificiais. Para o autor, trata-se de representações, ou seja, construções ideológicas e mentais que são compartilhadas socialmente. Seriam, nesse caso, os processos de produção de dados e as trocas simbólicas. Por essa perspectiva, os “artefatos de memória” seriam partes de representações da mente dos seres humanos, que são compartilhadas entre os meios de comunicação e o público. A definição tem como ponto de partida a ideia que um olhar sobre o passado deve ser “legitimado e validado pelos receptores para ter funcionalidade social”.

O documento é índice e vestígio de algo que pode indicar presença ou ausência, seja do passado ou do presente. A afirmativa de Barbosa (2020, p. 115) sustenta-se quando se entende vestígio como uma marca de algo que passou. Os sinais duradouros possibilitam que sejam interpretados pelo pesquisador segundo suas próprias escolhas. Conforme a abordagem da autora, o vestígio deixa evidente o quanto “o passado está contido no presente”, pois as mensagens e sinais indicam a sua presença.

Todavia, Barbosa (2020, p. 115) reitera que é fundamental entender e capturar o vestígio e não apenas notar a sua presença. A autora explica que perceber um vestígio como mensagem pressupõe, inicialmente, identificá-lo e reconhecê-lo como tal, estando aberto às possibilidades interpretativas, sempre pela perspectiva do presente. Barbosa enfatiza que para que algo seja considerado um vestígio, “o indício deve ser recebido como algo significativo, ao ser compreendido no presente na qualidade de documento”. E delega ao pesquisador do presente a tarefa de atribuir valor aos documentos. Com base no exposto, a autora conclui que “um vestígio é sempre documento do presente, mesmo que se reporte a alguma teia de significação do passado” (Barbosa, 2020, p.115).

A partir do exposto, pode-se questionar o que seria o fazer jornalístico e a produção da notícia nesse contexto. Para Sousa (2006, p. 204), é necessário considerar a distinção a partir da “noção de testemunho”, que é inerente às produções narrativas dos meios de comunicação, em especial às jornalísticas. Esses relatos são construídos com base na constatação do “eu estava lá”, assim como a atestação de que “se você também estava lá, pode atestar o que eu digo por estar lá” e da confrontação, que é validado pela premissa de que “o que eu vi como testemunha é semelhante ou não ao que você também viu por estar lá”.

Por essa perspectiva, a característica documental do impresso, associada à credibilidade confiada ao jornalista e, principalmente, às fontes de informação especializadas e testemunhais, fazem das mídias impressas, ainda, mecanismos eficientes no que compete à confiabilidade e ao valor de registro da memória coletiva de um tempo passado que reverbera no presente. A possibilidade de acesso à leitura, arquivo e reprodução dos originais também conferem ao impresso o caráter de um documento que não pode ser ignorado como a transcrição de uma época e fonte de pesquisa relevante para diversas áreas do saber.

Lopes (2002, p. 5) defende a abordagem que, para que sejam formados os padrões de memória, as mídias recolhem e alimentam de modo repetitivo o que “alguns chamam de imaginário e outros de memória social”. Conforme o autor, haveria uma memória individual, ou seja, o registro cerebral da experiência vivida, que é lida e relida repetidamente pela subjetividade humana no decorrer da existência. Com base na “história oral” referida por Lopes, a experiência contemporânea não seria igual aos fatos

do passado, pois as narrativas refletem os percursos sócio-históricos e, principalmente, o momento em que foi colhido determinado depoimento ou testemunho.

Barbosa (2002, p. 114) parte do pressuposto que os documentos nos estudos de comunicação devem ser observados a partir de princípios específicos e da concordância dos que vivem os processos que estão sendo analisados e reconstruídos. Haveria, para a autora, “um acionamento memorável persistente em relação a esses documentos, o qual deve ser considerado, e uma certa relação com o verossímil que eles instituem” (Barbosa, 2020, p. 14).

Segundo Sousa (2006, p. 204), o jornalista atua como um coletor de informações junto às fontes testemunhais ou especializadas, podendo, inclusive, ser a própria fonte quando presencia os acontecimentos. O profissional de jornalismo seria também aquele que, posteriormente, processa e prepara a informação que será veiculada pelo órgão jornalístico para o qual o trabalha. Para Nora (*cit. in* Sousa 2006, p. 212), “o jornalismo moderno transformava a notícia em acontecimento, legitimando o ingresso dos acontecimentos na história”.

Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção (Nora, 1988, p. 181).

Maurice Halbwachs, no livro *A memória coletiva* (1990), faz observações sobre o papel do jornal impresso no processo de construção de um lugar na memória coletiva de uma sociedade. Para o autor, se houvesse apenas as anotações históricas com datas e definições ou lembranças arbitrárias dos acontecimentos, o meio social passado nos seria bem exterior. Halbwachs destaca que em sociedades mais complexas, muitas das existências se desenvolvem “sem contato com os interesses comuns do maior número daqueles que lêem os jornais e prestam alguma atenção nos negócios públicos” (Halbwachs, 1990, p. 55).

O jornal impresso é entendido, por Halbwachs (1990, p. 109), como um documento importante para o trabalho dos historiadores. Por outro lado, questiona o fato de parte deles darem demasiada atenção às opiniões de uma época, tornando-as quase

um guia. Segundo o autor, é fundamental que se levante e apoie-se nos depoimentos antigos, a partir de tal rastro que “subsiste nos textos oficiais, jornais da época, nas memórias escritas pelos contemporâneos”. O posicionamento de Halbwachs se dá pelo motivo de que, para ele, aquelas opiniões não existem mais e nada têm a ver com a opinião de então. E acrescenta que “não somos obrigados a levá-la em conta, não se tem medo que ela venha a se chocar com um desmentido”.

Relativamente aos pontos de convergência entre a história e o jornalismo, Sousa (2006, p. 250) explica que a notícia pode ser afetada pelo momento histórico e sentido de realidade das pessoas, a depender de seus valores, normas, crenças, ideias e relações sociais estabelecidas. Para o autor, os efeitos das notícias estão relacionados a um conjunto de circunstâncias de uma dada sociedade, sejam elas ideológicas, sejam culturais, política entre outras. Sobre a notícia jornalística e seus preceitos históricos, Sousa (2006) conceitua que:

É o produto da interação histórica e presente (sincrética) de forças pessoais, sociais (organizacionais e extra-organizacionais), ideológicas, culturais, históricas e do meio físico e dos dispositivos tecnológicos que intervêm na sua produção e através dos quais são difundidas (Sousa, 2006, p. 240).

Quando se trata do jornalismo impresso, existe um ponto importante que deve ser considerado: o tempo demandado no processo de produção, que vai da emissão até recepção do produto pelos leitores. Do trabalho técnico do jornalista, com a coleta do material e o tratamento técnico das informações, até a distribuição de um periódico, passando pela revisão, edição, editoração e impressão, existe um espaço significativo que promove um distanciamento entre a palavra escrita e a leitura em si, a interpretação da mensagem final.

Traquina (2005, p. 19) conceitua que, segundo a ideologia profissional, o “jornalismo é a realidade”. O autor considera que há verdade nessa afirmação, uma vez que se trata de um acordo, entre os profissionais e os que consomem o conteúdo jornalístico, como leitores, ouvintes e telespectadores. É com base nesse pressuposto do contrato firmado que o jornalista confere credibilidade às histórias que conta, que passam a ser declaradas como reais e, posteriormente, são transmitidas ao público no

formato noticioso. Relatar a realidade dos fatos, tais como aconteceram, seria o princípio norteador do trabalho do jornalista.

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Kieling (2014, p. 60) pondera que tanto a história quanto o jornalismo estão “impregnados pela ação humana, pelos contextos, pelos resultados, pelas finalidades”, mas não podem romper com a narrativa da realidade. Conforme a visão da autora, os eventos que fizeram parte de um passado distante ou estão ligados a uma contemporaneidade só podem ser revividos na forma discursiva e, quando têm contato com o leitor, “são novamente ‘protocolados’ em uma tradição: as regras e os sentidos linguísticos, a cultura, o contexto, as experiências individuais.”

Antunes (2007, p. 32) trata do ato de narrar do jornalista como uma condição de compreensão, em que “implica o acontecimento numa referência a sua própria história”, ou seja, “o presente das coisas passadas”. O autor reflete sobre o fato em si não como sendo diferente da história, mas sim constituindo o “presente das coisas presentes”. Conforme reflete o autor, “o presente das coisas futuras é a própria expectativa do desenrolar-se, de sequência, posta pelo acontecimento” (Antunes, 2007, p. 32).

Ao referenciar Jean-François Tétu, Antunes (2007, p. 26) argumenta que as informações produzidas pelo sistema midiático poderiam significar uma nova forma de relação da sociedade com o tempo, e que os acontecimentos são como “matéria-prima da ação dos meios de comunicação de massa”. Para Sousa (2006, p. 242), as notícias seriam “um produto da história, durante a qual agiram as restantes forças que enformam as notícias que existem no presente”. A história seria, para o autor, a maneira de narrar e descrever, os meios de produzir e difundir.

O presente fornece o referente que sustenta o conteúdo e as circunstâncias actuais de produção. Ao ser simultaneamente histórica e presente, a notícia é sincrética (Sousa, 2006, p. 242).

Charaudeau (2006, p. 133) pondera que o caráter de cotemporalidade que define a atualidade da mídia não deve ser confundido com o de outros domínios. O

autor argumenta que o espaço e o tempo considerados pela história, em especial o que é delimitado como contemporâneo, é muito mais extenso do que para outros campos do conhecimento. Esse paradigma seria definido com base na permanência das organizações que compõem uma sociedade, e em como os povos e as nações se comportam em seu imaginário social diante dos valores simbólicos que os sustentam. A contemporaneidade da mídia seria, conforme o autor, baseada na aparição de o acontecimento ser mais substancial que a transmissão e o consumo da notícia.

A noção da atualidade é de importância central no contrato midiático, tanto que se pode dizer que é ele que guia as escolhas temáticas. Isso explica duas características essenciais do discurso de informação midiático: sua *efemeridade* e sua *a-historicidade* (Charaudeau, 2006, pp. 133-134).

Ainda que seja possível considerar o texto como um “artefato linguístico” referente a um determinado período da história, um fator importante a ser destacado quando se analisa um produto jornalístico é apontado por Sousa (2006, p. 238), ao afirmar que as notícias são uma construção e não se trata de “espelhos das realidades a que se referem”. Com base nesse pensamento, haveria sempre “algum grau de distorção entre a realidade e as notícias”, o que seria um elemento passível de avaliação quando a cobertura jornalística é observada isoladamente, sem considerar os demais atores sociais daquele contexto.

Horta (2010, p. 13) trata do elo entre a construção da memória coletiva e os conteúdos midiáticos. Segundo a autora, para que haja a produção de sentido, a audiência deve ter conhecimento prévio dos códigos utilizados, bem como a competência leitora necessária para a compreensão da realidade transmitida pelos textos jornalísticos. Assim, no processo de produção e difusão desses conteúdos, a mídia enquadraria seus discursos com base no conjunto de “valores, imagens, representações e conhecimentos que formam a cultura dominante”.

A produção de informação mediática pode consequentemente entender-se como uma forma de mediação cultural organizada de modo a «localizar» a actualidade noticiada nos «mapas» de interpretação da realidade partilhados no interior da sociedade (Horta, 2010, p. 13).

Lopes (2002, p. 6) considera como relevante o papel da mídia no processo de edificação da memória da sociedade, tendo como pilar o registro documental. Conforme o autor, os meios de comunicação detêm arquivos que podem ser utilizados e veiculados incontáveis vezes, sejam os produzidos por eles mesmos, ou por outras pessoas e instituições que os tornam acessíveis. Seria então, por esse prisma, a mídia capaz de reproduzir as visões do passado a partir da captura de textos, imagens e sons de dado acontecimento ou momento histórico. Um testemunho pretérito ganharia vida no presente a partir da captura, da validação e da exibição de um documento a partir da esfera jornalística para a esfera pública.

A interpretação da fonte utilizada agrega novos valores ao que é exibido, transmitido, escrito etc. Por sua vez, os receptores das mensagens as lerão de acordo com suas percepções previamente definidas, em um processo contínuo ao mesmo tempo mimético e adaptativo, que inclui possibilidades de conservação e ruptura (Lopes, 2002, p. 6).

Um ponto importante acerca da seleção das informações consideradas mais relevantes pela mídia relaciona-se aos assuntos e abordagens invisíveis ou “os silêncios”, como denomina a Horta (2010, p. 13). Conforme a autora, quando um tema não é tratado pela agenda midiática, e isso acontece de forma sistemática, há uma tendência de que ele não influencie a agenda pública de modo significativo. Segundo Horta, ao priorizar um tema, angulação ou aspecto da realidade em detrimento de outros, os veículos midiáticos “avivam determinados conceitos ou tipificações do real”. E complementa sua argumentação ao afirmar que “a amplificação da memória realizada pelos *media* torna-se simultaneamente um processo de filtragem”.

Sobre o tema do silenciamento midiático, Benetti (2007, p. 115) afirma que é de esperar que o discurso jornalístico seja plural e, por isso, acredita-se que os textos expressem a “pluralidade de visões sobre um determinado tema”. No entanto, conforme a autora, isso nem sempre acontece, já que “em estudos do discurso, o não-dito tem tanta força quanto o dito”. Por tal razão, é fundamental que o pesquisador conheça o assunto que irá estudar, para depois de mapear os sentidos presentes no discurso, possa identificar os que estão ausentes. Para Benetti (2007, p. 115), a análise do silenciamento é das “mais fascinantes e produtivas dos estudos do discurso.”

Com base nos conceitos e discussões apresentadas, pode-se dizer que as impressões históricas da atualidade em relação ao passado podem ser entendidas como uma construção estabelecida por emissores e receptores no processo de comunicação, em que o discurso da mídia é um dos protagonistas. A memória coletiva é elaborada a partir de simbolismos da vida em sociedade, que incorpora tanto os comportamentos e eventos vivenciados individualmente, quanto os que ecoam no decorrer dos tempos, no imaginário humano, dos tempos do passado até a contemporaneidade.

A notícia é um produto elaborado pelos atores do sistema jornalístico que, diante dos acontecimentos do cotidiano, organizam as informações utilizando-se de linguagem e ferramental próprios, para que chegue ao público de forma clara e objetiva, tendo como premissa a exposição dos múltiplos lados e visões de um mesmo fato. O presente é o tempo do jornalismo, que atua como sentinela, sempre atento ao que acontece e pode ser considerado relevante para o maior número de pessoas e, desse modo, possa transmitir as informações com a maior brevidade e veracidade possível dentro dos critérios de noticiabilidade. É a atualidade que faz do discurso noticioso um instrumento objetivo do presente.

O jornalismo não representa a história em si, mas atua como coparticipante quando constrói um discurso próprio e característico do seu tempo, que depende do contexto e da realidade social e cultural no qual está inserido. Nem sempre é possível prever as motivações, nem mesmo por quais razões uma notícia foi veiculada sob um determinado ângulo em detrimento de outros. Da mesma forma, é uma tarefa discutível identificar e buscar compreender como foram recebidas as opiniões veiculadas nos jornais sobre um evento em cada momento da história.

Podem-se estabelecer conexões, buscar registros que comprovem, ou não, determinados fatos e posicionamento da Imprensa, mas, por outro lado, procurar razões não altera os elementos simbólicos presentes em um discurso, independentemente de qual seja. Um texto pode ser entendido como autônomo ao findar-se em si mesmo, dado que a interpretação irá depender do interlocutor e de seu repertório acumulado ao longo da vida, sua visão de mundo e expectativas em relação ao texto midiático. Mesmo sem considerar as motivações, a procura de significado de um discurso é a base de qualquer leitura e análise interpretativa.

É importante ressaltar que os olhos do presente não conseguem capturar todas as nuances, fatos e motivações que envolvem um momento histórico e, ainda menos, quais foram as influências e pressões políticas que atuaram sobre os profissionais e veículos de comunicação quando um evento foi noticiado. A cobertura jornalística carrega um discurso particular, com características e regras predefinidas, e é construído com propósitos específicos, entre eles, o mais pertinente e essencial: o de informar sobre a realidade dos fatos, o mais próximo possível de como e porque aconteceram.

Um texto jornalístico é passível de ser analisado, interpretado e compreendido em si mesmo, bem como o discurso que carrega, considerando ou não os fatores e influências externas. É com base nesses pressupostos que se torna possível realizar uma leitura analítica tendo como parâmetro o olhar sensível e acurado, valendo-se da assimilação consciente dos possíveis significados, intenções e interpretações que os textos guardam em sua essência.

2.2 Aspectos do discurso jornalístico

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar, comparativa e historicamente, o discurso das revistas brasileiras femininas e de informação geral sobre a educação da mulher no período entre 1827 e 1997. Assim, esse tópico pretende tratar de forma geral alguns aspectos discursivos do jornalismo e de que modo os conhecimentos e metodologias da Análise do Discurso são utilizadas para compreender a cobertura dos periódicos impressos, sejam eles jornais, revistas, semanários, folhetins, entre outros formatos midiáticos.

A Análise do Discurso é um campo teórico, mas também uma linha de pesquisa e base metodológica utilizada para desenvolver estudos nas mais diversas áreas das Ciências Sociais, incluindo os que envolvem o texto jornalístico. A Análise do Discurso é uma ferramenta validada no âmbito acadêmico e será utilizada na presente investigação com o objetivo de interpretar e buscar compreender a cobertura midiática sobre um tema em dado período histórico e contexto social. Para Iñiguez (2004, p. 53),

a Análise do Discurso, além de ser uma alternativa metodológica, é também uma perspectiva a partir da qual é possível analisar os processos sociais.

No que tange à relevância que os estudos dos meios de comunicação ganharam nos últimos tempos, Iñiguez (2004, p. 109) afirma que tal evidência se deve, em particular, à centralidade desses processos na constituição, manutenção e desenvolvimento nas sociedades. Segundo o autor, historicamente, a origem desse movimento pode estar relacionada aos meados da década de 70 do século XX. Foi nesse período que, na França, iniciou-se uma tradição influenciada pelas correntes estruturalistas, marxistas e da psicanálise. Na mesma época, no contexto anglo-saxão, tem início a “Etnografia da Comunicação” (Iñiguez, 2004, p. 109).

A Teoria do Jornalismo tem sido progressivamente edificada desde 1690, quando foi apresentada a primeira tese de doutoramento sobre notícias ou, quem sabe, desde os estudos sobre a retórica na Grécia e na Roma Antiga (Sousa, 2004, p. 44). De lá para cá, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento estudam, analisam e interpretam os textos impressos dos mais variados gêneros jornalísticos, com a intenção de compreendê-los, encontrar respostas, simbolismos, sentidos, significados ou mesmo a confirmação de hipóteses em suas investigações.

Dentre as diversas manifestações discursivas está o discurso informativo, o qual Charaudeau (2006, p. 42) afirma representar uma relação. Para o autor, “o sujeito informador só pode construir sua informação em função dos dados específicos da situação de troca”. O discurso informativo estabeleceria uma relação com o imaginário do saber, mas também com o imaginário do poder, ou seja, pela autoridade que o saber confere. Assim, as esferas de informação exerceriam uma relação de poder sobre o outro e, considerando as mídias, é possível afirmar que constituem, também, uma parte do poder social.

A verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz. No caso, o discurso de informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável, e com consequências diversas, efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização (Charaudeau, 2006, p. 42).

Segundo Rodrigues (2010, p. 67), o discurso não é uma função midiática, mas sim o produto do seu funcionamento. As mídias desempenham também outras funções, mas é o discurso o seu objetivo, a sua expressão final. O autor faz a interessante comparação sobre esse tema quando afirma que: “os media produzem discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitectos projectam edifícios”. Na opinião do autor, uma das principais características do discurso midiático é o fato de ele se apresentar como acabado e de “funcionar aparentemente sem intermitências nem vazios”.

Rodrigues (2010, p. 67) avalia que os discursos do cotidiano são intermitentes, pontuados e repletos de hesitações e silêncios. Argumenta que o discurso midiático, ao contrário, flui em constância, sem interrupções, numa série de enunciados encadeados que se apresentam acabados, “escondendo os seus processos de gestação”, o processo ferramental do jornalismo, e destaca o uso da terceira pessoa, que representa o emissor ausente, a impessoalidade, numa estratégia de “referencialidade universal dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar e do tempo da fala do enunciador”.

Uma das funções comunicacionais mais importantes do discurso mediático, além da função referencial, que consiste em dar conta dos acontecimentos que ocorrem no mundo, é a função fática, que consiste no estabelecimento, na manutenção, no reforço e eventualmente no restabelecimento do contato com o público (Rodrigues, 2010, p. 68).

Para Sousa (2006), os discursos jornalísticos incidem sobre a realidade, e é desse modo que se concretiza a sua função de informar. O autor ressalta que esses discursos também apresentam certos enquadramentos para os temas, ou seja, são organizados de tal forma para que sejam capazes de direcionar a construção de significados. E referencia Tuchman (1978) ao utilizar-se de uma simbologia para ilustrar o conceito: “a melhor metáfora para a noção de enquadramento é a de janela” (Sousa, 2006, p. 681). Conforme explica o autor, a janela nos daria uma visão de mundo, mas ela seria condicionada pelas suas características, como tamanho, transparência, opacidade e distância a que estamos dela.

A enunciação jornalística dá-nos igualmente uma visão de determinados aspectos da realidade, mas essa visão é contaminada pelos constrangimentos da linguagem, da enunciação, do enunciador e do receptor, etc., à semelhança do que acontece quando observamos o exterior por uma janela (Sousa, 2006, p. 681).

Outra característica do discurso midiático apresentada por Rodrigues (2010, p. 44) é a da polifonia. O autor explica que essa pluralidade de vozes manifesta-se no interior do texto e são independentes, mas também formam uma combinatória. Todos os textos seriam dialógicos, inclusive os monofônicos, que ocultam os diálogos, mas a diferença está nas tensões e conflitos explicitados pelas vozes sociais. Desse modo, a polifonia no discurso mediático poderia situar-se em diferentes níveis, “desde o mais superficial o do discurso relatado, até aos níveis mais profundos das alusões e da heterogeneidade de sentidos” (Rodrigues, 2010, p. 44).

Com base nas reflexões, é possível considerar que o discurso jornalístico é essencialmente narrativo e pode ser entendido como um resultado de sua função primordial, a de informar sobre os fatos considerados importantes e que são de maior interesse para determinado público, respeitando os critérios de noticiabilidade. Tais critérios da notícia foram sistematizados e discutidos por diversos autores, como Galtung e Ruge (1999), Wolf (1999), Sousa (2002) e Traquina (2005), que contribuíram significativamente para não apenas identificar, mas também investigar como se encadeia a dinâmica da produção da notícia a partir deles.

Vale ressaltar que, embora tais definições sejam os pilares para a prática jornalística, não cabe aqui detalhar cada um dos critérios de noticiabilidade a partir dos respectivos autores, mas, pela sua relevância para as Teorias do Jornalismo, valem ser mencionados de modo geral. É possível sintetizar os critérios que tornam uma informação uma notícia elegível para publicação, ou seja, que cumpra os requisitos do “valor-notícia”. Segundo Wolf (1999, p. 195), a noticiabilidade é um conjunto de elementos pelos quais um veículo de comunicação controla e gera a quantidade e o tipo de acontecimentos definindo qual, ou quais, entre eles, podem ser considerados notícia.

Galtung e Ruge (1999, pp. 70-71) enumeram no relevante estudo de 1965, os vinte fatores que influenciam na dinâmica e na construção da notícia. De forma concisa,

estariam elencados: a frequência ou a amplitude, a intensidade e o aumento da intensidade, a inequivocidade, a significância, a proximidade cultural, a relevância, a consonância, a predicabilidade, a exigência, a imprevisibilidade, a impredicabilidade, a escassez, a continuidade, a composição, a referência a nações de elite e às pessoas de elite, a referência a pessoas e a referência a algo negativo.

A questão suscitada por Wolf (1999, p. 195), e que cabe ser respondida pelos profissionais do cerne do fazer jornalístico, é “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?”. As respostas delineadas por diversos autores da Teoria do Jornalismo transitam, em resumo, entre: a novidade, a atualidade, o inesperado, o inusitado, a relevância, a proximidade, a notoriedade, a negatividade, o ineditismo, entre outros.

Traquina (2008, p. 77) trata dos critérios de noticiabilidade e também da diferença entre os “valores-notícia de seleção” e os “valores-notícia de construção”, aspectos fundamentais para compreender o que rege o olhar e fazer no jornalismo. Além disso, o autor tem uma visão mais global dos caracteres que fazem de um fato uma notícia, ao colocar em discussão as questões como tempo e rotina de produção e os fatores mercadológicos do sistema jornalístico, como a seleção de assuntos e o espaço reservado a cada um deles nas seções e editorias.

Embora os valores-notícia façam parte da cultura jornalística e sejam partilhados por todos os membros desta comunidade interpretativa, a política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos por diversas formas (Traquina, 2008, p. 93).

Em suma, a notícia publicada é um recorte da vida real, sujeita aos variados critérios de noticiabilidade e estabelecidos pelo sistema de comunicação de uma dada sociedade. O discurso jornalístico é envolto por uma série de elementos e características próprias que o tornam um gênero singular. Por suas características complexas e intrínsecas, a dinâmica da notícia estabelece um discurso carregado de elementos simbólicos de uma dada cultura, na época e no contexto em que está inserido. Ao considerar sua relevância, penetração e influência social, os discursos presentes nos

veículos de Imprensa tornam-se passíveis de análise e estudo por diversas áreas do conhecimento.

2.3 Hermenêutica e Análise do Discurso

Neste tópico será apresentado um panorama do pensamento hermenêutico moderno, em especial de Friedrich Schleiermacher, Hans-Georg Gadamer, Richard Palmer, Wilhelm Dilthey e, de modo mais aprofundado, de Paul Ricoeur, autores que fundamentam a metodologia utilizada para analisar os textos publicados nos jornais e revistas da presente pesquisa: a hermenêutica cultural e histórica, que enfatiza a interpretação e a compreensão dos discursos, não voltada para uma vertente crítica.

A hermenêutica é um campo da filosofia que estuda a teoria da interpretação, seja a sua arte, seja a prática interpretativa. O método hermenêutico nasce com a tradução da Bíblia judaica para o grego e, em geral, está associado aos estudos interpretativos das escrituras sagradas. A palavra hermenêutica tem origem no verbo grego *hermeneuein*, comumente traduzido por “interpretar”, e no substantivo *hermeneia*, que significa “interpretação”. O nome Hermes, deus olímpico da linguagem e da escrita, tem origem na palavra grega *hermeios*. Segundo Palmer (2018, p. 28), são termos que fazem referência às “ferramentas que a compreensão humana utiliza para chegar ao significado das coisas e para o transmitir aos outros”.

Assim, o processo de tornar compreensível associa-se a Hermes na representação de um mediador, tradutor e portador de mensagens. Conforme Palmer (2018, p. 29), está implícito no antigo uso das vertentes básicas patentes no significado de *hermeneueine* *hermeneia*. O autor indica que essas palavras aparecem inúmeras vezes e em muitos textos da Antiguidade:

Aristóteles no *Organon* considerou que o tema merecia um tratado importante, o famoso *Peri hermeneias*, “Da interpretação”. A palavra aparece na sua forma substantiva em *Édipo em Colono*, e muitas vezes em Platão. Encontram-se inúmeras formas do termo na maior parte dos escritores antigos mais conhecidos, como Xenofonte, Plutarco, Eurípedes, Epicuro, Lucrecio e Longino (Palmer, 2018, p.28).

Paul Ricoeur (2020, p.12) também faz alusão aos gregos ao refletir sobre o discurso e a interpretação e detalha que “o discurso exige dois signos básicos, um nome e um verbo, que se conectam numa síntese que vai além das palavras”. O autor faz referência a Aristóteles no seu tratado *Da Interpretação*:

Um nome tem um significado e um verbo tem, além do seu significado, uma indicação do tempo. Só a sua conjunção produz um elo predicativo, que se pode chamar *logos*, discurso. Esta unidade sintética é que comporta o duplo acto de afirmação e negação. Uma afirmação pode ser contradita por outra afirmação e pode ser verdadeira ou falsa (Ricoeur, 2020, p. 12).

A hermenêutica desenvolveu-se e aprimorou-se ao longo do tempo e pode ser definida em seis campos distintos, que representam momentos históricos importantes. Cada um deles corresponde a uma abordagem ou pontos de vista diferentes diante da problemática da interpretação, mas refletem similar relevância:

1) uma teoria da exegese bíblica; 2) uma metodologia filológica geral; 3) uma ciência de toda a compreensão linguística; 4) uma base metodológica dos *Geisteswissenschaften*; 5) uma fenomenologia da existência e da compreensão existencial; 6) sistemas de interpretação, simultaneamente recoletivos e iconoclásticos, utilizados pelo homem para alcançar o significado subjacente aos mitos e símbolos (Palmer, 2018, p. 53).

Conforme afirmam Mota e Porto (2017, pp. 25-26), a hermenêutica contemporânea, especialmente ligada a Gadamer, Heidegger e Ricoeur, tem uma dimensão histórica, existencial e simbólica. Conforme explicitam, a linha de estudos ganhou força tendo como base a escola filosófica do romantismo alemão.

Segundo Bleicher (1980, p. 355), a teoria hermenêutica serve-se do recurso metodológico do “círculo hermenêutico”. Por meio dele é possível compreender um texto através da interpretação recíproca de um todo e dos seus elementos constituintes. O círculo hermenêutico revelado pela filosofia envolve, também, o sujeito da interpretação, “destruindo assim a concepção subjetivista das ciências hermenêuticas, ao indicar a função da historicidade do sujeito” (Bleicher, 1980, p. 355).

Em *Teoria da Interpretação*, Ricoeur (2020, p.11) retorna a Platão, no *Crátilo*, ao tratar da problemática da “verdade” das palavras isoladas ou nomes. Para o autor, “o

logos da linguagem requer, pelo menos, um nome e um verbo” e é com base no entrelaçar dos dois que se tem a primeira unidade da linguagem e do pensamento, o que constituiria uma frase. E complementa que, “mesmo esta unidade suscita uma pretensão à verdade; a questão tem ainda de decidir-se em cada caso.”

Sobre a interpretação, Palmer (2018, p. 30) afirma que a tarefa consiste em “tornar-se algo que é pouco familiar, distante e obscuro em algo real, próximo e inteligível” e elucida sobre o sentido de *hermeneuein* ao definir a primeira orientação hermenêutica como a de “expressar”, “afirmar” ou “dizer”, relacionando-a à função enunciativa de Hermes.

A segunda orientação seria a de “explicar”, na qual a ênfase se dá no “aspecto discursivo da compreensão” e “aponta para a dimensão explicativa da interpretação, mais do que para a sua dimensão expressiva”. Nesse sentido, as palavras não seriam limitadas a dizer algo, mas sim explicam, racionalizam e clarificam algo (Palmer, 2018, p. 37). A terceira orientação tem relação com o “interpretar”, no sentido de “traduzir”. A tradução seria uma forma especial do processo de interpretar, de tornar compreensível o que é “estrangeiro, estranho ou ininteligível, utilizando como *medium* a nossa própria língua” (Palmer, 2018, p. 46).

A hermenêutica, conforme Schleiermacher e Dilthey, inclinou-se a identificar a interpretação como a categoria de “compreensão” e definiu-a como o processo de reconhecer a intenção do autor “do ponto de vista dos endereçados primitivos, na situação original do discurso” (Ricoeur, 2020, p. 38). Compreender um texto seria “um caso particular da situação dialógica em que alguém responde a mais alguém”. O autor explica que essa “concepção psicologizante” da hermenêutica influenciou a teologia cristã, os acontecimentos seriam eventos linguísticos, o querigma (*kerygma*), a pregação do Evangelho.

O que se pode comunicar é, antes de mais, o conteúdo proposicional do discurso, e retrocedemos assim para o nosso critério principal – o discurso como evento mais o sentido. Porque o sentido de uma frase é, por assim dizer, “externo” à frase, pode transferir-se; a exterioridade do discurso a si mesmo – que é sinónima da autotranscendência do evento na sua significação – abre o discurso ao outro. A mensagem tem o fundamento da sua comunicabilidade na estrutura da sua significação. Isso implica que comunicamos a síntese da função de identificação (Ricoeur, 2020, pp. 30-31).

Segundo Ricoeur (2020, p. 47), a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir quando o discurso é escrito. O autor defende que há uma dissociação da significação verbal entre o texto e a intenção mental do autor, na qual se estabelece o conceito de inscrição do seu significado decisivo, “para além da mera fixação do discurso oral prévio”. Por essa abordagem, a inscrição passa a ser sinônimo de autonomia semântica do texto, que resultaria em uma desconexão da intenção mental do autor e o significado verbal do texto.

A carreira do texto subtrai-se ao horizonte finito vivido pelo seu autor. O que o texto significa interessa agora mais do que o autor quis dizer, quando o escreveu (Ricoeur, 2020, p. 47).

Ao tratar da escrita, Ricoeur (2020, p. 55) afirma que, graças a ela, o ser humano “tem um mundo e não apenas uma situação”, e que essa extensão gera o que define como “implicações espirituais da substituição do suporte corporal do discurso oral pelas marcas materiais”. Por essa perspectiva, o texto liberta a referência dos limites de uma situação, tornando o mundo um conjunto de referências abertas. “Graças à escrita, as obras da linguagem tornam-se tão autossuficientes como as esculturas” (Ricoeur, 2020, p. 51).

Para Berger (2010, p. 18), a reflexão hermenêutica tem como objetivo transformar o distante em próximo e o estranho em familiar. Segundo a autora, essa reflexão acontece por meio de um “discurso racional orientado pelo desejo do diálogo com o objeto” que se analisa. E acrescenta que a intenção, a partir dessa perspectiva, é a de que haja um enriquecimento e um aprofundamento da compreensão do papel do conhecimento na sociedade.

Mota e Porto (2017, p. 20), ao conceituarem e definirem hermenêutica, afirmam que, além de se tratar de uma atividade que promove a circulação de sentido das coisas e, ao contrário de ser a “ciência da interpretação”, ela se apresenta anterior a isso. Para os autores, “a hermenêutica é uma atividade que já traz em si o significado

das coisas, cabendo ao ser humano a sua compreensão e divulgação do significar falando.”

Para tratar do processo da interpretação, é imprescindível considerar o papel do intérprete à luz da hermenêutica. Para tanto, recorre-se à Gadamer (*cit. in* Bleicher, 1980), que levanta a questão dos possíveis preconceitos do analista. Segundo o autor, ao estar diante de um texto em busca de sua compreensão, o leitor está preparado para que este lhe diga algo. Desse modo, a mente preparada pela hermenêutica deve ser, desde o início, “sensível à novidade do texto”.

Na perspectiva de Bleicher (1980, p. 157), quando um intérprete confronta o texto com as suas concepções, ele não visa reproduzi-lo no seu estado primitivo. Para o autor, o texto representa, em todas as épocas, mais do que a intenção do autor, mas também é lido de formas diferentes sendo, desse modo, “a compreensão um esforço produtivo”. Nesse processo, os preconceitos serão revelados, seja adequado ao conteúdo, seja alterado, proclamando, então, a chamada verdade do texto.

A respeito do princípio da sensibilidade diante do objeto, nem a “neutralidade”, nem a anulação da personalidade daquele que interpreta, mas sim “a assimilação consciente dos significados prévios e dos preconceitos”. O mais importante é estar consciente da própria predisposição, “para que o texto se possa apresentar em toda a sua novidade e conseguir, assim, afirmar a sua própria verdade, por oposição aos nossos sentidos” (Gadamer *cit. in* Bleicher, 1980, p. 155).

Sobre o processo interpretativo, Barbosa (2020, pp. 117-118) afirma que há certa dose de imaginação do pesquisador. “É preciso visualizar, na letra escrita do documento, a cena construída, imaginá-la e buscar suas múltiplas significações.”. Conforme a autora, ao acessar documentos e buscar desvendar seus múltiplos processos comunicacionais, o leitor não apenas observa o que foi guardado na imobilidade daquelas fontes, mas “o ato de torná-las novamente presentes faz delas experiência viva e comunicativa, na qual o pesquisador também se inclui”.

Na busca de compreender qual seria, então, a principal tarefa do intérprete, Bleicher (1980, p. 161) afirma que a experiência hermenêutica é uma experiência

dialógica. Desse modo, cabe ao intérprete tentar descobrir qual é a pergunta a que o texto vem dar a resposta, ou seja, compreender um texto é compreender a pergunta. Entre pergunta e resposta, “um texto acaba por ser um acontecimento ao ser actualizado na compreensão, que representa uma possibilidade histórica”. Segundo o pensamento do autor, “ao entendermos a pergunta colocada pelo texto, fizemos já a pergunta a nós próprios e, por conseguinte, abrimo-nos novas possibilidades de sentido” (Bleicher, 1980, p. 161).

Gadamer (*cit. in* Bleicher, 1980, p. 167) elucida a questão dialética quando afirma que “a compreensão fundamental representa o campo da hermenêutica universal”. Assim, perguntas e a respostas funcionariam como uma base proporcionada pela linguagem, e para ilustrar, utiliza como exemplo a constatação de participantes que dialogam e chegam a um acordo diante de um determinado assunto.

A hermenêutica de Ricoeur busca um equilíbrio dialético entre explicar e compreender. Já a teoria do conflito das interpretações, desenvolvida por Ricoeur, é o grande contributo do autor para o pensamento hermenêutico. Como explica Bleicher (1980, p. 304), a interpretação dos textos, à qual Ricoeur se dedicou, seguiu uma vertente de busca do objeto simbólico. E evidencia que um princípio de sua abordagem é o distanciamento e a determinação da objetividade do sentido contido num texto.

O ponto de partida fenomenológico de Ricoeur leva a uma ampliação desta perspectiva e à reconsideração da relação entre fenomenologia e hermenêutica, especialmente na sua forma ontológico-existencial (Bleicher, 1980, p. 304).

Conforme destacam Mota e Porto (2017, p. 37), Ricoeur apresentou uma nova metodologia de pesquisa para as Ciências Sociais ao buscar compreender um recorte específico da realidade a partir da forma como ela era apresentada e em qual contexto foi contada. Ricoeur dá um passo além ao indicar que os símbolos e os mitos convidam ao pensamento, conferem sentido e devem ser interpretados no seu próprio nível, com um conjunto específico de regras. Outro aspecto refere-se a uma “enumeração de formas simbólicas” e a uma “criteriologia”. Para Bleicher (1980, p. 308), “este nível de análise corresponde à abordagem eidética e coloca entre parênteses qualquer sentido existencial.”

Ao aproximar a reflexão para a esfera jornalística, Berger considera que os estudos nessa área fazem parte de uma prática dialógica que integra a formação das Ciências Sociais e Humanas. Para ela, “as teorias do jornalismo como uma parte devem saber como ‘trabalham’ as outras partes e como a sua parte é trabalhada pelo todo” (Berger, 2010, p. 18).

Sobre a hermenêutica e comunicação, Bleicher (1980, p. 353) afirma que:

As ciências hermenêuticas ajudam à preservação e extensão da comunicação sobre o sentido da vida, os objectivos do desenvolvimento sócio-político, os estilos de vida públicos e privados, etc., tornando acessível o sentido de textos e acções e, por sua vez, antecipando ou projectando possíveis formas de (melhor) vida.

Mesmo a hermenêutica ricoeuriana sendo profunda e complexa, é possível enumerar os seus pontos principais, de modo a facilitar a sua compreensão. Em primeiro lugar, destaca-se o conceito de “experiência”, aqui referido sobre o aspecto sensível das coisas para, posteriormente, ser interpretada. O tempo presente é o da circunstância, aquele que será considerado também pelo seu carácter histórico. O segundo aspecto elencado é o conceito de “tempo”, o qual envolve a experiência humana e o tempo narrativo, incluindo nesse arcabouço, os elementos de natureza simbólica. O terceiro e último tópico é o conceito de “texto”, considerado por Ricoeur como um modelo interpretativo de referência. O autor trata-o como um objeto independente, que fala por si mesmo, soberano diante das intenções de quem o escreve.

Com base nos conceitos apresentados, Ferreira (2002, p. 13) faz um apanhado das temáticas aqui discutidas ao afirmar que o acontecimento midiático, pela perspectiva da análise do discurso, com uma interface com a hermenêutica, amplia-se em três grandes áreas, que seriam como “campos férteis entrelaçados”. Para o autor, “o conhecimento do contexto sócio-histórico, o jogo dos três presentes e a tensão entre latência-atualidade”. E finaliza ao afirmar que a partir dessa confluência de saberes é possível “enriquecer as reflexões no que tange à teoria do acontecimento, aos estudos de jornalismo, assim como as vértebras que sustentam o domínio da análise do discurso”.

E suma, pode-se afirmar que a hermenêutica é um caminho metodológico para se compreender os sentidos dos discursos humanos, em especial no estudo e na apreensão de textos escritos, que são abertos a interpretações. É importante considerar de modo objetivo os elementos presentes no original investigado, bem como os signos, símbolos e a linguagem inerente ao próprio texto. Seria, portanto, principalmente o significado dos textos o objeto central de análise, e não o acontecimento em si que a narrativa evoca. Ao relacionar o discurso dos periódicos aos princípios teóricos da análise do discurso de matriz hermenêutica, tem-se um terreno amplo e seguro para a construção de novos saberes no campo comunicacional.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE ANÁLISE DO DISCURSO DO IMPRESSO

No *Capítulo III* será apresentado o percurso metodológico adotado para analisar, comparativa e historicamente, o discurso dos impressos brasileiros – femininos e de informação geral – sobre a educação da mulher. A primeira parte irá discorrer sobre de que modo foram categorizados os textos para as análises quantitativas e os princípios metodológicos adotados para as análises qualitativas do discurso. A segunda parte irá explanar sobre como foram definidos os recortes históricos, escolhidos os periódicos e como se realizou a construção do universo amostral.

3.1 Metodologia de Análise do Discurso

O método de Análise do Discurso é um dos mais usados nas Ciências Humanas e Sociais, em especial nas Ciências da Comunicação. Por tal razão, optou-se por essa metodologia para desenvolver a pesquisa dos textos publicados nos periódicos impressos, no qual a garantia de validação científica foi considerada primordial. Além disso, considerou-se o método adequado para o tipo de pesquisa que se propõe desenvolver. Para que a investigação se tornasse mais ampla e completa, optou-se em elaborar, em primeiro lugar, as análises quantitativas e, na sequência, as análises

qualitativas do discurso, que associadas conferem um resultado mais completo e fidedigno.

Para a organização da pesquisa, as análises do discurso serão apresentadas separadamente e nomeadas, por convenção, como: análise quantitativa e análise qualitativa. Todavia, nas conclusões da investigação, ambas serão analisadas de modo inter-relacionado e complementar. Conforme afirma Sousa (2006, p. 660), “para se chegar à substância de um discurso, o mais útil é complementar a análise quantitativa com a análise qualitativa.”

Iñiguez (2004, p. 132) explica que, para elaborar uma análise do discurso, três procedimentos práticos são fundamentais: definir o processo que se pretende analisar, selecionar o material relevante para a pesquisa e, finalmente, desenvolver as análises propriamente ditas. Para o autor, o trabalho analítico consiste em “examinar cuidadosamente os textos, buscando todas as possíveis leituras e identificar os efeitos mais conectados com a relação social que queremos elucidar” (Iñiguez, 2004, p. 139).

Segundo Sousa (2006, p. 660), a análise do discurso tem como objetivo “desvelar a substância de um discurso entre o mar de palavras” e, complementa ao indicar que “um enunciado possui a inferências entre essa substância e o contexto em que o discurso foi produzido”. Em termos conceituais, a análise do discurso quantitativa também pode ser denominada análise de conteúdo. Quando é qualitativa, em geral, denomina-se como análise do discurso.

Sobre o campo metodológico e de pesquisa, Bardin (2006, p. 27) esclarece que a análise de conteúdo não é um instrumento, mas “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Para a autora, trata-se de um “leque de apetrechos” marcado por uma “grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. Bardin (2006, p. 37) sintetiza a definição de análise de conteúdo como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2006, p. 37).

De acordo com Wimmer e Dominick (1996, pp. 145-146), as investigações quantitativas lutam pela amplitude, enquanto as qualitativas o fazem pela profundidade. As diferenças básicas entre ambos os enfoques resultam de maneira mais evidente no modo de configurar a mecânica do trabalho, sobretudo nos aspectos nucleares de todo o processo de investigação. Segundo os autores, apesar das diferenças, muitos investigadores combinam as duas óticas para obter um conhecimento mais completo dos fenômenos estudados.

Antes de dar início às análises propriamente ditas, o material deve ser preparado. Primeiramente, foi feita a impressão das páginas dos jornais e revistas selecionadas, assim como das grelhas que auxiliariam no processo de estratificação dos dados coletados durante a leitura. Todos os textos escolhidos para as análises foram identificados com data de publicação, nome do periódico e número da página no original com o objetivo de facilitar a organização do trabalho. A última etapa da metodologia é a de tratamento e análise dos resultados obtidos e, finalmente, a de interpretação dos dados, utilizando-se dos princípios definidos na fase de construção do *corpus* de análise.

Sobre tal etapa da investigação, Moreira (2011, p. 275) afirma que durante o percurso de busca e consulta de documentos, o pesquisador costuma ser solitário. A autora ressalta que esse momento pode representar uma espécie de diálogo com o material pesquisado. E diz, ainda, que é importante que o pesquisador observe a possibilidade de “riscos metodológicos” e de “desvios na aplicação”, o que pode levar a equívocos nos resultados. Para a autora, “cabe ao pesquisador manter-se consciente e atento para os desvios que muitas vezes apresentam-se na aplicação do método.”

No âmbito da análise do discurso, a metodologia adotada para investigar os textos será a descritivo-analítico, tendo como base a hermenêutica cultural e histórica, que enfatiza a compreensão dos discursos, não voltada para uma vertente crítica. Em outras palavras, o que se propõe é descrever os eventos a partir da observação, classificação e categorização dos elementos percebidos nos textos. Ademais, interpretá-

los, analisá-los e relacionar os fenômenos entre si de maneira sistemática e objetiva, com enfoque na compreensão do significado simbólico das mensagens textuais.

Segundo Bardin (2006, p. 29), a descrição analítica funciona segundo “procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A autora se refere ao tratamento dado à informação e afirma que, em muitos casos, a análise não se limita ao conteúdo da mensagem, podendo ser, ainda, uma análise de significados e dos significantes. Embora o tratamento descritivo não seja de uso exclusivo da análise quantitativa, sendo utilizado também em outras disciplinas, o procedimento continua fundamental e relevante.

A análise qualitativa do discurso foi planejada com o objetivo de confirmar, ou refutar, as hipóteses e responder às perguntas de investigação formuladas no início da pesquisa. Os dados obtidos nas análises quantitativas são o ponto de partida para a etapa interpretativa, hermenêutica, mais aprofundada, que considera, também, trechos destacados durante a leitura que conduzem para a obtenção de respostas que auxiliem na compreensão do discurso midiático acerca do tema. O olhar atento sobre os elementos textuais faz parte do trabalho minucioso e paciente no qual deve se fundamentar uma análise do discurso qualitativa.

Conforme Bardin (2006, pp. 108-109), a análise qualitativa apresenta algumas características particulares, especialmente na elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. A autora diz que o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a “inferência” ser fundada na presença do índice e “não sobre a frequência de sua aparição, em cada comunicação individual”. Sobre a análise qualitativa, a autora afirma que o método:

Pode funcionar sobre um *corpus* reduzido e estabelecer categorias mais discriminadas, visto não estar ligada, enquanto análise qualitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas, para que os cálculos se tornem possíveis (Bardin, 2006, p. 108).

Segundo Wimmer e Dominick (1996, p. 146), a investigação qualitativa pode ser considerada um excelente método de compilação e análise de dados, mas é importante destacar que tais estudos têm limites interpretativos. Isso significa que tal

modalidade para os estudos dos meios de comunicação só existem com o reconhecimento de suas limitações. Os autores recomendam que não seja utilizada uma amostra muito pequena e com unidades que não sejam representativas de um conjunto, sob o risco de equívocos no resultado da pesquisa.

Conforme Sousa (2006, p. 679), devem ser apresentados apenas os dados que serão interpretados. O pesquisador deve procurar “individualizar, circunscrever e definir os itens que vai analisar nos documentos que se propõe analisar”. No decorrer da análise, é fundamental que seja feito o registro dos dados de cada documento, frase ou palavra, considerado como parte integrante do levantamento, em que se deve procurar e captar os pormenores textuais, como “a emotividade dos títulos, o recurso a figuras de estilo e outras modalidades de significação nos textos, a utilização de linguagem de recorte literário.”

Para que a metodologia da pesquisa fosse apresentada de modo mais elucidativo, optou-se em abordar parte dos preceitos teóricos concomitantemente ao relato da aplicação de cada uma das abordagens analíticas do discurso, tanto a quantitativa quanto a qualitativa. Em outras palavras, os caminhos adotados serão relatados na medida em que são descritos e detalhados no tópico a seguir.

3.2 A construção do *corpus* de análise

Com o objetivo de compreender como a imprensa brasileira abordou as transformações relacionadas à educação da mulher ao longo da história, o primeiro ponto a ser definido seria o recorte temporal no qual se daria a pesquisa. Ao constatar que foram, principalmente, as mudanças na legislação que promoveram grande parte das conquistas femininas em termos educacionais, estabeleceu-se que o ano de cada um dos marcos legais seria o fator mais adequado para as delimitações históricas do estudo.

Ao estabelecer o parâmetro legislativo como uma condição inicial para a pesquisa, buscou-se quais seriam as leis na área da educação mais importantes que entraram em vigor no Brasil e que, de certa maneira, afetaram diretamente o acesso educacional de meninas e mulheres, independentemente da idade, e em todos os níveis e

ambientes de estudo, seja ele doméstico, ou em estabelecimentos de ensino formais e informais. Foram consideradas como esferas educativas as aulas com professores particulares, a instrução no âmbito familiar e a educação oferecida por instituições públicas, privadas, de ordens religiosas ou associativas, no Brasil e em outros países.

O *Capítulo I* da pesquisa se dedicou à apresentação de um panorama histórico sobre o desenvolvimento educacional da mulher no Brasil, contemplando de forma geral o contexto social, cultural e político de cada um dos marcos legais escolhidos para a investigação. Portanto, os tópicos apresentados no presente capítulo irão se concentrar na estrutura e nos parâmetros metodológicos adotados e construídos para a elaboração das análises, sem se deter aos pormenores que já foram esmiuçados anteriormente.

Em virtude das características gerais da investigação, e ao levar em conta a historicidade, um dos pontos considerados para as análises foi o contexto. Sobre a importância do contexto para o processo interpretativo e os resultados, Sousa (2006, p. 660-661) afirma que:

Embora incida sobre o objecto delimitado pelas hipóteses e perguntas de investigação (texto), deve atender ao contexto do fenómeno estudado e às circunstâncias em que este ocorre, para que a interpretação dos resultados seja a mais correcta (Sousa, 2006, p. 661).

Sobre a mesma questão, Iñiguez (2004, p. 147) afirma que “todo o enunciado colocado em um discurso do idioma por parte de um sujeito é histórico”, e desse modo está “historicamente condicionado”. O autor avalia que a análise do discurso deve considerar sua análise a partir da perspectiva do contexto. Assim, haveria a “compreensão do social a partir da análise e interpretação do discurso”, mesmo que os estudos estritamente linguísticos considerem essa possibilidade insuficiente para a tarefa.

Também Benetti (2007, p. 108) faz considerações sobre o aspecto do contexto ao afirmar que o fato de “o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais”. Assim, segundo afirma a autora, deve-se deixar de lado a ideia de que “o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos”.

Sabemos que a relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso. O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação (Benetti, 2007, p. 109).

Conforme o exposto, e tendo como ponto de partida as principais mudanças na legislação educacional brasileira, foram estipulados cinco eventos históricos como pontos de delimitação temporal para a investigação, os quais serão tratados como “marcos legais”, e que compreenderam o período de 170 anos, entre 1827 e 1997. Seguem abaixo e consolidados na tabela 1.

a) Marco Legal I – Lei Geral, de 15 de outubro de 1827, que instituiu a educação pública no Brasil e determinou que fossem criadas escolas em todo o país, mas ainda com distinção no ensino de algumas disciplinas conforme o gênero, feminino e masculino.

b) Marco Legal II – Decreto Leoncio de Carvalho, de 19 de abril de 1879, que inicia o processo de organização da escola pública. As mulheres tiveram autorização do governo para estudar em instituições de ensino superior.

c) Marco Legal III – Menção Constitucional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 16 de julho de 1934, que define e regulariza a organização da educação com base nos princípios da Constituição. A educação passa a ser vista como direito de todos os brasileiros, sem distinção de gênero.

d) Marco Legal IV – Criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1961.

e) Marco Legal V – Regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, em vigor até os dias de hoje.

Período	Lei	Data	Marco legal
I	Lei Geral	15 de outubro de 1827	Institui a educação pública e determina que sejam criadas escolas em todo o país, mas com distinção no ensino de algumas disciplinas conforme o gênero.
II	Decreto Leoncio de Carvalho	19 de abril de 1879	Início do processo de organização da escola pública. As mulheres têm autorização do governo para estudar em instituições de ensino superior.
III	LDB	16 de julho de 1934	Define e regulariza a organização da educação com base nos princípios da Constituição. A educação passa a ser vista como direito de todos, sem distinção de gênero.
IV	LDB	20 de dezembro de 1961	Criação da primeira versão da LDB.
V	LDB	20 de dezembro de 1996	Regulamentação da LDB, em vigor até hoje.

Tabela 1. Leis Educacionais do Brasil selecionadas para a pesquisa.
Fonte: Elaboração própria.

Após definir quais seriam os marcos legais da história da educação brasileira para a pesquisa, o segundo passo foi selecionar quais os periódicos teriam a cobertura analisada. Para alcançar o objetivo de obter as respostas às perguntas às quais a investigação se propõe, foram escolhidos dois impressos para cada marco legal, sendo um de informação geral e um voltado ao público feminino. Tal estratégia foi considerada fundamental para que fosse possível comparar os discursos de ambos em um mesmo momento histórico.

Os cinco critérios de seleção dos periódicos foram os seguintes: 1) ser veículo jornalístico publicado no formato impresso, preferencialmente revista semanal, quinzenal ou mensal, ou jornal diário, caso não houvesse a primeira opção; 2) estar em circulação no ano de, pelo menos, um marco legal; 3) ser representativo de uma época, seja por sua importância no cenário social, cultural e político ou, como última possibilidade, por ser o único publicado naquele ano; 4) ter maior tiragem e/ou maior tempo de circulação e 5) manter o acervo impresso e/ou digital disponível para consulta.

Segundo Sousa (2004, p. 05), no campo da análise do discurso jornalístico impresso, normalmente é relevante considerar os jornais e as revistas que serão analisados, bem como “as circunstâncias do fenômeno que está a ser estudado e o conhecimento científico relevante para a interpretação dos dados recolhidos durante a pesquisa (Sousa, 2004, p. 5).

O critério de priorizar os impressos em formato revistas deve-se ao fato de se tratar de produtos jornalísticos mais bem elaborados e com quantidade menor de exemplares em um mesmo período, se comparado aos jornais diários. Desse modo, o *corpus* de análise torna-se mais qualitativo do que quantitativo, compreendendo textos mais aprofundados sobre os temas relacionados à evolução educacional da mulher. A disponibilidade e o acesso ao acervo dos periódicos em sua integralidade também foram um dos fatores considerados para a escolha dos jornais e das revistas. Esse critério é pertinente para que outros pesquisadores possam consultar o material analisado, caso tenham interesse.

Outras particularidades também foram avaliadas para priorizar as revistas na construção da amostra. Algumas delas são apontadas por Scalzo (2003, p. 13) como a função de cumprir demandas culturais mais complexas do que apenas a transmissão de notícias. Por causa da periodicidade mais ampliada – semanal, quinzenal ou mensal –, as revistas apresentam entretenimento, análises, reflexões e contribuem com a concentração e a experiência da leitura. A autora reitera que a história das revistas indica que seu início não objetiva a transmissão de notícias, mas sim a de instruir e entreter os leitores. Conforme define a autora, “revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos” (Scalzo, 2003, p. 14).

Foram levados em consideração, ainda, os municípios de fundação de cada um dos periódicos impressos, optando-se pelos sediados no Rio de Janeiro ou em São Paulo, centros urbanos brasileiros onde havia, e ainda há, maior concentração populacional e que foram, antes de Brasília se tornar capital do país, em 1960, os cenários culturais e sociais onde se deram as decisões políticas da maioria dos marcos legais elencados para a metodologia desta pesquisa.

Por não haver uma revista de informação geral que contemplasse os critérios de seleção para o ano da Lei Geral de 1827, optou-se por escolher um jornal impresso, o *Diário do Rio de Janeiro*, fundado em 1821 e com circulação até 1878. Para representar as edições voltadas ao público feminino, escolheu-se o *Espelho Diamantino*, periódico quinzenal carioca publicado entre os anos de 1827 e 1828, considerado o primeiro do segmento a circular no país.

Para o marco legal de 1879, relacionado ao ano da criação do Decreto Leoncio de Carvalho, selecionaram-se também dois impressos do Rio de Janeiro, sendo a *Revista Illustrada*, como a escolhida para compor a amostra de informação geral, e o *Echo das Damas*, como a publicação feminina. A primeira revista tinha a periodicidade semanal e circulou entre os anos de 1876 e 1898. A segunda, direcionada às mulheres, era veiculada quinzenalmente e foi publicada de 1879 até 1888.

Os dois primeiros marcos legais da Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB), de 1934 e 1961, tiveram os mesmos impressos selecionados para ambos os períodos, sendo a revista *O Cruzeiro*, como a definida para representar o veículo de informação geral, e o *Jornal das Moças*, como o direcionado às leitoras do sexo feminino. *O Cruzeiro* circulava semanalmente, de 1928 a 1979 e, o *Jornal das Moças*, também semanal, de 1914 até 1965. Tal decisão é interessante para comparar se houve mudança na cobertura dos mesmos veículos, de um período para o outro.

Duas revistas de circulação nacional foram escolhidas para marcar o ano de regulamentação da Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB), em 1996, sendo a semanal *Veja*, lançada em 1968, como a de informação geral, e a revista mensal *Claudia*, lançada em 1991, como a publicação direcionada ao público feminino. Ambas pertencem à Editora Abril, com sede em São Paulo, e ainda estão em circulação no Brasil nos formatos impresso e digital.

A seguir a tabela 2, que apresenta uma síntese do que foi estipulado sobre os marcos legais e os impressos selecionados para a pesquisa, sejam eles de informação geral ou direcionado ao público feminino, assim como a periodicidade de cada um deles em termos comparativos:

Período	Ano	Geral	Circulação	Feminino	Circulação
I	1827	<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	1821-1878 (diário)	<i>Espelho Diamantino</i>	1827-1828 (quinzenal)
II	1879	<i>Revista Illustrada</i>	1876-1898 (semanal)	<i>Echo das Damas</i>	1879-1888 (quinzenal)
III	1934	<i>Revista O Cruzeiro</i>	1928-1975 (semanal)	<i>Jornal das Moças</i>	1914-1965 (quinzenal)
IV	1961	<i>Revista O Cruzeiro</i>	1928-1975 (semanal)	<i>Jornal das Moças</i>	1914-1965 (semanal)
V	1996	<i>Revista Veja</i>	1968-- (semanal)	<i>Revista Claudia</i>	1991-- (mensal)

Tabela 2. Marcos legais e periódicos selecionados para a pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

Nos capítulos que compreendem as análises quantitativas e qualitativas do discurso, do IV ao VIII, serão apresentados dados e características pertinentes aos periódicos selecionados para a pesquisa, bem como a trajetória de cada um deles. Reconhecer o momento histórico auxilia no entendimento da realidade social, cultural e política à qual os veículos estavam inseridos. O objetivo é recordar a importância dos periódicos para a Imprensa no Brasil e, também, referenciar os pesquisadores da área da história do jornalismo. Vale sublinhar que a evolução do pensamento feminista brasileiro também fará parte do contexto apresentado, já que o movimento foi primordial para a elaboração de leis específicas e para a conquista dos direitos educacionais da mulher.

Com base nos estudos de Wimmer e Dominick (1996, p. 170), a composição da amostra deve seguir um procedimento normalizado e cada um dos elementos deve ter idênticas possibilidades de serem incluídas nas análises. Os processos de avaliação e codificação também devem ser sistemáticos, tratando todos os conteúdos examinados de maneira exatamente igual. Os autores reforçam que, por avaliação sistemática, entende-

se que um único critério deve ser aplicado de forma equivalente em todo o estudo, caso contrário, um procedimento de análise diverso provocaria uma confusão de resultados.

Desse modo, após eleger os períodos e os veículos impressos que fariam parte do universo de análise, a próxima etapa seria definir um método para selecionar os textos. Inicialmente, estabeleceu-se cada marco legal como sendo um ano-base, contudo, para que a amostra tivesse um número de textos suficientes para compreender o estudo, considerou-se pertinente abarcar, também, um ano antes e um ano depois de a lei ter entrado em vigor. Ao seguir esse parâmetro, seria possível comparar se houve alteração no volume ou no tom da cobertura da imprensa em decorrência das novas leis.

A decisão de englobar três anos de edições consecutivas de cada impresso também envolve o fato de os periódicos serem semanais, quinzenais ou mensais, com exceção de *O Diário do Rio de Janeiro*, o que poderia reduzir significativamente a probabilidade de se encontrar material dentro dos critérios de análise em um período de apenas um ano, inviabilizando a recolha de dados. Ao seguir tal preceito metodológico, o levantamento dos textos seria realizado dentro das datas reunidas na tabela 3:

Período	Ano da Lei	Impressos Analisados	Período Amostral
I	1827	<i>Diário do Rio de Janeiro</i> (geral) <i>O Espelho Diamantino</i> (feminino)	1º de janeiro de 1826 a 31 de dezembro de 1828
II	1879	<i>Revista Illustrada</i> (geral) <i>Echo das Damas</i> (feminino)	1º de janeiro de 1878 a 31 de dezembro de 1880
III	1934	<i>Revista O Cruzeiro</i> (geral) <i>Jornal das Moças</i> (feminino)	1º de janeiro de 1933 a 31 de dezembro de 1935
IV	1961	<i>Revista O Cruzeiro</i> (geral) <i>Jornal das Moças</i> (feminino)	1º de janeiro de 1960 a 31 de dezembro de 1962
V	1996	<i>Revista Veja</i> (geral) <i>Revista Claudia</i> (feminino)	1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1997

Tabela 3. Impressos analisados e o período amostral.
Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos períodos, ou dias, para a seleção da amostra, Wimmer e Dominick (1996, p. 177) indicam que eles devem ser definidos em função da incidência do fenômeno em questão, ou seja, para uma incidência menor, deverá ser incluído um recorte maior para a seleção da amostra.

Sobre os procedimentos essenciais da análise quantitativa do discurso, Sousa (2004, p. 45) afirma que:

São a identificação dos pontos substantivos de um discurso e a sua classificação de acordo com categorias, criadas *a priori* ou, eventualmente, no decorrer da própria análise do discurso (*a posteriori*) (Sousa, 2004, p. 45).

Para iniciar a construção da amostra para a pesquisa, alguns procedimentos foram adotados, a começar com o que Yamaoka (2011, pp. 157-158) chama de “Plano de Busca”. Conforme o autor, antes de usar as ferramentas e os recursos dos sistemas de busca da Internet e, também, para obter os melhores resultados, é essencial elaborar um planejamento. Para tanto, dentro do assunto a ser pesquisado, devem ser formuladas sentenças, quebrar conceitos, definir palavras-chave, listar os sinônimos e as variantes dessas mesmas palavras. O autor afirma que é importante observar os recursos para refinamento disponíveis nos sistemas utilizados, pois eles permitem melhorar ainda mais os resultados.

Diante do tema central a ser pesquisado, o desenvolvimento educacional da mulher no Brasil, os subtemas, ou temas secundários, relacionados precisaram ser listados para a elaboração de uma lista de palavras-chave. A ferramenta auxiliaria no processo de busca dos textos nos acervos digitais. Criou-se, preliminarmente, um grupo de palavras relacionadas ao tema “educação” e, um segundo, indicando termos apropriados ao “gênero feminino” e, um terceiro, com nomes ligados às “legislações”. As palavras-chave foram aplicadas nos mecanismos de busca da mesma maneira e em todos os jornais e revistas consultadas e em todos os períodos históricos definidos na metodologia.

A ideia era que o filtro por palavras-chave facilitasse no processo de busca inicial para que, no momento posterior, fosse feita a leitura minuciosa para verificar se os textos se enquadrariam nos critérios metodológicos da pesquisa. Vale ressaltar que alguns termos foram descobertos ao longo do processo de leitura, especialmente os que possuíam grafia diferente no início do século XIX, como “eschola” e “profesor”, e outros que não são tão comuns no contexto educativo da atualidade, como “discípula” e “pupila”. O mesmo foi considerado para expressões como “instrução” no lugar de educação, as chamadas “primeiras letras”, como era denominado o processo de alfabetização, e, “fazer contas” para o ensino de matemática elementar.

Cada uma das palavras foi pesquisada no singular e no plural a fim de garantir a captura de todos os textos sobre o tema para a construção do *corpus* de análise (tabela 4):

Palavras-chave Educação	Palavras-chave Gênero	Palavras-chave Legislação
aluno	acadêmica	Constituição
aprendiz	aluna	Decreto
colégio	culta	LDB
discente	dama	Legislação
discípulo	diplomada	Lei de Diretrizes e Bases
docente	discípula	Lei Geral
educação	doutora	Leoncio de Carvalho
educando	educanda	Lei de Educação
ensino	estudada	Lei Educacional
eschola	feminina	
escola	filha	
estudante	formada	
estudar	instruída	
estudo	letrada	
faculdade	menina	
formação	mestra	
instrução	moça	
inteligente	mucama	
liceu	mulher	
primário	pupila	
primeiras letras	rapariga	
profesor	sábia	
professor	sabida	
professora	senhora	
secundário	universitária	
universidade		

Tabela 4. Listas de palavras-chave.
Fonte: Elaboração própria.

Três acervos foram consultados para a construção do *corpus* de análise para a investigação. O primeiro, e mais utilizado, foi a plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira (memoria.bn.br), que oferece acesso gratuito e foi consultada para realizar a pesquisa nos seguintes periódicos: *Diário do Rio de Janeiro*, *Espelho Diamantino*, *Echo das Damas*, *Revista Illustrada*, *O Cruzeiro* e *Jornal das Moças*.

O sítio é organizado e eficiente e foi possível fazer as buscas por palavra-chave, bem como salvar as páginas selecionadas em arquivo PDF, sem limite para utilização e tempo de acesso. Apenas a revista *O Cruzeiro* solicitou pagamento para a cedência dos arquivos em alta qualidade, uma vez que os direitos autorais são de domínio dos *Diários Associados Press S/A*. Contudo, a simples visualização e a leitura dos exemplares da revista são de acesso livre no banco de dados.

A segunda plataforma digital utilizada foi a da *Revista Veja*, da Editora Abril (veja.abril.com.br/acervo), que durante o mês de pesquisa, janeiro de 2020, ainda era de acesso gratuito para qualquer usuário da Internet. Porém, verificou-se que em 2021 o acesso ao material só estaria disponível mediante assinatura da revista. O sistema de busca também funciona por palavra-chave, e o banco de dados com todas as edições históricas está disponível para leitura e captura das páginas escolhidas. Os exemplares estão organizados por ordem cronológica e o sistema é de fácil utilização.

A revista *Claudia* foi a mais dificultosa para se conseguir o acesso aos exemplares, dado que as edições do período analisado, de 1995 a 1997, não foram digitalizadas até o momento. Em razão disso, foi necessário contratar um pesquisador e realizar o pagamento por hora para ter acesso ao Dedoc, nome dado ao acervo físico da Editora Abril, com sede em São Paulo. Por meio de videochamada foi possível acompanhar em tempo real a seleção das matérias que, posteriormente, foram digitalizadas e enviadas por e-mail para serem analisadas.

É importante registrar que a escolha da *Claudia* não foi aleatória. Outras revistas femininas de igual importância, como a *Marie Claire*, publicada no Brasil pela Editora Globo, e a *Nova Cosmopolitan*, da Editora Abril, também não têm as edições mais antigas digitalizadas, contando apenas com o acervo físico. Assim, a seleção da *Claudia* foi priorizada por se tratar da revista que está mais tempo em circulação no

Brasil se comparada às outras, desde 1961, além de ser originalmente brasileira. As revistas *Marie Claire* e a *Nova Cosmopolitan* são estrangeiras, sendo a primeira da França e, a segunda, dos Estados Unidos.

Após a seleção dos textos por palavras-chave, o passo seguinte foi realizar a leitura integral do material para criar categorias que pudessem auxiliar no processo de sistematização e análise dos dados e, em um momento posterior, confirmar ou refutar as hipóteses que deram início à investigação. Bardin (2006, p. 111) define o processo de categorização como:

Uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso de análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (Bardin, 2006, p. 111).

Segundo Duarte (2011, p. 79), “categorias são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador”. Elas têm a função de reunir e organizar o conjunto de informações extraídas do processo de fracionamento e de classificação de temas autônomos, mas que estejam inter-relacionados. Mesmo havendo diversos critérios para a definição das categorias, o autor destaca que o principal preceito para criá-las é que elas tenham alguma coerência interna.

Sobre o processo de categorização, Sousa (2004, p. 62), afirma que “o tema de um discurso respeita a relação que esse discurso estabelece com a parcela da realidade a que se refere”. E reitera que, uma vez definido qual o fenômeno a estudar, o analista deve estar atento aos temas e subtemas dos discursos que abordam esse fenômeno. Segundo o autor, “os temas, os subtemas e a forma como são abordados definem os enquadramentos dos discursos”.

No processo de leitura inicial do material selecionado, estabeleceram-se categorias que foram observadas em todos os impressos pesquisados, sem distinção. Algumas categorias foram fixadas antecipadamente e, outras, criadas conforme surgiam e se agrupavam no processo de leitura. As categorias e subcategorias foram definidas

com base nos objetivos específicos e perguntas de investigação. As informações estão sistematizadas na tabela 5 à frente e se justificam a seguir.

O primeiro fator observado durante a coleta do material foi exatamente constatar se o tema “educação da mulher” surgia nos jornais e revistas consultados. Havendo a confirmação, o segundo passo foi identificar as datas das publicações dos textos. O objetivo era notar a incidência, seja ela anterior ou posterior ao marco legal, em cada período histórico, inclusive se houve alguma menção da lei na data em que foi criada oficialmente. Para uma análise geral, será elucidado se houve alguma mudança no tom da cobertura, ou na quantidade de textos, depois de as leis entrarem em vigor, ou se permaneceram com a mesma tendência discursiva e de volume de publicações.

A seção ou editoria onde se deu a publicação foi o segundo tópico a ser observado. Os próprios impressos categorizam os assuntos dos textos na edição, que podem ser editorias fixas e de oportunidade, variáveis, por exemplo: política, comportamento, internacional, notícias, cultura, entre outras. Vale notar que alguns impressos, especialmente os do século XIX, não organizavam a edição por seções ou editorias, mas por colunas com nomes próprios e literários, que serão analisadas caso a caso. Por convenção, os textos que não foram colocados em seções ou editorias serão categorizados como “geral” ou “não especificada”.

O terceiro tópico analisado foi relativamente à autoria do texto. O objetivo foi identificar qual o gênero predominante dos autores, sejam homens, mulheres, se foi utilizado um pseudônimo sem identificação de gênero ou se aparecem como não-assinados. Com o levantamento foi possível constatar se houve alguma tendência de favorabilidade à educação da mulher com base em quem escreve o texto e qual a posição autoral dos periódicos de informação geral e femininos. Outro fator é identificar se houve mudanças no quesito autoria ao longo da história, ao seguir a tendência da maior presença de mulheres nas redações de jornais e revistas brasileiros a partir do processo da chamada “feminilização” da profissão, a partir dos anos de 1990.

Sobre a importância dada à assinatura e à autoria de um texto para a análise do discurso, Sousa (2004, p. 101) pondera que:

A assinatura revela respeito pela autoria, mas, em contrapartida, responsabiliza o seu autor. A falta de assinatura promove a diluição da responsabilidade individual na responsabilidade colectiva (a notícia surge como fruto do periódico no seu conjunto, o que pode ser uma repercussão da cultura organizacional) e obscurece, por vezes intencionalmente, a produção da informação. Verificar se um ou mais textos são ou não assinados pode contribuir para uma análise do discurso mais completa (Sousa, 2004, p. 101).

A categoria de número quatro visa identificar qual a incidência dos gêneros nos textos sobre o tema “educação da mulher”. A primeira divisão foi definida como opinativo, não opinativo, literário e anúncio popular. Cabe aqui destacar os anúncios populares e textos literários como particulares dos periódicos do século XIX, onde havia a presença de contos, historietas e anedotas para tratar dos temas pertinentes àquela época e, se houver ocorrência na amostra, serão analisados com base nesse diferencial.

Como opinativos destacam-se os artigos, comentários, crônicas, cartas do leitor e editoriais. Como não opinativos, as notas informativas, matérias, reportagens, entrevistas, biografias e fotolegendas. Os anúncios populares em formato textual foram considerados, mas como exceção, sendo coletados para o *corpus* apenas em caso de não haver a presença de outro texto sobre o tema no período selecionado. Ou seja, os textos jornalísticos e, na sequência, os literários, foram priorizados na recolha da amostra como critério.

Um ponto observado, e também definido como categoria, relaciona-se às imagens na organização das páginas em que os textos estão inseridos. Embora a pesquisa seja focada na análise dos textos, as fotografias e ilustrações, bem como a sua ausência, também têm um papel importante na construção do discurso. Nesse sentido, as imagens serão levadas em conta, mas de modo complementar, sem se ater aos detalhes específicos das áreas que se dedicam com profundidade aos estudos da composição imagética na organização da página.

As fontes de informação consultadas para a elaboração de um texto estão entre os elementos que mais interferem na angulação e na abordagem de um discurso. Por essa razão, esmiuçar quais foram os atores sociais ouvidos para comentar sobre um fato ou trazer dados e argumentos para um artigo opinativo, foram categorizados durante a

leitura. Esse aspecto pode esclarecer qual a prioridade do veículo no que corresponde à credibilidade dada às fontes, sejam elas governamentais, especialistas, empresas, organismos internacionais, personalidades, instituições de ensino, institutos de pesquisa, entre outras.

Segundo Sousa (2004, p. 61), durante o processo de análise do discurso, o pesquisador deve buscar identificar quais são os objetivos dos enunciadores que surgem no texto, sejam eles o próprio autor ou as fontes de informação consultadas e destacadas. A função de observar tais informações contidas no texto é para compreender o alcance dos discursos, “fazendo um levantamento dos vocábulos, frases, etc. que indiciem esses objetivos”. O analista poderá, ainda, “estruturar as relações entre os protagonistas das notícias, em função dos objetivos dos respectivos discursos” (Sousa, 2004, p. 61).

Sobre o trabalho do analista, Charaudeau (2006, p. 29) pontua que este deve cumprir o papel de observar à distância, com o objetivo de buscar compreender e explicar o funcionamento da “máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar”. O autor afirma que é fundamental tentar compreender os fenômenos livre da arrogância e do preconceito, mas com a atitude propositiva de descrevê-los e de propor interpretações a fim de colocá-los no centro do debate social.

Levando-se em conta que as leis educacionais representam os marcos históricos da pesquisa, avaliou-se como necessário buscar os termos e expressões legais nos textos que tratam do assunto estudado, como “Lei Geral de 1827”, “Decreto Leoncio de Carvalho” e “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Avalia-se, igualmente, a sua ausência em temáticas e momentos em que seria pertinente que cada legislação fosse citada no texto, ou mencionada pelas fontes ouvidas no processo de sua elaboração, seja pelo próprio governo ou atores sociais participantes do evento observado.

O oitavo critério a ser verificado nos textos visou identificar quais os ambientes educativos foram priorizados e se estavam no centro das atenções em cada época. A proposta é elencar se a educação da mulher, no decorrer dos períodos e mudanças

legislativas, era relacionada principalmente à esfera doméstica, escolar, universitária ou em lugares restritos às meninas, como colégios internos e conventos. Esse dado tem o potencial de revelar sobre como a Imprensa abordava o acesso feminino aos espaços educativos, sejam eles formais ou informais, públicos ou privados.

Como sugere Sousa (2004, p. 64), uma análise do discurso pode elucidar quem são os protagonistas nos textos, além de detectar como são enquadrados e, posteriormente, hierarquizar os protagonistas em função da relevância de cada um no contexto, seja principal ou secundária. A estratégia de criar níveis hierárquicos para a exposição de uma informação pode ser aplicada, também, aos cenários, que podem ser de primeiro plano, segundo ou de fundo. Além dessas possibilidades, o autor observa que existem outras maneiras de relacionar os acontecimentos aos protagonistas e, assim, perceber de que modo os argumentos se estruturam no discurso.

Pode também inventariar causas e consequências dos acontecimentos, de acordo com as representações discursivas das mesmas. Pode igualmente evidenciar os argumentos que servem de base a uma determinada tomada de posição, a teia argumentativa que eles formam, etc. (Sousa, 20004, p. 64).

Uma particularidade do discurso foi observada e elevada à categoria nas análises, a qual será chamada nessa pesquisa de “comparação e diferenças”. O texto, seja ele opinativo ou não, compara a educação dada às meninas e aos meninos? O discurso diferencia habilidades inatas para homens e mulheres e, por isso, distribui as disciplinas acadêmicas conforme o sexo? A intenção do questionamento é averiguar se o discurso está imantado com as bases da desigualdade educacional inerente ao gênero ou se prima pela liberdade acadêmica em termos de acesso e oportunidades para todos os estudantes, independente do gênero.

A décima categoria objetiva identificar quais temáticas secundárias são relacionadas à educação da mulher, que também pode ser classificada como o assunto geral do texto. Durante a leitura da amostra, foi possível levantar as que tiveram maior incidência e, assim, foram criadas as subcategorias, como as biográficas, que narram a vida de mulheres pioneiras, as que tratam especificamente dos variados níveis de ensino, cursos que vão dos artísticos aos profissionais, feminismo e defesa de direitos,

mudanças e melhorias na educação, histórias de superação, comportamento e estilo de vida e a realidade feminina em outros países.

A última categoria do método de análise tem como finalidade indicar se o discurso se apresenta como favorável, contrário ou neutro em relação ao desenvolvimento educacional da mulher. Entre os “favoráveis”, estão os que exaltam as conquistas femininas, celebram mudanças legislativas e governamentais, defendem a igualdades de acesso à educação e consideram a instrução como um benefício para meninas e mulheres. Os classificados como “contrários” estão entre os que criticam a igualdade de oportunidades educacionais, principalmente em áreas ditas masculinas, e ambientes como universidades, além dos que supervalorizam o cuidado do lar, do marido e da família em detrimento da formação acadêmica. Os “neutros” são os que apresentam fatos e dados sem se posicionar claramente.

Categorias	Subcategorias	Justificativa
1. Marco legal	Antes Depois	Verificar se houve mudança no tom ou volume da cobertura depois de as leis entrarem em vigor.
2. Seção/Editoria	Agradecimento Biografias Coluna fixa Comentário Comportamento Crônicas Educação Geral Internacional Não especificada Notícias Política Sociedade	Verificar de que forma são categorizados os textos pelos veículos.
3. Autoria	Homem Mulher Pseudônimo sem gênero Não assinada	Identificar o gênero predominante dos que assinam os textos.

4. Gênero	Opinativos Artigo Carta do leitor Comentário Crônica Editorial Não opinativos Entrevista/Biografia Fotolegenda Matéria Nota Reportagem Literário Conto Historieta/Anedota Anúncio Anúncios populares	Identificar a incidência dos gêneros jornalísticos nos textos.
5. Imagem	Ilustração Fotografia Sem imagem	Identificar se o texto é ilustrado e de que forma.
6. Fontes e/ou protagonistas	Aluna Aluno Diretor de colégio Empresário Governo / Ministério da Educação Organismos Internacionais País de alunos Pesquisas científicas Pessoa física (homem) Pessoa física (mulher) Professores Universidade Não especificada	Identificar quais as fontes e/ou protagonistas referenciados no texto.
7. Cita leis	Sim, Lei Geral. Sim, Decreto Leoncio de Carvalho Sim, LDB Sim, outras Não cita	Verificar se o texto menciona alguma legislação educacional.
8. Ambiente educacional	Curso artístico Curso pré-vestibular Curso técnico/profissionalizantes Doméstico Escola/Colégio Faculdade/Universidade País estrangeiro Não especificado	Identificar qual a incidência dos ambientes educacionais no texto.
9. Comparação e diferenças	Sim Não	Identificar se o texto faz comparações e/ou diferencia o gênero feminino do masculino.

10. Temática secundária	Colégio interno/convento Curso técnico/profissionalizante Ensino de idiomas e artes Ensino doméstico Ensino escolar primário/secundário Ensino religioso Ensino superior Estilo de vida e comportamento Biografias e exaltação de conquistas Feminismo e direitos Formaturas e eventos acadêmicos Leis e melhorias curriculares Mercado de trabalho Situação em outros países Não especificado	Identificar quais temáticas secundárias se relacionam à educação da mulher.
11. Tendência	Favorável Contrária Neutra	Averiguar se o discurso é favorável, contrário ou neutro em relação ao desenvolvimento educacional feminino.

Tabela 5. Categorias gerais de análise.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao processo de construção da amostra para, num segundo momento, iniciar a etapa de lidar com ela, Barbosa (2020, p. 116) diz que escolher o material a ser analisado “pressupõe sempre a atitude de dele se despojar”. Conforme esmiúça a autora, a partir de uma série, coleta-se um determinado número de documentos para depois se trabalhar com o que resulta desse processo. Realiza-se “uma arrumação, uma operação de classificação, criando um olhar específico e tentando construir sentido sobre um mundo que se apresenta sempre de maneira fragmentada” (Barbosa, 2020, p.116).

O *corpus* de análise para a investigação foi construído com base no universo total de textos que tratavam, direta ou indiretamente, da educação feminina. É importante enfatizar que o número de textos foi distinto para cada impresso, do mesmo modo como nos períodos e entre os veículos de informação geral e femininos. O *corpus* foi preparado, inicialmente, para as análises quantitativas, sendo necessário um volume maior de textos para se obter resultados possíveis de mensurar com a extração de dados.

Para as análises qualitativas do discurso foram selecionados, dentro do mesmo universo amostral, os textos mais representativos de cada jornal ou revista. A escolha foi limitada a até cinco unidades para cada impresso e período histórico, número

considerado satisfatório para uma leitura analítica do conjunto. Levantar esse número tem a função de equiparar a quantidade de textos entre os veículos ao longo do tempo, possibilitando maior equilíbrio para se realizar a análise comparativa entre eles. Ao seguir o parâmetro, totalizaram 25 textos para o conjunto das análises qualitativas, cinco para cada marco histórico.

Sobre a regra da representatividade no processo de exploração do material para a construção da amostra, Bardin (2006, p. 91) afirma que:

A análise pode efectuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo (Bardin, 2006, p. 91).

Iñiguez (2004, p. 136), sobre a questão da representatividade, diz que o conceito deve ser interpretado em um sentido estatístico. Logo, refere-se aos “componentes de uma amostra que foram extraídos de uma população segundo um determinado procedimento”. Por essa perspectiva, pelas palavras do autor, representaria no sentido de que “aquilo que se descreve ou se conhece para a amostra é generalizável para o conjunto da população” (Iñiguez, 2004, p. 136).

Em relação aos critérios de seleção do *corpus* de análise, Barbosa (2020, p. 101), ressalta que “as revistas, as reportagens e os trechos funcionam como síntese dos argumentos”. A autora argumenta que a delimitação, embora busque critérios baseados na normatização, como “representatividade das publicações, expressividade junto ao público e sua dimensão histórica duradoura” é levada em consideração, na mesma medida, à “subjetividade do pesquisador”, que também volta o seu olhar a trechos que são considerados “síntese dos códigos”, pois certamente assim foi interpretado.

A partir da leitura dos textos selecionados para a composição do universo amostral, foi criada uma grelha para servir de modelo para a estratificação dos dados. A partir de então, foi possível organizar as informações para as etapas de descrição e análises do discurso em si. As tabelas com os resultados serão apresentadas nos capítulos dedicados especificamente às análises, cada um reservado para dois impressos

comparáveis entre si, um de informação geral e um feminino, para um mesmo período histórico e marco legal já delimitados e elencados.

Com os textos lidos, selecionados, e as grelhas preenchidas conforme as regras previamente estabelecidas, o passo seguinte foi desenvolver as análises propriamente ditas. Para as análises quantitativas, como já detalhado, passou-se da descrição para a leitura analítica dos resultados computados, que serão apresentados nos capítulos seguintes. Já para as análises qualitativas, após a seleção dos cinco textos de cada periódico, passou-se para a fase de leitura e análise do discurso de matriz hermenêutica, também fundamentada teoricamente.

Para as análises qualitativas, optou-se em seguir o percurso proposto por Mota e Porto (2017, p. 95), além dos parâmetros teórico-metodológicos já apresentados. De forma breve, *O caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada* consiste em seis passos preliminarmente definidos que auxiliam no procedimento de análise interpretativa de textos. A proposta servirá como linha orientadora e foi concebida sobre os pilares da Hermenêutica de Paul Ricoeur, não invalidando os conceitos e parâmetros aqui apresentados, mas sim somados, enriquecendo a investigação.

Tal caminho escolhido não pretende estreitar as análises, mas sim auxiliar nas leituras, garantindo que os quesitos principais sejam observados e avaliados durante o processo de análise discursiva. De forma resumida, as seis etapas propostas pelos autores são estruturadas da seguinte forma: leitura polissêmica, leitura parafrástica, leitura arqueológica, leitura enunciativa, leitura argumentativa ou estratégia argumentativa e leitura de acontecimento, o que culmina em um conjunto analítico mais completo.

Para tanto, será delineado o ferramental metodológico de forma objetiva e concisa, tendo com embasamento a perspectiva de Mota e Porto (2017, p. 95), que explicam cada uma das seis leituras sistematicamente. As analogias à “massa folhada” e ao “formato de cebola” fazem alusão às finas camadas intertextuais que, ao mesmo tempo, podem ser lidas e interpretadas pela interdependência entre as partes e pela dimensão abrangente. O percurso interpretativo apóia-se no Círculo Hermenêutico, que

se configura na leitura “arredondada”, na qual o todo contém as partes, e as partes contêm o todo.

A primeira leitura, a polissêmica, consiste em se deixar conduzir pela multiplicidade de sentidos. É uma observação livre e silenciosa, sem compromisso, mas atenta às possibilidades. Conforme Mota e Porto (2017, p. 96), o campo polissêmico é vasto porque “pode-se ter as intenções do autor, do locutor, do sujeito da enunciação, as intenções dos alocutários e leitores”, ou seja, a liberdade do próprio texto que pode criar autonomia e sentidos oriundos de “outros discursos adjacentes ou interdiscursos”.

Na leitura parafrástica, a proposta é que o intérprete elabore hipóteses sobre qual seria o entendimento “mais convincente e provável, dentre aquelas diversas possibilidades de sentido mapeadas pela análise polissêmica”. É uma leitura que conduz a escolhas, que procure o sentido de maior predominância dentre aqueles já suscitados. Segundo Mota e Porto (2017, p. 98), seria o sentido literal do texto, no qual há evidências, reforços e redundâncias, para que haja, assim, “uma identificação entre o sentido do autor e o do leitor”. Essa leitura buscaria, ainda, as “paráfrases ocultas e não manifestas” e os sentidos lineares do texto.

Para adentrar a leitura arqueológica, a proposição é que se analisem os aspectos históricos do texto, aqueles que podem explicar o princípio dos sentidos e ideias nele intrincados. Além disso, é fundamental identificar no âmbito da linguagem, a posição do sujeito no discurso e o universo simbólico na leitura de viés histórico. Seriam, na abordagem de Mota e Porto (2017, p. 102), essas formas simbólicas que promovem a ligação entre as “realidades cultuadas na tradição e as realidades hoje historicamente cultivadas”. Trata-se da ponte cultural edificada pelos sujeitos históricos entre o passado, o presente e o futuro.

Os conceitos de ‘formação discursiva’ e de ‘sujeito histórico’ unem duas práticas interpretativas ou dois referenciais metodológicos que integram o quadro da hermenêutica de profundidade (Mota e Porto, 2017, p. 102).

A leitura enunciativa conduz à realidade do sujeito, “essa grandeza observável que chama para si a responsabilidade das narrativas e discursos”, como definem Mota e

Porto (2017, p. 104). Segundo os autores, localizar os sujeitos que fundam um discurso é tão importante quanto encontrar seus preceitos arqueológicos. Por essa perspectiva, para as análises do discurso que tem como base a hermenêutica, identificar a presença do sujeito histórico é essencial para que, na palavra dos autores, “se viabilizem processos de compreensão e interpretação da realidade”.

A quinta leitura apresentada é a argumentativa. No método, cabe analisar quais são as ideias principais evidenciadas no texto, a fim de constatar o tom utilizado como estratégia, seja ele de propósito autoritário, lúdico ou dialético. Conforme elucidam Mota e Porto (2017, p. 106), “o texto autoritário traz em seu sintagma um sujeito que pretende dominar”. Todavia, conforme afirmam os autores, “todo o processo de enunciação poderia ser visto como autoritário”, com exceção do enunciatário e do leitor, que pode simplesmente encerrar a leitura.

A sexta e última etapa é chamada leitura de acontecimento. É o momento no qual o analista procura o que o texto ainda tem a dizer e o que não foi dito, a dinâmica do texto, quando ele ainda está em andamento, acompanhando os fatos conforme acontecem. Mota e Porto (2017, p. 108) afirmam que essa leitura “trabalha em cima da incompletude da linguagem”, mas também, “do encontro entre a estrutura da linguagem com a estrutura da história”. E encerram ao destacar um dos aspectos do jornalismo, “o do poder dos fatos que se desdobram em acontecimentos”.

Para finalizar a explanação metodológica que será utilizada na presente investigação, é importante frisar que, depois de concluída a proposta interpretativa por meio das análises do discurso dos periódicos impressos, entende-se que elas não são conclusivas, mas sim apresentam possibilidades de leitura entre as já existentes, e as que ainda podem surgir. O objetivo é desvendar como se deu a cobertura da Imprensa brasileira sobre o desenvolvimento educacional da mulher e de que modo se mostraram as realidades discursivas dos veículos nos períodos históricos marcados pelas leis de educação do Brasil.

3.3 Síntese metodológica

O presente capítulo apresentou a metodologia utilizada para analisar, quantitativa e qualitativamente, a cobertura da Imprensa brasileira sobre o desenvolvimento educacional da mulher em um período de 170 anos (1827-1997). Para os cinco marcos legislativos mais relevantes da História da Educação Brasil, foram estabelecidos os anos de referência para a seleção do universo amostral: Lei Geral (1827), Decreto Leoncio de Carvalho (1879) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB em três momentos distintos (1934, 1961, 1996), desde a menção constitucional, até a regulamentação.

Os impressos de informação geral e os direcionados ao público feminino estão entre os mais representativos de cada época e foram escolhidos com base em critérios predefinidos. Para o público geral, foram selecionados: *Diário do Rio de Janeiro*, *Revista Illustrada*, *Revista O Cruzeiro* e *Revista Veja*. Como os femininos: *O Espelho Diamantino*, *Echo das Damas*, *Jornal das Moças* e *Revista Claudia*. O objetivo é analisar e comparar os discursos em um mesmo recorte de tempo e, em um segundo momento, ao longo dos anos, conforme as mulheres conquistavam novos direitos educacionais no Brasil.

Foram apresentadas, ainda, as categorias de análise da pesquisa, as ferramentas utilizadas para a construção do universo amostral, os objetivos e os primeiros questionamentos da investigação que a pesquisa pretende elucidar. Os parâmetros metodológicos para o desenvolvimento das análises, quantitativas e qualitativas, foram construídos tendo como referência, principalmente, Barbosa (2020), Bardin (2006), Benetti e Lago (2007), Charaudeau (2006), Duarte e Barros (2011), Iñiguez (2004), Mota e Porto (2017), Sousa (2006) e Wimmer e Dominick (1996), adaptados às características e especificidades a que o estudo se propõe.

As análises foram organizadas em capítulos distintos, sendo cada um deles reservado a um dos momentos históricos definidos previamente. Os jornais e revistas foram analisados aos pares, sendo um de informação geral e um de informação feminina para cada recorte temporal. Primeiramente, será apresentada a análise quantitativa e, posteriormente, a análise qualitativa, para cada um dos veículos impressos. Os textos

pesquisados serão expostos na íntegra e em cópia fiel ao original na parte reservada aos apêndices, o que inclui as imagens e fotografias complementares a cada texto, quando houver.

Os trechos textuais destacados dos periódicos serão transcritos no corpo da análise, de maneira idêntica à publicação, mesmo que não obedeçam aos parâmetros gramaticais e ortográficos da Língua Portuguesa vigente. Optou-se em respeitar a escrita histórica, além do conteúdo e da interpretação. As capas dos veículos não foram analisadas, mas serão apresentadas com a função de ilustrar como eram publicadas em cada período estudado. As tabelas e gráficos de tamanho menor serão apresentados nos próprios capítulos, na sequência em que são citados. Já os que ocupam mais espaço, podem ser consultados nos apêndices, estando com a devida indicação no corpo do texto.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO DISCURSO: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO E O ESPELHO DIAMANTINO (1827)

O *Capítulo IV* será dedicado às análises do discurso dos dois impressos escolhidos para o marco da primeira legislação educacional brasileira, a Lei Geral, datada de 15 de outubro de 1827. Foram selecionados o *Diário do Rio de Janeiro*, como o impresso de informação geral e, *O Espelho Diamantino*, para representar o dirigido ao público feminino. Após a contextualização histórica dos veículos, serão desenvolvidas as análises quantitativas e, na sequência, as análises qualitativas. A parte final traz uma discussão comparativa entre ambos os discursos dos periódicos.

Em 1827, primeiro ano investigado pela presente pesquisa, o Brasil finalizava uma fase de transição, passando do Período Colonial para o Período Imperial. Depois do processo de Independência, que durou de 1821 a 1825, o Brasil reconhecia-se como nação e almejava garantir a união e a autonomia do seu território. Nesse ínterim, nascia a primeira Constituição brasileira, de 25 de março de 1825, que estabelecia um governo monárquico, hereditário e constitucional. Cabe ressaltar que o ambiente social e político em que foi criada a Lei Geral está detalhado no *Capítulo I* e caberá, a partir de agora, apresentar as possíveis conexões entre a primeira legislação educativa brasileira e os discursos dos periódicos analisados no que se refere à instrução feminina.

Segundo Fausto (2006, p. 147), os anos entre 1822 e 1840 seriam marcados por “enorme flutuação política, por uma série de rebeliões e por tentativas contrastes de

organizar o poder”. Nesse contexto, é importante ressaltar o papel da Imprensa, que também veiculava ideias liberais, críticas e modelos políticos divergentes. O jornal *O Tamoio* tinha passado para a oposição depois de medidas autoritárias de Dom Pedro, enquanto os jornalistas Cipriano Barata e Frei Caneca, por meio do *Sentinela da Liberdade* e do *Tifis Pernambucano*, respectivamente, criticavam a monarquia centralizada (Fausto, 2006, pp. 152-153).

De acordo com Barbosa (2010, p. 17), a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) inaugura tanto a impressão quanto a circulação regular de periódicos no Brasil, que paulatinamente tornam-se acessíveis à população. A autora destaca que tal evento abre espaço para outros impressos, como livros, opúsculos, boletins, jornais e impressos clandestinos, como o *Correio Braziliense* (1808-1822). E afirma que, com o advento da Imprensa, criam-se as condições necessárias para que as informações saiam da esfera privada e circulem no ambiente público.

Há a necessidade política e burocrática de ampliar a comunicação para um território mais amplo e entre um maior número de pessoas. Daí para a necessidade de adesão, aprovação e publicização será só questão de tempo (Barbosa, 2010, p. 17).

A História da Imprensa brasileira confunde-se com a história da política, da economia e do desenvolvimento industrial. Os jornais e revistas chegaram ao país no início do século XIX, junto à Corte Portuguesa, e aos poucos espalhavam-se pelas regiões mais populosas. Segundo Scalzo (2003, p. 27), “na década de 1820, a elite brasileira começa a ampliar seu foco de interesse”. A autora afirma que, com a Independência, o Brasil precisava de profissionais, como engenheiros, médicos, cientistas e advogados.

Nesse cenário de transformações sociais, as revistas especializadas também surgem, e com o objetivo de abarcar diversos campos do conhecimento humano. No ano de 1827, acontece pela primeira vez a segmentação por tema e nasce a primeira revista especializada brasileira. *O Propagador das Ciências Médicas*, órgão da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, era um periódico dedicado aos profissionais da medicina que começavam a atuar no Brasil (Scalzo, 2003, p. 28).

Fundado pelo português Zeferino Vito de Meireles e com circulação de 1º de junho de 1821 até 1878, o *Diário do Rio de Janeiro* pode ser considerado, conforme Sodré (1983, p. 50), o primeiro jornal informativo brasileiro. O periódico ocupava-se com assuntos do cotidiano, dedicando-se a temas particulares e públicos de natureza diversa, como furtos, meteorologia, reclamações, divertimentos, correios, achados, leilões, anúncios de compra e venda, entre outros, alinhados à realidade da sociedade brasileira da época, como recompensas para a busca de escravos fugidos e o aluguel de amas de leite. Foi chamado de *Diário do Vintém*, pelo preço baixo, e também como *Diário da Manteiga*, por anunciar o valor do produto quando este chegava à Corte.

Segundo Sodré (1983, p. 51), o *Diário do Rio de Janeiro* era tão ausente em relação às questões políticas, que não noticiou nem mesmo a Proclamação da Independência, publicando apenas, a partir de 24 de setembro, editais sobre o acontecimento. Não registrou também a aclamação, nem o golpe ministerial de 30 de outubro. Por outro lado, ao observar os aspectos editoriais, o periódico é um exemplo de originalidade ao apresentar todas as características de um jornal de informação, algo inédito até aquela data.

Do ponto de vista político, entretanto, em nada alterou o quadro. Se não fez o aulicismo da fase anterior, em vias de ser rompido, não realizou também nada em contrário (Sodré, 1983, p. 51).

Na mesma época, circulava no Rio de Janeiro *O Espelho Diamantino*, um impresso que teve existência curta, de 1827 a 1828, e intitulava-se como um “Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas dedicado às Senhoras Brasileiras”, sendo, provavelmente, o primeiro do país editado para o público feminino (Buitoni, 1990). O periódico foi lançado em 20 de setembro de 1827 e era veiculado quinzenalmente. Seu formato apresentava-se entre o jornal e a revista, com cerca de 20 páginas, e não seguia a convenção do texto dividido em colunas. O último número circulou em 28 de abril de 1828, com 28 páginas.

O Espelho Diamantino era impresso na Tipografia Imperial de Plancher-Seignot, do jornalista francês Pierre Plancher, localizada na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. O redator apropriou-se do pseudônimo de Júlio Floro das Palmeiras para

assinar as publicações. Conforme Duarte (2003, p. 395), a partir do sétimo número, o periódico passou a ser editado pelo então chamado “Senhor Chevalier” e reestruturou-se no aspecto editorial, incluindo novas seções: *Memórias Históricas*, *Notícias Políticas*, *Negócios Nacionais*, *Literatura e Teatro* e *Crônica e Anedota*.

O Espelho Diamantino apresentava ao público feminino um conteúdo variado e informativo, entre artigos, crônicas, anedotas e comentários sobre política, artes, teatro, moda, literatura e cultura. Ao longo da leitura das edições é possível perceber que a figura da mulher era valorizada, como um ser dotado de todas as potencialidades para ocupar os espaços e funções que desejasse na sociedade. Era um periódico de vanguarda que tinha a pretensão de, além de entreter, instruir e esclarecer as mulheres sobre os assuntos mais importantes da época.

Na opinião de Scalzo (2003, p. 28), era uma revista que nascia com o propósito de “deixar a mulher à altura da civilização e de seus progressos”. *O Espelho Diamantino*:

Trazia textos leves e didáticos sobre política nacional e internacional, trechos de romances estrangeiros, críticas de literatura, música e belas-artes, teatro e notícias sobre moda, além de crônicas e anedotas (Scalzo, 2003, p. 28).

Embora a população feminina do Brasil fosse majoritariamente analfabeta, *O Espelho Diamantino* circulava entre as senhoras e defendia ideais de emancipação, reconhecia a importância da instrução feminina e exaltava os feitos de mulheres célebres, em especial os atos de ousadia em prol da liberdade vislumbrados em alguns países europeus. O impresso trazia um tom confidente, de proximidade, apresentando normas de etiqueta e moda para as senhoras da Corte. Além disso, estimulava a ruptura com os padrões de subserviência aos homens, assumindo uma linguagem por vezes irônica e crítica ao fazer referência ao modelo social vigente da época.

No periódico havia espaço para crônicas e artigos com o intuito de confrontar os que defendiam a posição secundária das mulheres na sociedade. Os textos ressaltavam, também, o potencial da cultura brasileira, bem como a qualidade e os talentos artísticos que, segundo o periódico, poderiam destacar-se na Europa. Ao todo

foram publicadas 14 edições de *O Espelho Diamantino*, um impresso que abriu as portas para que outros veículos femininos e feministas surgissem, como *O Espelho das Brasileiras* (1831), o *Correio das Modas* (1839), o *Jornal das Senhoras* (1852), entre outros.

No Brasil do século XIX, várias mulheres fundaram jornais visando esclarecer as leitoras, dar informações, chegando, no final do período, a fazer reivindicações objetivas. Muitas vezes, esses jornais pertenciam a mulheres de classe média, algumas das quais investiram todos os seus recursos neles. Eram tantos que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentos às publicações e ações das mulheres (Telles, 2004, p. 426).

Sobre o surgimento das revistas femininas no Brasil, Scalzo (2003, p. 33) afirma que elas surgiram sem muito alarde e, geralmente, eram escritas por homens. Elas traziam em suas páginas as novidades importadas da Europa, como dicas de moda, culinária, etiqueta e pequenas notícias, valorizando o aspecto da atualidade nas informações veiculadas. O formato permaneceu durante todo o século XIX, com poucas variações, até meados do século XX.

É certo que houve, também, nesse período, publicações feitas de mulheres para mulheres, preocupadas com sua condição na sociedade e seus direitos, mas são poucas e a maioria tem vida curta (Scalzo, 2003, p. 33).

Vale destacar que, com a efervescência social e política perante a recente Independência, obras escritas por mulheres fomentavam os ideais de progresso e liberdade, influenciando a imprensa feminina e feminista daquele período. Em 1832, Nísia Floresta publica o livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, inspirada no pensamento da inglesa Mary Wollstonecraft. A obra fora escrita para confrontar os preconceitos da sociedade patriarcal. Nísia Floresta utiliza-se da escrita para reivindicar igualdade e educação para as mulheres brasileiras (Telles, 2004, p. 405).

Sobre a criação dos periódicos femininos no século XIX, Muzart (2003, p. 226) afirma que a iniciativa partiu da necessidade do debate em prol da conquista de direitos. No Brasil, o primeiro seria o acesso à educação, depois o direito à profissão e, somente no século XX, a luta pelos direitos políticos, com o advento do voto feminino.

Conforme a autora, em praticamente todos os escritos feitos por mulheres da metade do século, até o seu final, encontra-se o discurso pelo direito à educação e à profissão.

Duarte (2003, pp. 34-35) afirma que, no Brasil, a consciência feminista surgiu em consonância com a literatura e a Imprensa, nas décadas iniciais do século XIX. Segundo a autora, quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, rapidamente começaram a ler, o que conduziu à escrita e, por conseguinte, a construção do pensamento crítico. Até mais do que os livros, seria principalmente por meio dos jornais e das revistas que as mulheres informavam-se e disseminavam seus anseios e ideais.

Independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm (Duarte, 2003, pp. 35-36).

É pertinente referenciar a concepção de Barbosa (2010, p. 17) ao tratar do elevado índice de analfabetismo no Brasil do início do século XIX e a relação com os periódicos impressos que despontavam na época. A autora afirma que não bastavam condições políticas e econômicas para que a Imprensa fosse entendida como uma instância de opinião e informação importante. Somente “uma mentalidade abstrata pode atribuir valor efetivo a algo imaterial como ideias que circulam sob a forma de jornais”. E acrescenta que seria necessário um longo tempo para que o “o valor abstrato da imprensa” se espalhasse pelas cidades, criando um público ávido por informações.

Não é tão-somente o analfabetismo que impede a explosão da imprensa. Numa sociedade oralizada por excelência, as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas (Barbosa, 2010, p. 17).

De forma concisa, pode-se dizer que foi consequência da fixação da Família Real no Rio de Janeiro e os costumes transmitidos pela Corte, associados aos pensamentos oriundos da Europa, que a Imprensa, a Literatura e a permissão ao letramento feminino tiveram o seu alavancar. As mulheres foram beneficiadas com a Lei Geral de 1827, mas também com o revelar dos ideais feministas pelas mãos de

escritoras, jornalistas, professoras, dentre outras personagens que conquistaram espaços até então reservados aos homens.

Nessa conjuntura, os primeiros periódicos tiveram papel ímpar por tornarem público, mesmo que ainda de modo incipiente, o debate sobre a educação feminina que, gradualmente, despertava como uma necessidade latente na sociedade brasileira da época. É importante frisar que a maior parte dos periódicos femininos das primeiras décadas do século XIX era escrito por homens, o que evidencia também o papel desses atores na apropriação e abordagem do tema sobre a realidade das mulheres no país.

Logo, tanto *O Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal informativo brasileiro, como *O Espelho Diamantino*, o primeiro concebido especialmente para o público feminino, tiveram ambiente propício e privilegiado para deixarem suas marcas vanguardistas na História da Imprensa. Para tanto, ambos serão analisados a seguir no que compete à cobertura sobre o desenvolvimento educacional da mulher nos anos de 1827 e 1828, período relacionado à legislação que institui o acesso à educação formal no Brasil, a Lei Geral.

4.1 *Diário do Rio de Janeiro*

As próximas páginas serão dedicadas à análise da cobertura do *Diário do Rio de Janeiro*. Primeiramente, serão apresentados os dados quantitativos e, na sequência, os qualitativos, em ordem cronológica da publicação. A capa ilustrativa do jornal pode ser visualizada no apêndice 1, e as cópias dos textos originais, no apêndice 2.

4.1.1 Análise quantitativa

Em 1827 foram publicadas 292 edições do *Diário do Rio de Janeiro* e, em 1828, 301 edições. Os exemplares estão disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional para consulta pública e passaram pela metodologia de busca por palavras-chave para a seleção do *corpus* de análise. Do total, foram identificados 55 textos

tratando de temáticas relacionadas à educação feminina, sendo 25 antes da regulamentação da Lei Geral e, 30, após o marco legal, totalizando 55, o que revela um aumento discreto no volume de textos se comparados os dois períodos.

Ao ler o material coletado, constatou-se que os textos em questão não se enquadravam nos gêneros jornalísticos tradicionais, mas se tratava do que o periódico chamou de *Notícias Particulares*, nome dado à editoria onde o tipo de conteúdo era publicado. A seção era designada pelo *Diário do Rio de Janeiro* como “notícias”, mas segundo os parâmetros que definem e categorizam os gêneros textuais atualmente, seriam identificados como “anúncios populares” ou “classificados”.

Isso significa que, embora os textos tratassem de temas relacionados à educação feminina de forma pública, ou seja, para todos os leitores, eles eram de interesse particular. Todavia, por serem categorizados como de caráter informacional e compreenderem o tema estudado, decidiu-se incluí-los na pesquisa por representarem um contributo significativo ao estudo. A seguir, os dados relativos aos 55 textos que compõem o universo amostral do *Diário do Rio de Janeiro* (tabela 6):

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	25	45%
	Depois	30	55%
2. Seção/Editoria	Coluna fixa	55	100%
3. Autoria	Não assinada	55	100%
4. Gênero	Anúncios populares	55	100%
5. Imagem	Sem imagem	55	100%
6. Fontes e/ou protagonistas	Anunciante	55	100%
7. Cita leis	Não cita	55	100%

8. Ambiente educacional	Doméstico	35	63,6%
	Escola/Colégio	19	34,5%
	Não especificado	01	1,9%
9. Comparação e diferenças	Não	55	100%
10. Temática secundária	Ensino doméstico	32	58,2%
	Ensino escolar primário/secundário	19	34,5%
	Ensino de idiomas e artes	04	7,3%
11. Tendência	Favorável	55	100%

Tabela 6. Dados quantitativos: *Diário do Rio de Janeiro*.
Fonte: Elaboração própria.

Com base nos critérios metodológicos determinados para a pesquisa, os anúncios seriam selecionados excepcionalmente, apenas no caso de não haver a presença de nenhum texto jornalístico ou literário sobre o tema estudado no período em questão. Ao avaliar os textos publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, julgou-se válido considerá-los, uma vez que cumpriam a função de tratar do tema de modo contextualizado e informativo para os leitores daquela época.

Ainda que de modo tangencial, a análise possibilitou compreender sobre o modo como o tema da instrução feminina era entendido e divulgado naquele tempo, ainda que sob a voz anunciante do periódico com “notícias” da população em geral. O formato textual classifica-se como o informe de pessoas comuns, ou de colégios, para um mesmo público leitor, com objetivos notadamente privados e comerciais, ou seja, de divulgação da prestação de serviços educacionais, como escolas e professores particulares, ou de interesse dos pais na contratação destes.

Ao levar em conta uma das características já apontadas sobre o *Diário do Rio de Janeiro*, a de frequentemente abster-se de assuntos de natureza política, a Lei Geral de 1827 não foi citada em nenhuma das 593 edições do jornal durante os dois anos pesquisados, nem mesmo no dia 15 de outubro, data em que a nova lei foi publicada. Assim, é coerente dizer que houve a invisibilidade do tema na cobertura sobre a educação feminina de forma crítica, opinativa ou reflexiva, restringindo-se à abordagem

aos anúncios particulares de ordem cotidiana, ou seja, unicamente voltados para a vida prática da população.

Com base nos dados coletados do *Diário do Rio de Janeiro*, foi possível notar que os textos da amostra não apresentam título, nem assinatura ou autoria. A indicação de fontes e protagonistas mais comum limitou-se à referência da moradia do anunciante quando se fazia referência a uma pessoa física, como professores particulares, oferecendo seus serviços. Quando se tratava da divulgação sobre vagas em colégios, tem-se a informação do endereço completo do estabelecimento de ensino para que os pais possam matricular suas filhas. Não há nenhum tipo de imagem para acompanhar os textos, somente os raros elementos gráficos ao longo da edição, com fins decorativos, de destaque ou como separador de seção.

As personagens mencionadas nos informes são restritas ao âmbito família/escola, estando pais, professores ou diretores de colégios como agentes atuantes no texto, os anunciantes e os interessados nos préstimos. As futuras alunas eram referenciadas comumente como “discípulas”, “meninas”, “raparigas”, “filhas”, “mocambas” e “escravas”, sempre em terceira pessoa, uma vez que os textos não eram dirigidos a elas, mas aos seus responsáveis, aqueles leitores do jornal que poderiam celebrar contrato com mestres particulares para o ensino doméstico, ou com as escolas que tivessem vagas. As fontes de informação restringem-se aos próprios anunciantes.

Quando se examina o ambiente educacional feminino citado nos textos, verifica-se que a maior parte deles, 63,6%, tratam do ensino doméstico, e 34,5%, do ministrado em escolas e colégios. Apenas um texto não foi possível definir o ambiente educativo que se tratava, pois o anúncio era sobre “a venda de um cravo para ensinar uma menina a tocar”. O resultado revela que os anunciantes priorizavam o ensino doméstico com professores particulares em detrimento das recém-criadas escolas regulares para meninas.

Nenhum dos textos revelou diferenças entre disciplinas ministradas em função do gênero da criança. Todavia, alguns informes são claros quando detalham que o ensino em questão é voltado para meninas. Nos textos não se destaca o ensino de meninos e meninas em conjunto, nem dos pais que procuram mestres, nem mesmo dos

que oferecem seus préstimos. O gênero feminino é explicitado na amostra coletada e, por vezes, relacionam o que pode ser ensinado durante as aulas. Sabe-se que a Lei Geral estipulou que o ensino deveria ser ministrado em escolas ou, no mínimo, em salas distintas.

Os temas secundários discutidos nos anúncios apontam para assuntos relacionados à educação de meninas “filhas” e “escravas”, de acordo com os termos utilizados nos textos. A maioria dos anúncios é de professoras estrangeiras e/ou viúvas que se candidatam para o ensino das “primeiras letras”, a “contar” e “prendas do lar”, e de pais de família que procuram mestras para o mesmo fim, somando 63,6%.

O segundo subtema mais abordado, com 21,8%, é o do ensino regular formal, no qual os colégios oferecem vagas e apresentam suas condições e critérios de admissão. O último subtema envolve o ensino especializado de idiomas, desenho, dança, música e a comercialização de instrumentos musicais, com a presença em 14,6% nos textos. Os temas secundários foram reunidos por similaridade e aparecem na seguinte ordem quantitativa, em números totais e percentuais (tabela 7).

Temas secundários	Total	Percentual
Ensino doméstico Professoras estrangeiras e/ou viúvas que se candidatam para ensinar meninas filhas/escravas a ler, escrever, contar e as prendas domésticas. Pais que procuram professores particulares para suas filhas/escravas.	35	63,6%
Ensino escolar Direção de colégios e casas de ensino anunciam vagas para meninas estudarem, internas ou não, várias disciplinas, desde gramática até dança, prendas domésticas etc.	12	21,8%
Ensino especializado de idiomas e artes Anúncio de professoras particulares e venda de instrumentos musicais para o ensino de meninas.	8	14,6%

Tabela 7. Temas secundários: *Diário do Rio de Janeiro*.
Fonte: Elaboração própria.

O último aspecto quantitativo tem relação com a tendência de favorabilidade do jornal sobre o assunto. Após a análise dos textos, considerou-se que o discurso geral mostrou-se favorável à educação feminina. Mesmo tratando-se de anunciantes particulares e informes gerais, é evidente que todos tratavam do investimento financeiro das famílias e das negociações com professores e colégios para que as meninas fossem instruídas, além de se tornarem hábeis na execução de tarefas e prendas do lar. A alfabetização, o ensino de matemática básica, gramática, idiomas, desenho, dança e música aparece nos textos, apontando a abertura do espaço do jornal para as tratativas em questão. Seria, neste caso, uma cobertura que se mostra favorável.

4.1.2 Análise qualitativa

No presente tópico é oportuno lembrar que, de acordo com o apresentado nos princípios metodológicos, as análises qualitativas terão como prática ferramental *O caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada*, proposto por Mota e Porto (2017, p. 95) e fundamentado na Hermenêutica desenvolvida, principalmente, por Paul Ricoeur. Cada um dos cinco textos selecionados do *Diário do Rio de Janeiro* serão identificados, transcritos e analisados por meio das seguintes etapas interpretativas: leitura polissêmica, leitura parafrástica, leitura arqueológica, leitura enunciativa, leitura argumentativa ou estratégia argumentativa e leitura de acontecimento. As cópias dos textos com fidelidade aos arquivos originais estão dispostas no apêndice 2.

O primeiro texto a ser analisado foi publicado na página 31 da edição do dia 1º de fevereiro de 1827, ou seja, antes da promulgação da Lei Geral daquele ano:

A Directora do Collegio novamente estabelecido na rua dos Latoeiros N. 4, não tendo ainda preenchido o numero de Discipulas que tencionava admitir, annuncia ao iluminado Publico que continua a receber Pensionistas, que serão tratadas com abundancia, aceio, e carinho maternal, ensinando-lhes o seguinte: Doutrina Christãa, civilidade, coser, bordar de todas as qualidades, marcar, cortar, e fazer vestidos e enfeites de todas as modas, crivos, meias, e luvas brancas e de côr; ler, escrever, contar, e Grammatica Portugueza; Musica, Dança, Desenho, e Francez: para cujo desempenho tem escolhido, mui probos, e habeis Professores. A pensão das internas he 9\$600 mensaes, Dança 4\$000, cuja prompta satisfação ella espera nos dias de seus vencimentos, para se não comprometter com os differentes Professores (*Diário do Rio de Janeiro*, 1º de fevereiro de 1827, p. 31).

A primeira leitura do texto indica tratar-se de um anúncio da diretora de um colégio interno para o público em geral, o qual se informa apenas o endereço. O informe fala sobre as vagas remanescentes para completar o número previsto de “discípulas” e que o colégio ainda está aberto para o ingresso de novas “pensionistas”. O texto detalha o que será ensinado, como as alunas serão tratadas e os valores a serem pagos mensalmente, o que, segundo o anúncio, deve ser feito pontualmente para não comprometer os vencimentos dos diferentes professores.

A leitura arqueológica possibilita-nos identificar que as disciplinas ministradas para as meninas estão em consonância com o que era ditado para a época, ou seja: doutrina cristã, prendas domésticas, bordado, corte, costura e práticas artesanais diversas, além de ler, escrever, “contar” e gramática. O ensino artístico, como música, desenho e a língua estrangeira, no caso o francês, também aparecem no currículo do internato, incluindo aulas de dança com preço adicional.

A matemática não aparece discriminada no currículo, uma vez que, naquele período, o ensino integral era permitido somente aos meninos, assim como a geometria, conhecimento até então negado para o sexo feminino. Como já foi contextualizado historicamente, e no texto original da legislação, o ensino da matemática ministrado às meninas era restrito às quatro operações, definido pela expressão “contar”, presente no texto aqui analisado.

Ainda sobre o aspecto histórico, é oportuno mencionar que o colégio do anúncio em questão identifica-se como internato de ensino particular, até então reservado às meninas de famílias mais abastadas, a considerar pela variedade e qualidade das disciplinas ofertadas. Ademais, a data da publicação é anterior à Lei Geral, que determinou a abertura oficial das escolas públicas e a frequência feminina nas salas de aula. É sabido que, até 1827, as alternativas de aprendizado para as meninas eram restritas ao ambiente doméstico, aos internatos e aos conventos.

Ao fazer uma leitura interpretativa sob a perspectiva do enunciador, destaca-se a voz da diretora ao apresentar os aspectos positivos do colégio, mas também sobre si

mesma, ao apontar as qualidades próprias do estabelecimento. Ao dizer que as meninas serão “tratadas com abundância, asseio e carinho maternal”, a enunciativa explicita que no internato há fartura, limpeza e amorosidade, tal qual o lar de uma mãe acolhedora que recebe e cuida de suas filhas. As qualidades do ambiente são mencionadas antes mesmo do conteúdo curricular, o que pode sugerir o valor dado a tais características para uma boa escola. O mesmo equivale às duas primeiras disciplinas listadas: doutrina cristã e civilidade, também anunciadas no começo.

A enunciativa demonstra respeito aos leitores, e possíveis pais de alunas, quando os intitula como “iluminado público”. As vantagens elencadas pela direção igualmente são estendidas aos professores, descritos como escolhidos por serem “mui probos”, ou seja, corretos, decentes e honrados, assim como hábeis no desempenho de suas atribuições. Aqui se nota a importância outorgada aos preceitos morais e a integridade dos mestres com os quais as alunas irão conviver e instruir-se.

A leitura argumentativa leva à clareza de um texto com caráter de anúncio com o qual a enunciativa objetiva angariar novas alunas para o colégio. Para tal, utiliza-se da apresentação dos aspectos positivos e dos valores do estabelecimento de ensino, evidenciado por meio de características subjetivas, como o carinho dado às alunas, e os práticos, como o asseio, a abundância e as disciplinas úteis à formação feminina. Ademais, há a menção dos elementos de natureza moral, como o ensino dos preceitos cristãos, da civilidade e da retidão dos mestres.

Por meio do discurso, observa-se a finalidade comercial do colégio, mas também a construção e a confirmação simbólica do que deveria saber uma menina para ser considerada bem-educada, ou seja, o parâmetro dos conhecimentos femininos no contexto da elite carioca de 1827. Por outras palavras, o modelo ideal era ser religiosa, civilizada, asseada, ter conhecimentos de bordado, costura e artesanato para, inclusive, saber enfeitar-se e vestir-se de acordo com a moda da época. Além de tudo, saber ler e escrever corretamente, saber contar, tocar e dançar, compreender a língua francesa e ter como base uma formação alicerçada em valores e preceitos morais.

O texto que será analisado a seguir foi publicado em 1º de setembro de 1827, na página 02:

Se alguma Snra. que saiba bem coser, e igualmente bordar, e se queira encarregar da educação de humas meninas, e tendo com sigo os requizitos que para esse fim se exigem; dirija-se a rua do Alecrim casa N. 268, onde melhor se exporá o tracto, na certeza de que querendo, he para morar na casa da annunciante (*Diário do Rio de Janeiro*, 1º de setembro de 1827, p. 02).

No caso do segundo anúncio analisado, a leitura polissêmica conduz às possibilidades imaginativas sobre como seria a rua do Alecrim, quem seriam aquelas meninas e as prováveis candidatas que se deslocariam ao endereço para as tratativas com a anunciante. A primeira leitura consiste em um emaranhado de vozes, mas também de devaneios sobre cenários, personagens e o desenrolar da história que é contada no texto. O anúncio tem a função breve de encontrar uma professora para meninas, mas que também more na casa onde irá lecionar. Tem-se uma janela textual que revela o fragmento de uma narrativa, isto é, a possibilidade de um enredo, a qual não é possível desvendar sua totalidade, apenas especulá-la.

Ao iniciar a leitura parafrástica, retoma-se o texto para encontrar o sentido mais coerente diante das informações que ele fornece de forma explícita. Objetivamente, tem-se um anúncio em que uma mulher procura uma professora devidamente habilitada, que saiba “coser e bordar” para cuidar da educação de “umas meninas”. O informe destaca que os detalhes serão transmitidos no endereço divulgado, mas revela que a interessada irá morar na casa da anunciante, promovendo de antemão um filtro para as candidatas que não queiram residir no mesmo lugar onde se trabalha.

Ao lançar o olhar arqueológico sobre o texto, tem-se a indicação de que era uma prática comum que uma senhora residisse na casa de uma família para ensinar às meninas os ofícios pertinentes à educação feminina da época, como coser e bordar. Essa singularidade confirma-se com base nos conhecimentos históricos sobre os costumes do Brasil urbano na primeira metade do século XIX. Ademais, é de se notar que o anúncio é promovido por uma mulher, não por um homem na figura de um pai de família, e que ela mostra-se disposta em contratar uma senhora para desempenhar a função de ensinar meninas.

A leitura enunciativa demonstra que a enunciatária, que também não assina o texto, resguarda informações quando não diz a quantidade de alunas que a senhora irá

ensinar, nem mesmo a idade, e qual seria a relação da anunciante com essas meninas. A remuneração, a carga horária, as condições de trabalho e outros detalhes referentes à demanda também foram suprimidos no discurso. Por outro lado, a anunciante esclarece a intenção de transmitir todo o trato presencialmente, no endereço informado, mas sem exprimir data e hora para a conversa.

O texto, em seu aspecto argumentativo, deixa transparecer que a anunciante faz algumas exigências para a interlocutora, como saber coser e bordar bem, ter os requisitos para exercer a função e que, se contratada, resida em sua casa. A linguagem do texto é autoritária por impor certas condições e ocultar outras, revelando-as apenas pessoalmente, o que impede que a leitora interessada obtenha mais informações antes de se apresentar no endereço citado. A manobra de revelar e ocultar pode denotar que a anunciante não deseje manifestar publicamente no jornal todos os pormenores relativos à oportunidade, assim como suas condições financeiras e necessidades familiares.

O texto que será analisado a seguir foi publicado na página 15 do *Diário do Rio de Janeiro* do dia 5 de setembro de 1827, ou seja, às vésperas da criação da Lei Geral:

Na rua da Valla em hum sobrado N. 184, propõe-se a ensinar meninas, e escravas a ler, escrever, coser, e fazer renda com todo o aceyo possível, e preço commodo; quem se quizer utilizar, para ensino de suas filhas, e escravas, dirija-se ao numero a cima (*Diário do Rio de Janeiro*, 5 de setembro de 1827, p. 15).

As duas leituras iniciais, a polissêmica e a parafrástica, transportam o pensamento interpretativo para os sentidos que mais sobressaem no jogo textual. Ao se ter contato com as poucas palavras do informe, é perceptível que se trata de um anúncio no qual uma pessoa, ao que tudo indica uma mulher, “propõe-se” a ensinar: ler, escrever, coser e fazer rendas. As alunas almejadas seriam meninas, “filhas e escravas”, apontadas no texto em separado, porém com o mesmo aprendizado proposto. O endereço completo do sobrado onde há alguém para ensinar, abre o anúncio.

O conhecimento histórico sobre a realidade brasileira de 1827 rememora-nos um período em que ainda havia uma população elevada de escravos, incluindo meninas,

que serviam nas casas de família como “mucamas” ou “criadas”. O anúncio demonstra que parte delas aprendia a ler e a escrever, assim como as prendas domésticas de coser, bordar e rendar. Outro ponto de atenção é que, neste caso, o aprendizado dava-se em conjunto, ou seja, no mesmo ambiente e com a mesma professora, denotando não haver, neste caso, ensino específico para cada grupo de meninas.

Ao partir para a leitura enunciativa, constata-se que o sujeito elabora o texto em terceira pessoa, demonstrando distanciamento em relação ao prestador do serviço. Esse aspecto indica que quem está disponível para ensinar não tem interesse que sua identidade seja declarada no jornal, ou quem redigiu o anúncio tenha sido alguém do próprio jornal. Todavia, a proximidade se dá quando o enunciador assegura duas vantagens relativas aos serviços prestados: o asseio e o preço cômodo, ou seja, além da higiene e do zelo com a classe, o valor investido é acessível a quem deseja levar “suas meninas” para aprender.

A estrutura argumentativa do texto pode ser considerada de viés autoritário quando se observa que a sua função é voltada para a atração de alunas para uma classe particular. Para convencer, o sujeito enunciator do discurso utiliza-se da apresentação de vantagens: como asseio, bom preço e variedade de disciplinas, além da possibilidade de educar filhas e escravas em simultâneo, gerando economia e praticidade. Igualmente ao texto anterior, o anunciante não transmite todas as informações, nem mesmo qual seria o tal “preço cômodo”, deixando os detalhes para o trato no endereço informado.

O anúncio abaixo, de 19 de janeiro de 1828, página 63, é o primeiro analisado após a publicação da Lei Geral no Brasil.

Na rua da Mizericordia, N. 59, ha huma Senhora filha de Portugal, livre de familia, que se propõe a ensinar meninas em sua casa, com toda a perfeição que em outro qualquer Collegio de educação, com a preferênciã de ser por preços mais razoaveis; igualmente receberá pensionistas, afiançando todo o bom tratamento que se achar ao seu alcance; os Srs. Pais de famílias, que se quiserem se utilizar do seu prestimo, queirão dirigir-se ao N. acima, na certeza de que não se arrependerão de mandarem as suas filhas para o dito Collegio (*Diário do Rio de Janeiro*, 19 de janeiro de 1828, p. 63).

O presente texto segue a mesma linha dos estudados anteriormente. No entanto, o informe em questão apresenta mais detalhes qualitativos sobre como decorria a educação de meninas naquele período e de que modo o tema era informado pelo *Diário do Rio de Janeiro*. A leitura polissêmica e a parafrástica levam à possibilidade de que, talvez, o anunciante relatasse a um funcionário do jornal o que queria anunciar e, este, fazia a redação do texto que seria publicado. Essa hipótese pode justificar o fato de os anúncios estarem em terceira pessoa, mantendo o distanciamento entre a figura do anunciante e o redator do jornal.

No texto de 19 de janeiro de 1828, uma “Senhora filha de Portugal, livre de família” se propõe a ensinar meninas em sua casa, com toda a “perfeição”, como em qualquer outro colégio, mas por “preços mais razoáveis”. Logo, a anunciante expõe a vantagem de se ter o mesmo ensino, mas com o investimento menor e, de maneira implícita, sinaliza que os colégios seriam caros, mesmo sem indicar quanto cobra, nem os preços praticados em outros estabelecimentos. Na sequência, o texto ressalta que também poderá receber “pensionistas” e que elas serão tratadas da melhor forma possível.

Na segunda parte do texto, há a evocação do interlocutor, que dirige o anúncio aos “Srs. Pais de família”, isto é, seriam eles os responsáveis por escolher se, e onde, suas filhas estudariam. Na última parte, o discurso se coloca pronto a apresentar argumentos subjetivos para convencer os pais a mandarem suas filhas para estudarem com a professora particular, e convida-os para que as levem até ela. O trecho que diz que os pais “não se arrependerão de mandarem as suas filhas para o dito Collegio” visa responder à possível dúvida que poderia surgir na mente do interlocutor: se seria melhor estudar em um colégio mais caro ou com uma senhora portuguesa, em sua residência, por um preço cômodo.

A análise arqueológica é bastante rica quando os aspectos históricos de valor cultural e simbólico aparecem no texto. Um exemplo é a apresentação da professora, que é identificada como uma “senhora filha de Portugal, livre de família”. Tais características representariam uma mulher vinda da Europa, com conhecimentos apreciados no Brasil, e que estava disposta a ensiná-los às meninas. O indicativo “livre de família” sugere que a professora é acessível e teria disponibilidade para educar as

meninas com dedicação. Não é possível extrair do texto se a senhora seria casada ou uma viúva sem filhos, nem mesmo qual idade teria.

Um aspecto constatado refere-se às virtudes da professora, que se diz capaz de ensinar “com perfeição”, tal qual nos colégios. Os levantamentos históricos que tratam da educação feminina daquela época atestam que, tanto no ensino domiciliar quanto no ministrado nos colégios, as classes deveriam ser conduzidas por mulheres distintas, de irrepreensível conduta moral e, preferencialmente, serem casadas ou viúvas. Tais requisitos seriam essenciais para cumprirem a função de instruir as meninas ditas “de boa família”. Algumas mestras que se ofereciam para lecionar eram estrangeiras, em geral vindas de países europeus, um ponto comprovado na análise do jornal. Um tópico levado em conta é que, por se tratar de um anúncio posterior à Lei Geral, tem-se em vista que as meninas já teriam o colégio como uma opção secundária, além da instrução doméstica.

A análise enunciativa apresenta-se por uma perspectiva autoritária em alguns pontos, mas especialmente dialética quando o sujeito enunciador reporta-se ao interlocutor diretamente. No momento inicial, ao se dirigir ao público leitor como “senhores pais de família”; no segundo, por apresentar como argumento uma estratégia fundamentada na comparação custo-benefício; e, no final, quando se aproxima do nível psicológico, ao afirmar que os pais “não se arrependerão de levar suas filhas”. Um fator a ser considerado é que o texto não detalha o que a senhora irá ensinar às meninas, apenas que será com perfeição e que elas serão bem tratadas. Todavia, está implícito que o que ela ensinará em sua casa é o mesmo que se ensina nos colégios.

O último anúncio analisado do *Diário do Rio de Janeiro* é de 27 de setembro de 1828 e foi publicado na página 91:

Na rua do Livramento, N. 14, ha hum Collegio de educação para meninas: a Directora he hum Senhora Viúva que ha annos se occupa com suas filhas a ensinar meninas, internas, e externas todas as prendas necessarias a hum Senhora: Dança, Muzica, e tudo mais o que os Srs. Paes quizerem que suas filhas aprendão; para o que tem Proffessores capazes; e a Directora tendo dado prova do seu zelo, e probidade no desempenho dos seus deveres, por isso, de novamente offerece o seu prestimo ao respeitável Público a sua attenção. Tão bem recebe meninas de tres annos para cima, que precisem de agazalho e ternura maternal; assim como tão bem raparigas para ensinar a coser (*Diário do Rio de Janeiro*, 27 de setembro de 1828, p. 91).

Havia quase um ano que a Lei Geral estava regulamentada no Brasil, a qual dava permissão às meninas de frequentarem as escolas formais. No entanto, os internatos, conventos e o ensino domiciliar ministrado por professoras particulares ainda eram opções educativas para elas, o que é patente nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*. O último texto a ser analisado do periódico é similar aos anteriores, no que tange a se tratar de um anúncio de particulares para o público em geral.

Quando se realiza a primeira leitura do texto, alguns aspectos chamam a atenção, como o fato de o anúncio se referir a um colégio cuja diretora é uma senhora viúva e, suas próprias filhas, as professoras. A leitura polissêmica conduz o intérprete a um universo narrativo das prováveis situações que conduziram aquelas mulheres a se organizarem internamente e criarem uma escola para educar meninas. Do mesmo modo, é de se observar que o estabelecimento de ensino se mantém atuante havia anos, obtendo reconhecimento em suas funções, conforme é citado no texto.

O informe revela uma família de mulheres que se ocupa em ensinar meninas a partir dos três anos de idade, em regime de internato ou externato, as “prendas necessárias de uma senhora”, como dança, música, costura e tudo mais que os pais desejem que elas aprendam. Após os pontos de ordem prática para uma instituição educativa, as características subjetivas são acrescidas ao anúncio por serem entendidas como sendo de valor, a exemplo do zelo, da “probidade no desempenho dos deveres” e do oferecimento de “agasalho e ternura maternal”. O enunciador promove o elogio e a promoção do colégio ao exaltar as virtudes da diretora, a capacidade do corpo docente e os diferenciais do ambiente.

A leitura histórica do anúncio reforça os aspectos já elucidados nos textos anteriores. Temos novamente destacado o ensino das artes e das prendas domésticas como sendo fundamentais para a formação educativa das mulheres daquele tempo. Dentro das marcas culturais, evidenciam-se os valores morais que se deve ter uma senhora que presta serviços de natureza pública para a sociedade, como educar meninas e raparigas. Para tanto, a capacitação dos professores e, em especial, a honestidade e o compromisso da diretora, demonstram que, naquela época, tais questões eram

valorizadas e deveriam ser comprovadas para que fossem dignas da aprovação e do respeito social.

Os argumentos utilizados como estratégia discursiva tendem mais à dialética, ao se considerar que o enunciador procura direcionar a apresentação da escola em formato de diálogo respeitoso e amigável com o leitor. Dar destaque aos valores e qualidades do colégio, dos professores e da honradez da diretora, criando a imagem de um espaço familiar e acolhedor, fazem parte de um discurso que busca aproximação com o interlocutor. No texto há uma promessa dirigida aos pais de que as professoras podem ensinar às meninas “tudo que eles quiserem”. Dar destaque aos pontos favoráveis da escola é uma tática objetiva de argumentação para promover a atratividade, de modo a convencer os pais a matricularem suas filhas no colégio.

4.2 O Espelho Diamantino

A seguir, serão apresentadas as análises quantitativas e qualitativas do periódico feminino *O Espelho Diamantino*. A página com a capa ilustrativa do impresso está disponível no apêndice 1, e os textos selecionados para as análises qualitativas, organizados no apêndice 3.

4.2.1 Análise quantitativa

Em 1827 foram publicadas 06 edições do impresso e, em 1828, 07 edições. Os exemplares foram consultados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e passaram pela metodologia de busca por palavras-chave para a seleção da amostra para a análise. Do universo total, foram contabilizados 05 textos que tratavam de temáticas relacionadas à educação feminina, sendo um antes da regulamentação da Lei Geral, um no dia da lei, 15 de outubro de 1827, e três após o marco legal. Tal informação responde ao primeiro questionamento sobre o aumento do volume de textos após a criação da nova legislação, mostrando-se, desse modo, significativo. A seguir os dados principais de *O Espelho Diamantino* (tabela 8).

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos:
uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	1	20%
	Depois	4	80%
2. Seção/Editoria	Coluna fixa	1	20%
	Crônicas	1	20%
	Não especificada	1	20%
	Política	2	40%
3. Autoria	Não assinada	5	100%
4. Gênero	Opinativos		
	Artigo	3	60%
	Crônica	1	20%
	Não opinativos		
	Nota	1	20%
5. Imagem	Sem imagem	5	100%
6. Fontes e/ou protagonistas	Não identificada	5	100%
7. Cita leis	Não cita	5	100%
8. Ambiente educacional	Não especificado	5	100%
9. Comparação e diferenças	Não	1	20%
	Sim	4	80%
10. Temática secundária	Ensino de idiomas e artes	1	20%
	Biografias e exaltação de conquistas	1	20%
	Feminismo e direitos	3	60%
11. Tendência	Favorável	5	100%
	Contrária		
	Neutra		

Tabela 8. Dados quantitativos: *O Espelho Diamantino*.

Fonte: Elaboração própria.

O segundo aspecto analisado foi sobre a questão editorial. Após a análise, foi possível identificar que 02 textos estavam na editoria indicada como *política*, 01 como *coluna fixa*, 01 como *crônica* e 01 *não especificado*. Os textos foram classificados como sendo um do gênero informativo, sobre a formação da rainha Maria Stuart, e quatro opinativos, entre artigos e crônicas, demonstrando a primazia do gênero opinativo, 80% a respeito do tema.

Sobre o aspecto da autoria dos textos, a análise releva que nenhum deles aparece como assinado, o que não permite identificar o gênero do autor. Todavia, vale lembrar que *O Espelho Diamantino* protegia o redator com um pseudônimo masculino, o que também é interessante ao considerar que o jornal era voltado para mulheres. A literatura aponta que o mais comum para a época é que os periódicos femininos fossem redigidos por homens. O periódico também não apresenta nenhum tipo de ilustração em suas páginas, exceto os pequenos elementos gráficos utilizados como ornamento e separador editorial.

No que tange às fontes de informação referenciadas nos textos, é possível afirmar que estas são restritas às menções generalistas sobre os operadores do sistema de governo da época e os protagonistas dividem-se entre mulheres, seja a leitora como receptora da mensagem, ou mesmo como menção de modelos heroicos a serem seguidos, como rainhas e mártires conhecidas. A figura feminina está no centro da narrativa, especialmente por ser dirigido a esse público. No que se refere à menção de legislação, o periódico não o faz em relação às leis educacionais de modo específico, mas cita as leis de forma geral.

Sobre o item que observa os ambientes educativos destacados no texto, como doméstico ou escolar, é possível apontar que, em 100%, a educação feminina aparece de maneira geral, sem pormenorizar em que lugar deveria ser ministrado. O que se defende no discurso é que a mulher deve instruir-se, buscar conhecimentos, falar outros idiomas, além de estar preparada para discutir sobre política, artes e cultura na cena social. Há a valorização da cultura europeia e menciona-se o estudo no exterior como uma boa oportunidade para a juventude.

No quesito que compara o ensino ministrado para meninas e para meninos, em 80% dos textos o aspecto é suscitado ao abordar a defesa de direitos, entre eles a educação feminina. Todos os textos, 100%, indicam favorabilidade em relação à igualdade e à educação das mulheres, além de confrontar, e até desmerecer, os que têm opinião divergente.

Os temas secundários envolvem, principalmente, feminismo e direitos, chegando a 60% do total. Os demais estão divididos em 20% sobre o ensino de idiomas e artes, e 20% narram a exaltação de conquistas de mulheres célebres. É fundamental frisar que *O Espelho Diamantino* era um periódico quinzenal, e isso também repercute no volume de textos sobre o tema. No entanto, os textos publicados são extensos e profundos, estabelecendo um discurso mais qualitativo sobre o tema.

Com os números analisados, é possível afirmar que *O Espelho Diamantino* mantinha um discurso dialético e opinativo com o leitor, demonstrando ser favorável à educação e à igualdade dos direitos entre mulheres e homens. O periódico vai além quando aponta os aspectos políticos e sociais das lutas e conquistas e incentiva o público leitor a buscar instrução em outros países, trazendo como exemplo outras mulheres que romperam as fronteiras impostas pela sociedade da época.

4.2.2 Análise qualitativa

O presente item será dedicado às análises qualitativas de cinco artigos do periódico *O Espelho Diamantino*. Como os textos em questão são longos e tratam de vários assuntos, os trechos que mencionam a educação feminina serão transcritos no decorrer da própria análise, deixando a cópia integral das páginas reservadas para consulta no apêndice 3.

O primeiro texto analisado teve sua publicação em 1º de outubro de 1827, isto é, 15 dias antes da publicação da Lei Geral. O artigo tem quatro páginas, não é assinado e também não apresenta título, apenas a identificação editorial de *Política*. A leitura polissêmica do texto conduz às múltiplas possibilidades interpretativas diante de uma linguagem típica das primeiras décadas do século XIX, em que o gênero informativo

confunde-se com o literário em diversos aspectos. O autor dirige-se ao interlocutor em tom confidente e reflexivo, apresentando opiniões contextualizadas e baseadas em argumentos.

Ao adentrar a segunda leitura, percebe-se que o texto faz críticas aos que consideram o jornal inadequado para a inteligência das mulheres por ser demasiado complexo, abordando temas que não as interessaria e, também, por se utilizar de linguagem “abstrata e metafísica”. O artigo conta que um homem, o qual chama de “um amigo”, teria dito que o estilo de *O Espelho Diamantino* era difícil para o entendimento do “belo sexo”, e que tal conteúdo as deixaria “desgostosas”. Além disso, sugere que seria melhor se o periódico tratasse de realidades mais amenas, com ornamentos que as poderiam entreter.

Na segunda parte, o autor do artigo responde em tom de defesa e declara que *O Espelho Diamantino* não era somente dedicado às senhoras, mas também aos jovens que não puderam estudar no estrangeiro. Tal afirmação é explícita e utilizada para criticar a qualidade da educação oferecida na Corte se comparada à de outros países. O texto diz que os “estabelecimentos de instrução” ofereciam um ensino “incompleto” e que o periódico beneficiaria os estudantes. Ainda em oposição à opinião do “amigo”, o texto diz que, agora que “a política estava na moda”, as “delicadas abstrações” presentes no jornal seriam como “um jogo para os cérebros feminis”:

A pesar de dedicado às Senhoras, o Periódico se não esquecia dos Jovens Brasileiros que não se tendo podido educar em pays estrangeiro achavão nesta Corte estabelecimentos de instrução até agora incompletos, e que, finalmente, suppôs nas Senhoras enfado por serem obrigadas a prestarem alguma atenção, era visível injustiça, pois que a agudeza natural do seu genio nunca desgostara das raffinações de metaphysica, etica, e religiosa, e que agora a Política estando de moda, suas mais delicadas abstracções torna-se-hião hum jogo para os cérebros Feminis. Não são o caso, lhe dissemos, as obras de Madama de Staël, e mesmo os romances, fartos de huma Metaphysica de tão elevado gráo e ardua para se perceber, que algumas vezes parecia que ella a si mesmo se não percebe, entretanto vió que as Senhoras deixassem de gostar das obras de Madama de Staël, e de suas sublimes contemplações? (*O Espelho Diamantino*, 1º de outubro de 1827, p. 18).

O texto reflete sobre as questões políticas e sociais da época, ao mesmo tempo em que pondera sobre o papel do clero, dos reis, da aristocracia e do povo. Exalta as estruturas de governo de viés constitucional, em especial à francesa. No final do artigo,

o autor defende a igualdade dos indivíduos utilizando-se de discussões filosóficas para reafirmar seus posicionamentos, o que inclui o papel social da mulher. Conforme o autor, os seres humanos são de essência intelectual e formam a sociedade com igual valor e, por isso, têm o direito de participar das discussões que envolvem a política e a democracia, mesmo que as relações entre os indivíduos da sociedade ainda sejam de desequilíbrio e injustiça em alguns aspectos.

Ao lançar um olhar histórico para o discurso, o contexto em que *O Espelho Diamantino* estava inserido é um dos pontos-chave do processo de interpretação. Neste aspecto, é latente que a sociedade brasileira atravessava transformações e que as diferenças, incluindo entre homens e mulheres, estavam em ênfase no discurso do periódico. Recém-proclamada a Independência, a questão da educação aparece como uma das soluções para as mazelas sociais, assim como o acesso ao conhecimento, a igualdade e a liberdade. A possibilidade de os jovens de famílias ricas estudarem na Europa era uma realidade com evidência histórica.

No final do trecho destacado, há referência à leitura de Germaine de Staël, ou Madame de Staël, uma intelectual e romancista francesa que, à época, participou da Revolução Francesa em oposição a Napoleão. A exaltação à Corte e da cultura da França revelam a admiração do autor por aquele país. É sabido que o editor de *O Espelho Diamantino* era francês. Por essa razão, talvez, o periódico tenha seu discurso imantado pelos aspectos simbólicos e culturais daquela nação, suscitando elementos que enaltecessem a envergadura do seu berço. Vale salientar que, ao longo da leitura do periódico, não somente do presente artigo, é notável a referência a autores, leis, personalidades e a língua francesa.

Ao analisar os aspectos enunciativos do texto, pode-se dizer que o tom é autoritário e dialético. Existe uma imposição dos pensamentos do autor, mesmo que procure a proximidade, a confiança e o diálogo com o interlocutor. Falar de uma terceira pessoa, ou seja, de “um amigo”, na abertura do texto, e desenvolver a narrativa com base nos posicionamentos contrários à opinião desse outro, configura um discurso triangular, no qual um fala a um segundo sobre um terceiro. O “amigo”, que não tem seu nome revelado, teria sua imagem construída para o leitor a partir do que foi informado a partir da referência autoral do texto.

Além da ironia em algumas passagens, o tom professoral com o qual o enunciador fala ao interlocutor sinaliza um discurso respaldado em referências como biografias e eventos históricos. Os argumentos sustentam as opiniões contrárias às do “amigo”, mas também sobre um pensamento que, talvez, fosse o da maior parte da população inserida naquela realidade. É pertinente lembrar que *O Espelho Diamantino* foi o primeiro periódico brasileiro voltado aos interesses femininos, ou seja, os temas eram inéditos para boa parte dos leitores. Mais um aspecto interessante sobre o discurso é que o próprio veículo julga-se valioso para suprir a carência dos estabelecimentos de ensino da Corte. A premissa justifica a presença de textos sobre política, artes, literatura e outras matérias pertinentes à luz do conhecimento.

A estratégia argumentativa do discurso tem como pilar a apresentação de alegações plausíveis para promover, principalmente, a razão da existência do próprio periódico. *O Espelho Diamantino*, ao ressaltar as injustiças sociais, em especial com a intelectualidade feminina e com os jovens brasileiros, o veículo critica a situação educacional do país e o atraso em relação a outras nações europeias, em especial à França. Para tal, o enunciador cita o *Contrato Social*, de Rousseau, e passagens históricas envolvendo outros países. Ao analisar o texto sob o olhar dos acontecimentos, é de imaginar que o tom de resposta à crítica do “amigo” poderia causar discussões e, até mesmo, uma tréplica das partes citadas no artigo.

O segundo texto analisado teve sua publicação em 15 de outubro de 1827, o dia da regulamentação da Lei Geral, e compreende cinco páginas da edição. Embora uma das bandeiras do periódico fosse o desenvolvimento intelectual da mulher, o artigo não mencionou a lei naquela oportunidade. De qualquer forma, o artigo abordou a instrução como “necessária”. Destaca-se o trecho em que o assunto é citado:

Deos nos livre de formarmos tão fraca ideia do talento, e prudencia de que são dotadas, que não cuidassemos senão de divertillas, com novellinhas, ou anedoctas; nós desejamos sem duvida obrigar o Bello Sexo a sorrir-se de quando em quando por algumas graças decentes e historietas de circumstancia; porém o nosso objecto principal, he de fornecer as Mães e Esposas a instrucção necessaria, (ao menos o sentimento da necessidade de tal instrucção) para dirigir a educação dos filhos, e ideias as occupaões, perigos, e deveres da carreira que as esposas, e filhos são chamados a seguir, e como os nossos leitores, pela mor parte, pertencem as altas jerarquias da sociedade, devemos consagrar alguns instantes ao estudo da Politica (*O Espelho Diamantino*, 15 de outubro de 1827, pp. 55-56).

De forma geral, o texto refere-se a mais uma resposta ao “amigo”, que afirmou que o periódico “tem política demais” para o “belo sexo”. O autor afirma que o papel do periódico é transmitir as informações necessárias às mães e esposas, frisando “ao menos o sentimento da necessidade de tal instrução” para dirigir também a educação dos filhos. Destaca que não cabe a eles trazerem “anedotas e novelinhas” para divertir as leitoras, mas sim contribuir com a formação das senhoras que, no futuro, irão orientar a educação e as carreiras dos filhos.

A leitura parafrástica leva à interpretação de que o texto pode utilizar-se da personagem do “amigo” como representante de um pensamento ao qual o periódico desejasse se opor. Por outro lado, trata-se de uma suspeita sem indicativos que explicitem essa possibilidade. *O Espelho Diamantino*, por ser um jornal de vanguarda, o primeiro voltado ao público feminino, poderia suscitar na sociedade algumas objeções e críticas, o que seria esperado para o período em questão. De todas as formas, o “amigo” faz parte de uma estratégia discursiva com a função de representar um contraponto de opiniões, logo, para estimular o debate e a reflexão dos leitores.

O autor roga a Deus para que vos livre de “tão fraca ideia” e dos assuntos que somente divertem em detrimento daqueles que são de real importância: os instrutivos. Ao apresentar como funções contrastes do periódico como enunciador: entreter *versus* informar, divertir *versus* instruir, novelinhas *versus* política, o autor apresenta não só o papel que julga cumprir na cena social, mas também conduz a leitora à reflexão acerca do que seria mais valioso e relevante para as senhoras que desejassem alçar melhores posições sociais.

O texto argumenta que as mulheres podem se divertir em algum momento, mas que não se distraíssem com anedotas diante de seus reais deveres e ocupações familiares: instruir-se e apoiar na condução da carreira dos filhos. A perspectiva histórica indica que a mulher que pertencia à elite, no papel de esposa e mãe, passou a assumir também a obrigação de apoiar a educação dos filhos e, por conseguinte, contribuir com a ascensão intelectual e social da família. O jornal convoca a leitora para o entendimento de que pertencem às “mais altas hierarquias da sociedade” e que, além

de instruir-se sobre diversos temas, estudar política seria fundamental para obter seus intentos.

Na passagem em destaque, o enunciador impõe o seu discurso na tentativa de reafirmar, mas ao mesmo tempo chamar a atenção da leitora sobre suas reais responsabilidades. Há a comparação entre as inutilidades e as necessidades para aquelas que preferem permanecer inertes e aquelas que pretendem ascender e, para isso, buscam o conhecimento e a valorização de si mesmas. O “amigo” na função discursiva é usado como oponente a esses ideais, aquele que professa um pensamento ultrapassado e que reduz a importância da mulher na sociedade.

As páginas seguintes do artigo abordam assuntos gerais de ordem política e social com teor e características similares aos do primeiro texto analisado de *O Espelho Diamantino*. Os temas abarcam desde os ideais franceses, como a igualdade e a liberdade, passando pelas instâncias de poder e as questões da justiça e do direito, incluindo o papel da realeza e do clero. Esse discurso tem viés professoral e elucidativo, e tem a intenção de trabalhar conceitos históricos e filosóficos para as leitoras, ou seja, apresenta-se como um conteúdo instrutivo e de relevância.

Assim, é possível concluir que o sujeito discursivo do artigo coloca-se para as leitoras como um “aconselhador amigo”, mas também como um “instrutor seguro”. As mulheres que desejassem estar informadas sobre quais eram as personagens que envolvem do jogo político por uma perspectiva histórica, jurídica e filosófica, tinham o periódico em sua defesa e a sua disposição. Ao criar um oponente “inimigo” ao pensamento de emancipação intelectual da mulher, e também para o jornal, *O Espelho Diamantino* edificava um estilo próprio para a sua época.

O terceiro texto analisado é do dia 1º de novembro de 1827 e ocupou quase quatro páginas da edição. A seguir, o trecho de abertura, que faz alusão à educação feminina:

Tudo está perdido!..... Tudo está perdido!..... Tudo está perdido!..... Assim gritava hum velho levantando-se arrebatadamente, lançando no chão hum papel que estava lendo, e correndo atropellado por huma das ruas do passeio publico, sem reparar que deixara a boceta emcima do banco em que estava sentado. Eu peguei a boceta, lancei mão do papel, que reconheci com admiração ser o prospecto do *Espelho Diamantino*, e não podendo perceber

porque motivo meu ancião exclamará com tal excesso, foi procurallo, e atalhando por uma travessa, ainda o alcancei; facil introduccão me proporcionou a remessa da boceta, e immediatamente expuz a minha duvida sobre o papel: ah! rapazes! rapazes! exclamou o velho, vossés não véem as funestas consequencias de nada neste mundo, vossés o que querem he brincar, e dançar com as Madamas, tocar viola, cantar modinhas, glossar, passeiar, e isto tudo com o fim de namorar..... de namorar..... e os pobres pais! os pobres maridos... e agora, continuou elle suspirando, querem ensinar as Senhoras a Politica, as Bellas Artes, a Litteratura e não sei que diabolicas sciencias mais..... ellas também vão ter o seu Periodico particular, ellas (*O Espelho Diamantino*, 1º de novembro de 1827, p. 55).

A crônica, intitulada “O Ginja”, utiliza-se de linguagem literária para contar a história de um homem idoso, um leitor que se assusta com o conteúdo de um jornal e as mudanças sociais ocasionadas pela instrução feminina. No texto, o “velho”, como o personagem é chamado, lança um exemplar ao chão e corre pelas ruas. Ao encontrar com o autor do texto, reclama sobre os rapazes fazendo um alerta sobre o risco de agora ensinarem política às mulheres, assim como belas artes, literatura e outras “diabólicas ciências”. O “velho” também é tomado pelo assombro ao falar que as mulheres tinham até mesmo um periódico particular, no caso, *O Espelho Diamantino*, encontrado pelo personagem-autor da crônica num banco do passeio público.

Na segunda parte do texto, o autor-personagem, que narra o fato em primeira pessoa, interrompe o velho e utiliza-se do argumento de comparar o passado do Conde de Rezende com o presente das melhorias modernas, ressaltando, entre outras “invenções”, a Constituição, a liberdade de comércio e de Imprensa, os barcos movidos a vapor e a educação das mulheres. O narrador menciona que, antigamente, elas “não sabiam nem ler, nem escrever, elas comiam com a mão”. O autor relembra o velho de quando ainda não havia teatros, pianos, passeios e livros franceses, e cita o aumento da população do Rio de Janeiro, que passou de 30 mil para 150 mil habitantes.

Queiro pois o precaver contra todas as invenções, e ameliorações modernas, como são constituições, liberdade do Commercio, e da Imprensa, barcos de vapor, e educação das Senhoras; no tempo do Conde de Rezende he que se podia viver nesta Cidade. Todas as casas tinham rotolas, e grades, de alto abaixo que tiravão luz, e vista aos de fora. Nada de balcões, nada de pianos, nada de passeios, companhias, theatros. As Mulheres não sabião nem ler, nem escrever; ellas comião com a mão; a peste dos livros, que os Franxinotes nos trouxerão, e que antes devião ter ido com elles e as modistas no profundissimo dos mares, era ignorada, enfim não existião Diarios..... Ah feliz tempo! ditosa geração. (*O Espelho Diamantino*, 1º de novembro de 1827, p. 56).

Diante do olhar histórico e cultural, um trecho que chama a atenção no discurso refere-se à condição da mulher no Brasil Colonial, em que o cronista afirma: “Ah grande tempo do Conde de Rezende! Todas as Senhoras, e meninas viviam fechadas dentro da sua casa, sem nunca sair à rua”. A passagem também reflete que o país atravessava mudanças, inclusive sobre a gradual evolução da presença e da participação feminina na vida pública da sociedade brasileira. O contraste sobre o passado e o presente do texto, os aspectos culturais e a comparação fazem parte da tônica do texto analisado.

A crônica trata do tema da educação da mulher sob uma perspectiva cultural e histórica e faz críticas, chegando a ridicularizar os relutantes em aceitar as transformações que aconteciam na sociedade brasileira. Os avessos às ideias de emancipação feminina seriam antiquados e ultrapassados diante de um Brasil que deveria buscar o progresso.

O ancião subitamente mudou de semblante, e com a mais feia careta que jamais vi, quis arrancar o cabelo, mais por aparado muito rente e não pode pegar, e com maldições e urros foi se correndo, acompanhado do paisinho, sem me dar mais satisfação. Eu fiquei ardendo para saber quem elle era, o porque motivo fugira tão atrapalhado. Dirigi-me, pois a hum conhecido meu, membro importante do Clube das lingoas caritativas, cujas sessões se celebrão assiduamente no largo do paço. Quem será, perguntei eu, hum velho assim, com cara de judeo, olhar de revéz, nariz cheio de esturro, risada de usurario, e andar de pato – o seu traje perguntou o clubista – Elle traz calções de lila, outrora preta, hoje com privilegio de parda, meias azues, sapatos com fivellas, babado de renda da terra, casaca do tempo do Vice-Reynado do Conde de Rezende, e chapeo do tempo do Despotismo (*O Espelho Diamantino*, 1º de novembro de 1827, p. 58).

Não é possível saber se a crônica trata-se de uma cena vivenciada pelo autor ou se foi uma história inventada para tratar das opiniões dos personagens em cena. Todavia, diante da proposta de interpretar o texto, é nítido que a motivação seria colocar em evidência o debate sobre as conquistas femininas ao longo do tempo, as transformações sociais e a divergência entre o pensamento do “homem novo”, que se coloca como moderno e lúcido, e do “homem velho”, antiquado, desequilibrado e

ranzinza. Tais personagens podem representar concepções que se confrontavam na época sobre a emancipação, a instrução e à ocupação feminina do espaço público.

A forma textual utiliza-se da linguagem humorística para transmitir ao leitor um discurso argumentativo de natureza lúdica, mas de essência crítica. Ao criar uma cena jocosa envolvendo um personagem caricaturado, o texto ridiculariza não apenas o “velho”, mas todos aqueles que pensam como ele. A oposição entre o novo e o ultrapassado, o moderno e o conservador, a mulher de antigamente “que comia com a mão e não saía de casa” e a mulher da atualidade, “que lê sobre política, artes e tem seu periódico particular” dão o tom da crônica analisada. A ilustração de duas realidades antagônicas leva o leitor à comparação entre os paradigmas relatados, principalmente, nos diálogos dos personagens.

O texto do dia 21 de janeiro de 1828 é o quarto a ser analisado de *O Espelho Diamantino*. Entre a maioria de opinião, surge um texto informativo, que se dedica a falar da educação esmerada de Maria Stuart da Escócia. Segue o texto na íntegra, que não apresenta título:

Maria Stuart, Filha de Jacob V. Rei d’Escocia, sobrinha de Henrique VIII, sobio por direito de herança ao Throno de seu Pai oito dias depois do seu nascimento em 1542. Tendo seis annos de idade, ella foi a França, onde foi educada com o maior cuidado. Maria Stuart, tinha viveza d’espírito, huma facilidade de memoria notável, e uma comprehensão pouco ordinaria. Na idade de doze annos ella conhecia as Lingoas Franceza, Ingleza, Italiana, a Latina, e a Hespanhola. Tão bella dispozições eram demais realçadas por huma alma nobre, por hum coração generoso (*O Espelho Diamantino*, 21 de janeiro de 1828, p. 46).

As primeiras leituras do texto, a polissêmica e a parafrástica, conduzem à interpretação geral de que este dedicou-se à exaltação da inteligência, da memória e dos conhecimentos em idiomas de Maria Stuart, evidenciando a sua habilidade para os estudos, sua precocidade e virtudes. É válido lembrar que o periódico reservava um espaço nas edições para lembrar personagens femininos que tiveram atuação significativa na história. Todavia, é de se considerar que a escolha editorial tendia a apresentar às leitoras alguns modelos de mulheres inspiradoras, o que colaborava para a construção dos símbolos a serem admirados.

Ao atentar-se para os pontos históricos, é interessante rememorar a biografia de Maria Stuart, que foi preparada desde o nascimento para o trono, mas que na juventude e idade adulta enfrentou dificuldades e conflitos de poder que culminaram na sua prisão e morte por decapitação. Embora sua vida tenha sido coroada por momentos gloriosos e trágicos, o texto ressalta exclusivamente os aspectos da instrução, da intelectualidade, dos talentos, da nobreza, vivacidade e da generosidade do seu coração.

Outro elemento que chama a atenção é o reforço de que Maria Stuart foi levada à Corte da França para ser educada e preparada para o casamento. Assim como os textos já analisados, nesse também realça-se que a cultura francesa seria a ideal para que as mulheres atingissem um elevado nível de instrução. Afinal, como o texto sugere de forma implícita: até mesmo as rainhas deslocavam-se para aquele país com esse objetivo. O texto corrobora o discurso do periódico sobre a necessidade da instrução feminina.

O enunciador do texto apresenta um exemplo de uma personagem real para dizer que o estudo é fundamental para que a mulher ocupe cargos de poder e funções importantes na sociedade. Utilizando-se de um modelo biográfico raro, uma menina rainha, *O Espelho Diamantino* reforça sua intenção de convencimento das leitoras de que o conhecimento de vários idiomas, por exemplo, é necessário às mulheres de elevados anseios. Vale destacar que o texto não exalta a beleza, a riqueza ou outras qualidades de Maria Stuart, mas sim suas conquistas intelectuais, sua nobreza e seu bom coração.

A estratégia argumentativa utiliza-se do tom professoral para contar a infância de Maria Stuart, uma personagem emblemática da história. Trazer para o periódico a representação icônica de uma menina que nasce rainha e dedica-se aos estudos desde a infância, tornando-se uma jovem plena em conhecimentos, é digna de ser conhecida e admirada. A narrativa conduz a leitora a imaginar como teria sido a vida de uma criança educada na Corte da França e o que ela precisou aprender para estar pronta para o reinado o qual nasceu para exercer.

Pelo fato de a história de uma rainha ser algo muito difícil de ser vivenciado por qualquer pessoa, em especial pelas mulheres brasileiras, o texto tem seu valor pelas

características de notoriedade de Maria Stuart. As qualidades de perfeição, nobreza e vivacidade destacadas no texto, similar às personagens dos contos de fada, dão o tom de uma história real, mas com os elementos simbólicos da ficção. Pelo fato de os eventos serem distantes no espaço, tempo e realidade da leitora, o texto torna-se ainda mais interessante e curioso em sua completude.

O último texto analisado qualitativamente de *O Espelho Diamantino* foi publicado em 18 de fevereiro de 1828, com o título “Continuação da resposta” e se trata da devolutiva sobre uma carta encaminhada ao periódico. De forma geral, o texto fala do desenvolvimento da nação brasileira, de como os estrangeiros influenciaram a sua trajetória e consolidação. A carta, redigida em formato de artigo, fala das riquezas agrícolas, em especial do café, do açúcar e do algodão. Ademais, explana sobre o projeto do Imperador para o Brasil, sobre o trabalho do povo e que a nação teria potencial para ainda maior glória, inclusive no campo das Artes.

Embora o tema central do texto não seja a educação feminina, ele faz alusão ao assunto como um dos indicadores para o desenvolvimento do país. Em um trecho em especial, eleva aquelas senhoras que se dedicam à leitura e ao estudo da língua francesa. Menciona, também, o valor dos pais que buscam mestres para os filhos. O autor associa o livro francês na mão de uma senhora, como um artigo ou acessório de moda, uma “carta de civilização”.

Hoje a nossa mocidade já conhece que – né pás – lhe a expressão affirmativa d’huma negativa: a lingua Franceza he huma lingoa geral; entra como indispensavel elemento d’huma boa educação: os Pais procurão Mestres para seus filhos; e huma Senhora com hum Livro Francez na mão está no bello tom da moda; tem carta de civilização (*O Espelho Diamantino*, 18 de fevereiro de 1828, p. 185).

Na segunda parte, o texto fala da influência estrangeira na mocidade brasileira e de como os conhecimentos trazidos por outros povos beneficiam os jovens, especialmente os bons livros nos círculos das senhoras. O autor almeja que, em alguns anos, o Brasil tenha suas Duquesas du Maine, d’Epinasses, Cottins e Geoffrois, fazendo referência a mulheres de visibilidade, seja pela sua produção intelectual, seja pela atuação no debate político europeu. O enunciador valoriza a expressão da inteligência

feminina, como sendo um atributo atrativo, e usa como exemplo a satisfação de se ouvir uma senhora, que pode levar até mesmo ao “esquecer-se das horas”.

Por outro lado elles tem concorrido para este gosto de polidez, que se observa na mocidade Brasileira; tem introduzido sua Lingoagem; a Lição dis seus bons Livros nos circulos das Senhoras: e talvez o Brasil passado mais alguns annos tenha suas Duquesas du Maine, d’Epinasses, Cottins e Geoffrois; encantadores attractivos do genio, e do espirito Brasileiro: talvez nesses circulos appareça algum velho Fontanelle, que faça ver a differença que ha entre a pendula d’hum relógio, e o prazer d’ouvir huma Senhora falando com descripção; a pendula marcando as horas, que passam, e a Senhora fazendo esquecer as horas marcadas (*O Espelho Diamantino*, 18 de fevereiro de 1828, pp. 184-185).

O texto também refere-se à importância de as mulheres conhecerem idiomas variados, citando o francês, o inglês e o italiano. Exalta, ainda, a beleza de uma mulher em um chá expressando-se na sua própria língua, e em outras, sem a necessidade de intérprete. Entre as qualidades femininas, mostra como virtude a exibição de talentos artísticos e toma como exemplo uma senhora que toca e canta ao piano em línguas antigas, despertando o respeito social com sua exibição pública. O enunciador utiliza-se de metáforas para ampliar o poder dessa mulher ao dizer que poderia abalar a virtude dos discípulos de Fénelon, fazer cair as torres mais altas e até mesmo levar um estoico à convulsão:

A Lingoa Ingleza, e Italiana também são hoje conhecidas pela mocidade Brasileira: he bello ver huma senhora em hum chá fallando ao Francez, ao Italiano, e ao Inglês em suas proprias lingoas, sem necessidade d’interpretes: huma senhora ao Piano cantando huma Ariêta na Lingoa dos antigos senhores do mundo abala a virtude dos Discipulos de Fenelon; faz cahirem as torres mais altas; dezenregela a velhice, e deixa em convulsões o estúpido Stoico. Todos a respeitarão, ninguém se anima a offender sua modestia (*O Espelho Diamantino*, 18 de fevereiro de 1828, p. 186).

Por uma perspectiva geral, os elementos discursivos dos trechos destacados fazem referência a um modelo feminino definido como ideal e que cumpriria de forma plena a sua função na sociedade. Conforme o autor, para ter um Brasil desenvolvido e próspero, que até mesmo superaria a Europa em alguns aspectos, reforça o quanto a mulher culta é fundamental nessa construção simbólica, em particular na produção literária e cultural. A mensagem que chegaria às leitoras seria que, as senhoras que

circulam em eventos sociais, como chás, e que exibem de forma livre os seus conhecimentos em idiomas e habilidades artísticas, estariam na moda e seriam donas de respeito, encantos e de poderes inigualáveis.

Após a análise dos cinco textos publicados no periódico feminino *O Espelho Diamantino*, que compreende a amostra total e, ao mesmo tempo, os textos escolhidos para a análise qualitativa, é possível afirmar que o veículo era totalmente favorável e um incentivador à educação da mulher, priorizando os moldes do ensino europeu, em especial ao francês, mas sem desvalorizar a cultura brasileira. O posicionamento era de que o Brasil abrigava um grande potencial para se tornar uma referência em produção cultural e de riquezas para o mundo, tendo, para isso, o dever de dar atenção à instrução dos jovens e das mulheres.

Temas como política, literatura, teatro, artes e moda, descritos na capa do periódico são, de fato, os mais abordados pelo impresso. Os assuntos estão centrados na vida de quem mora no Rio de Janeiro, mas com o olhar voltado para a nação de forma geral e as novidades chegadas da Europa. *O Espelho Diamantino* julga-se como essencial e necessário para as senhoras brasileiras, tal qual a instrução para uma mulher. O periódico valoriza o próprio estilo quando pormenoriza a razão de sua existência, bem como a linguagem utilizada e os temas que escolhe para as leitoras.

O periódico critica os que pensam de modo antiquado, que dizem que um informativo voltado às mulheres seria dispensável, especialmente quando se utiliza de linguagem “abstrata e metafísica”. O tom é irônico em alguns trechos, com respostas diretas a um leitor chamado de “Amigo”, que faz oposição ao estilo e conteúdo do jornal. As características vanguardistas de *O Espelho Diamantino* são reforçadas por ele mesmo, ao afirmar que “causa assombro nos leitores mais conservadores” pela sua liberdade, posicionamento e ousadia.

É importante salientar que o periódico era voltado às mulheres brasileiras, mas em especial as que pertenciam à Corte, que podiam comprá-lo, tinham acesso à leitura de livros e à instrução com professores particulares, dado que não foram mencionados ambientes educativos públicos, como escolas e colégios. A influência da cultura europeia é latente, principalmente a francesa, que é concebida como um modelo a ser

seguido pela juventude brasileira. Ao longo da leitura são mencionados pensadores, como Jean-Jacques Rousseau, que ilustra essa preferência iluminista no discurso.

A exaltação de mulheres notáveis, incluindo escritoras e intelectuais, é outro ponto observado. As histórias de vida, lutas e vitórias representam um modelo de inspiração para as leitoras. O domínio do saber é apresentado por *O Espelho Diamantino* como um diferencial a ser conquistado. A leitura, a fluência em outros idiomas, a familiaridade com as artes, a música e a política seriam características da mulher que “está na moda” e é respeitada. Em suma, a análise evidencia não somente a importância da educação, mas também do acesso à informação, à política e todos os assuntos em voga na sociedade. O periódico realça o conhecimento e habilidades intelectuais como qualidades a serem alcançadas, como um diferencial importantíssimo à beleza, à elegância, ao *status* e à posição social.

4.3 *Diário do Rio de Janeiro* e *O Espelho Diamantino*: aspectos comparativos

Embora *O Diário do Rio de Janeiro* e *O Espelho Diamantino* tenham sido produzidos e publicados na mesma época e na mesma cidade, ambos apresentam mais diferenças do que similaridades se comparados entre si. Ao considerar os pontos de consonância, é possível afirmar que ambos não mencionam a Lei Geral de 1827, apesar de ter sido um marco na História da Educação e do Brasil. Além disso, ambos os periódicos ocultam a autoria dos textos e não apresentam ilustrações na composição das páginas, exceto pequenos ornamentos.

É importante salientar que a quantidade de textos de um jornal diário, em termos gerais, é proporcionalmente maior se comparado a um periódico semanal, quinzenal ou mensal. Por outro lado, o tamanho dos textos compensa a diferença no volume. Tem-se que o *Diário do Rio de Janeiro* publica em quantidade e superficialidade ao tema, e *O Espelho Diamantino* ocupa várias páginas com o mesmo artigo, evidenciando o assunto da educação da mulher em pontos diversos da publicação. Além disso, o periódico feminino apresenta o assunto de forma mais profunda.

Os gêneros textuais explorados também diferem: *O Diário do Rio de Janeiro* utiliza-se de anúncios de cunho informativo e de ordem prática, e *O Espelho Diamantino* de artigos opinativos de cunho filosófico e comportamental. Nesse aspecto, o público definido para os periódicos também diverge, sendo um jornal diário para a população em geral, e o outro quinzenal com assuntos elaborados especialmente para leitoras mulheres, ou seja, de linha editorial especializada. Pode-se dizer que tais características também influenciaram no tom discursivo, nos subtemas e posicionamentos de cada um dos impressos.

Enquanto no *Diário do Rio de Janeiro* o espaço dos anúncios, chamado de *Notícias particulares*, tenha sido o palco para que as temáticas relativas à educação feminina tenham surgido, em *O Espelho Diamantino* são os gêneros opinativos que as abordam, geralmente de maneira crítica, contextualizada e propositiva. O veículo feminino defende os interesses das mulheres no seu discurso, destacando o direito ao acesso, a importância da instrução para a emancipação e, assim, para o progresso da sociedade brasileira como nação independente e em franca expansão comercial e cultural.

Os textos dos dois periódicos confirmam que as meninas eram instruídas, em sua maioria, no seio familiar e, no caso das pertencentes às famílias mais ricas, em colégios particulares ou no exterior. Em *O Diário do Rio de Janeiro*, o currículo ensinado às meninas aparece ligado aos ofícios de cunho prático e artesanal, voltado à preparação para o casamento, o cuidado do lar e o entretenimento musical da família. A maior parte dos textos é dirigida aos pais de família que queiram educar suas filhas em colégios ou com professores particulares.

Já em *O Espelho Diamantino*, são evidenciados os estudos do universo das ciências humanas e sociais, o conhecimento de idiomas, de artes, música, de política e filosofia. A voz enunciativa é direcionada às mulheres adultas, esposas e mães da alta sociedade, o público prospectado pelo jornal. O discurso do periódico feminino define a educação como um dos requisitos necessários para que a mulher garanta uma boa posição social e convence as leitoras que elas devem instruir-se, trazendo argumentos e exemplos de personagens simbólicos e reais.

Por fim, é importante registrar que as análises dos periódicos que compreendem o primeiro marco legal da educação brasileira, a Lei Geral de 1827, refletem a dinâmica da sociedade da época, mas, também, uma cobertura desigual nos dois veículos de Imprensa analisados. Enquanto ele aparece de maneira clara e problematizada no periódico feminino, é subestimando quando se analisa um jornal de grande importância e circulação no país. Independente dos veículos, a análise geral demonstra que, de um lado, temos o silêncio e o incômodo dos mais conservadores diante das transformações sociais e, do outro, o desejo do progresso intelectual feminino.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DO DISCURSO: REVISTA ILLUSTRADA E ECHO DAS DAMAS (1879)

No *Capítulo V* serão desenvolvidas as análises do discurso de duas revistas escolhidas para marcar o período da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 7.247, conhecido como Decreto Leoncio de Carvalho. Para tal, dois impressos do Rio de Janeiro foram selecionados: a *Revista Illustrada*, como o de informação geral, e o *Echo das Damas*, para representar o dirigido ao público feminino. Depois de uma breve explanação sobre a história de cada um dos periódicos, serão apresentados os dados quantitativos e qualitativos da cobertura. Ao final, será feita uma discussão comparativa dos discursos de ambos sobre o tema da educação da mulher no Brasil.

O Decreto Leoncio de Carvalho foi assinado por D. Pedro II em 19 de abril de 1879, final do Período Imperial do Brasil. A legislação foi considerada importante por propor a reforma dos ensinos primário, secundário e superior no país, em especial nos exames preparatórios e estatutos das faculdades de Direito, Medicina e Escolas Politécnicas. Outras transformações inéditas previstas em lei foram: a criação de escolas para a alfabetização de adultos e a obrigatoriedade da instrução primária dos 7 aos 14 anos, o que beneficiou especialmente as meninas.

A nova lei educacional também garantiu a formação de novos professores e, principalmente, de professoras, para atender à crescente demanda e conduzir as classes de meninas, que a partir de então seriam obrigatórias, não mais uma escolha dos pais. A

educação das brasileiras foi uma necessidade por estar relacionada ao processo irreversível de modernização social. Como já delineado no *Capítulo I*, a instrução feminina partiu de uma estratégia para garantir a atenção especial à saúde da família e a construção da cidadania da juventude, ou seja, um projeto em prol da coletividade.

O Brasil do final do século XIX foi marcado por grandes rupturas de ordem política e cultural. A Abolição da Escravatura, em 1888, a Proclamação da República, em 1889, e a oficialização do processo que separou a Igreja Católica do Estado foram os precursores para as mudanças significativas que decorreriam na sociedade brasileira. Pode-se dizer que tais mudanças estruturais impactariam, inclusive, no sistema educacional do país, que junto com outras esferas da sociedade tiveram que se reestruturar.

Sobre a Imprensa brasileira desse período, Scalzo (2003, p. 29) afirma que, com o lançamento de *A Marmota na Corte*, em 1849, inicia-se a era das revistas de variedades. Esses periódicos exploravam recursos como ilustrações, textos curtos e de humor. Além disso, as caricaturas, que se tornaram “a febre seguinte nas revistas brasileiras”. A autora menciona nomes de destaque, como Henrique Fleuiss, de *Semana Ilustrada*, e Ângelo Agostini, de *Revista Ilustrada*, que “fazem escola e inauguram um jeito divertido de dar notícias e fazer crítica social e política”. As primeiras fotos nas revistas brasileiras também são creditadas a Henrique Fleuiss.

Segundo Pedro (2004, pp. 284-285), a imagem da mulher relacionada ao amor e à maternidade esteve presentes nos jornais ao longo de todo o final do século XIX e início do século XX. O autor ressalta como os periódicos femininos que saíam do Rio de Janeiro chegavam a outras regiões do Brasil, anunciando a moda e os padrões de comportamento, “civilidade” e “gosto”:

Os jornais escreviam para essas pessoas, definindo novas formas de comportamento. Em inúmeros textos dos periódicos, virtudes e defeitos femininos eram apresentados, assumindo forma de poemas, provérbios, comentários, notícias, piadas. De maneira geral, referiam-se a uma ‘natureza feminina’ ora valorizada, ora criticada. Nessa sociedade recém-saída do campo, novos modelos de mulher precisam ser divulgados, talvez com tanta ou maior veemência do que em cidades maiores (Pedro, 2004, p. 285).

Telles (2004, p. 427) menciona alguns periódicos femininos, como a revista *Mensageira*, da escritora Prisciliana Duarte de Almeida, que era publicada em São Paulo no final do século XIX. Segundo a autora, e conforme a própria editora anunciava, o objetivo do veículo era “levar ideias novas ao lar, ao mesmo tempo, estabelecer entre as brasileiras uma simpatia espiritual pela comunhão dessas mesmas ideias”. Um ponto interessante ressaltado por Telles sobre a *Mensageira*, é que a revista também noticiava os números dos livros publicados por escritoras no Brasil e no exterior, além de suas conferências, conquistas profissionais e acadêmicas.

Esses periódicos, como outros da época, fizeram campanhas pela educação da mulher. Muitas vezes essas campanhas apareceram ligadas ao reforço do papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa. No contexto, no entanto, a contribuição é valiosa e era importante enaltecer a mulher tanto dentro quanto fora de casa. Havia evidentemente diferenças de opiniões entre as articulistas, umas mais radicais, outras menos (Telles, 2004, p. 427).

Outro periódico que se destacava na época era *O Sexo Feminino*, de propriedade de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, considerada por Telles (2004, p. 427), como uma “defensora intransigente da capacidade intelectual da mulher” para todas as ciências. Conforme a autora, *O Sexo Feminino* defendia que, por ser mais paciente, a mulher seria mais bem dotada que os homens para os estudos. O veículo também debatia a questão da independência econômica como um caminho para que as mulheres conquistassem sua liberdade.

Um dos grandes acontecimentos da Imprensa brasileira no final do século XIX, conforme Sodré (1983, p. 217), foi o lançamento da *Revista Illustrada*, em 1º de janeiro de 1876. O autor afirma que a popularidade do periódico durante os 22 anos de existência foi muito grande para a época, atingindo a tiragem de 4.000 exemplares, marca até então não alcançada por um impresso ilustrado na América do Sul. Com edições aos sábados, a *Revista Illustrada* custava 500 réis, e a assinatura anual era de 12.000 e 20.000 réis, para a capital e para o interior, respectivamente. A distribuição chegava a todas as províncias e principais cidades interioranas, saindo da oficina litográfica a vapor que ficava à rua do Ouvidor, 65, na Livraria Garnier, no Rio de Janeiro.

Para Sodré (1983, p. 218), a *Revista Illustrada* foi “o maior documentário ilustrado que qualquer período de nossa história conheceu”. O autor salienta o trabalho bem acabado das edições e a importância do ilustrador Ângelo Agostini, considerado “um artista extraordinário” por sua militância política e expressão autêntica, rica e ressonante. Ângelo Agostini era detalhista, profundo e tinha um traço inconfundível, produzindo desenhos de vertente crítica e social.

Sobre a questão abolicionista, muito em voga na época, Joaquim Nabuco (*cit. in* Barbosa, 2010, p. 79) qualificava a *Revista Illustrada* como a “Bíblia dos abolicionistas e do povo o qual não sabe ler”. O periódico circulou até 1898 e deixou sua marca pelo viés satírico, republicano e pioneiro, inclusive, do gênero narrativo que hoje conhecemos como história em quadrinhos.

Suas caricaturas, por vezes contundentes, puseram a nu os traços grotescos da classe dominante brasileira do tempo, suas irremediáveis mazelas, seu atraso insuportável, e o vazio triste dos ornamentos, dos artifícios, dos disfarces com que se apresentava, buscando aparentar grandeza (Sodré, 1983, p. 218).

Na mesma época, era lançada no Rio de Janeiro a revista feminina *Echo das Damas*, de Amelia Carolina da Silva Couto, proprietária e principal redatora. O periódico foi veiculado de 1879 a 1888, com edições quinzenais e se intitulava “Órgão dos Interesses da Mulher. Crítico, Recreativo, Científico, Literário e Noticioso”. Segundo Duarte (2016, 3912), o *Echo das Damas* deve ser considerado um dos veículos de Imprensa “mais importantes da história do periodismo feminino brasileiro, pelas ideias lúcidas e combativas que divulgou”.

Conforme Duarte (2016, 3912), a redação e a tipografia eram sediadas a rua do Hospício, 107 e, no último ano de circulação, a oficina passou a funcionar a rua de São José, 99, no Rio de Janeiro. A assinatura anual do *Echo das Damas* custava 6.000 réis e, a semestral, 4.000 réis. Para a Corte, o valor era mais alto, 8.000 réis (anual) e, para as províncias, 5.000 réis (semestral). Posteriormente, os valores da assinatura anual foram reajustados para 10.000 réis para a Corte, e 12.000 réis para as demais províncias. Além de Amelia Carolina da Silva Couto, o expediente relacionava o nome de várias colaboradoras.

Dentre as redatoras do periódico, estavam Adélia Barros, Anália Franco, Atília Bastos, Emília Cortez, Emiliana de Moraes, Ernestina F. Varella, Francisca de Sant'Anna Pessoa, Ignez Sabino, Luiza Amélia, Maria Amália Vaz de Carvalho, Maria Úrsula de Abreu e Lancastro, Marie Vincent, Marina Zalim Rolim e Mathilde Macedo, entre outras (Duarte, 2016, 3925).

O *Echo das Damas* tinha o intuito de despertar nas mulheres o conhecimento sobre o seu papel e importância na sociedade. Duarte (2016, 3945) afirma que em todas as edições do periódico havia alusão à defesa do direito à educação e à emancipação feminina. A autora ressalta a publicação de artigos que evidenciavam as mulheres pela sua coragem, inteligência e que realizavam atividades, até então, consideradas masculinas, tanto no Brasil como em outros países.

Duarte (2016, 3945) afirma que o *Echo das Damas* divulgava espetáculos de teatro e lançamentos literários. Reservava espaço, também, para dicas de moda, beleza e anúncios de colégios para meninas, aulas particulares e clínicas odontológicas e médicas especializadas nas enfermidades femininas. Segundo Hahner (1981, p. 72), o *Echo das Damas* anunciou os feitos das primeiras médicas brasileiras, Maria Augusta Generoso Estrela e Rita Lobato Velho Lopes, como um exemplo a ser seguido pelas jovens.

5.1 Revista *Illustrada*

Nas páginas seguintes serão apresentadas as análises quantitativas e qualitativas da *Revista Illustrada*, em ordem cronológica em que foram publicadas. Para fins de conhecimento, uma das capas da revista poderá ser vista no apêndice 1, e os textos, na versão original, no apêndice 4.

5.1.1 Análise quantitativa

No dia 29 de outubro de 2019 foi feito o levantamento da amostra da *Revista Illustrada*, com acervo disponível para consulta na Hemeroteca Brasil. O recorte histórico selecionado refere-se aos anos de 1878, 1879 e 1880, sendo 19 de abril de

1879 a data a promulgação do Decreto Leoncio de Carvalho, marco-legal do período investigado. Para a seleção dos textos foi utilizada a metodologia idêntica aos demais impressos pesquisados. Em termos quantitativos, no ano de 1878 foram publicadas 57 edições do periódico, em 1879, 35 edições, e em 1880, 45 edições.

Ao todo foram identificados oito textos que tratavam diretamente sobre a educação feminina, sendo 50% antes da publicação do Decreto Leoncio de Carvalho e 50% depois. Isso significa que a cobertura sobre o tema se manteve no quesito volume, o que demonstra que a nova legislação não impactou em um maior interesse da *Revista Ilustrada* em produzir conteúdo sobre o assunto, nem mesmo nos dias posteriores a data em que a Lei entrou em vigor. Abaixo a tabela 9, que detalha os resultados quantitativos da amostra.

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	4	50%
	Depois	4	50%
2. Seção/Editoria	Coluna fixa	8	100%
3. Autoria	Pseudônimo sem gênero	2	15%
	Não assinada	6	75%
4. Gênero	<i>Opinativos</i>		
	Artigo	1	12,5%
	Comentário	2	25%
	Crônica	2	25%
	<i>Literário</i>		
	Historieta/Anedota	2	25%
	<i>Anúncio</i>		
5. Imagem	Anúncios populares	1	12,5%
6. Fontes e/ou protagonistas	Sem imagem	8	100%
7. Cita leis	Governo / Ministério da Educação	1	12,5%
	Não especificada	7	87,5%
7. Cita leis	Não cita	8	100%

8. Ambiente educacional	País estrangeiro	1	12,5%
	Doméstico	2	25%
	Escola/Colégio	2	25%
	Não especificado	3	37,5%
9. Comparação e diferenças	Sim	1	12,5%
	Não	7	87,5%
10. Temática secundária	Ensino religioso	1	12,5%
	Estilo de vida e comportamento	3	37,5%
	Ensino doméstico	4	50%
11. Tendência	Favorável	4	50%
	Contrária	3	37,5%
	Neutra	1	12,5%

Tabela 9. Dados quantitativos: *Revista Illustrada*.
Fonte: Elaboração própria.

O segundo aspecto observado na amostra foi identificar em quais seções/editoriais o conteúdo foi categorizado pelo veículo. Com base na análise, foi possível perceber que todos os textos foram publicados em colunas fixas criadas pelo próprio periódico, sendo elas: *Livro da Porta*, *Palestra em Casa*, *Moldes e Figurinos*, *Ecos da Semana* e *Chronica Fluminense*. A *Livro da Porta* foi a seção que contou com o maior número de textos, quatro, e as demais com apenas um cada. De toda a amostra, somente um dos textos foi titulado, *A moça instruída*, de 4 de setembro de 1880. Os demais seguiram o padrão editorial da revista, com divisões decorativas entre os textos, elementos tracejados e símbolos gráficos simples.

Um aspecto importante da análise é observar a autoria dos textos. No caso da *Revista Illustrada*, foi possível identificar que 75% deles são anônimos e 15% aparecem assinados. No entanto, nos dois textos que apresentam autoria, não é possível saber o gênero de quem escreve. O primeiro deles, *A. de Lino*, talvez seja *Adelino*, ou *A* como inicial de um nome próprio com sobrenome *de Lino*. Não cabe aqui decifrar a autoria do texto, mas é consenso que utilizar iniciais é uma maneira de ocultar o nome completo. O segundo texto foi assinado por *July D.*, utilizando-se de artifício similar ao anterior. *July* pode ser nome próprio de ambos os gêneros, e o *D.* abreviado não permite reconhecimento do sobrenome. Desse modo, consideram-se ambos pseudônimos.

No critério metodológico que permite identificar os gêneros textuais, foi possível constatar que a maior parte deles, 62,5%, é opinativa, divididos entre artigos, comentários e crônicas. Os demais estão entre literários 25%, historietas e anedotas, e apenas um como anúncio, 12,5%. O resultado demonstra que, quando o assunto é a educação da mulher, a opinião no periódico era priorizada quando se comparada ao informativo. Os textos literários dão o tom característico da *Revista Illustrada*, que se utilizava de linguagem satírica quando colocava algum tema polêmico em pauta. Por outro lado, pelo seu viés político e republicano, talvez se imaginasse que o assunto fosse também apresentado em outros formatos e gêneros, o que não aconteceu.

Uma marca da *Revista Illustrada* é a utilização de imagens como forma de narrar um acontecimento, com destaque para a capa. Todavia, nenhum dos oito textos publicados sobre a educação feminina tem qualquer tipo de ilustração. Em geral são textos curtos e sem espaço privilegiado na composição da página. Em nenhum deles foi possível perceber a referência à nova legislação educacional brasileira relacionada aos aspectos do ensino e os benefícios que traria para as mulheres. O tema foi tratado de forma lateral, normalmente jocosa e sem informações sobre as mudanças e novidades relacionadas ao Decreto Leoncio de Carvalho.

Em apenas um texto foi possível constatar a presença de uma fonte de informação, no caso, uma menção crítica ao próprio governo em utilizar as escolas como espaço de “propaganda religiosa”. Nos demais textos, especialmente por se tratarem de opiniões, historietas e anedotas, não fazem qualquer referência a fontes específicas, mas fazem comentários dentro da temática, criando personagens fictícios para se referirem à realidade educacional feminina daquele tempo. Nas análises qualitativas, esses apontamentos serão esmiuçados e interpretados à luz da hermenêutica.

Quando os textos da *Revista Illustrada* explanam sobre a educação feminina no período em questão, os ambientes foram referenciados da seguinte forma: a maioria, 37,5% não permite identificação, 25% estão relacionados ao ensino doméstico e 25% à educação em escolas e colégios. Apenas um texto, 12,5%, referiu-se à educação da mulher no exterior, especificamente, na Europa. Vale ressaltar que alguns textos mencionam dois ambientes educacionais. Quando isso acontece, prioriza-se aquele que

o discurso argumenta como sendo o melhor, ou o mais adequado, para meninas e jovens.

A temática secundária é complementar na análise qualitativa e, na *Revista Ilustrada*, tem-se 50% com menção ao ensino doméstico como sendo o espaço normatizado para a educação das meninas. Em 37,5%, o assunto é tratado pela vertente do estilo de vida e comportamento, em geral com tônica da adequação aos modos e aos conhecimentos que se esperam de uma mulher dita instruída. Em apenas um texto a temática secundária aborda o ensino religioso nas escolas, e por uma vertente crítica ao modelo vigente na sociedade brasileira daquela época.

Em um único texto é feita a comparação entre o que deve ser ensinado às meninas e aos meninos. Todos os outros, somando 87,5%, não mencionam as diferenças curriculares por gênero de forma explícita. Ao analisar o tom da cobertura da *Revista Ilustrada*, é possível dizer que 50% dos textos mostraram-se favoráveis, 37,5% contrários a algum aspecto da educação feminina, e apenas um, de forma neutra, 12,5%. Pela análise geral, pode-se considerar que o periódico apoiava o ensino das meninas de forma bastante específica, valorizando os aspectos tradicionais e utilizando-se de ironia ao se referenciar às chamadas “mulheres instruídas”. Tais aspectos serão tratados de forma mais profunda nas análises qualitativas.

5.1.2 Análise qualitativa

O primeiro texto a ser analisado da *Revista Ilustrada* foi publicado em 15 de fevereiro de 1879, dois meses antes da entrada em vigor do Decreto Leoncio de Carvalho. O texto é um anúncio comentado, ou seja, o próprio redator apresenta o produto e emite sua opinião sobre ele. Trata-se da divulgação do lançamento de um livro chamado *Noções da vida doméstica*, a edição ampliada do *Curso de economia doméstica*, de Felix Ferreira:

Acaba de ser publicado um livro *Noções da vida doméstica* que será lido com proveito pelo bello sexo e mesmo pelo outro. É uma ampliação do *Curso de economia doméstica*, adaptado pelo Sr. Felix Ferreira aos nossos usos e costumes, contendo proveitosos conselhos às pessoas encarregadas da

educação do sexo feminino, um pouco defeituosa entre nós (*Revista Illustrada*, 15 de fevereiro de 1879, p. 2).

Por seu caráter objetivo e informativo, o texto não permite múltiplas interpretações. O autor do texto valoriza o livro utilizando-se do argumento da sua utilidade e necessidade para os encarregados da educação do sexo feminino, por estar “um pouco defeituosa entre nós”. Segundo o autor, o livro será lido com proveito pelo “bello sexo”, que representa um sinônimo para o sexo feminino, mas também “pelo outro”, no caso, o masculino. Logo, essa afirmação indica que a leitura da obra é adequada para ambos, mulheres e homens, assim como para os professores e encarregados de educação.

A leitura arqueológica possibilita perceber que os cursos em formato de livros eram uma espécie de material didático de apoio para os responsáveis pela educação das meninas do final do século XIX. Sabe-se que os costumes, práticas e comportamentos eram normatizados, e tais publicações auxiliavam no processo educativo, como uma leitura de formação voltada para a vida no lar. No caso particular do *Noções da vida doméstica*, era um livro utilizado na escola primária, na disciplina de economia doméstica, criada para compor o currículo feminino com o advento da Lei Geral de 1827.

Segundo Bastos e Garcia (1999, p. 81), em 21 de julho de 1880, o livro *Noções da vida doméstica* foi autorizado pelo Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária para ser utilizado nas escolas primárias da Corte. As autoras afirmam que o livro também foi adotado no Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, inaugurado em 1881, e no curso gratuito para meninas, instalado no Colégio D. Pedro II, também no Rio de Janeiro, por iniciativa de José Manoel Garcia. É importante ressaltar que o *Noções de vida doméstica* é uma adaptação, com acréscimos, da obra original em francês da Madame Eugène Hippeau, *Cours de l'économie domestique*, de 1869.

As modificações introduzidas na obra original consistiram em a) inclusão de dois capítulos novos, um consagrado à Higiene, extraído da obra *Lectures sur les sciences, les arts et l'industrie*, de Garrigues e Monvel; inclusão de outro com biografias de senhoras notáveis, com a presença de representantes

brasileiras; b) substituição das instituições de caridade francesas por nacionais; c) inclusão, no capítulo que se refere aos criados, de informações sobre a lei de abolição do elemento servil; d) anexação, aos nomes ilustres citados pela autora, de dados biográficos; e) ampliação dos exemplos de caráter, retirados da obra de Samuel Smiles, *Self Help* e do Padre Razzi – *Livre de lá Charité* (Bastos e Garcia, 1999, p. 85).

O texto da *Revista Illustrada* tem como enunciador alguém que conhece o livro e recomenda-o para os leitores, em especial as mulheres e os encarregados pela sua instrução, que aqui pode ser interpretado como as próprias mestras ou algum familiar capacitado para tal. O enunciador coloca-se de forma autoritária por apresentar a obra como necessária, mas também por emitir juízo de valor a respeito de a educação feminina ser “defeituosa”, mesmo sem apresentar argumentos ou exemplos para corroborar a afirmativa. O posicionamento do enunciador funciona como alegação de que o livro precisa ser lido e praticado para “consertar”, ou “melhorar” a educação feminina. Em se tratando de uma obra original de uma autora francesa, o enunciador indica que foi adaptada aos “usos e costumes” do Brasil. Assim, pode-se dizer que o discurso é favorável à instrução das mulheres e que o livro de autoria de Felix Ferreira é bem recomendado.

O segundo texto analisado da *Revista Illustrada* também cita o livro *Noções da vida doméstica* e parece ser complementar ao primeiro, pois foi publicado no mesmo dia, 15 de fevereiro de 1879, mas em separado na composição e distribuição dos elementos gráficos nas páginas. A primeira leitura expõe uma crítica social voltada às famílias abastadas que matriculam as filhas nas escolas para aprenderem música e línguas, no entanto elas sabem pouco sobre o cuidado do lar. O autor do texto reforça a intenção de que o modelo ideal da educação feminina deve unir o “útil ao agradável”, ou seja, a moça deve estar preparada para saber se portar no salão, mas principalmente para ser mãe e dona de casa:

Em geral as filhas de pessoas abastadas sahem dos collegios, sabendo um pouco de musica, alguma cousa de francez e conhecendo bastante o inglez para não entenderem Walter Scott. Ignoram porém tudo mais que pode ser útil à dona de casa, a mãe de família. As que não podem pagar o luxo de uma educação esmerada, isto é um professor de canto, mestre de piano e de línguas, ficam quase sempre na ignorância dos rudimentos de sua língua. Há portanto muito a corrigir por um outro lado, e as *Noções da vida doméstica* são um guia seguro para o educador da infância. Contém preceitos obtidos com a prática e estudo, cujo fim é educar a moça para o salão e prepará-la ao

mesmo tempo para dirigir o resto da casa. O útil e agradável (*Revista Illustrada*, 15 de fevereiro de 1879, p. 2).

Ao observar as marcas históricas do texto, fica notório que havia uma diferença na educação dada às meninas de famílias ricas e as demais. Enquanto as pertencentes às camadas privilegiadas da sociedade podiam estudar canto, piano, francês e inglês nos colégios, o que no texto aparece como um “luxo” por ser, inclusive, superficial, as demais ficam quase sempre na “ignorância dos rudimentos da sua língua”. O livro, que logo seria adotado em algumas escolas do Rio de Janeiro, é apresentado como uma solução segura para garantir que as moças sejam educadas nos preceitos considerados essenciais: ser mãe, dona de casa e ter presença social.

O autor do texto, na função enunciativa, utiliza-se de posicionamento crítico e impositivo diante da realidade educacional da mulher. De um lado, mostra-se desfavorável ao ensino de música e idiomas por ser secundário, e ensinado pelas escolas de forma superficial; de outro, afirma que ele tem sua importância, mas sem deixar o cuidado do lar relegado. Essa interpretação se dá pela frase que diz que as moças estão “conhecendo bastante o inglês para não entenderem Walter Scott”, ou seja, não aprendem o suficiente para ler um autor do idioma, e ignoram o que seria “útil à dona de casa, a mãe de família”.

A leitura argumentativa apresenta uma situação, na qual de nada adianta a moça ter noções de idiomas e música se não sabe conduzir um lar e ser boa mãe, logo, tem-se um conflito que precisa ser resolvido. A obra *Noções da vida doméstica* é apresentada como uma solução segura para esse problema, independente da classe social a qual a menina pertença, pois o conteúdo do livro irá munir o educador das instruções essenciais à formação de uma mulher para a idade adulta. Para os pais que não podem pagar pelo “luxo de uma educação esmerada”, o livro é apresentado como um guia prático e seguro para a instrução feminina, unindo o “útil ao agradável”.

A crítica dá o tom do texto, seguido por uma saída eficiente e acessível para o público leitor. A linguagem é desafiadora ao denunciar uma situação geral, sem apontar uma pessoa específica, mas um grupo da sociedade, o das famílias abastadas. Logo, a

Revista Illustrada faz uma oposição ao modo de vida das classes privilegiadas, tendo a educação dada às meninas como o objeto da crítica. Ao chamar de “luxo” o ensino de música e idiomas, o enunciador torna o diferencial de classe como supérfluo e desnecessário à vida prática da mulher, ou seja, cuidar da casa e dos filhos. O autor apresenta o livro como um produto nivelador de classe e, ainda, da função utilitarista da mulher para sociedade.

O terceiro texto da *Revista Illustrada* que será analisado teve sua publicação no dia 23 de março de 1879, três semanas antes de a nova lei educacional garantir às mulheres o direito de acesso ao ensino superior, entre outras mudanças significativas para o ensino no Brasil. O comentário, não assinado, integrou a seção fixa intitulada *Livro da Porta*:

Sempre tivemos birra com as mulheres literattas. É uma verdadeira deslocação de serviços. A mulher tem na terra sua missão especial – criar filhos e saber bem preparar caldos para acabar com os maus humores do marido. Desde que, porém, começaram a invadir os domínios do homem, escrevendo folhetins, sobre papas, sobre padres e frades, ficamos com o systema nervozo tão excitado que só temos desejo de perguntar: *testiculos habes?* (*Revista Illustrada*, 23 de março de 1879, p. 3).

O texto em questão é um comentário com o objetivo de emitir para os leitores a opinião da *Revista Illustrada*, ou do autor anônimo, sobre as mulheres “literattas”. Na definição própria do termo, “literattas” seriam aquelas que estudam Literatura, escrevem, publicam e são consideradas cultas. Segundo o autor, que diz ter “birra” dessas mulheres, a função seria uma “deslocação de serviços”, ou seja, que não caberia a elas exercerem essas atividades. Na sequência, afirma que a missão da mulher na Terra é “criar os filhos e saber bem preparar caldos para acabar com os maus humores do marido”.

A “deslocação” seria a troca do ambiente doméstico pelo público ou, de forma mais ampla, substituir o cuidado da família, filhos e marido, pela produção intelectual e participação na vida política e literária da sociedade. O discurso afirma que, desde que as mulheres “começaram a invadir os domínios dos homens, escrevendo folhetins sobre papas, sobre padres e frades”, eles ficaram com o “sistema nervoso excitado”, chegando ao ponto de desejar perguntar a essas mulheres se elas teriam testículos.

A leitura mais convincente do texto leva à interpretação de que o discurso é contrário ao letramento feminino, tendo elas a função social primeira de se manter exclusivamente nas funções domésticas de atenção ao lar e à família. A mulher que escreve e publica seus próprios folhetins seria, neste caso, uma pessoa “deslocada” das suas atribuições originais, e que adentrar o “território masculino”, seria uma invasão, uma forma de igualar-se a eles em sua forma física e funções na sociedade.

A observação dos elementos históricos do discurso remete ao período em que havia uma crescente de folhetins escritos por mulheres e com temas de interesse do público feminino, incluindo o *Echo das Damas*. Vários periódicos defendiam a instrução e a emancipação da mulher sendo, provavelmente, uma das razões da publicação do comentário na *Revista Illustrada* sobre a “birra com as mulheres literatas”. As questões de ordem religiosa, em especial a separação do Estado e da Igreja, faziam parte das discussões da época. Em virtude dessa mudança, os representantes do clero podem ter sido citados no texto, além da expressão em latim que o encerra: “*testiculos habes?*”, representando de forma alegórica um membro da Igreja que questiona essas mulheres.

O texto revela um enunciador crítico e satírico, que está em consonância com o tom da *Revista Illustrada*. A forma autoritária com que o autor emite a opinião demonstra a posição contrária ao nível elevado do letramento feminino e a favorabilidade às funções bem delimitadas que caberiam a cada um dos gêneros na sociedade. Afirmar que as tarefas consideradas femininas seriam “missões especiais” e que escrever e publicar representaria uma “deslocação de serviços”, uma invasão do território masculino, demonstra um enunciador conservador, aquele que defende que a mulher não deveria ocupar assentos na Imprensa.

Os “domínios do homem”, como o autor define, quando são invadidos pela mulher, causam a mudança do humor masculino, a irritação e a indignação. No mesmo discurso, caberia à mulher a preparação de caldos para acalmar o sistema nervoso do homem. O discurso indica que a mulher letrada causaria uma espécie de desordem, infringiria uma lei maior, aqui chamada de “missão na Terra”, e que essa invasão seria uma deslocação de serviços, o que daria a entender que a própria mulher desejasse

tornar-se homem, ou seja, um ser disfuncional. O texto expõe o incômodo que o letramento e a voz feminina poderiam gerar em uma parcela da sociedade da época.

O quarto texto analisado da *Revista Illustrada* foi publicado em 7 de fevereiro de 1880 na seção *Ecos da semana*, ou seja, após a entrada em vigor do Decreto Leoncio de Carvalho. Assim como as ilustrações, as anedotas e as historietas eram muito utilizadas no periódico. Os textos, geralmente curtos, indicam a função de entreter e divertir o leitor, mas, principalmente, fazer críticas políticas, religiosas e sociais sobre as relações e diferenças de classe, dos costumes das famílias, da Igreja, do papel dos governantes e das pessoas em geral da sociedade. O texto a seguir não apresenta título e foi assinado por “A. de Lino”:

D. Maroca é muito instruída; e sua filha Cocota vai pelo mesmo caminho.
A MENINA – Papai, o que é mormon?
O VELHO – É um homem que adora a Deus, casando com muitas mulheres...
D. MAROCA, com pretensão – É um polygono então!
(*Revista Illustrada*, 7 de fevereiro de 1880, p. 6).

Ao fazer a leitura inicial do texto, percebe-se que se trata de uma historieta humorística. No entanto, ao ler pela segunda vez, na tentativa de interpretá-la com maior profundidade, notam-se alguns aspectos. A historieta compreende a cena de uma família com três pessoas representando personagens bem definidos: D. Maroca, no papel da mãe, Cocota, como a filha, e o Velho, que representa o pai da menina. Por relação lógica, o texto indica que o velho seria o marido de D. Maroca.

A primeira frase do texto diz: “D. Maroca é muito instruída; e sua filha Cocota vai pelo mesmo caminho”. Na afirmação, entende-se que a mãe passou pelo processo de instrução e que a menina também estudava. A filha, que segue os passos da mãe, é a primeira conclusão que se tem do texto. A seguir, a menina faz uma pergunta objetiva ao pai, que é chamado de velho: “Papai, o que é mórmon?”. Na sequência, ele responde: “É um homem que adora a Deus, casando com muitas mulheres”. Na última frase, a mãe faz um comentário sublinhando o tom “pretensioso” de sua fala: “É um polígono então!”.

O texto é curto e conciso, mas é o ponto de partida para interpretações bem mais amplas. A primeira delas refere-se ao indício de que havia, naquele momento da história, mais uma geração de mulheres instruídas. A segunda delas é que a menina representa uma figura questionadora, mas que o faz diretamente ao pai, aqui apresentado como um homem mais velho, talvez, por isso, mais sábio e capaz de deter respostas para muitas perguntas. O pai faz uma afirmativa inicial sobre o que seria um mórmon, mas é interrompido pela mulher, que expõe uma resposta equivocada. O tom pretensioso apontado no texto denota uma mulher que pensa saber, mas que de fato não sabe.

O tom espirituoso é caracterizado, sobretudo, pelo trocadilho entre duas palavras: “polígamo” e “polígono”, o motivo da confusão da D. Maroca. A palavra “polígamo” não aparece no texto, mas é a que se leva a concluir por ser a que define uma pessoa que tem vários cônjuges. Todavia, há também outro aspecto sugerido no texto, que seria o da mulher que imagina ser instruída e estar preparada para responder às perguntas da filha no lugar do pai, mas que na realidade, seria apenas pretensiosa no saber, dependendo do marido para tirar as dúvidas da menina, que “segue o mesmo caminho”, ou seja, da ilusória pretensão dos domínios do saber.

Nota-se, também, que a definição do que seria um “mórmon” não é conclusiva, nem pelo pai, nem pela mãe. As reticências na fala do homem indicam que, provavelmente, ele continuaria sua explanação sobre o que seria um mórmon, mas foi interrompido pela D. Maroca com uma fala equivocada, o que representa o ponto humorístico do texto. A leitura arqueológica conduz a uma interpretação em particular, a de que a palavra “polígono” é uma nomenclatura própria das disciplinas de Matemática e de Geometria, sendo essa última vetada às meninas de acordo com o currículo estabelecido no período de vigência da Lei Geral de 1827.

O enunciador do texto é o narrador, aquele que conta uma história para o leitor. Munido de personagens e de um diálogo ambientado no seio de uma família, o enunciador utiliza-se do discurso lúdico para fazer uma crítica à qualidade da instrução feminina, mas também ao aspecto comportamental da mulher diante do conhecimento que acredita deter. O aspecto argumentativo pode levar o interlocutor à interpretação de que a D. Maroca não era assim tão instruída, mas sim pretensiosa, e que a menina seria,

no futuro, igual à mãe. A ironia da primeira frase, de que ela era “muito instruída”, associada à última, levam à compreensão por meio de uma crônica do cotidiano, de que ela era tola e presunçosa. O conjunto apresenta um discurso satírico, algo corrente na *Revista Illustrada*.

O último texto analisado da revista teve sua publicação na seção *Moldes e figurinos*, do dia 4 de setembro de 1880, e é intitulado “A moça instruída”. O texto, sem assinatura, pode ser classificado como uma historieta ou uma pequena crônica:

Da primeira vez que vi D. Amelia, ella recitou-me todo o D. Jaime; da segunda repetio o indice completo das poesias de Lamartine; da terceira... Da terceira, eu fugi, e assim por diante. Como aos quinze annos, tivesse pedido ao pai uma caixa de agulhas de Cleopatra, e o pai lhe não satisfizesse o desejo, protestou não coser com outra agulha. Vão d’isto vinte annos, e nunca deu um ponto nem alinhavo. Lê, estuda, sabe muitas línguas, conhece todas as litteraturas, algumas sciencias e tem mesmo algumas poesias que um dia hão de vir à luz – mais tarde (*Revista Illustrada*, 4 de setembro de 1880, p. 3).

O autor conta sobre sua experiência com a “moça instruída”. O texto começa com três momentos em que D. Amelia recitou poesias, sendo o último encontro o motivo de seu distanciamento. Na segunda parte, o texto apresenta um evento anterior, que teria acontecido quando ela tinha 15 anos. Na ocasião, a menina teria pedido ao pai uma caixa de agulhas de Cleópatra, o que lhe foi negado, culminando no protesto de não mais coser até que seu desejo fosse atendido. O trecho seguinte remonta aos 35 anos de D. Amelia, que até então não havia dado “um ponto nem alinhavo”, mas que, por 20 anos, estudou e, por isso, conhecia “várias línguas, algumas ciências e todas as literaturas”. O autor complementa que ela também tinha “algumas poesias que um dia hão de vir à luz”, mas que isso só aconteceria “mais tarde”.

A leitura parafrástica conduz a um discurso que faz uma crítica às mulheres que não sabem coser, nem bordar, pois se ocuparam por anos com a leitura, o estudo e à escrita poética. Ademais, o texto denota que as mulheres instruídas podem ter sido meninas mimadas que, ao longo da infância, tiveram um comportamento rebelde por não aceitarem as negativas do pai em atendê-las nos seus desejos materiais, culminando na prática de deixar as prendas domésticas de lado. O autor utiliza-se da figura de D.

Amelia para ilustrar a educação de um grupo em particular, o das “moças instruídas”, título conferido à crônica em questão.

Um ponto interessante do texto está logo nas primeiras linhas, quando o autor diz que fugia de D. Amelia por causa da sua recorrência em recitar poesias completas. A interpretação sugere que o fato de ser muito instruída pode afastar os homens, algo considerado prejudicial, ainda mais naquela época. O texto torna-se curioso, também, por um detalhe, o tema que figura as agulhas desejadas por D. Amelia: as de Cleópatra, a última governante ativa do Reino Ptolemaico do Egito. Esse aspecto simbólico pode ser interpretado em uma ordem mais sutil, a de que ela desejava ser como Cleópatra, em todas as suas qualidades, a começar pelo poder que a sua personalidade evoca até os dias de hoje.

Ao fazer referência às poesias escritas por D. Amelia, o autor complementa com o comentário de que elas “um dia hão de vir à luz”, só que apenas “mais tarde”. O comentário final pode indicar que o período que viviam, em 1880, ainda não estava pronto, ou era adequado, para os escritos de D. Amelia. Pode sugerir, ainda, que o autor acreditasse que as poetisas não deveriam ter os seus textos publicados em revistas ou livros, ou que os dela não poderiam ser por um motivo não declarado no texto. O anúncio de que suas poesias seriam conhecidas pelo público indica outro tempo, o futuro, mas não o presente do texto.

Ao adentrar os aspectos do contexto histórico em que o texto foi publicado, é relevante observar que existem duas possibilidades sobre quem seria D. Amelia, a chamada “moça instruída”. A primeira é que ela seria uma personagem fictícia criada pelo autor para representar um segmento da sociedade da época, o das raras mulheres brasileiras que tinham acesso a conhecimentos de várias áreas, como ciências, literaturas e línguas, de acordo com o texto. Outra alternativa, não menos importante, é que o texto fala especificamente sobre Amelia Carolina da Silva Couto, proprietária e principal redatora do *Echo das Damas*.

Embora Amelia fosse um nome comum para a época, essa possibilidade existe, visto que ambos os periódicos circulavam na mesma cidade, o Rio de Janeiro. Além disso, há outras referências a Amélia Couto e ao *Echo das Damas* em edições da *Revista*

Ilustrada, comprovando que o periódico tinha conhecimento sobre a existência do folhetim feminino, bem como o que defendia em seus textos:

Echo das Damas – Havia tempo que nos não visitava este gentil colega, dirigido pela Exma. Sra. D. Amelia Couto. Como estamos saudosos, lemol-o todo, desde o artigo *As mães*, até ao fim da brilhante carta de Maria Amalia. E não nos arrependemos (*Revista Ilustrada*, 28 de janeiro de 1880, p. 7).

Conforme afirma Duarte (2016, 3922), Amélia Carolina Silva Couto era uma mulher sobre a qual não se sabe praticamente nada, “apenas que era uma feminista lúcida e atuante, e que dirigiu com competência seu periódico”. Vale ressaltar que não cabe aqui investigar os bastidores das relações entre os proprietários e os redatores dos jornais e revistas, nem mesmo quais pessoas podem ter inspirado os personagens das historietas. Contudo, em se tratando de uma leitura também interpretativa sob a perspectiva histórica, tais tópicos podem ser integrados à análise como um ponto agregador e interessante para a pesquisa, por ser uma interpretação válida para o estudo.

Quando o olhar para o texto procura os argumentos do discurso, encontram-se, entre as leituras, os elementos da ficção, de contar uma pequena história com o intuito de evidenciar aspectos vividos em sociedade. D. Amelia enquanto personagem é o objeto central da narrativa. Ela simboliza a menina rebelde que se recusa dedicar-se às prendas do lar, como bordado e costura, para entregar-se aos estudos. Com efeito, seus vastos conhecimentos literários causam estranheza até mesmo no autor do texto, que foge, porém reserva um espaço na revista para falar dela. O enunciador usa da estratégia lúdica para problematizar sobre um grupo específico, destacando os pontos favoráveis e contrários sobre a instrução feminina, a vida pública e o lar.

Com base na análise do discurso da *Revista Ilustrada* no período de três anos, 1878 e 1880, pode-se dizer que a cobertura do periódico utilizava-se de linguagem crítica, satírica e literária para tratar dos temas de natureza política, cultural e social. Sobre o tema investigado, o desenvolvimento educacional feminino, os textos apresentam múltiplas interpretações, mas destacam-se as que demonstram incômodo diante da “mulher instruída”, seja porque ela ocupa os espaços ditos masculinos, mas

também porque suas demais obrigações ficam em segundo plano, como a moça que sabe música e línguas, mas não tem domínio do bordado ou de cuidar de uma casa.

O periódico reconhece em algumas passagens as habilidades e qualidades da mulher para a Literatura e até mesmo menciona o crescimento da Imprensa feminina. Todavia, pelas características editoriais que a *Revista Illustrada* utiliza para tratar e debater determinados temas, o discurso mostra-se ambíguo e impotente diante das transformações impulsionadas pelo movimento das mulheres daquela época, que já se aproximavam de alguns setores sensíveis da sociedade brasileira. De modo geral, pode-se dizer que os textos ressaltam a existência das regras que separam os espaços, as atribuições, as tarefas e os conhecimentos por gênero.

5.2 *Echo das Damas*

A seguir, as análises quantitativas e qualitativas do periódico feminino *Echo das Damas*. Como os anteriores, uma página ilustrativa do impresso encontra-se no apêndice 1, e os textos integrais, no apêndice 5.

5.2.1 Análise quantitativa

No dia 5 de novembro de 2019, foi feito o levantamento da amostra do *Echo das Damas*, disponível na Hemeroteca Brasil. Para a seleção dos textos, utilizaram-se os mesmos critérios e parâmetros metodológicos aplicados para os demais periódicos estudados. No caso particular do *Echo das Damas*, é importante registrar que algumas edições originais do periódico encontram-se danificadas pelo tempo, mas foram contabilizadas assim mesmo. Em função disso, algumas partes não puderam ser lidas e, por isso, foram priorizados os textos que tiveram a maior parte legível.

Ao todo foram coletados 23 textos, sendo três publicados antes do Decreto Leoncio de Carvalho e 20, após. O número aponta para um aumento significativo no volume sobre o tema após a lei. Os dados do periódico estão na tabela 10:

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	3	13%
	Depois	20	87%
2. Seção/Editoria	Biografias	1	4,3%
	Não especificada	2	8,7%
	Notícias	6	26%
	Coluna fixa	14	60,8%
3. Autoria	Pseudônimo sem gênero	1	4,3%
	Mulher	8	34,7%
	Não assinada	14	61%
4. Gênero	Opinativos	11	47,8%
	Artigo		
	Não opinativos		
	Entrevista/Biografia	2	8,7%
	Nota	2	8,7%
	Matéria	5	21,8%
	Anúncio		
	Anúncios populares	3	13%
5. Imagem	Sem imagem	23	100%
6. Fontes e/ou protagonistas	Não especificada	23	100%
7. Cita leis	Sim, Decreto Leoncio de Carvalho	1	4,3%
	Sim, outras	2	8,7%
	Não cita	20	87%
8. Ambiente educacional	País estrangeiro	5	21,8%
	Não especificado	5	21,8%
	Faculdade/Universidade	6	26%
	Escola/Colégio	7	30,4%
9. Comparação e diferenças	Sim	6	26%
	Não	17	74%
10. Temática secundária	Leis e melhorias curriculares	2	8,7%
	Mercado de trabalho	2	8,7%
	Ensino escolar primário/secundário	3	13%
	Ensino superior	3	13%
	Estilo de vida e comportamento	4	17,4%
	Biografias e exaltação de conquistas	4	17,4%
	Feminismo e direitos	5	21,8%
11. Tendência	Favorável	23	100%

Tabela 10. Dados quantitativos: *Echo das Damas*.
Fonte: Elaboração própria.

O segundo aspecto analisado na cobertura do *Echo das Damas* foi sobre o espaço reservado no periódico para discutir as questões que envolvem a educação feminina. Após o levantamento, foi constatado que 14 deles, 60,8% dos textos, estavam dispostos em colunas fixas, divisões criadas e nominadas pelo próprio periódico. São elas: *Folhetim do Echo das Damas*, *Colaboração*, *Grande idéia*, *Indicador* e *Echo das Damas*. A outra parte dividiu-se em nomes de seções mais comuns em outros periódicos, como *Notícias*, com seis, 26%, e *Biografias*, com um texto. Apenas dois não estavam em seções previamente definidas na organização das páginas.

Um dado que chamou a atenção foi a presença de oito textos assinados por mulheres, somando 34,7% de toda a amostra. Entre as autoras, estão a proprietária do *Echo das Damas*, Amelia Carolina da Silva, e as colaboradoras Francisca de Sant'Anna Pessoa, Josefina Sarmiento e Maria Amália Vaz de Carvalho. Todavia, a maioria deles, 61%, não declara autoria, e um deles utilizou-se de pseudônimo sem gênero para assiná-lo, a inicial "O". Nenhum dos textos que compõem a amostra foi assinado por homens. O resultado demonstra a adesão de várias redatoras na produção do conteúdo do periódico e a ausência de colaboradores do sexo masculino nas edições.

Ao observar os gêneros textuais da amostra, identificou-se que a maior parte, onze, 47,8%, eram artigos de opinião que mencionaram as questões inerentes à educação feminina. Os demais foram distribuídos em três anúncios, 13%, e nove textos não opinativos, 39,2%, entre notas, notícias e biografias sobre mulheres que tiveram êxito acadêmico no Brasil e no exterior. Os dados apontam uma divisão equilibrada entre textos de opinião e informativos sobre a temática investigada, além de uma pluralidade de gêneros nas páginas do semanário.

O *Echo das Damas* era um periódico de quatro páginas por edição, sendo a última reservada a anúncios publicitários. Tanto o tamanho das colunas e as tipologias, como a periodicidade, variaram ao longo de sua história, mas em geral circulava a cada semana ou quinzena. Os textos não tinham imagens ou ilustrações como complemento à informação, algo observado apenas nos anúncios na quarta página. Mesmo assim, os elementos gráficos eram simples, com a variação do tamanho e do formato das tipologias para destacar os anunciantes. Assim, a amostra analisada teve a ausência de imagens.

As fontes de informação não foram especificadas nos textos analisados do *Echo das Damas*. Os artigos opinativos e os informativos traziam a mulher como protagonista, evidenciando as que estudaram e as que defendiam a instrução feminina. O periódico aborda os assuntos, conta fatos e eventos diversos, mas não apresenta de onde vieram as informações divulgadas no periódico. Sabe-se que a dimensão dada às fontes mostra-se diferente do que se tem hoje no jornalismo, com a apresentação de dados e opiniões de especialistas sobre determinado tema.

Independentemente do gênero textual que surge no *Echo de Damas*, é possível detectar as discussões inerentes ao direito, à justiça e às leis daquele tempo. Por se posicionar de maneira atuante na defesa da emancipação feminina, o periódico faz algumas referências legislativas na amostra analisada, não apenas ao Decreto Leoncio de Carvalho, mencionado em um único texto, mas também em outros de forma genérica. Tais aspectos serão tratados com mais profundidade nas análises qualitativas do discurso, próximo item do presente estudo.

Ao pesquisar sobre quais seriam os ambientes educacionais tratados mais comumente no *Echo de Damas*, nota-se que o ensino doméstico não foi referenciado. Por outro lado, a educação ministrada em escolas e colégios mostra-se como maioria, sete textos, chegando a 30,4% das menções. Muito próximo a esse número está o ensino superior, que foi tema de seis textos, 26% da amostra. Destaque também ao estudo no exterior, somando 21,8% da amostra, com cinco textos. Dos lugares citados, aparece a Europa, de forma geral, e com citação apenas à Suíça, à França, além dos Estados Unidos da América. Em cinco textos, 21,8%, o ambiente de ensino não é detalhado.

O tópico que analisa se o texto compara ou não a educação dada aos meninos e às meninas revela que em seis deles, 26%, o aspecto foi colocado em discussão de maneira clara e objetiva. Contudo, na maior parte deles, 17 textos, 74%, não houve a comparação de forma declarada, apenas tratou-se da educação da mulher, dos direitos, leis e oportunidades de ensino, sem pormenorizar a distinção com referência curricular ou atividades específicas do gênero masculino.

O tema geral da educação feminina desdobra-se em temas secundários, que surgem no *Echo das Damas* com bastante variedade. De todos eles, o que aborda as

questões feministas de promoção e defesa de direitos foi o que mais se destacou em termos de volume, com cinco textos, ou seja, 21,8%. Por se tratar de um veículo de imprensa que tem em sua essência levantar tais bandeiras, o resultado confirma o posicionamento e a tendência discursiva do semanário.

Em segundo lugar aparecem os textos que notabilizam personalidades femininas que tiveram êxito acadêmico, as biografias, com quatro textos, chegando a 17,4% da cobertura. No mesmo patamar aparecem textos que abordam as questões de estilo de vida e o papel da mulher na sociedade, colocando o aspecto da instrução como primordial e valorizado. O ensino superior e o ensino primário/secundário foram tratados de modo equiparado, com 13% da amostra dedicada ao subtemas, com três para cada um dos assuntos.

Mais dois temas secundários foram delineados pelo periódico, sendo dois sobre leis e melhorias curriculares para as mulheres e o mesmo número para os assuntos pertinentes ao mercado de trabalho. Cada um dos subtemas apareceu em 8,7% da cobertura do *Echo das Damas*. O último indicador analisado quantitativamente refere-se à favorabilidade do discurso em relação à instrução feminina. Em todos os textos percebe-se a tendência de que é necessário lutar para a conquista de melhores condições de educação para si e para outras mulheres.

E suma, o *Echo de Damas* apresentou uma cobertura que, em termos quantitativos, mostrou-se favorável para que a educação da mulher rompa os limites domésticos e que alcance os níveis de instrução que almejar. Para tanto, o periódico cobre os assuntos correlatos à educação feminina, passando pela escola primária até chegar ao ensino superior em universidades da Europa e dos Estados Unidos. Trata, ainda, de leis, transformações sociais e faz referência às mulheres que se tornaram médicas e conquistaram novos espaços públicos.

5.2.2 Análise qualitativa

O primeiro texto analisado do *Echo das Damas* foi intitulado “A missão da mulher”. Trata-se de um artigo publicado em 18 de abril de 1879, na página 2, e foi

assinado com a inicial “O”. Mesmo sem ter o gênero de autoria declarado, trataremos o artigo como escrito por uma mulher, a considerar que há marcas que indiquem isso no próprio texto e, ademais, trata-se de um periódico no qual não foram identificados redatores do sexo masculino. O pequeno trecho danificado no original foi marcado na transcrição com reticências, e a página completa, encontra-se no apêndice 5.

A donzella ajoelha-se perante o altar. O mancebo a imita. Entrelaçam as mãos. O Sacerdote pronuncia algumas palavras e abençoa-os. Trocam-se os anéis de aliança. Está finda a cerimonia singela e grave do matrimonio. Dous seres que se amam, dous corações que se estremecem duas almas que se compreendem, estão eternamente ligadas perante Deos e os homens. Os élos dessa cadeia eterna, élos brandos e sagrados que não roxeão os pulsos nem evilecem, constituem a familia, que é um dos mais solidos pedestaes da sociedade, a familia – barreira oposta é devassidão dos costumes; a familia – principio primordial da moralidade dos povos. Como não deve estremecer de jubilo, de anhelos vagos, de sensações ignotas de doces temores o coração da donzella! Como! Ella vai trocar todo o seu passado de flores, os carinhos da mãe, os beijos do pae, por um futuro desconhecido! Por um futuro que ella sonha apenas atravez de prismas illusorios! Ella vai trocar a corôa de virgem, essa corôa candida de flores de laranjeiras, aureola brilhante que lhe resplandece na fronte, pela corôa radiosa de esposa e mais tarde pela corôa sublime de mãe. Dupla corôa cercada de constellações cintilantes! Dupla missão confiada ao seu coração terno e bondoso! O que ahi de mais bello e nobre? O que ahi de mais tocante e augusto? Ser esposa! e ser mãe! Ser esposa é uma missão difficil. Ser mãe o é ainda mais. Ser mãe! Que responsabilidade imensa e tremenda! Ser mãe! Guiar os primeiros passos vacillantes de um ente novo que surge do nada; ensinar-lhe a balbuciar as primeiras palavras; fazer-lhe soletrar os primeiros principios de uma moral sã, pura e racional; implantar-lhe no espirito incerto as noções de uma religião sublime, isenta de superstições banaes, grosseiras e odiosas: incutir-lhe no animo o amor da virtude, de tudo quanto é grande e bello, e o desprezo pelas vaidades e pelos vícios; formar enfim o futuro homem, é uma missão que bem entendida, torna-se espinhosa e às vezes impossivel. É triste dizel-o, mas é uma verdade cruel! É a consequencia logica de um erro funesto enraizado em nossos costumes: – a falta de instrução da mulher! A pouca instrução que elas recebem nas escolas primarias, essa mesma é tão mesquinha, tão acanhada, tão deficiente, tão falta de critério, que não as torna aptas para desempenharem a sua sagrada (...). Na familia, mais santo (...) mais bello papel: – o de formar futuro homem. Da educação da mulher portanto nós assim o pensamos, depende a prosperidade de uma nação. Eduque, pois a mulher: quebrem-se de ma vez estes preconceitos estultos: de-se-lhe uma instrucção solida e variada de e teremos bons cidadãos, e uma sociedade moralisada (*Echo das Damas*, 18 de abril de 1879, p. 2).

Na primeira parte, o artigo narra o percurso tradicional da vida de uma mulher daquela época, iniciando-se pela celebração do casamento, a passagem da fase de solteira para a de casada, até a educação dos filhos. Ao longo do texto, a autora evidencia o quanto a tarefa de ser esposa é difícil, mas ainda mais árdua é a de ser mãe,

a primeira instrutora do homem. A argumentação encaminha-se para dois aspectos: o quanto a missão é sagrada, mas também penosa de realizar. A apresentação do tema encaminha-se para o ponto da crítica a uma determinada situação social, a que o texto chama de “verdade cruel”, a deficiência da instrução feminina, que não prepara as mães para a tarefa de educar os filhos adequadamente.

O texto denuncia um “erro antigo”, o da baixa instrução das meninas que, ao se tornarem mulheres e mães, não têm as competências necessárias para educarem os próprios filhos. A causa e o efeito são apresentados ao leitor de forma objetiva: “É a consequência lógica de um erro funesto enraizado em nossos costumes: a falta de instrução da mulher!”. Na sequência, classifica a educação que as meninas recebiam na escola, como sendo: “tão mesquinha, tão acanhada, tão deficiente, tão falta de critério, que não se tornam aptas para desempenharem sua sagrada...”.

A seguir, o texto diz que a propriedade de uma nação depende da instrução feminina, utilizando-se do raciocínio de que, ao quebrar o preconceito e garantir uma educação “sólida e variada” às mulheres, “teremos bons cidadãos, e uma sociedade moralizada”. A autora do texto coloca sob responsabilidade da mulher e, por conseguinte, da mãe, o papel de formar o futuro cidadão, ou seja, realiza uma função social de extrema importância. O texto apresenta o problema, faz uma crítica ao modelo vigente, mas também apresenta a solução de forma prática e direta.

Vale ressaltar que o texto mostra que a mãe deve ser instruída a fim de “formar o futuro homem”, não os filhos de forma geral, ou a menina, mas o futuro homem. Assim, a mãe é um instrumento de educação do homem e, para tal, deve ser bem instruída. O artigo relaciona tal papel social ao futuro da nação: “Da educação da mulher portanto nós assim o pensamos, depende a prosperidade de uma nação”. O texto coloca nas mãos da mulher não só a educação do menino, homem e cidadão, mas também o desenvolvimento e do crescimento do país. Para tanto, o artigo clama para que a instrução feminina seja considerada para que a mulher cumpra sua “missão sagrada”.

A leitura parafrástica conduz a uma análise objetiva, a de que a mulher deve ser instruída para que o homem torne-se um cidadão que possa contribuir com o

crescimento da nação. Assim, a mulher teria suas atribuições bastante claras, a de ser esposa, mãe e de formar o homem para que garanta uma sociedade moralizada e próspera. A educação feminina sólida e variada seria uma estratégia com fins coletivos, não para a mulher como indivíduo, mas uma peça-chave do sistema vigente. A mãe que bem educa o filho seria uma cumpridora do dever, que começou no dia do seu casamento e que se efetiva com o encaminhamento de cidadãos bem formados a serviço da coletividade.

O artigo do *Echo das Damas* foi publicado no ápice do Segundo Reinado, uma década antes da Proclamação da República e da Abolição da Escravatura, período em que houve a necessidade educacional da mulher para que ela contribuísse com a modernização da sociedade brasileira. À mulher foi dada a tarefa de contribuir com a formação dos novos líderes da nação, dessa vez não somente para as pertencentes às famílias mais ricas, mas também para as demais classes sociais, aquelas que formariam os futuros trabalhadores, a mão de obra que o país necessitava.

A leitura arqueológica evidencia que instruir as mulheres era uma estratégia de governo que abria espaço para as mudanças significativas que se anunciavam na sociedade brasileira. A mãe acumularia a função de primeira mestra dos filhos com base no senso de dever, de religiosidade e de comunidade. Tem-se as marcas do que o jurista cearense José Liberato Barroso defendeu nas Conferências Populares do Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1874, o pensamento de que, para o Brasil cumprir o seu destino, seria necessário educar a infância e, para tal, seria preciso educar a mulher, formar a mãe de família (Barroso, 1876, p. 100).

Outros aspectos chamam a atenção no texto. Um deles refere-se ao cuidado que a mãe deveria ter com os filhos, o caráter santificado que se consuma diante do altar no dia do matrimônio. O sacrifício da mulher, a abnegação da mãe e a responsabilidade pela família são as características apresentadas como compromisso, mas também como missão sagrada perante a Igreja e, por conseguinte, perante Deus. Outro aspecto é a necessidade de introduzir no processo de formação das crianças os valores morais, em especial os cristãos. E ressalta que tais virtudes fossem transmitidas sem superstições banais e grosseiras, longe dos vícios e vaidades. E uma das incumbências da mãe seria entregar à nação os futuros cidadãos de bem.

Ao analisarmos o enunciador do discurso, pode-se dizer que se trata de um sujeito que argumenta em favor da instrução feminina, mas com o propósito de educar os filhos para a sociedade. O enunciador utiliza-se do argumento de que as escolas transmitem às meninas um conteúdo muito aquém do que deveria para que, assim, possam cumprir suas obrigações sociais e familiares. Ao denunciar que a escola oferece uma instrução “acanhada e mesquinha” para as meninas, o enunciador justifica que, se as mães não forem capazes de realizar seus deveres, que a culpa não seria delas, mas da educação “sólida e variada” que lhes foi negligenciada.

O argumento em prol de uma escola de qualidade para as meninas se fortalece a partir de um discurso que visa ao bem coletivo, não em favor da mulher em sua essência, para sua edificação intelectual ou emancipação. Ao desenhar aos olhos do leitor um percurso missionário da menina que se torna mulher e mãe educadora, o motivo da reclamação torna-se nobre e valioso para os que acreditam que uma nação próspera precisa de homens bem formados em termos morais e educacionais. Evocar a santidade da mãe educadora tem como função discursiva tornar o argumento da instrução feminina forte o bastante para o momento histórico e a sociedade da época. No final, o artigo trata como um “preconceito estulto”, ou seja, uma ignorância, os que negam à mulher uma formação digna das suas atribuições.

A linguagem do artigo “A missão da mulher” apresenta elementos poéticos, que valorizam os aspectos da beleza e da pureza da missão da mulher, tal qual Virgem Maria, que cumpriu sua tarefa com devotamento e sacrifício. No entanto, nos trechos finais, o texto muda o tom e se converte para uma linguagem que cobra dos responsáveis pelas escolas brasileiras uma mudança de paradigma no que tange ao currículo ministrado para as meninas. O tom utilizado no artigo coloca a mulher em posição desfavorável no processo de construção social, ou seja, uma vítima abnegada que clama por atitudes que transformem a realidade educacional feminina para que ela, enfim, possa cumprir a sua missão plenamente.

O segundo texto do *Echo das Damas* que será analisado teve sua publicação na página 2 da edição de 20 de julho de 1879. O título é “Escola prática de costura” e está na seção *Noticiário*, sem autoria.

O maire de um dos districtos de Pariz, M. Ferry, organisou uma escola pratica de costura em que se dá instrucção gratuita a qualquer rapariga inscripta que queira aprender a medir, cortar e coser vestidos. A aula dura uma hora, uma vez por semana, e divide-se em duas turmas, mais adiantadas uma do que outra. Na atrazada as raparigas aprendem a tomar a medida e a descrever na pedra as differentes peças de roupa. Só depois é que lhe dão papel e ensinão a cortar. Quando já mostram-se peritas nisso, recebem então panno, cortão-no e o cosem sob as vistas da professora, que se chama Mme Grandhomme. Nos Estados-Unidos essas escolas são mui comuns. Quase invariavelmente são instituidas e geridas por senhoras de differentes congregações religiosas. Só no Brasil nada se faz a favor da mulher! (*Echo das Damas*, 20 de julho de 1879, p. 2).

Mesmo considerando a época em que foi publicado, o texto pode ser categorizado como noticioso, uma vez que apresenta um fato com local de ocorrência definidos, informações pormenorizadas e o nome das pessoas envolvidas em determinada situação. Além disso, foi disposto na seção *Noticiário* do *Echo das Damas*, o que reforça a classificação do gênero. A nota fala da existência de uma escola de costura que está em funcionamento em um dos distritos de Paris, que está aberta às raparigas que desejem aprender o ofício gratuitamente. A escola foi organizada por um *maire*, o primeiro magistrado municipal, que é o órgão executivo da comuna na França. Logo, trata-se de uma escola pública profissional.

A nota detalha o funcionamento das classes e das turmas, o tempo de aula, o que as jovens aprendem ao longo do curso, os materiais que utilizam e até mesmo o nome da professora, Madame Grandhomme. Ao final do texto há uma informação complementar, que indica que nos Estados Unidos também são comuns escolas de costura com as mesmas características, essas geridas por senhoras de diferentes congregações religiosas. Somente na última frase do texto há um comentário opinativo, que destaca que: “Só no Brasil nada se faz a favor da mulher!”.

Pode-se afirmar que o texto trata de um ambiente educacional organizado, em benefício da mulher que deseja aprender um ofício de maneira completa e gratuita, sob orientação de uma mestra atenta ao aprendizado de suas alunas. Depois de evidenciar as qualidades da escola profissionalizante de costura da França, e as similares nos Estados Unidos, o autor da nota reclama por que no Brasil não se faz nada em favor da mulher, ou seja, voltado para a sua educação e sua formação profissional de qualidade. O

protesto no final do texto destaca o quanto as escolas profissionais para as mulheres deveriam ser incipientes no Brasil de 1879.

A leitura histórica conduz a uma percepção de que o *Echo das Damas* estava atento sobre o que acontecia no exterior, em especial na Europa e nos Estados Unidos, obtendo informações pertinentes aos interesses femininos. As escolas de costura visavam à formação profissional, o que contribuiria com a geração de renda e a emancipação da mulher. Em geral, o que se ensinava no âmbito doméstico e escolas primárias, era a costura simples e o bordado. As escolas de costura tinham como objetivo formar profissionais para a produção de vestidos, seja para uso próprio, seja para a comercialização dos modelos.

O enunciador do discurso apresenta-se como um sujeito que reconhece as qualidades de uma boa escola, a começar pelo currículo, a rotina de uma sala de aula e a presença de mestras atentas ao aprendizado de suas discípulas. Reconhece o quanto a França e os Estados Unidos estavam um pouco mais avançados no processo de profissionalização feminina e, na última linha, tece um comentário que evidencia sua insatisfação diante da situação do Brasil, que “nada fazia em favor da mulher”. O enunciador utiliza-se da comparação para mostrar ao leitor o que há de bom em outros países e o que poderia existir também na estrutura educacional brasileira.

A linguagem empregada pelo enunciador é descritiva quando detalha o sistema de ensino da escola de costura francesa. Tem-se, mais uma vez, o indicador do quanto a França era um modelo de vanguarda para os periódicos que defendiam a instrução e a emancipação feminina, a exemplo da cultura e da moda. É notório que o enunciador utiliza-se do argumento de que, se algo era possível de ser instituído por um governante francês, o mesmo também poderia ser realizado pelos governantes brasileiros. O tom utilizado pelo enunciador é de admiração pela escola de costura da França e dos Estados Unidos e de incômodo diante do que ainda não havia no Brasil.

O texto tem a intenção de, não somente mostrar às leitoras o que acontecia no exterior, mas principalmente destacar como o país estava atrasado em iniciativas que contribuíssem para a educação e a formação da mulher. A apresentação dos detalhes das classes que eram ministradas no estrangeiro pode levar o interlocutor a pensar que o

mesmo também poderia existir no Brasil. É uma estratégia de expor à luz os progressos externos e os atrasos internos, a fim de estimular, inclusive, a cobrança de outras mulheres por mais benefícios governamentais concedidos às mulheres.

A análise a seguir será de uma nota do dia 2 de maio de 1879, da seção *Noticiário*, do periódico *Echo das Damas*. O texto foi publicado na página 2, sem título e nem assinatura que revele a autoria:

Acaba de ser aprovado em 3ª discussão na assembléa provincial de Pernambuco um projecto autorisando o presidente da provincia a conceder a D. Josepha F. Agueda de Oliveira, filha do distincto advogado Romualdo Alves de Oliveira, uma pensão annual de 1:200\$ afim de formar-se em medicina na Suissa ou nos Estados Unidos. Pernambucana intelligente, que aos 16 annos de idade revelou uma robusta illustração, já pelo perfeito conhecimento de todos os preparatorios exigidos para a matricula, já pela produção de importantes trabalhos litterarios na leitura dos quase recebeu os applausos a que tinha direito, incontestavelmente fez jus ao favor que acaba de lhe ser concedido. A assembléa provincial de Pernambuco collocou-se na altura do sincero patriotismo que lhe deve ser inherente, não olhando as tão pregadas economias, na concessão de tal beneficio; e registrando este acto fazemos votos para que sirva elle de incentivo e vejamos em breve o paiz dotado de tão importante melhoramento (*Echo das Damas*, 2 de maio de 1879, p. 2).

A notícia trata da aprovação de um projeto pela Assembleia Provincial de Pernambuco para que autorizasse a gratificação de uma pensão anual para que Josepha Felisbela Agueda Mercedes de Oliveira, filha do advogado Romualdo Alves de Oliveira, se formasse em medicina na Suíça ou nos Estados Unidos. A nota ressalta as qualidades e a inteligência da estudante de 16 anos que, segundo o texto, cumpria todos os requisitos para se matricular em uma das duas universidades do exterior. Ao final, o autor destaca os aspectos patrióticos do investimento, visto que a futura médica iria contribuir com o melhoramento do país.

A análise histórica nos remete aos 19 de abril de 1879, data em que o Decreto Leoncio de Carvalho foi publicado. A nova lei permitiria que as mulheres tivessem acesso à formação superior no Brasil. A notícia do *Echo das Damas* é do dia 2 de maio de 1879, isto é, alguns dias após a data da nova lei. Todavia, é importante lembrar que, mesmo com o decreto validando a presença feminina nas universidades, este só

começaria a vigorar em 1881, conforme determinava o texto original da própria legislação.

O tempo que as universidades precisariam para se adaptar às determinações do Decreto Leoncio de Carvalho fez com que as primeiras médicas brasileiras se formassem no exterior e algumas recebessem investimento financeiro para isso. Assim, tanto Josepha Agueda Felisbela Mercedes de Oliveira, como Maria Augusta Generoso Estrela, estudaram no *New York Medical College for Women*, nos Estados Unidos, com o investimento de recursos públicos. Rita Lobato Velho Lopes, diferentemente, foi a primeira a se formar em uma instituição brasileira, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1887.

Ao analisar o enunciador da notícia, tem-se um sujeito que discursa em favor da personagem principal do texto, Josepha Agueda de Oliveira. Na intenção de ressaltar as virtudes da jovem, como sendo inteligente, letrada e merecedora de aplausos por suas habilidades intelectuais, o enunciador legitima a decisão da Assembleia Provincial de Pernambuco em conceder a bolsa de estudos para que ela se formasse em medicina no exterior. Ao registrar no final do texto os votos de incentivo, o agente discursivo posiciona-se em favor da aprovação do projeto e da estudante. Reitera o argumento ao afirmar que em breve o país seria “dotado de tão importante melhoramento”.

O tom utilizado no texto do *Echo de Damas* é o de uma notícia a se celebrar. O periódico defendia a instrução feminina em todos os níveis, incluindo o superior, como está explícito em vários textos do impresso, inclusive em editoriais. Informar às leitoras que Josepha Agueda de Oliveira havia recebido uma bolsa para estudar medicina no exterior, e com o apoio do pai e do governo, poderia servir de inspiração para que outras jovens desejassem trilhar o mesmo caminho que ela. A estratégia discursiva de afirmar que, se uma mulher conquistou um direito, outras também podem consegui-lo, está subtendido na narrativa textual. Contudo, aquelas que quisessem receber tais benefícios deveriam desenvolver habilidades similares às de Josepha Agueda de Oliveira, ou seja, instruir-se.

O quarto texto que será analisado do *Echo de Damas* é intitulado “Direitos” e está disposto na página 2 da edição do dia 2 de maio de 1879. O texto foi assinado por Francisca de Sant’Anna Pessoa:

Salve! Já era tempo. E como não havia apparecer antes de findar o século XIX a grande idéa da emancipação da mulher neste bello paiz de meu natal, tudo nos augurava esperanças solidas e felizes de nossos direitos civis e políticos, consolidados e equiparados ao do homem, se com pujança vai renascendo o colloso politico, chamado partido liberal, e desse centro de luz desprende-se uma estrella radiante e luminosa no seio da representação nacional; quero fallar do pensamento grandioso, apresentado na camara dos Srs. deputados, na sessão de 23 do corrente, no discurso proferido pelo Exmo. Snr. Martim Francisco, numa das glorias dessa camara e desse partido, que levantou sua voz autorisada em favor do sexo proscripto que vegeta na quasi condição de escrava, sem autonomia propria, sem importancia politica e votada ao esquecimento dos direitos sagrados de cidadã, que de nenhum modo quer se admittir como corpo social activo. O deputado Martim Francisco veio com seu discurso avivar nossas convicções amortecidas, veio germinar a fecundia que mais tarde apparecerá brilhante a classe das senhoras, que desejam fazer parte do grande adiantamento progressivo de nossa sociedade geral sem restricções, e só guiadas pelo merecimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento moral e intellectual. As senhoras illustradas da actualidade nos auxiliarão em nossos escriptos, levando com seus talentos a recursos a propaganda de nossos direitos, e todas formarem o edificio de nossa liberdade há muito almejada (*Echo das Damas*, 2 de maio de 1879, p. 2).

Ao analisar o texto, pode-se dizer que se trata de um artigo de opinião que também apresenta alguns elementos de caráter informativo, como o discurso proferido por Martim Francisco na Câmara dos Deputados e o que argumentou em sua explanação. Segundo a autora, o deputado do Partido Liberal teria defendido a emancipação feminina, evidenciando os direitos civis, políticos e a igualdade de direitos entre mulheres e homens. Conforme está destacado no texto, tal atitude teria avivado as convicções femininas de que seria possível o progresso da sociedade, sem restrições para o desenvolvimento e aperfeiçoamento moral e intelectual da mulher.

A leitura arqueológica conduz à pesquisa de quem seria o deputado e como atuava o Partido Liberal no final do século XIX. O deputado Martim Francisco, referido no texto, seria neto de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, presidente da Câmara dos Deputados e ministro da Fazenda no período do Imperial do Brasil. O Partido Liberal diferia dos conservadores da época ao defender temas como a abolição dos escravos e as eleições diretas. Com base nesse contexto, seria uma tendência que, de certo modo,

também defendesse a igualdade de direitos entre mulheres e homens. Não foi possível localizar o referido discurso nos arquivos disponíveis no sítio da Câmara dos Deputados.

Outro aspecto a ser analisado é que no Brasil do século XIX os deputados eram todos homens. Assim, quando um político em um cargo representativo defendia publicamente os interesses e os direitos das mulheres, poderia ser referenciado e exaltado nos periódicos femininos, como aconteceu na presente edição do *Echo das Damas* e, também, em outros textos analisados do impresso. O mesmo poderia acontecer em relação aos partidos e personalidades que tivessem a mesma intenção discursiva. A fala do deputado foi tão rara e importante a ponto de ser referenciada em um artigo para que as leitoras pudessem ter conhecimento de sua atitude.

A leitura enunciativa apresenta um sujeito discursivo do sexo feminino que, embora não se trate de um texto assinado, tem as marcas de que se refere a uma mulher, como quando diz “nossos direitos”. O artigo apresenta um evento específico, o discurso do deputado Martim Francisco do Partido Liberal e as consequências de seu feito. Uma delas seria a própria renovação da esperança das mulheres que ligadas ao *Echo das Damas*, sejam as redatoras ou as leitoras. A segunda, ao final do texto, que afirma que as senhoras ilustradas daquela época iriam auxiliar nos escritos, levando adiante a propaganda dos direitos femininos e da liberdade.

Pode-se dizer que, talvez, o *Echo das Damas* declarasse no artigo o seu apoio ao Partido Liberal, por ter um representante que discursasse na Câmara dos Deputados em defesa dos direitos da mulher, que abarcavam os direitos civis e políticos. Palavras como emancipação, liberdade, esperança e desenvolvimento dão o tom do texto, que exerce uma função discursiva de agradecimento, exaltação e convite para que haja uma mobilização em prol do progresso moral e intelectual da mulher e, por conseguinte, de toda a sociedade brasileira. No discurso, a voz do deputado Martim Francisco representa uma luz de esperança para as mulheres que almejam que seus direitos sejam garantidos na sociedade.

A argumentação é autoritária por se tratar de um lado do debate, aquele que representa os ideias do Partido Liberal e, também, dos que defendem a emancipação e

os direitos femininos. Ao assumir para si, em nome de todas as mulheres, a felicitação do discurso e das conquistas que se anunciavam no futuro, o discurso mostra-se claramente defensor de um lado, o que segue na contramão do conservadorismo e visa ao progresso a partir do pensamento de igualdade de direitos entre homens e mulheres. O texto denuncia a situação feminina ao afirmar que era “quase uma condição de escrava, sem autonomia, sem importância política e votada ao esquecimento dos direitos sagrados de cidadã”.

A última análise qualitativa do discurso do periódico *Echo de Damas* será de um artigo publicado na primeira página da edição de 3 de agosto de 1880, com o título “Questão religiosa”, de autoria de Amélia Carolina da Silva, proprietária e redatora do impresso.

É evidentemente sabido que a mulher é a base primordial da família consequentemente da sociedade. A ella é que está affecta a obrigação de preparar os cidadãos, por isso que é mãe e como tal educadora. Desde que a mulher seja ignorante, viciosa, fanatica ou supersticiosa, educará pessimamente os filhos e pessima será a sociedade em que influir elles. A igreja catholica, isto é ultramontanismo, na louca cegueira de sua ambição nefanda, olhou sempre como o seu melhor auxiliar, como seu instrumento passivo a mulher, e apoderando-se d’ella pela confissão e pela predica, chegou a circumscrever no seu circulo de ferro, todo o genero humano. E quando os espiritos livres soltaram seu grito de alarma, acordando as mães da torpe lethargia, e chamando-as para fóra do predomínio acabruilhante dos falsos ministros de Deus, os alliciadores, os mineiros da consciencias frageis, não desanimaram, bem pelo contrario escogitaram novos meios que lhes assegurasse os mesmos rezultados. Puzeram para frente as irmãs da caridade, que pelo sexo a que pertenciam, deviam ir exercer grande influencia sobre o espirito da mulher. A irmã da caridade, destinada a anjo tutellar dos moribundos, tornou-se a alavanca derrocadora da familia, ensinuando-se do seio d’ella pela falsa educação religiosa. Longe de ser o coração benigno levando o balsamo da abnegação as almas descrentes, ella fez-se o negro abutre que esfacella a fortaleza do espirito e trucida vilmente a inteireza de character. A mulher está, pois totalmente acorrentada ao negro pelouro do jesuitismo, essa hydra que é necessario esmagar. A crença religiosa, seja ella qual fôr, é uma necessidade para o espirito feminino, na nossa idade, mas essa crença deve ser aquella que brota expontanea no coração, como as flôres sylvestres na agrura dos campos incultos; é necessario que seja a crença sem fanatismo, sem superstição, que é o que abate o espirito. Estejam pois prevenidas as senhoras para rejeitarem, para execrarem todas as influencias jesuiticas. Saibamos condemnar em nome de nossos filhos, de nossos irmãos, de nossos maridos, o monstro que ahi está querendo subjugar-nos chamando-nos ao seu seio por intermedio dessas associações perigosas; sejamos catholicas, mas não ultramontanas; adoremos o grande Deus por meio das crenças que recebemos no berço, mas fujamos ao dominio das roupetas e digamos como o grande philosopho francez que se chama Voltaire: – ECRASONS L’INFAME! É necessario demonstra-mos que não somos essas estupidas, essas fracalhonas, que como dizem os homens, deixam-se facilmente illudir, deixam-se escravisar. A mulher de hoje, também estuda, também pensa, sabendo conhecer o que é util e o que é mau para familia. Ella

também quer o progresso, também quer o engrandecimento da humanidade, pela realização das idéas modernas (*Echo das Damas*, 3 de agosto de 1880, p. 1).

A primeira leitura do texto remete às questões da educação religiosa e a influência dos preceitos da Igreja Católica no Estado e na vida feminina. A autora faz críticas aos jesuítas e pondera sobre a importância da instrução da mulher para a educação dos filhos e, por conseguinte, na formação de toda a sociedade. O artigo afirma que, para ser boa mãe, é necessário evitar as superstições, o fanatismo e a ignorância. Ressalta, também, que as mulheres não são estúpidas, mas sim pensam, leem, estudam e sabem reconhecer o que é útil e o que é negativo para a família e para o progresso da humanidade.

Ao se aprofundar na leitura hermenêutica, outros aspectos emergem do texto. O primeiro deles refere-se ao pensamento de que a Igreja Católica trouxe prejuízos às mulheres ao longo de sua história, como no trecho em que diz que a instituição religiosa “na louca cegueira de sua ambição nefanda, olhou sempre como o seu melhor auxiliar, como seu instrumento passivo a mulher”. Conforme a autora, a Igreja teria se apoderado da mulher com a confissão, tendo-a circunscrito “no seu círculo de ferro, todo o gênero humano”. Seria, então, a dominação feminina de responsabilidade do próprio catolicismo que a tornou uma prisioneira servil.

Na parte seguinte, a autora explana sobre um dos argumentos aceitos na época, aquele que concorda que “a mulher é a base primordial da família e, conseqüentemente, da sociedade”. O próximo argumento utilizado é o de que seria obrigação da mãe o preparo dos cidadãos, o papel da mãe educadora, a primeira mestra dos filhos. A conclusão objetiva do trecho é de que a mulher “ignorante, viciosa, fanática ou supersticiosa” será uma péssima influência para os filhos e, como efeito, para toda a sociedade, que se tornará o reflexo ativo de uma formação materna repleta de equívocos.

O texto estrutura-se com diversas críticas e acusações à Igreja Católica e a forma como influenciou as freiras, chamadas no artigo de “irmãs de caridade” e “negro abutre”, e o falseamento da educação religiosa que lhes era ensinada e deveria ser

transmitida às mulheres como instrumento de domínio. Adiante, a autora reitera sua insatisfação e revolta perante os fatos que descreve ao afirmar que a mulher está “totalmente acorrentada ao negro pelouro do jesuitismo, essa hydra que é necessário esmagar”. Faz críticas aos padres, que chama de “falsos ministros de Deus, os aliciadores”, aqueles que mineram as “consciências frágeis”.

Nos últimos parágrafos do artigo, a autora reforça a importância da crença religiosa para o espírito feminino, mas que ela deve ser como uma flor silvestre que desabrocha de forma espontânea no coração. E completa que o problema está no fanatismo e na superstição quando abatem o espírito daquele que crê. Ao final, o texto utiliza-se do tom de alerta, para que as senhoras reneguem todas as influências jesuíticas, que condenem em nome dos filhos, irmãos e maridos, esse “monstro” que deseja subjugar por intermédio do que ela chama de “associações perigosas”.

Ao final, a autora referencia Voltaire com a frase exclamativa em letras maiúsculas “*écrasez l’infâme!*”, que em tradução livre significa “esmague a infame!”. A frase foi cunhada pelo filósofo francês em protesto contra os jesuítas e outras organizações religiosas que disseminavam o fanatismo e a opressão aos fiéis. Amélia Carolina da Silva utilizou a expressão no mesmo contexto para manifestar sua crítica à Igreja e a influência de submissão e controle sobre a natureza feminina. Na última passagem, a autora reforça que as mulheres não eram estúpidas e fracas, mas que já teriam instrução suficiente para não se deixarem iludir e escravizar.

A leitura de viés histórico rememora o período em que o Estado e a Igreja Católica ainda eram congregados no Brasil. Somente em 7 de janeiro de 1890, por meio do Decreto nº 119-A, e consagrado na Constituição de 1891, a doutrina católica não era mais a oficial e as demais religiões deixariam de ser proibidas. Legalmente, a partir de então, haveria a liberdade de culto e a edificação de outras religiões no país (Brasil, 1890). O artigo “Questão religiosa” remonta a um período de uma década antes da nova lei, o que reforça o quanto o impresso era corajoso em suas opiniões e publicações. Além disso, deixa evidente o quanto a autora relacionava a situação vivida no Brasil a outras similares em outras épocas e países, como a própria referência à expressão de Voltaire.

Quando a autora critica e manifesta a recusa ao “ultramontanismo”, ou seja, o pensamento dos que são favoráveis à autoridade absoluta do papa em matéria de fé e disciplina, ela demonstra a discordância da influência que ainda fazia parte do sistema político e do Império do Brasil. A Igreja Católica atuava no ditame de regras e leis, influenciava a cultura e os costumes do povo em todas as camadas sociais. Ademais, por ser legalmente a religião oficial, o catolicismo era entendido como a doutrina que todos os brasileiros deveriam seguir, assim como o compromisso de obediência aos seus líderes.

Ao adentrar o universo feminino, o texto aborda aspectos fundamentais do pensamento católico, que inclui a submissão e a servidão da mulher, a começar pela posição das irmãs de caridade no ambiente doutrinário. O artigo faz duas referências à instrução feminina, sendo a primeira a que menciona a educação religiosa ensinada pelas freiras, geralmente ministradas nos conventos e escolas para meninas, além das próprias Igrejas. A segunda aparece no final, quando a autora afirma que as mulheres não eram mais estúpidas a ponto de se deixarem fanatizar e escravizar, mas sim estavam preparadas intelectualmente para discernir o bem do mal, para si, para a família e para a humanidade.

A leitura enunciativa denota uma linguagem de tom inflamado e autoritário, mas também dialógica. Se por um lado o artigo constrói um discurso com críticas, referências e aplicações à vida cotidiana, como os próprios costumes e a presença marcante da Igreja no contexto social da época, de outro, demonstra como o fanatismo religioso é oposto ao pensamento ilustrado feminino. O sujeito enunciador visa convencer o interlocutor de que os jesuítas, e principalmente a doutrina ultramontana, eram perigosos para o progresso das famílias e da sociedade de forma geral, uma influência maléfica que deveria ser combatida.

O diálogo estabelecido com o interlocutor é o de argumentar o quanto a superstição e o fanatismo são prejudiciais ao desenvolvimento e à modernidade. A partir dessa afirmativa, o texto também sinaliza que o problema não está na religiosidade, na crença em Deus, mas na submissão do pensamento que a cultura católica impõe aos fiéis, principalmente às mulheres que, segundo o texto, seriam prisioneiras e escravas.

Em suma, o discurso condena a subjugação feminina por meio da religião e orienta as leitoras a se instruírem para que possam proteger-se e conduzir suas famílias.

A análise do conjunto de textos publicados no *Echo das Damas* demonstra que o periódico defendia os direitos da mulher, a igualdade, a liberdade e a luta para a sua emancipação intelectual e financeira, com atenção especial ao ensino superior e às oportunidades de formação profissional. Os textos também indicam que as mulheres deveriam demonstrar seus talentos artísticos, habilidades intelectuais e conhecimentos em idiomas nos salões, espaços considerados pelo periódico como alinhados à cultura e ao elevado nível de instrução. Uma mulher com uma formação sólida e variada apresenta-se como o modelo ideal a ser seguido pelas leitoras do impresso.

O discurso do *Echo das Damas* exalta a possibilidade de que as jovens, caso tivessem a oportunidade, deveriam estudar no exterior, em especial nos Estados Unidos ou na Europa. A França foi o país europeu com maior número de referências, sugerido o mais propício para a formação segura de uma mulher. As obras de autoras e autores franceses, bem como filósofos, também aparecem como indicadores de letramento e modernidade para a época. Entre os caminhos profissionais, a medicina foi o mais abordado no impresso, com destaque às biografias das brasileiras que se formaram no exterior. Tratadas como verdadeiras heroínas de seu tempo, as médicas simbolizavam um exemplo a ser seguido, uma inspiração para as moças.

Um ponto presente no discurso do periódico refere-se às armadilhas da ignorância e o quanto ela pode aprisionar as mulheres à subjugação física e intelectual. A crítica que tangencia vários textos visa alertar as leitoras de que a falta de instrução e o fanatismo religioso são um risco para as mulheres, que podem tornar-se reféns da vaidade e do poderio masculino. Dentre as ameaças aos direitos femininos apontadas no discurso, tem-se a privação de circular em espaços públicos, dificuldade de acesso à instrução de qualidade, o impedimento de escrever e publicar opiniões, assim como o confinamento no ambiente doméstico. Conforme o discurso, tais intentos contra as mulheres devem ser enfrentados.

As autoras do *Echo das Damas*, entre brasileiras e portuguesas, tratam de temas diversos em favor dos interesses femininos. Tratava-se de intelectuais que

buscavam referências, sobretudo, no pensamento francês, em ideais de liberdade, progresso e modernidade. Os textos eram em sua maioria opinativos, mas também havia espaço para anúncios diversos, entre eles colégios para meninas em nível primário e secundário. As mudanças na legislação de educação, com destaque para o Decreto Leoncio de Carvalho, foram mencionadas, como também os nomes de políticos que elevavam a voz em plenárias em prol dos interesses femininos, demonstrando-se o quanto o periódico estava atento ao cenário político brasileiro.

5.3 Revista *Illustrada* e *Echo das Damas*: aspectos comparativos

Após desenvolver as análises quantitativas e qualitativas do discurso dos periódicos *Revista Illustrada* e *Echo das Damas*, relacionados ao marco legal de 1879, o Decreto Leoncio de Carvalho, pode-se dizer que há diferenças na cobertura de ambos sobre o tema educação da mulher. Um aspecto similar foi a inserção do assunto em colunas fixas, majoritariamente opinativa. No entanto, o *Echo das Damas* também apresentou textos informativos, como notícias, durante o período estudado. Os anúncios de escolas para meninas surgem nos dois, mas de forma incipiente se comparado aos demais gêneros. Nenhum dos textos foi ilustrado, em ambos os impressos.

Uma característica diferente nos periódicos tem relação com a autoria. Enquanto na *Revista Illustrada* 75% dos textos não são assinados, no *Echo das Damas* esse número cai para 61%, demonstrando que o periódico feminino priorizava que a identidade autoral fosse revelada para o leitor. A declaração das fontes de informação e opinião são inexistentes ou pouco exploradas na cobertura de ambos. Quando a referência é sobre leis educacionais, apenas o *Echo das Damas* o faz, citando o Decreto Leoncio de Carvalho. Já os textos analisados da *Revista Illustrada* não citam legislações.

Quando se observa quais os ambientes educacionais que mais aparecem na cobertura, os dados revelam que o *Echo das Damas* prioriza falar sobre todas as opções, de forma variada, incluindo o escolar, o universitário e os países estrangeiros. Não há destaque sobre o ensino de meninas no contexto doméstico. Por outro lado, a *Revista Illustrada* dedica metade do espaço ao estudo escolar e doméstico, 25% para cada, e

37,5% sem especificação do contexto educacional. Apenas um texto menciona o ensino superior feminino no exterior. Tal dado pode demonstrar que o *Echo das Damas* compreendia que os ambientes de ensino deveriam ser plurais e abrangentes, de preferência em instituições formais de educação.

Ao analisarmos os textos, um ponto que é uma tendência na cobertura dos dois periódicos é o que compara a educação dada aos meninos e às meninas. Enquanto o *Echo das Damas* menciona a disparidade em 26% dos textos, na *Revista Illustrada* trata em apenas 12,5%. Logo, tal aspecto, embora seja importante, é pouco evidenciado. As discussões giram em torno da instrução feminina, do direito ao acesso à educação de qualidade, não em detrimento do que é ensinado aos meninos. O discurso visa à igualdade, em termos gerais, pouco em termos comparativos.

As temáticas secundárias apresentadas nos impressos foram diferentes. A *Revista Illustrada* dedicou 50% dos textos aos assuntos pertinentes ao ensino doméstico, 37,5% às questões de estilo de vida e comportamento e 12,5% ao ensino religioso. O *Echo das Damas* teve uma abordagem mais variada de subtemas e distribuída em termos de quantidade, sem um tema muito mais forte do que outros na cobertura. A educação associada ao feminismo e aos direitos teve presença em 21,8% dos textos, seguido por 17,4% de biografias e estilo de vida e comportamento, com os demais sobre ensino primário e secundário, 13%, ensino superior, 13%, mercado de trabalho e leis que visam melhorias curriculares, com 8,7% cada.

O quesito de favorabilidade em relação à instrução feminina demonstrou que o *Echo das Damas* teve 100% de tendência positiva em quanto ao assunto. Diferentemente, a *Revista Illustrada* tem 50% de textos favoráveis à educação da mulher, 37,5% contrários e 12,5% neutros. Os dados mostram que há uma diferença na tendência da cobertura, sendo o periódico feminino um apoiador com opinião clara em favor da instrução feminina, e o periódico de informação geral com textos com posicionamento diferente na amostra analisada.

Ao considerar que o *Echo das Damas* era um periódico voltado aos interesses femininos, diferente da *Revista Illustrada*, que divulgava temas diversos e para todos os públicos, seria uma tendência que a educação da mulher tivesse presença maior e com

mais variedade na cobertura em termos comparativos, o que se demonstrou com as análises. Um tópico interessante também refere-se à profundidade com que o tema foi desenvolvido nos periódicos, sendo o *Echo das Damas* mais longos e abordando aspectos variados sobre o assunto, e a *Revista Illustrada* com enfoque mais geral e sem dar atenção às questões do desenvolvimento educacional da mulher. O tom da cobertura também é um tópico a se observar. O periódico feminino conduziu o tema com a seriedade de quem defende uma causa nobre e o periódico de informação geral, com superficialidade e, por vezes, em tom jocoso.

Em resumo, ambos os periódicos dedicaram um espaço de suas edições para tratar do tema da educação feminina. Todavia, cada um deles o fez de forma diferente, tanto em posicionamento diante do assunto, como em quantidade de inserções, gêneros textuais mais ou menos presentes, profundidade e complexidade de abordagem e de informações. O Decreto Leoncio de Carvalho de 1879 foi um marco na História da Educação do Brasil, mas principalmente para as mulheres que, pela primeira vez, foram autorizadas a ascender graus mais elevados de instrução.

CAPÍTULO VI – ANÁLISE DO DISCURSO: REVISTA O CRUZEIRO E JORNAL DAS MOÇAS (1934)

No *Capítulo VI* será feita uma explanação concisa sobre a realidade brasileira da década de 1930, que compreende um dos momentos históricos da investigação. Na sequência, será apresentado um panorama da trajetória dos dois periódicos selecionados para esse recorte da pesquisa: a revista semanal *O Cruzeiro*, para o impresso de informação geral, e o *Jornal das Moças*, semanário direcionado ao público feminino. Os itens posteriores serão reservados às análises quantitativas e qualitativas do discurso dos impressos sobre o tema educação da mulher no Brasil. Como parte do estudo, o capítulo será finalizado com uma comparação de ambas as coberturas.

O intervalo anterior ao pesquisado, que abarca os anos de 1889 a 1930, é considerado a Primeira República do Brasil. Segundo Freire e Penna (2000, p. 68), o momento combinou “[...] afirmação, conformação e agitação do regime republicano”. A proclamação ainda não havia garantido que a República funcionasse adequadamente, então aconteceram crises para que houvesse uma relativa estabilidade. Houve dificuldade para se implantar o Federalismo em sua forma clássica, o que resultou no surgimento de “[...] uma política que contrariava práticas, vícios e expedientes de períodos que derivam desde nossa formação histórica colonial”.

A agitação marcou igualmente os tempos dessa Primeira República, plena de insatisfações, interrogações e desafios permanentes, tudo isso a motivar intervenções com vocações salvadoras. Durante o período aqui examinado,

além dos operários imigrantes, quase todos, também a jovem oficialidade manifestou-se, todos na crença de que tais assédios ao poder o tiraria da sanha gananciosa das oligarquias. Sem dúvida, a presença política desse grupo assinalou o período cujo desfecho acabou por integrá-lo, após 30, aos remanejamentos adotados com vistas a modernizar o país (Freire e Penna, 2000, p. 68).

Os anos de 1930 dão início ao que os historiadores chamam de Era Vargas, Estado Getulista, Estado Novo ou Terceira República Brasileira. De acordo com Fausto (2006, p. 185), o presidente Getúlio Vargas subiu ao poder pelo voto indireto de um governo provisório em outubro de 1930, passando a ditador pelo período de 15 anos. Em 1950 foi eleito pelo voto popular, mas não concluiu o mandato por cometer suicídio em 1954. Esse período está relacionado a mudanças significativas na estrutura da sociedade brasileira.

Segundo D'Araujo (2000, p. 74), na década de 1930, o Brasil deixava de ser um país agrário-exportador para se tornar uma sociedade urbano-industrial. A autora afirma que foi uma fase marcada por ajustes no planejamento e no investimento estatal, na legislação social e de desenvolvimento econômico, mas também de precariedade das liberdades públicas, controle sobre os trabalhadores e os sindicatos e, sobretudo, pelo papel atribuído ao Estado como principal agente econômico e social.

D'Araujo (2000, p. 74) afirma que a velocidade dessas transformações na sociedade deu-se, especialmente, pela liderança de Getúlio Vargas, mas também pela conjuntura internacional favorável, pelas potencialidades do Brasil e do seu povo. A autora reconhece que o legado da administração divide-se entre o interesse pelo desenvolvimento da nação e o seu pouco apreço pelas leis e pelas instituições democráticas. E complementa que, além da presença de militares na política, não faltaram ao presidente “[...] avaliações eminentemente negativas: demagogia, estadolatria, populismo, corporativismo e ojeriza ao mercado” (D'Araujo, 2000, p. 74).

O contexto histórico possibilitou o início de um processo de transição para as mulheres brasileiras. Um deles, talvez o mais marcante, tenha sido o advento do voto feminino, um direito assegurado em 24 de fevereiro de 1932. Outra conquista importante foi o princípio da igualdade de gênero entre mulheres e homens na

Constituição de 16 de julho de 1934. Como consequência da Revolução Constitucionalista, a Carta também levou a transformações na área educacional, como o objetivo de traçar diretrizes para todo o Brasil. Foi criado o Conselho Nacional de Educação e elaborados planos educativos para todos os graus. Ademais, o direito ao ensino público e gratuito foi ampliado nessa fase.

Em contrapartida, conforme ressalta Fausto (2006, p. 188), desde o início da Era Vargas a preocupação do governo era com a formação de uma elite mais preparada intelectualmente. A educação passaria a ser centralizada, do centro de poder para as periferias, com a criação do Ministério da Educação e da Saúde em novembro de 1930. O autor afirma que a educação tinha uma “inspiração autoritária”, organizada “[...] de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade” e, mesmo com diretrizes arbitrárias, não conseguiu abranger todos os aspectos do universo cultural.

Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo, a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista (Fausto, 2006, p. 188).

Fausto (2006, p. 189) afirma que as políticas de educação ficaram sob a responsabilidade de jovens políticos mineiros, que representavam a antiga oligarquia daquele estado, mas que, a partir do governo Vargas, assumiriam novos rumos. Dentre os mineiros responsáveis pela reestruturação no sistema educativo, estavam o então Ministro da Educação, Francisco Campos, e o seu sucessor, Gustavo Capanema, que se dedicaram às reformas do secundário e do ensino superior. Conforme destaca Fausto, as principais medidas foram a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935.

Com base no panorama histórico apresentado, e nos pontos detalhados na metodologia, o dia 16 de julho de 1934 foi definido como o terceiro marco legal da presente investigação. A data foi escolhida por representar um divisor de águas na regulamentação educativa fundamentada em princípios constitucionais. Na Carta, há a primeira menção de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define e organiza o ensino como princípios da Constituição. Para as políticas do governo, a

educação passa a ser vista como um direito de todos os brasileiros, sem distinção de gênero, tornando-se, principalmente, um marco legislativo em benefício das mulheres.

Dois anos antes de Getúlio Vargas assumir o poder, mais especificamente em 10 de novembro de 1928, nascia a revista *O Cruzeiro*. Conforme Sodré (1983, p. 372), a publicação com edições semanais foi fundada por Carlos Malheiros Dias e, em um segundo momento, passou a integrar o grupo de Assis Chateaubriand, os *Diários Associados*. O autor evidencia que a revista foi lançada com grande publicidade preparatória e ganhou circulação nacional, algo que lhe conferiu pioneirismo para um impresso daquela época.

Segundo Scalzo (2003, p. 30), *O Cruzeiro* viria a ser “[...] um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros”, chegando, em 1950, à tiragem de 700 mil exemplares por semana. A autora afirma que a revista estabeleceria uma nova linguagem na Imprensa nacional, por meio da publicação de grandes reportagens e com atenção especial ao trabalho na área de fotojornalismo. Em consonância, Barbosa (2020, p. 100) ressalta que a revista *O Cruzeiro* seria uma publicação que teria “[...] consolidado a grande reportagem no Brasil, a partir de 1940 até os anos 1960”.

Além do investimento em fotojornalismo, outro aspecto imagético de *O Cruzeiro* foram as chamadas “fotografias produzidas” que, segundo Scalzo (2003, p. 71), é um formato recorrente em revistas especializadas, como as femininas, masculinas, de beleza, moda e decoração. A autora destaca que para essas produções, além de um fotógrafo, é essencial “[...] contar com toda uma equipe de produção: pelo menos um produtor (ou repórter), além de cabeleireiros, maquiadores, assistentes, iluminadores etc.”, algo que se consolidou na revista.

Scalzo (2003, p. 71) explica que havia dois tipos de “fotos produzidas”: aquelas que funcionavam como ilustrações e as que representavam um tipo de “reportagem visual”. De acordo com a autora, “[...] as primeiras, semelhantes às fotos de publicidade, seguem um processo de produção próximo ao do cinema e da televisão”. A vida de *O Cruzeiro* foi longa, chegando a circular até julho de 1975. Para Scalzo (2003, p. 30), com o tempo, a revista foi “incapaz de se renovar” e sofreu com a derrocada do império de Assis Chateaubriand.

Anterior à revista *O Cruzeiro*, em 21 de maio de 1914, era lançada a revista ilustrada *Jornal das Moças*, com publicações até 1968. O periódico iniciou sua trajetória como quinzenal, mas logo passou às edições semanais. Conforme explicitado nos próprios exemplares pesquisados, cada edição custava 400 réis e era enviada aos assinantes das capitais e principais cidades do interior, com o valor de 6\$000 e 10\$000 para as assinaturas semestrais e anuais, respectivamente. Todavia, houve variação no preço ao longo do tempo, chegando à variação de Cr\$ 15,00 a Cr\$ 30,00 na década de 1960. A direção do *Jornal das Moças* era de Agostinho e Álvaro Menezes.

Com o slogan “A revista de maior penetração no lar”, as edições do *Jornal das Moças* variavam de 30 a 70 páginas e dedicavam-se a conteúdos sobre moda, comportamento, beleza, entrevistas, biografias, saúde, cinema, política, cultura, eventos sociais, contos, crônicas, poemas, receitas culinárias, artesanato, puericultura, fascículos com moldes prontos de costura, exercícios físicos e posturais e até partituras de piano e acordes para violão. Os anúncios publicitários também estavam presentes em todas as edições da revista. É importante salientar que as editorias e conteúdos alteraram-se ao longo dos 54 anos do periódico, seguindo a tendência e o contexto social de cada época.

Sobre a tônica discursiva do *Jornal das Moças*, Bassanezi (2004, p. 609), afirma que o impresso tinha uma linha editorial bastante definida. Ao longo de suas publicações, a revista trabalhava a ideia de que ser mãe, esposa e dona de casa era um destino natural para todas as mulheres. Para isso, reforçava a vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica como sendo “marcas de feminilidade”, enquanto “[...] a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura” definiriam características inerentes aos homens, ou seja, à masculinidade.

Segundo Bassanezi (1996, pp. 281-285), o *Jornal das Moças* preconizava que a companheira perfeita deveria procurar sempre agradar o marido, em nome da “harmonia conjugal”. Era recomendado que elas deixassem de lado as divergências de opinião, desejos e inseguranças. O periódico estabeleceu um modelo que remetia a “[...] sacrifícios e submissão da esposa com relação ao marido”. Ao mesmo tempo em que reforçava um mundo feminino com atribuições e comportamentos, recomendava às esposas que não incomodassem seus maridos com “[...] coisas de mulher, manias de limpeza, frivolidades, caprichos, inseguranças ou romantismos inesperados”. O

pensamento era que “[...] o homem seria um espelho da autoestima feminina: se ele está bem, o casamento vai bem”.

6.1 Revista *O Cruzeiro*

A seguir, serão desenvolvidas as análises quantitativas e qualitativas da revista *O Cruzeiro*, com os textos organizados em ordem cronológica de publicação. Uma das capas ilustrativas do periódico poderá ser encontrada no apêndice 1, e os textos, nas versões impressas de acordo com as edições originais, estão disponíveis para consulta no apêndice de número 6.

6.1.1 Análise quantitativa

No dia 6 de novembro de 2019 foi realizado o levantamento da amostra da revista semanal *O Cruzeiro*, disponível para consulta integral na Hemeroteca Brasil e com os direitos autorais reservados aos *Diários Associados Press S/A*, o qual concedeu, posteriormente, as imagens em alta resolução para compor o presente documento. O primeiro período selecionado refere-se aos anos de 1933 a 1935, sendo o dia 16 de julho de 1934 aquele que marca a menção constitucional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Para a seleção dos textos foram usadas as palavras-chave definidas previamente, conforme detalhado na metodologia. Em 1933, 1934 e 1935 foram publicadas igualmente 52 edições da revista, totalizando 156 exemplares pesquisados em todo o recorte temporal. Após a leitura do material, foram selecionados nove textos que trataram especificamente do tema educação da mulher. Todos os textos foram analisados e categorizados segundo os critérios estabelecidos e estão sistematizados na tabela 11, a seguir:

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	5	55,5%
	Depois	4	44,5%
2. Seção/Editoria	Coluna fixa	1	11,1%
	Não especificada	8	88,9%
3. Autoria	Mulher	1	11,1%
	Homem	3	33,3%
	Não assinada	5	55,6%
4. Gênero	<i>Opinativos</i>		
	Artigo	8	88,9%
	<i>Não opinativos</i>		
	Fotolegenda	1	11,1%
5. Imagem	Fotografia	4	44,5%
	Ilustração	3	33,3%
	Sem imagem	2	22,2%
6. Fontes e/ou protagonistas	Pesquisas científicas	1	11,1%
	Professores	1	11,1%
	Não especificada	7	77,8%
7. Cita leis	Não cita	9	100%
8. Ambiente educacional	Curso artístico	1	11,1%
	Escola/Colégio	3	33,3%
	Faculdade/Universidade	1	11,1%
	Não especificado	4	44,5%
9. Comparação e diferenças	Sim	2	22,2%
	Não	7	77,8%
10. Temática secundária	Curso técnico/profissionalizante	1	11,1%
	Ensino escolar primário/secundário	1	11,1%
	Estilo de vida e comportamento	5	55,6%
	Situação em outros países	2	22,2%
11. Tendência	Favorável	7	77,8%
	Neutra	2	22,2%

Tabela 11. Dados quantitativos: *O Cruzeiro*.
Fonte: Elaboração própria.

Com os dados sistematizados, o passo seguinte foi analisar os números para extrair os resultados sobre esse período de *O Cruzeiro*. O primeiro deles demonstra que não houve mudança no volume de textos depois do marco legal de 1934, somando cinco

textos antes da lei e quatro posteriores a sua publicação. Os números demonstram que houve uma retração, mas não significativa para ser analisada com maior profundidade. Os conteúdos da revista não foram alterados em termos de quantidade na cobertura sobre o tema.

Em termos de seções escolhidas para as publicações, 88,9%, ou seja, oito textos, não foram especificados, e apenas um deles estava presente em uma editoria fixa, chamada de *Páginas esquecidas*. Tal dado evidencia que a temática não era tratada de modo diferenciado, com uma coluna que o abarcasse com destaque, mas aparecia de modo tangencial a outros assuntos considerados mais importantes. A escolha do lugar onde um texto é publicado é uma definição editorial. Normalmente, os textos que não se encaixam em seções predefinidas, são classificados como “geral”, “informes”, “notícias” ou outros nomes genéricos. Desse modo, é possível abarcar a maior quantidade de textos que não se enquadram na cobertura mais comum de uma revista.

De todos os textos da amostra, apenas um artigo foi assinado por uma mulher, Jeanne Fernandez. Em três deles, 33,3%, a autoria é masculina, e a maior parte deles, 55,6%, não indicava nenhuma assinatura ou responsável. Não se sabe se os textos assinados eram os nomes verdadeiros dos redatores ou se eram pseudônimos para ocultar a autoria. O dado demonstra que, durante o período estudado, o tema da educação feminina não tinha uma voz bem definida pelo impresso, sendo abordado em um âmbito mais geral e lateral pelos redatores da revista.

Quando se observam os gêneros textuais mais recorrentes em *O Cruzeiro*, nota-se que o gênero artigo, de caráter opinativo, foi o mais presente, somando 88,9% das publicações. Todavia, a amostra identificou um texto não opinativo, categorizado como fotolegenda, 11,1%, formato comum no periódico para a cobertura de eventos políticos, culturais e sociais. No caso do texto selecionado para a amostra, tratou-se de uma publicação sobre a colaboração dos colégios católicos para o ensino feminino no estado da Bahia, identificando os nomes dos padres, professoras e grupos de alunas presentes no conjunto de fotografias.

Conforme foi referenciado na abertura do capítulo, *O Cruzeiro* era uma publicação que valorizava o trabalho imagético em suas edições, a começar pelas capas

e se estendendo às matérias, artigos, fotolegendas e anúncios ricos em recursos visuais. De todos os textos selecionados sobre a educação da mulher, apenas dois estavam sem imagens, 22,2%. Em quatro deles, 44,5%, os textos tiveram fotografias como complemento discursivo e, em três, 33,3%, há a presença de ilustrações relacionadas aos temas abordados nos textos.

Ao menos no primeiro período analisado de *O Cruzeiro*, é possível afirmar que o impresso ainda não explorava a pluralidade das fontes de informação em seu conteúdo sobre o tema analisado. Em apenas um texto há como referência uma pesquisa científica e, em outro, os professores são as pessoas ouvidas para agregar valor e credibilidade ao texto. Na maior parte das publicações, 77,8%, não há fontes de informação, sendo a opinião e os conceitos apresentados pelo redator a voz principal do discurso da revista.

Sobre as mudanças nas leis de educação e, particularmente, sobre o marco constitucional de 16 de julho de 1934, *O Cruzeiro* não fez nenhuma referência na amostra analisada, o que demonstra a falta de prioridade, ou interesse, do semanário em informar os leitores sobre o assunto por esse viés. O ambiente educacional de maior destaque na revista foi o formal, entre escolas e colégios, com 33,3% das publicações fazendo menção a um deles. A educação artística foi tratada em um texto, e o ensino superior também, o que soma 11,1% para cada. A maioria dos textos falou da educação da mulher de forma geral, sem especificar o ambiente de instrução, somando 44,5%, quatro textos.

Quando o quesito é comparar a educação dada aos meninos e às meninas, em somente dois textos é feita tal abordagem, com 22,2% das publicações. Na maior parte, 77,8%, não há comparação curricular ou disciplinar em relação ao gênero do educando. Na análise que procura identificar as temáticas secundárias sobre a instrução da mulher, tem-se em 55,6%, cinco textos, o estilo de vida e o comportamento feminino como o de maior destaque. Em segundo lugar aparece a situação educacional da mulher em outros países, com 22,2%, dois textos. Em menor quantidade surgem dois subtemas, cursos técnicos e profissionalizantes e o ensino escolar primário e secundário, com uma publicação, 11,1% para cada um deles.

Embora o volume de textos tenha sido baixo para uma revista de informação geral como edições semanais, a cobertura sobre o tema mostrou-se positiva na maior parte dos textos, com 77,8% de favorabilidade ao desenvolvimento educacional das mulheres. O discurso neutro aparece em dois textos, 22,2%, e em nenhum deles há uma tendência negativa, que sejam contrários à instrução feminina, que elas frequentem escolas, colégios ou universidades. Assim, é possível afirmar que, mesmo com uma cobertura incipiente, o discurso mostrou-se majoritariamente opinativo, com conteúdo ilustrado e favorável à educação feminina.

6.1.2 Análise qualitativa

O primeiro texto analisado de *O Cruzeiro* foi publicado em 22 de abril de 1933. O artigo intitulado “Educação da mulher” aparece na página 37 da seção *Páginas Esquecidas*. Após a análise inicial e investigação do conteúdo, constatou-se que a publicação reproduz um trecho de autoria do escritor e romancista português Almeida Garrett (1799-1854). Trata-se da parte final da Carta IX, do livro *Da Educação*, com primeira edição publicada em Londres em 1829. Na abertura da carta há a descrição resumida dos assuntos tratados no documento:

Primeira distinção da educação feminina da masculina – deduzida da diferença dos sexos. – Modificação no livro historico. – Outras modificações no physico e moral da educação feminina, antes de completamente separada da masculina (Garrett, 1829, p. 204).

O texto veiculado na revista *O Cruzeiro* em 1933 havia sido publicado 104 anos antes, seguindo os preceitos da realidade daquela época. O nome dado à seção *Páginas esquecidas* pode ter relação com a lacuna temporal entre ambos. A realidade educacional da mulher havia se transformado durante o último século, mas, talvez, por se estar diante de um autor consagrado da Literatura Portuguesa, o trecho tenha sido reproduzido no periódico sem considerar tais diferenças históricas e sociais. Em contraponto, é possível que houvesse elementos simbólicos que ainda fizessem parte da realidade feminina daquele período, ou que o teor da carta tivesse sinergia com o ideal discursivo proposto pela revista.

O texto aparece dividido em duas colunas, e os parágrafos são intercalados com dois retratos de mulheres com semblantes sérios usando chapéus elegantes. Cada fotografia possui uma legenda relacionada ao estilo e aos modelos ditos de “última moda”. Mesmo estando no meio do texto e abaixo do título, as imagens não têm relação direta com o conteúdo, mas fazem parte da organização visual da página. A seguir, o texto com grafia original, conforme publicado em *O Cruzeiro*:

A mulher deve ser bella, deve ter graças e encantos. Nem todas podem ser lindas que a formosura não ficou em dote de todas as filhas de Eva; mas todas podem ser bellas. Belleza não é formosura, lindeza; belleza é o resultado das graças; e toda a mulher bem educada pode ter graças; pode-l’has dar a educação, pode reprimir até defeitos do corpo, pode substituir a formosura e fazer linda a fealdade. Mães cegas, que vos enleaves na formosura de vossas filhas e cuidaes que não precisam mais encantos, – mães que choraes sobre a fealdade das vossas e julgaes que nenhum attractivos podem ter – voltae desse erro fatal a ambas, e tão funesto a umas como a outras. Si a natureza foi liberal com tua filha, não desprezes essa vantagem; cuida da sua formosura, preserva essa tez delicada, conserva essas mãos finas, cultiva essas rosas de saude, nutre esses cabellos ondeado, molda esse talhe airoso, concerta esse porte elegante. Tua filha será formosa; tanto melhor para ella; com virtude, instrucção e formosura, ha de ser feliz em todo o estado. Foi a tua escassa ou madrasta a natureza? – não a creias infeliz por isso em tua mão não está faze-la formosura, – bella, sim. A educação embrandece peles duras, amacia mãos asperas, dá graça e doçura a olhos de pouca luz, faz interessante a face pallida e affaveis os labios descorados, põe a bondade de coração na fronte que não é alva, torna elegante o corpo que não é airoso, amavel, o que não é lindo, engraçado o que não é formoso. Tua filha há de ser bella, consola-te, mãe angustiada; cuida de sua educação, vê-la as adorada, feliz e preferida a muita formosura (Garrett, *O Cruzeiro*, 22 de abril de 1933, p. 37).

O texto de Almeida Garrett será analisado com base no trecho publicado em *O Cruzeiro*, mesmo com a ciência de que ele faz parte de um conjunto bem maior sobre o tema na composição da obra *Da Educação*. A leitura polissêmica, a primeira e mais rica em possibilidades, descortina um texto que reúne uma gama de afirmações e conselhos para a leitora. O autor consola as mães e faz recomendações para aquelas que têm filhas que não nasceram tão belas, atributo considerado necessário para uma mulher. Conforme afirma o texto logo na primeira frase: “A mulher deve ser bella, deve ter graças e encantos”.

Todavia, na sequência, o autor abre outra possibilidade, afirmando que mesmo que a mulher não tenha nascido tão linda, algo que não seria para todas “as filhas de Eva”, ela poderia ser bela de outras maneiras, a considerar a sua boa educação. É então

que o autor define o que seria, de fato, a beleza: “é o resultado das graças; e toda a mulher bem educada pode ter graças; pode-l’has dar a educação”. E complementa que é possível “reprimir os defeitos do corpo” substituindo-os por formosura, e “fazer linda a fealdade”. Da segunda parte em diante, o texto relaciona uma série de cuidados que se pode ter que independem do que a natureza ofertou a cada menina, auxiliando na valorização de suas graças pelas mãos da própria mãe.

Entre as providências que podem ser tomadas pelas mães em relação às filhas que não foram agraciadas pela beleza e encantos concedidos desde o nascimento, ou seja, pela natureza genética, o texto enumera a elegância, a postura corporal, o cuidado com a pele, a hidratação dos cabelos, a doçura do olhar, a bondade do coração, a delicadeza e a suavidade das mãos e a atenção à saúde. Ao final, o autor consola a “mãe angustiada” e a orienta a educar a filha para que, assim, ela se torne feliz, formosa e bela, livrando-se da “fealdade”.

A leitura parafrástica conduz à interpretação de que o autor desnuda e se compadece com uma situação que aflige muitas mães: a dor e as lágrimas daquelas que geraram filhas feias e que teriam que crescer e conviver com esse “problema”. No entanto, o texto procura consolar a leitora e apresenta soluções para um problema que parece incontornável. Além dos cuidados corporais, a postura elegante e a saúde, a educação da filha feia seria uma maneira de torná-la uma filha bonita, um conjunto de graças e formosuras que poderiam ser construídas pela própria mãe.

Ao interpretar o texto pelo paradigma histórico, é de se ponderar que a beleza seria o atributo mais importante que deveria ter uma mulher. Para aquelas que não a receberam como um presente concedido pela natureza, como ressalta o texto, haveria formas de compensá-la com complementos graciosos, o que inclui a própria educação. Sabe-se que, na década de 1930, e para muitos ao longo dos séculos, a cultura vigente determinava que o casamento era o caminho natural, talvez o único, na trajetória de uma mulher, a fim de dedicar-se à maternidade e à família pelo resto da vida.

Por essa perspectiva histórica e cultural, a beleza física seria o atributo mais valioso para a conquista de um bom marido. As meninas consideradas feias estariam em desvantagem na disputa matrimonial, como uma condenação injusta desde o

nascimento, e que fariam sofrer as mães, que precisariam se esforçar para deixar as filhas mais interessantes perante a sociedade. Assim, a instrução feminina seria um fator complementar e compensador para a falta da beleza natural, mas ainda sim precisaria de cuidados no aspecto físico para que a jovem se tornasse minimamente atraente para conseguir se casar.

O enunciador estabelece uma conversa com a leitora que, para ele, está angustiada e chega ao ponto de chorar diante da feiura da filha. Essa mãe é compreendida e consolada pelo enunciador, que lhe apresenta soluções com linguagem prática, carinhosa e animadora. O discurso defende que seria possível tornar a filha mais bela e atraente, dando a ela educação e cuidados simples com o corpo, a elegância e a saúde, mesmo que ela tenha nascido feia conforme os padrões da época. Todavia, o discurso do enunciador não detalha qual seria essa educação dada às meninas, se a instrução formal ou o ensino do comportamento social refinado, a etiqueta.

A leitura argumentativa conduz à percepção de um discurso dialético. No texto, o autor demonstra empatia com a dor da interlocutora, estabelecendo com ela um diálogo que apresenta, por um lado, as dificuldades e, de outro, as saídas possíveis para um problema que, tudo leva a crer, fosse uma realidade que fazia sofrer muitas mães daquele tempo. Seria, então, parte da responsabilidade da mãe preparar a filha para o melhor casamento possível. A beleza é definida como um presente dado pela natureza, uma bênção, mas a educação estaria acessível e poderia ser conquistada por meio do crivo e zelo maternal, tornando a todas, de certo modo, também belas.

O segundo texto selecionado de *O Cruzeiro* diverge em alguns aspectos do conjunto amostral investigado. A análise a seguir refere-se a um trabalho de fotolegenda publicado na edição de 9 de setembro de 1933 e compreende duas páginas duplas inteiras da revista, da página 50 até a 53. As fotografias e os textos não foram assinados por seus autores, e o título em destaque da produção foi: “A colaboração dos Colégios Catholicos no Ensino do Estado da Bahia”. O conjunto de páginas pode ser consultado em seu formato integral no apêndice 6.

Cada uma das quatro páginas apresenta um conjunto de fotografias organizadas em forma de montagem, totalizando 16 imagens de ambientes educacionais,

professores, alunos e alunas, padres, freiras, inspetores, altares católicos e fachadas de colégios. Mesmo os textos sendo curtos em comparação aos demais da revista, o material foi escolhido por sua visibilidade e representatividade na edição, havendo a presença de uma quantidade considerável de meninas e jovens estudantes nas imagens. Conforme explanado anteriormente, o ensaio fotográfico e o fotojornalismo eram um diferencial de *O Cruzeiro*, assim justifica-se também a escolha da matéria na composição da amostra qualitativa do período. Primeiramente, o conteúdo será descrito e, depois, analisado.

A página 50 traz o título em destaque do lado direito e quatro fotografias que preenchem toda a página. Na primeira imagem há o altar de uma capela na parte superior esquerda, e as três seguintes, grupos de alunos e alunas vestindo uniformes escolares. As meninas aparecem ao lado de freiras, e os meninos na companhia de padres jesuítas. Todos aparecem sentados em conjunto de forma organizada, lado a lado, na parte exterior dos colégios referenciados nas legendas. A seguir, os textos que acompanham cada uma das fotografias, em ordem sequencial:

Collegio do Santíssimo Sacramento – Dirigido pelas religiosas sacramentinas, sob a direcção de Madre Maria Andréa. Em cima, a capella do Santíssimo Sacramento. Ao lado, grupo de alumnas deste magnífico e prestigioso educandário da Bahia.

Collegio Antonio Vieira – Dirigido pelos padres jesuítas. Grupo de alumnos que recebem a educação por intermedio dos methodos jesuitas, que tantos e tão proficuos resultados tem alcançado em nossa mocidade.

Collegio de São Raymundo – Escola infantil dirigida pelas religiosas dos Humildes. (*O Cruzeiro*, 9 de setembro de 1933, p. 50).

Na página 51 há quatro fotografias com o mesmo tema das anteriores. A primeira traz um grupo com cerca de 60 alunas uniformizadas na parte externa do Instituto Comercial Feminino. A segunda fotografia mostra a fachada de um colégio ginásial, com estudantes meninos e jovens em frente à instituição de ensino. Diferentemente das fotografias anteriores, essa parece ter sido produzida de maneira natural, com base nos princípios do fotojornalismo, ou seja, sem que os alunos tivessem se preparado para o instante do registro. A imagem representaria um dia típico da rotina do colégio, uma cena de um lugar público, um retrato da vida cotidiana daquela época.

A terceira e a quarta fotografias são semelhantes. Dezenas de meninas aparecem lado a lado vestindo igualmente uniformes escolares. Apenas na quarta imagem tem-se meninos, mas sentados separadamente, com a presença de duas freiras nas extremidades do grupo. As legendas das fotografias organizam-se a seguir:

Instituto Commercial Feminino – Escola Vocacional, fundada pela benemerita bahiana, dona Henriqueta Catharino, para o ensino das Sciencias Economicas.

Gymnasio da Bahia – Estabelecimento de ensino gymnasial, equiparado ao Gymnasio Pedro II, dirigido pelo Director Dr. Constantino Vieira, sob a inspecção do padre Dr. Ricardo Pereira.

Collégio Coração Eucharistico – Dirigido peloas religiosas do Convento da Lapa, Congregação de N. Senhora de Caridade do Bom Pastor D’Angers.

Collegio de D. José – Dirigido pelas religiosas franciscanas, situado na Peninsula de Itapagipe (*O Cruzeiro*, 9 de setembro de 1933, p. 51).

A terceira página apresenta fotografias similares às anteriores, com enquadramentos de meninas e jovens estudantes usando uniformes em frente aos colégios. A segunda fotografia tem um altar com uma imagem de Nossa Senhora Auxiliadora junto às alunas, e a terceira tem como diferencial as moças sentadas ao longo de uma grande escadaria em frente ao Instituto de Música da Bahia. Abaixo, as legendas de cada uma das fotografias que compõem a página 52:

Collegio Nossa Senhora Auxiliadora – Grupo de Alumnas do Curso Normal dirigido pela professora Amphrisia Santiago.

Collegio Nossa Senhora do Pilar – Estabelecimento de ensino dirigido pelas religiosas da Companhia de Maria. Um grupo de alumnos acompanhados da sua professora Sta. Olga Magalhães Falcão, e da menina Regina Maria Tude de Albuquerque.

Instituto de Musica da Bahia – Um grupo de alumnos acompanhadas de algumas de suas professoras e do maestro Deolindo Fróes, Director do Instituto.

Gymnasio Ypiranga – Sob a direcção do Dr. Isaias Alves de Almeida e do Dr. Raul Baptista de Almeida (*O Cruzeiro*, 9 de setembro de 1933, p. 52).

Na quarta e última página do trabalho de fotolegenda há também quatro imagens, sendo as três primeiras semelhantes, com alunos, alunas e mestres em frente

aos colégios católicos. Apenas a quarta fotografia difere do conjunto, na qual se tem o registro na biblioteca do Colégio Antonio Vieira da visita de representantes federais, militares, membros da Igreja e um empresário do setor de construção, que segundo o texto seria o responsável pela edificação daquela escola. A legenda detalha cada um dos homens que aparecem na fotografia, com seus nomes e cargos. A seguir os textos que acompanham as quatro fotografias da página 53:

Collegio Nossa Senhora Auxiliadora – Outro grupo de alumnas acompanhadas do corpo docente do estabelecimento.

Collegio de Nossa Senhora de Lourdes – Escola Normal Equiparada, dirigida pelo seu proprietário professor J. J. Nascimento Junqueira.

Gymnasio de São Salvador – Estabelecimento de ensino normal, dirigido pelo conhecido educador bahiano Dr. Adolpho Tourinho.

Collegio Antonio Vieira S. J. – A visita do Interventor Federal na Bahia, capitão Juracy Montenegro de Magalhães. Grupo tirado na biblioteca do collegio. Da direita para a esquerda: padre Luiz Gonzaga Cabral, reitor; Emilio Odebrech, constructor do novo edifício do colégio; Dr. Herbert Parentes Fortes, inspetor federal; Martinelli Braga, da casa civil do governo; o assistente militar do sr. Interventor, capitão Juracy Magalhães e os padres Mariz Ferreira, Bernardo, Garnier e Oliveira, professores do Collegio (*O Cruzeiro*, 9 de setembro de 1933, p. 53).

A leitura polissêmica conduz à curiosidade diante das imagens da década de 1930. Os colégios católicos da Bahia, os estudantes, as normalistas, os professores e professoras, coordenadores do sistema de ensino, os prédios e os trajes que eram usados naquela época são elementos que retratam um período icônico da História da Educação no Brasil. A presença de membros do clero era esperada desde o título, mas um aspecto que chama a atenção, em especial na quarta página, é a presença de militares e inspetores federais lado a lado no conjunto fotográfico. A uniformização é um elemento singular das imagens, não apenas para estudantes, mas também para padres, freiras e militares. As vestes revelam qual era o papel de cada pessoa na cena social, política e educacional do período.

A interpretação parafrástica das fotolegendas leva à compreensão objetiva de que as páginas teriam como função divulgar em forma de imagens produzidas o trabalho dos líderes católicos em prol da educação de crianças e adolescentes da Bahia. A organização, a uniformização dos alunos e alunas, a presença do corpo docente e dos

representantes do clero visam destacar os fatores positivos das instituições de ensino dirigidas pela Igreja Católica, em especial em benefício da formação de meninas, moças e normalistas, pela representação na maior parte das fotografias. A presença de militares e membros oficiais do governo, como inspetores federais, visa demonstrar aos leitores a união e a boa relação entre as várias instâncias de poder em favor da educação.

A leitura arqueológica mostra-se simbólica por causa das fotografias relacionadas às legendas, indicadores históricos de um momento peculiar do Brasil. Isso se deve, principalmente, por retratar a presença dos militares na inspeção do sistema educacional, o esforço por um processo de padronização e controle pela via federal. Outro ponto é a presença atuante da Igreja Católica nas escolas primárias, secundárias e de formação das normalistas, as futuras professoras. Os uniformes escolares também revelam características culturais da época, bem como a presença das freiras como orientadoras das meninas e, os padres, dos meninos. O traje usado no colégio também é uma estratégia de demonstrar que todos os estudantes são iguais e seguem o mesmo padrão.

As legendas são descritivas e trazem detalhes sobre quem eram as pessoas retratadas, os nomes dos colégios e o que está sendo mostrado em cada uma das fotografias. Os nomes dos religiosos e o grupo da Igreja que pertencem também são citados nos textos, como jesuítas e franciscanos. A quantidade de estudantes nas fotografias demonstra que as escolas eram cheias e organizadas, de modo que os alunos aparecem disciplinados e em ordem. As imagens que têm a presença de crianças e adolescentes são acompanhadas por seus professores, educadores, proprietários e diretores dos colégios, freiras e padres. Alguns símbolos católicos também aparecem nas fotografias, como altares, castiçais, santas e santos.

O enunciador dos textos apresenta-se ao interlocutor como aquele que explica o conteúdo das imagens, dando nomes e cargos das pessoas que são retratadas. As legendas são meramente descritivas e neutras, sem tecer elogios ou críticas ao que está ilustrado nas fotografias. O agente discursivo não se posiciona sobre as imagens e deixa que o leitor tire suas conclusões sobre o que é apresentado em cada uma das fotografias. Todavia, com exceção da fotografia do Ginásio da Bahia, as demais são produzidas e foram feitas de modo a valorizar as instituições de ensino religiosas, o que denota uma

posição favorável em relação a elas. As meninas e moças aparecem organizadas e, em algumas imagens, sorrindo, o que revela a favorabilidade em relação à instrução feminina.

E resumo, as fotolegendas trazem um recorte sobre a realidade da educação nos anos de 1930 e, ainda, como *O Cruzeiro* retratava tal realidade em suas edições. A presença de militares, políticos do governo federal, membros do clero e figuras importantes do cenário nacional evidenciam que o discurso do periódico estava alinhado ao modelo educacional da sociedade brasileira da época. A educação feminina não é questionada nas páginas de fotolegendas, mas valorizada, a considerar pela quantidade de meninas e moças que aparecem nas páginas com uniformes escolares. Vale pontuar que nos colégios católicos, muitas meninas eram acompanhadas pelas irmãs de caridade, demonstrando como tal ensino era bem visto pela revista naquele período.

O terceiro texto analisado de *O Cruzeiro* tem como título “A vênus de 1933” e é de autoria de Peregrino Junior. Trata-se de um artigo publicado no dia 28 de outubro de 1933, que está na íntegra no apêndice 6. Os trechos que tratam da educação feminina estão destacados em partes e serão analisados na sequência:

(...) O problema da beleza feminina no Brasil, que não preocupa hoje apenas as próprias mulheres, nem tampouco somente os homens de gosto, mas sobretudo os medicos e os higienistas nacionaes, afigura-se-nos particularmente interessante. Não há de haver um anno, fazendo uma conferencia pedagogica sobre a educação moderna da mulher no Brasil, tivemos grata oportunidade de assignalar a influencia salutar que o cinema tem exercido entre nós, neste assumpto. Consignando o facto, demonstramos que o cinema, não obstante os damnos moraes que lhe são attribuidos, tem modificado evidentemente para melhor a mentalidade da moça brasileira. Libertando-a do romantismo e da frivolidade, ensinou-lhe o sentido pragmatico da vida moderna. Além disso, – e o que é mais importante – revelou-lhe a utilidade saudavel do movimento, do esporte, do ar livre. (...) (*O Cruzeiro*, 28 de outubro de 1933, p. 15).

A primeira parte do texto, que não está transcrita nesta página, mas encontra-se na versão original no apêndice 6, trata da beleza como um presente de natureza divina, um milagre da criação na face da Terra. A mulher deveria valorizar e se orgulhar dos seus encantos e cuidar da própria beleza, por ser uma bênção concedida “pelos deuses”. O texto faz referência à cultura de Hollywood e como ela teria influenciado na

padronização dos novos modelos femininos brasileiros, a partir das estrelas de cinema, seja na elegância, na forma de se vestir e de se comportar.

(...) Foi o cinema americano que “descobriu”, para a curiosidade da mulher carioca, os encantos salutareos das nossas praias cheias de sol... Copacabana e Ipanema só adquiriram o ar civilizado que hoje têm, depois que os “filmes” de Hollywood ensinaram a mulher carioca a usar “maillot”. E é assim, por causa do cinema, que a mulher moderna do Brasil está imprimindo novos rumos á sua vida. Nem sempre esses rumos serão os mais certos e os mais consentaneos com as tradições dos nossos costumes, do nosso temperamento, da nossa indole. Mas, que importa? Serão, em todo caso, rumos novos, saudaveis, praticos e utilitarios que, bem aproveitados, com uma certa dose oportuna de bom senso e prudencia, poderão conduzir a mulher brasileira a destinos melhores. Mesmo porque, qualquer que seja a sua situação – dentro da velha mentalidade anachronica dos nossos avós, ou dentro do espirito cinematographico da educação moderna – a mulher brasileira há de conservar sempre intactas, as virtudes profundas, de alma, de caracter e de intelligencia, que constituem por assim dizer a constante moral da nossa gente. Depois das revelações inesperadas do cinema americano, a educação feminina, no Brasil, orientou-se num rythmo novo. (...) (*O Cruzeiro*, 28 de outubro de 1933, p. 15).

O trecho seguinte muda o tom e se encaminha para outra linha de pensamento, na qual a questão educacional feminina é discutida. Conforme o autor, haveria conferências pedagógicas sobre a “educação moderna da mulher no Brasil”, na qual a beleza não seria o tema principal, mas os aspectos médicos e da higiene nacional. Nesse momento, o autor retoma a questão do cinema e afirma que a influência dessa arte seria salutar, pois havia modificado para melhor a “mentalidade da moça brasileira”. Como argumento, o autor diz que tal interferência as teria libertado do “romantismo e da frivolidade”, além de tê-las ensinado “o sentido pragmático da vida moderna”.

O autor reforça que tal influência não afetaria os costumes, o caráter, a inteligência e a boa índole da mulher brasileira, e acrescenta, ainda, que ela se tornaria ainda mais saudável por causa do movimento, do esporte, do ar livre e do sol das praias cariocas. Segundo o artigo, a mulher brasileira seria modernizada por influência do cinema norte-americano, deixando de lado a “velha mentalidade anacrônica das avós”. A educação feminina passaria a ser orientada por um novo ritmo, que a tiraria da posição de “bibelô sentimental, de ambições medíocres e saúde precária”, para se tornar um “espetáculo eugênico de alegria e de entusiasmo, amando o sol e o mar, compreendendo o prazer físico de viver”.

(...) E a mulher deixou de ser um simples “bibelot” sentimental, de ambições mediocres e saúde precária, para ser um espectáculo eugenico de alegria e de entusiasmo, amando o sol e o mar, – compreendendo, pois, o prazer physico de viver. E o curioso phenomeno que acabo de assignalar não é privilegio exclusivo do nosso clima, nem da nossa raça: é hoje, no universalismo do seu rythmo, comum a todos os povos e a todas as latitudes. Explica-se, de resto, pela propria capacidade de irritação universal do cinema, que tomou conta do mundo inteiro com o poder tentacular da sua influencia. (...) (*O Cruzeiro*, 28 de outubro de 1933, p. 15).

Segundo o autor do artigo, a “Vênus 33” seria essa figura construída por Hollywood por ter as “mulheres mais bonitas” e que teria influência sobre a educação feminina moderna do “mundo inteiro” e, também, para as brasileiras. A “nova Eva” seria o padrão feminino atualizado que representaria uma uniformidade da beleza, do comportamento e da cultura das novas gerações. Ao final do texto, é feita uma abordagem relacionada à beleza da mulher brasileira, sua ligação com a natureza, com a liberdade, o calor e o esporte. E encerra fazendo o questionamento que relaciona aparência, trabalho e a sabedoria da Vênus moderna. Uma ilustração que ocupa grande parte da página destaca uma mulher com um vestido longo e acessórios da moda.

(...) Dest’arte, a Venus 33 descende em linha recta, no mundo inteiro, dos “estudiosos” cinematographicos de Hollywood. E como Hollywood possui com a equipe mais numerosa e brilhante de mulheres bonitas do mundo, um padrão eugenico de belleza feminina, o typo da Eva moderna caminha, em todos os angulos da terra, para a standardização e a unifomidade. Na Allemanha como no Japão, na França, como no Brasil, a Venus modelo 1933 é, nas suas linhas essenciaes, a mesma – agil, livre, alegre e saudavel, integrada no entusiasmo dionysiaco do sol, das montanhas, das florestas e do mar, sabendo sentir o lyrismo pantheista da Natureza (...) (*O Cruzeiro*, 28 de outubro de 1933, p. 15).

A leitura arqueológica do artigo revela alguns elementos históricos e culturais interessantes. Um deles é a relação da beleza feminina às bênçãos divinas ou da natureza, uma marca que também pode ser encontrada em outros textos de *O Cruzeiro*. A educação da mulher surge como um complemento essencial para a mulher bonita, mas também uma saída inteligente para as que não tiveram essa benesse natural. Um segundo ponto é o que marca o início da Era de Ouro de Hollywood, a crescente cinematográfica que se tornava uma influência não só na cultura brasileira, mas também de outros países.

Sabe-se que a educação formal da época incluía no currículo feminino, questões de higiene e de saúde. O objetivo era que a mãe pudesse cuidar da família, prevenindo doenças e mantendo o lar limpo e organizado. Tal fator aparece no texto analisado e corrobora o movimento nacional em prol da educação, do vigor e da saúde. A ginástica e o cuidado com o corpo físico, as atividades de esporte e ao ar livre surgem no artigo como hábitos da mulher brasileira moderna, que se distancia de modelos até então considerados ideais, como a fragilidade, o romantismo, o sentimentalismo e a restrição ao ambiente doméstico. Como assinala o texto, o momento ditava que a mulher deveria se distanciar da “velha mentalidade anacrônica das avós”.

A interpretação enunciativa demonstra que o autor utiliza-se de argumentos para construir um discurso que se inicia na beleza feminina, passa pelo comportamento social, até chegar aos impactos de outras culturas, em especial do cinema norte-americano, na educação da mulher brasileira. O sujeito enunciador coloca em oposição o moderno e o antigo, o novo e o velho, a mulher frágil e sentimental em contraponto à mulher ligada às estrelas de cinema e a integração com a natureza. A discussão concentra-se no ser e na presença do feminino na sociedade, de Eva, de Vênus e suas transformações ao longo do tempo com o advento dos padrões hollywoodianos. O enunciador apresenta suas ideias a todos os leitores, independentemente do gênero. Trata o assunto como um debate público, que passa pela esfera cultural, comportamental e artística.

Nota-se uma linguagem autoritária em virtude de algumas afirmações relativas, como nos trechos que enaltecem a beleza das estrelas de cinema, “as mais belas do mundo”. A escolha de um modelo para a mulher moderna não seria facilmente adaptado ou adequado à mulher brasileira, a considerar sua diversidade. Quando o artigo aborda as questões da educação feminina, estas relacionam-se mais ao comportamento e ao cuidado com o corpo do que à formação e aos direitos de acesso e oportunidades educacionais. A mulher moderna é apresentada como um padrão a ser seguido com base na forma de ser, agir e se apresentar. A liberdade, que no texto é simbolizada pela praia, pelo sol e pela natureza, estaria relacionada à mudança na sua posição e postura na família e na sociedade, uma expressão de movimento e entusiasmo com o corpo, com a beleza e a própria vida.

O quarto texto analisado de *O Cruzeiro* tem como título “Uma grande educadora do século XVIII” e foi publicado em 17 de novembro de 1934, sem imagens ilustrativas ou autoria. Trata-se de um artigo comentado, tendo como pano de fundo a biografia de Madame de Rémusat e sua obra sobre a educação das mulheres. De forma geral, o texto ressalta a importância e a qualidade do trabalho da escritora francesa, destacando suas características pessoais e por valorizar a instrução feminina para além da futilidade e das obrigações familiares, com atenção especial à formação e encaminhamento dos filhos. O texto será dividido em partes ao longo da análise e se encontra na íntegra no apêndice 6.

A polissemia percorre as múltiplas possibilidades de interpretação de um texto. Uma delas seria o conhecimento do próprio teor do livro *Estudo sobre a educação das mulheres* escrito por Madame de Rémusat, por sua referenciada capacidade literária e por ser considerada uma pessoa ilustre que vivia nos arredores de Paris no final século XVIII. Rémusat era ligada à nobreza e a homens bem situados política e socialmente, o que seriam qualidades atribuídas também a ela. A recomendação da obra e os aspectos valorosos da biografia da autora misturam-se e representam o aspecto central do texto, que se caracteriza por um trato elogioso perante ambos. A educação, seja da própria escritora, seja de seu filho, são os elementos de admiração que se figura ao longo de todo o artigo.

Mme. de Rémusat, a autora de um curioso livro publicado em 1830 sobre a educação das mulheres, nasceu nos arredores de Paris em 1780 ou 1781, de família ilustre que já dera um ministro a Luiz XVI. Seu avô, o ministro Vergennes, fôra um dos melhores elementos da nobreza liberal, que surgiu naquela época, rompendo com o passado e ajustando-se a nova ordem de coisas. Herdara dele uma grande vivacidade e amor aos livros, passando por ser uma das mulheres mais cultas daquela corte a vida de inovações e reformas. Casou-se com o sr. de Remusat, numa união de mutua sympathia, formando um casal feliz que mais tarde se dedicou inteiramente a Bonaparte, tendo o sr. de Remusal sido escolhido para prefeito do imperador. (...) (*O Cruzeiro*, 17 de novembro de 1934, p. 4).

O discurso ressalta o modo como Madame de Rémusat educou seu filho, retomando o pensamento de que a mulher deveria ser culta para bem instruir seus descendentes para a sociedade. É exatamente o que o texto valoriza e recomenda, como um exemplo a ser admirado e seguido. Uma mulher abnegada, bem educada, casada e

mãe, pertencente aos círculos de influência política francesa e, ao mesmo tempo, dedicada incondicionalmente à família. O discurso remonta à formação feminina da época, configurada nos padrões e ao pensamento disseminado pela Corte da França.

(...) Teve um filho que recebeu aprimorada educação, dada pela propria mãe que por elle velou até sua morte, occorrida em 1821. Educou-o de um modo pratico, mostrando-lhe as verdades da vida e o amor ao trabalho, habituando-o a pensar e julgar com elevação de espirito os actos do proximo, sabendo-se defender do que lhe pudesse ser prejudicial. Certa vez, já mocinho, o filho escreveu-lhe numa carta: ‘minha mãe, és verdadeira no espirito e no coração, por isso dominas a todos que se approximam de ti’. (...) (*O Cruzeiro*, 17 de novembro de 1934, p. 4).

Para destacar tais valores femininos, o artigo de *O Cruzeiro* cita trechos do livro e comenta em concordância com seus ensinamentos. Há a construção de um discurso que procura estabelecer uma relação entre a liberdade, a formação emancipadora e o papel da mulher que educa os filhos para o desenvolvimento da sociedade e da nação: “A mulher deve se preparar para ser esposa e mãe, mas precisa ser livre para que dentro da sua liberdade possa conhecer a verdade que ensinará aos seus filhos”. E determina qual seria a virtude que a auxiliaria nesse desafio ao afirmar que “pela sensatez ela pode adquirir essa liberdade que se impõe”.

O texto demonstra que Madame de Rémusat não apenas escreveu um livro de sucesso sobre a educação das mulheres, mas vivenciou-o na prática conforme os preceitos da época, respeitando os ideais libertários franceses. Segundo a biografia apresentada no artigo, ela era culta, educou o filho, dedicou-se ao matrimônio e à maternidade plenamente. O texto destaca que, mesmo o livro tendo sido publicado no final século XVIII, ele ainda era atual, podendo ter sido escrito por “qualquer educadora moderna”. Logo, o discurso assinala que o modelo apresentado no livro poderia ser facilmente utilizado no contexto brasileiro de 1934, data da publicação do artigo.

(...) O ‘Estudo sobre a educação das mulheres’ causou enorme sucesso e contribuiu para que a mentalidade futil do seu tempo lembrasse de aperfeiçoar o seu espirito. ‘A mulher deve se preparar para ser esposa e mãe, mas precisa ser livre para que dentro da sua liberdade possa conhecer a verdade que ensinará aos seus filhos. Pela sensatez ella pôde adquirir essa liberdade que se impõe’. As palavras do seu excellent livro poderiam hoje ser escriptas por qualquer educadora moderna, da qual ella foi precursora (...) (*O Cruzeiro*, 17 de novembro de 1934, p. 4).

A leitura arqueológica do texto motiva saber quem teria sido Madame de Rémusat na Corte de Napoleão e do que trataria especialmente a sua obra sobre a educação feminina. É revelador notar que a ideia que incentiva as mulheres a se instruírem para promoverem a educação dos filhos atravessou as décadas e chegou, pelo menos, até o discurso jornalístico do século XX. A importância da cultura, dos costumes e das obras francesas para a mulher brasileira é evidenciada no artigo de *O Cruzeiro*. É de se notar que tal fator permeia diversos textos, enfatizando o sentimento de liberdade, educação e emancipação feminina, sem que para isso tenha que abandonar a ideia de constituir uma família nos moldes tradicionais.

O enunciador do texto é um defensor entusiasmado da obra, das ideias e da biografia de Madame de Rémusat. Para isso, utiliza-se de exemplos vividos para argumentar em favor do discurso que apresenta ao interlocutor. A linguagem do texto é romântica e possui cenas dramatizadas, o que demonstra uma admiração contemplativa em relação aos personagens históricos, sem indicar desvios de conduta ou outros eventos que possam diminuir a figura da protagonista e do seu legado. Há apenas o lamento final de que o livro foi publicado postumamente e que não teria sido concluído pela escritora. Todavia, é ressaltado o feito e a atualidade do seu trabalho literário em favor da educação das mulheres.

(...) É lamentável que essa obra, de publicação posthuma, não tenha sido completamente terminada. Foi inspirada no seu amor ao filho e ao marido e a eles dedicado. Isso entretanto não obsteu que manifestasse por todos os seus modos um grande espírito de solidariedade humana, especialmente com relação as suas companheiras do sexo, para quem dizia: ‘ainda hei de ver a mulher igualdade em cultura e capacidade ao homem e isso não impedirá que sempre uma esposa dedicada e ótima mãe’. Não conseguiu ver grandes realizações, morreu aos quarenta e dois anos, chorada por todos quantos se lhe aproximaram e conheçam o seu brilhante espírito e grande coração (*O Cruzeiro*, 17 de novembro de 1934, p. 4).

Em suma, o artigo de *O Cruzeiro* é um reforço de um pensamento de que a mulher deve ser instruída, mas principalmente para cumprir o papel que lhe foi destinado na sociedade, o de mãe educadora. Um detalhe interessante do texto é o trecho que deixa evidente que o espírito feminino também deve ser desenvolvido, em

detrimento de futilidades. Assim como a educação formal, virtudes como a bondade, a generosidade, a solidariedade e a abnegação são destacadas como essenciais para a mulher moderna, que busca a verdade, a liberdade e é consciente da sua posição e dos seus deveres com a família e a sociedade.

O quinto e último texto analisado de *O Cruzeiro* é de autoria de Madelin Bitzstein e teve sua publicação no dia 3 de agosto 1935. O texto foi intitulado “O que nossas filhas não sabem” e se dividiu em duas páginas da edição, a 56 e a 59. O texto pode ser classificado como um artigo jornalístico, em especial por apresentar um assunto inerente àquele tempo, dados estatísticos e as falas de um professor pesquisador como fonte de informação, que visa atestar com base científica os resultados apresentados. Os trechos em destaque estão transcritos a seguir e o conteúdo integral encontra-se no apêndice 6.

A primeira parte do texto faz um apanhado sobre a realidade das mulheres em diversos países europeus e questiona sobre quais ideias seriam implantadas na mente feminina da “decantada educação norte-americana”. O autor faz um apanhado sobre os problemas que envolvem os adolescentes dos Estados Unidos da América e afirma que eles têm relação com o sistema de ensino falho daquele país. No trecho seguinte é apresentada uma pesquisa do professor de Educação Administrativa, Ralph Dornfield Owen, da Universidade de Temple, da Philadelphia. Conforme o texto, o pesquisador teria escrito vários livros sobre o tema educação.

Emquanto as mulheres allemãs recebem ordens para voltar á cosinha, ensina-se ás italianas a importancia de dar vida e crescido numero de filhos e as russas sovieticas trabalham nos campos e fabricas em igualdade de condições com irmãos e maridos, que idéas implanta na mente feminina a decantada educação norte-americana? Os milhares de adolescentes que todos os annos regressam de collegios secundários e universitarios, recebe acaso nessas instruições e typo de educação que lhes assegure maior adaptabilidade e eficiencia futuras? O dr. Ralph Dornfield Owen, professor de Educação Administrativa dos estudantes diplomados na Universidade de Temple, em Philadelphia, e autor de varios livros sobre assumptos de educação, é de parecer que o estudo dos elementos que contribuem para a educação ideal da mulher moderna norte-americana, é thema de importancia vital que requer urgente solução (...) (*O Cruzeiro*, 03 de agosto de 1935, p. 56).

O próximo tópico adentra as questões educativas da mulher moderna americana e pontua sobre qual seria o padrão ideal a ser aplicado, a considerar que havia problemas que precisariam de soluções práticas. Segundo o Dr. Owen, a educação administrada aos jovens era desequilibrada e deveria passar por mudanças urgentes para que produzisse adultos úteis no futuro. Diante da situação, o professor afirma ter elaborado um sistema educativo feminino “quase perfeito”, e completa que o modelo ideal deveria priorizar conteúdos sobre a direção do lar e de algum ramo do trabalho, para que pudesse, caso necessário, conferir à mulher algum tipo de subsistência.

(...) Segundo o dr. Owen, a educação actualmente administrada á maioria das jovens é desequilibrada e deve ser consideravelmente modificada, afim de poder auxilia-las e converter-se em sêres uteis, no futuro. E ainda mais: o dr. Owen está convencido de ter chegado, após longos anos de estudo e experiencias praticas, á elaboração de um programma educativo feminino quasi perfeito. Nenhum systema de educação destinado á mulher – declara o dr. Owen – pode ser considerado como proximo do ideal, a menos que se lhe ensine a direcção do lar e se lhe ministre, a igual tempo, conhecimentos praticos em certo ramo de trabalho que lhe permitta prover á subsistencia em caso de necessidade. Estou firmemente convencido – acrescenta elle – que as escolas de hoje tomariam excellente iniciativa se incluisssem no programma de estudos de suas alumnas um curso completo de sciencias economicas, que as tornassem capazes de dirigir efficazmente o lar e a familia (...) (*O Cruzeiro*, 03 de agosto de 1935, p. 56).

Para tanto, o pesquisador considera que, para cumprir tal programa, seria essencial incluir no currículo feminino os estudos em Ciências Econômicas, para que as mulheres fossem capazes de dirigir o lar e a família. A partir desse raciocínio, o professor apresenta dados estatísticos para corroborar suas conclusões, e acrescenta que “o mais necessário à jovem que sai da escola, se esta pode ser considerada como eficiente, é saber como tratar o marido”. As justificativas seguintes baseiam-se em exemplos de ordem prática que visam confirmar o argumento de que as moças estavam sendo mal preparadas pela escola e que somente com estudos de economia poderiam cumprir suas tarefas a contento.

(...) Por conseguinte, já que a execução de todos os trabalhos alludidos corre por conta das mulheres, é dever de paes e educadores ministrar-lhes os conhecimentos indispensaveis ao bom manejo do orçamento familiar, de accordo com as estradas, nas differentes despezas com a compra de alimentos e roupa, inversões de dinheiro em acções ou bonus, decoração interna, qualidade e preço de tecidos, fixando ainda por cima o horario do trabalho. Os annuncios convencem-nas logo, pois lhes faltam conhecimentos scientificos em assumpto de preço e qualidade. As palavras persuadem-nas e

acreditam dessa maneira em toda a sorte de embustes, taes como esse de que os vestidos e chapéus caros são forçosamente os melhores. Pela mesma razão desconhecem a differença entre um tecido bom e duravel e uma imitação inutil, e assim ficam a mercê do commerciante (...) (*O Cruzeiro*, 03 de agosto de 1935, pp. 56 e 59).

O texto traz afirmações que relacionam as disciplinas ministradas no sistema de ensino à possibilidade de que a mulher se case. Um dos apontamentos é o de que “as mulheres que seguem estudos universitários mostram menor propensão matrimonial que suas irmãs menos eruditas” e que, ainda que queiram, nem todas as jovens “estarão em condições de receber uma educação universitária”, o que seria uma utopia. O entrevistado mostra-se favorável ao ensino de economia nos colégios e cursos universitários, ainda que aquelas que tenham escolhido as carreiras científicas ou artísticas não tenham interesse na vida doméstica. Segundo ele, o problema está em não diferenciar as escolas secundárias por gênero.

(...) Não creio – prosegue elle – que todas as jovens que seguem os estudos universitarios devam ser obrigados a assistir aos cursos de economia domestica, pois nessa época já a maioria dellas terá se decidido por uma carreira scientifica ou artistica que exclue todo o interesse em qualquer phase da vida domestica. As escolas secundarias ao contrario, marcam, na immensa maioria dos casos o fim da educação escolar feminina, motivo por que o dr. Owen julga imprescindivel estabelecer uma grande differença entre as escolas destinadas ao sexo masculino e ao feminino. Os cursos preparatorios da Universidade são sufficientes para aquellas que, pertencendo ao typo intellectual, desejam se preparar para carreiras taes como as de professora e assistente social, carreiras essas em que o lucro não constitue objectivo dominante. Mas como a imensa maioria das jovens saem de nossas escolas secundarias – accrescenta o dr. Owen – deve enfrentar problemas totalmente diversos, não há negar que o actual systema educativo dista muito de ser o ideal (...) (*O Cruzeiro*, 03 de agosto de 1935, p. 59).

O professor Owen desenvolve seus argumentos ao longo de todo o texto, incluindo o que preconiza que a mulher americana é responsável pelo controle das finanças no lar, pois faz as compras, decide os consertos residenciais e até participa da escolha de aquisição de uma casa. Em função disso, um melhor preparo seria fundamental para que as mulheres possam cumprir a tarefa de maneira eficiente e, assim, contribuir com o marido. Tais medidas educativas evitariam, conforme o professor, que a esposa moderna fosse vítima na mão de “vendedores pouco

escrupulosos”, já que teria a capacidade de avaliar os preços, produtos e serviços, evitando desgostos familiares e a irritação do marido.

(...) Os homens e mulheres que patrocinaram tal forma fizeram-no impressionado pelo facto de que as mulheres que seguem estudos universitarios mostram menor propensão matrimonial que suas irmãs menos eruditas. Mas, segundo opina o dr. Owen, essa solução não ataca a base do problema. É importante imaginar, diz elle, que todas as jovens do paíz, quer homens ou mulheres, jamais estarão em condições de receber uma educação universitaria. Tal idéa não passa de utopia e nunca poderá ser posta em prática. Ao demais, a Universidade não existe com fins educativos geraes, no que concerne ás mulheres, e sim, com o objetivo de preparar algumas dellas para carreiras profissionais ou semi-profissionais. Affirma o dr. Owen que são as mulheres que, na America do Norte têm o controle das finanças do lar. São ellas que effectuam todas as compras, que decidem em ultima instancia a aquisição de uma casa, os consertos necessarios, etc. (...) Esses cursos não devem ser leccionados por pessoas jovens e falhas de experiencia, mas por homens e mulheres que possuam reconhecidos conhecimentos theoricos e praticos do assumpto e não considerem como sufficiente o simples saber superficial. A esposa moderna é fácil victima dos vendedores pouco escrupulosos. (...) (*O Cruzeiro*, 03 de agosto de 1935, p. 59).

O texto descreve cenas cotidianas para demonstrar as situações difíceis que a esposa pode enfrentar no dia a dia, como saber escolher tecidos de qualidade e bom preço, criar um ambiente doméstico decorado com harmonia e preparar alimentos, fazer roupinhas infantis e cuidar dos idosos enfermos, saber sobre higiene sexual, cuidado de crianças, além de etiqueta e cortesia para garantir “uma vida doméstica feliz”. O raciocínio conduz para o fortalecimento da ideia de que a jovem deve aprender economia doméstica de maneira completa e qualificada para “colocar em movimento a máquina familiar”.

(...) Por surpreendente que o facto pareça, é perfeitamente certo que a mudança da cor das cortinas do salão ou da sala de jantar, o conforto de uma nova poltrona de couro ou a beleza de uma severa paisagem no escriptorio, podem ser de grande utilidade para acalmar a irritação do marido, mesmo quando este sentem-se incapaz de descobrir a verdadeira causa de seu estado nervoso. As jovens devem também aprender a escolher tecidos, preparar varias especies de alimentos, assim como tudo quanto contribua para a boa direcção do lar e assegure uma vida domestica feliz. Que o admittam, ou não, os educadores modernos – opina o dr. Owen – é a esposa quem põe em movimento a machina familiar (...) (*O Cruzeiro*, 03 de agosto de 1935, p. 59).

O Dr. Owen apresenta indicadores sobre como devem ser estruturados os colégios secundários femininos, a começar pela quantidade de alunas e a relação entre a

direção e o corpo docente. Na parte final do artigo, o professor recomenda que os rapazes especializem-se em economia e negócios, e as moças em economia doméstica, em classes separadas, e sugere que algumas disciplinas poderiam ser mistas, como a de apicultura, para que obtenham alternativas de subsistência conjunta. Ele conclui que, embora a sociedade moderna tenha colocado a mulher em lugares de destaque nas ciências e nas artes, as que tiverem maior conhecimento profissional serão as mais aptas para “lutar pela existência, sem jamais desfalecer”.

(...) A sociedade moderna collocou a mulher em lugares de destaque, nas sciencias e nas artes. Aquellas que possuem verdadeiro conhecimento da profissão, serão as mais aptas a enfrentar a luta pela existencia, sem jamais desfalecer. Dentro do complexo mecanismo social, saberá conquistar posição de realce e, quanto aos ideais conseguirá realiza-los á força de tenacidade e aptidão (...) (*O Cruzeiro*, 03 de agosto de 1935, p. 59).

A leitura histórica remete a um período em que a cultura dos Estados Unidos começa a aparecer de maneira mais expressiva nos periódicos brasileiros, incluindo *O Cruzeiro*. Além disso, alguns artigos eram traduzidos do inglês para o português, para que se tornassem acessíveis a todos os leitores. Tal informação justifica o fato de o texto de Madelin Bitzstein não estabelecer relações com a cultura e a realidade brasileira da época, mesmo havendo a possibilidade de fazê-lo. A educação da “mulher moderna” era uma expressão que ganhava forma no discurso, como se observa no artigo “O que nossas filhas não sabem”.

A voz do sujeito enunciador, na primeira parte do texto, está com Madelin Bitzstein, mas logo é transferida para Ralph Dornfield Owen, o professor que assume a enunciação discursiva para apresentar os resultados de seus estudos e o que avalia como o modelo adequado para a educação das mulheres. Pode-se dizer que, por se tratar de um pesquisador com vários livros publicados sobre o tema, o enunciador confere autoridade e experiência para falar do assunto com propriedade. Aos olhos do leitor, o professor de uma universidade americana teria competência e credibilidade para emitir sua opinião, representando, assim, um sujeito de valor, que deve ter sua posição considerada.

O discurso fundamenta-se em estatísticas da realidade educacional e cultural americana, diferente da brasileira. Os exemplos do cotidiano e os argumentos

apresentados pelo pesquisador visam destacar o papel social da mulher e como o ensino de Ciências Econômicas, com atenção à vida doméstica, seria útil para a formação feminina, a harmonização e o equilíbrio das famílias e, por conseguinte, da sociedade. Além disso, o texto defende a separação do conteúdo ministrado para homens e mulheres no que tange às questões econômicas. A formação prática e utilitarista, que visa garantir produtividade, economia e segurança financeira, é a priorizada e defendida no discurso global do texto.

A análise geral dos textos sobre a educação feminina publicados em *O Cruzeiro* aponta para um discurso voltado para o âmbito comportamental e de estilo de vida, o que inclui a beleza, a saúde e a boa forma física da mulher. A instrução formal, artística ou profissional é mencionada, mas como fator complementar, a considerar que o percurso natural da mulher seria o casamento e a maternidade. Os colégios católicos são apresentados como lugares adequados para a formação de meninas e moças, assim como a presença dos militares em ambientes educativos.

A cultura estrangeira, sobretudo a norte-americana e a europeia, é referenciada de diversas formas e, em alguns momentos, é comparada à brasileira. A presença dos Estados Unidos ganha espaço e torna-se presente na cobertura. Alguns aspectos da formação feminina são discutidos com maior destaque, o que inclui a educação física, a economia e a administração da casa e as artes, com atenção à música e à pintura. A instrução da mulher como justificativa para a futura formação dos filhos, a mãe educadora, também faz parte do discurso de *O Cruzeiro* no início da década de 1930. O feminismo aparece na cobertura, mas com foco no movimento em outros países.

6.2 *Jornal das Moças*

Os itens a seguir serão reservados aos estudos quantitativos e qualitativos do discurso do *Jornal das Moças* no recorte histórico compreendido entre 1933 e 1935. O periódico informativo feminino define-se como uma *Revista Semanal Ilustrada*. A capa ilustrativa está disponível para consulta no apêndice 1, e os textos completos, conforme a edição original, estão presentes no apêndice de número 7.

6.2.1 Análise quantitativa

No dia 6 de novembro de 2019 foi realizado o levantamento de dados do *Jornal das Moças*. O material foi selecionado por meio da plataforma de pesquisa da Hemeroteca Brasil e, ao todo, foram contabilizados 152 exemplares do impresso. A quantidade de edições da revista foi diferente em cada ano investigado, sendo 39 exemplares publicados em 1933, 62 em 1934 e, em 1935, o total foi de 52. Tal dado demonstra que havia uma variação na periodicidade do *Jornal das Moças*, entre semanal e quinzenal, durante o período. Depois de aplicar a metodologia de construção amostral, foram identificados dez textos sobre o tema educação da mulher. A seguir, a tabela 12, que sistematiza os dados qualitativos identificados na amostra:

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	6	60%
	Depois	4	40%
2. Seção/Editoria	Não especificada	10	100%
3. Autoria	Mulher	2	20%
	Homem	3	30%
	Não assinada	5	50%
4. Gênero	<i>Opinativos</i>		
	Artigo	4	40%
	Comentário	1	10%
	Crônica	1	10%
	<i>Literário</i>		
	Conto	1	10%
	<i>Anúncio</i>		
5. Imagem	Anúncios populares	3	30%
	Ilustração	2	20%
	Fotografia	4	40%
	Sem imagem	4	40%
6. Fontes e/ou protagonistas	Não especificada	10	100%
7. Cita leis	Não cita	10	100%
8. Ambiente educacional	Doméstico	2	20%
	Escola/Colégio	4	40%
	Não especificado	4	40%

9. Comparação e diferenças	Sim	4	40%
	Não	6	60%
10. Temática secundária	Colégio interno/convento	1	10%
	Curso técnico/profissionalizante	1	10%
	Feminismo e direitos	1	10%
	Ensino escolar primário/secundário	2	20%
	Situação em outros países	2	20%
	Estilo de vida e comportamento	3	30%
11. Tendência	Favorável	10	100%

Tabela 12. Dados quantitativos: *Jornal das Moças*.
Fonte: Elaboração própria.

O primeiro ponto observado na análise qualitativa tem relação com o volume de textos publicados durante os três anos. Constatou-se que, antes do marco legal, o *Jornal das Moças* tratou do tema educação da mulher em seis textos, 60% da amostra, e, após a legislação, em quatro, somando 40%. O dado revela que houve uma diminuição na cobertura do tema após o dia 16 de julho de 1934. Todavia, não se nota uma relação entre os dois fatores, pois a frequência do tema no impresso já era baixa ao se levar em conta que se trata de um periódico semanal direcionado ao público feminino. O volume de textos sobre o assunto demonstra que este não era tão valorizado pelo impresso. Vale ressaltar que o periódico era dirigido por homens, o que de certa maneira era um fator decisório de sua linha editorial, o que inclui a escolha dos temas.

O tópico analisado a seguir tem relação com o espaço que o tema educação da mulher ocupou nas edições do *Jornal das Moças*. Em todos os dez textos selecionados, 100%, não havia uma seção ou editoria específica para o tratamento do tema. O dado demonstra que o assunto era abordado de forma tangencial, dentro de temáticas mais amplas, sem uma categorização específica por parte da revista. O tema da educação feminina, embora fosse discutido, não recebia um destaque nas edições. É importante frisar que, quando um assunto é recorrente em um impresso, geralmente é criada uma seção, ou editoria, para que ele seja facilmente encontrado pelos leitores e, também, organize melhor a paginação.

Ao atentar à autoria dos textos, constatou-se que metade deles, 50%, não eram assinados. Em 20% dos textos da amostra, as mulheres eram autoras e, em 30%, os

autores eram do sexo masculino. Os números demonstram que revelar a autoria não era uma regra geral para o *Jornal das Moças* e que, mesmo o periódico sendo voltado aos interesses e assuntos femininos, o tema analisado contou com a voz de apenas duas mulheres, sendo um deles um conto e, o outro, um artigo sobre o feminismo e o desenvolvimento intelectual. Textos sem assinatura podem ter sido escritos por mulheres ou homens que não desejassem revelar suas identidades. Porém, não há evidências que confirmem tal afirmação. Como nos dias de hoje, a assinatura de um texto também depende da conveniência e de cada situação.

Quando se trata de gêneros textuais que o *Jornal das Moças* priorizou para falar do tema educação da mulher, tem-se 60% deles classificados como opinativos, sendo a maioria artigos, 40%, e os demais divididos entre o comentário e a crônica, com 10% das inserções para cada. O gênero literário aparece em um texto, 10%, um conto em que a educação feminina escolar é mencionada. As inserções categorizadas como anúncios somaram 30% da amostra, com a divulgação de colégios, livro didático de costura e o ensino de artes. Se os textos fossem categorizados como o são atualmente, poderiam ser chamados de “informes publicitários”, textos que se apropriam da linguagem jornalística, mas que tratam da divulgação de estabelecimento de ensino, na modalidade paga ou em permuta com o veículo de comunicação.

Ao folhear as edições do *Jornal das Moças*, é perceptível que o impresso zelava pela organização visual, o embelezamento das páginas e o acréscimo de imagens para complementar os textos e publicidade em geral. No caso da amostra analisada, 20% dos textos contêm ilustrações, 40% fotografias e 40% não contam com imagens. Os elementos gráficos e ícones com fins decorativos também eram explorados ao longo das publicações. Nas seções de moda havia croquis de vestidos e páginas com fotografias de meia página, bem estruturada e dividida entre colunas de texto, linhas, títulos com tipologias diversas, legendas, entre outros recursos de diagramação.

No quesito fontes de informação, o *Jornal das Moças* não fez referência a nenhuma específica na amostra analisada. As informações são apresentadas ao leitor sem explicitar de onde foram extraídas. Nos artigos, crônica e comentário, a opinião de quem escreve é a central, normalmente sem apresentar aspectos de oposição ao assunto discutido com referência. Considerando que o periódico é direcionado ao público

feminino, os assuntos tratados envolvem normalmente o ambiente social e cultural daquela época, com temas sobre casamento, família, comportamento e estilo de vida. Assim, a figura da “boa moça”, e o que está relacionado a esse modelo idealizado, pode ser simbolicamente definida como a protagonista do discurso.

Em termos quantitativos, em nenhum dos textos da amostra se tem a menção de leis educacionais, nem as mudanças desencadeadas depois do marco constitucional de 16 de julho de 1934. A questão foi inexistente na cobertura do *Jornal das Moças*, mesmo sendo importante e relevante para a realidade das mulheres naquele momento histórico. Embora o impresso fosse voltado para o público feminino, tratando eventualmente de assuntos relativos aos direitos e à igualdade, o tema não mereceu espaço na cobertura durante os três anos analisados.

Os ambientes educacionais mais citados pelo *Jornal das Moças* foram os formais, escolas e colégios, com 40% da amostra. O ensino doméstico esteve presente em 20% dos textos e, em 40% deles, o ambiente não foi mencionado. A educação feminina aparece de maneira geral e abrangente, sem se aprofundar ou detalhar como se daria a instrução dessas meninas e jovens. O ensino superior não obteve destaque na cobertura, sendo tratado de forma tangencial ou nula no período analisado. Quando se investiga em termos quantitativos o discurso do impresso, observa-se que em 40% dos textos é feita a comparação entre o ensino dado às mulheres e aos homens, o que indica a marca de uma educação diferenciada por gênero. Em 60% da amostra, tal comparação não é citada.

As temáticas secundárias foram diversificadas no periódico. Na amostra analisada, 30% dos textos trataram de estilo de vida e comportamento, uma das frentes editoriais do *Jornal das Moças*. Em segundo lugar, aparece a situação educacional da mulher em outros países e o ensino escolar primário e secundário, com 20% para cada temática. Os colégios internos, cursos técnicos e profissionalizantes, bem como feminismo e direitos, tiveram 10% para cada um dos temas secundários. O resultado demonstra que o tema da educação da mulher surgiu de modo diverso na cobertura, de maneira pontual, superficial e sem discussões aprofundadas sobre nenhum aspecto.

A leitura geral das edições indica que o *Jornal das Moças* priorizava em sua cobertura o que é conhecido como “coluna social”. As fotografias de bailes, festas e formaturas surgem como uma forma de mostrar quem esteve e onde foram os eventos, mas sem o apoio de um texto que trate da formação em si, com mais detalhes ou profundidade. Durante o período analisado, de 1933 a 1935, foram publicadas 30 colunas com fotografias de festividades educacionais com a presença feminina. Embora tenham sido referenciadas na conclusão da análise, elas não fizeram parte da amostra quantitativa por serem majoritariamente ensaios fotográficos e não textos com o apoio de fotografias.

No período analisado, houve também a presença de 10 fascículos com o objetivo de ensinar às leitoras algo de utilidade prática e educativa, como partituras para piano, acordes de violão, instruções para fazer peças de artesanato para decoração da casa, pontos de bordado, moldes de costura de conjuntos femininos, trajes para crianças, receitas diversas, entre outros. A ideia é que a moça pudesse aprender algo de útil sem precisar sair de casa. Por essa perspectiva, o *Jornal das Moças* seria um conselheiro do bom comportamento, do estilo de vida, mas também exercia um papel de educador de práticas em benefício da mulher, do lar e da família.

A tônica geral dos textos do *Jornal das Moças* apresenta o discurso de que a mulher instruída é a base para que se torne uma boa mãe, uma participante ativa na instrução dos filhos para, assim, torná-los cidadãos de bem. O periódico valoriza e exalta a mãe que instrui seus filhos moralmente, exercendo uma função útil em prol da sociedade. Alguns artigos narram como curiosidade a cultura feminina de outros países, como na Grécia Antiga e na Índia, mencionando as questões da instrução e das obrigações sociais daquelas mulheres. O autor apresenta tais culturas com distanciamento, deixando para a leitora tirar suas conclusões e estabelecer comparações com a própria realidade.

Os contos, comentários e crônicas relacionam à instrução feminina as virtudes, as qualidades intelectuais que auxiliam as moças na tarefa mais importante de suas vidas: a conquista de um bom marido. O *Jornal das Moças* apresenta em seu discurso os modelos a serem seguidos, seja moralmente, ou os atributos como a beleza, a fineza, a modéstia e os dotes artísticos. Os anúncios publicados no periódico relacionados à

educação são de escolas, colégios e cursos técnicos, com destaque para o Instituto Lafayette, que apresenta fotografias de mulheres nas salas de aula do estabelecimento.

Pode-se afirmar que, nos anos analisados, o *Jornal das Moças* era favorável à instrução feminina. O conteúdo relacionava a formação da mulher a uma necessidade, mas principalmente um diferencial para um bom casamento e uma família equilibrada. A educação é definida como uma utilidade, um complemento à beleza. A “boa moça” é também formada para bem instruir os filhos e garantir um matrimônio promissor para si e às futuras filhas. Mesmo o periódico tratando da educação formal, em ambiente escolar, a instrução abordada na revista passa pelo exercício prático, o de se munir de conhecimentos e ferramentas úteis para o dia a dia no lar, como receitas, enfeites, vestidos e música para alegrar o ambiente.

6.2.2 Análise qualitativa

No presente item serão desenvolvidas as análises qualitativas dos cinco textos mais representativos do *Jornal das Moças* sobre o tema educação da mulher. O primeiro deles foi publicado no dia 13 de julho de 1933 e tem como título “Às mães”, e contém uma ilustração ao centro de uma mãe com seu bebê no colo. O artigo não foi assinado e segue transcrito integralmente para a posterior análise hermenêutica:

As mães são, sem duvida alguma, a alma do filho. Se o espirito da mãe é calmo, tranquilo e alegre, certamente o espirito do filho será á sua semelhante. A mãe estudiosa, que ama os livros, que se illustra, dá ao mundo escriptores, oradores e sabios. A mãe ignorante não dará senão seres mediocres e parasitas da sociedade. É, pois, uma questão de consciencia essa de ser uma bôa mãe e de dar filhos dignos ao mundo. Não basta alimentar o filho, dando-lhe até o proprio sangue; é mister, também, alimentar-lhe a alma, desde o dia em que elle nasce com sãos e santos exemplos, ensinando-lhe a tirar sempre força da fraqueza, influindo directamente em seus gostos, destruindo as más inclinações, animando e engrandecendo as bôas. As mães são sempre responsaveis pelos filhos: se são bons, é a ellas a quem cabe o triumpho, e a culpa se são desviados e máos. Ao pae, por muito que ame a seus filhos, as leis da vida o privam, quasi por completo, do prazer de se occuparem directamente delles, por isso que os encargos mais pesados são os seus, na responsabilidade que lhe corresponde da moral, do sustente do bem estar de toda a familia, da luta, enfim, sem tregua, por vencer a vida, da pórfia da bemventuraça dos seus. A mãe deve adaptar a vida aos habitos da ordem e da disciplina, sem as quaes lhe seria impossivel levar a cabo uma obra de verdadeira educação. Esse ponto de vista deve ser o seu guia de cada dia. É de alta dignidade moral a mãe que prohibe a si propria os caprichos, os devaneios, as infidelidades e o mão humor. Ella precisa ser forte quando a

enfermidade caia sobre o filho, ella deve confortar o esposo nas horas difficeis. A mulher que ama sinceramente sua missão de mãe deve ter como diviza “a ordem”. A ordem e o methodo não demoram muito a dar frutos fecundos e proveitosos (*Jornal das Moças*, 13 de julho de 1933, p. 33).

O texto é conciso em sua ideia central ao declarar, logo na primeira frase, que “as mães são, sem dúvida alguma, a alma do filho”. A partir de tal trecho, o discurso encaminha-se para exemplos que confirmam tal hipótese e reforçam o pensamento de que a mãe seria a verdadeira responsável pela educação, caráter e humor dos seus descendentes. Por isso, deve cuidar da própria instrução, do bom ânimo e da disposição para cumprir seus deveres. O artigo deixa evidente que, se a mãe for estudiosa e tiver amor pelos livros, o filho poderá vir a ser um “escritor, orador ou sábio”. Por outro lado, a mãe ignorante entregará à sociedade “seres medíocres e parasitas”.

O discurso conduz para a compreensão de que não basta alimentar e cuidar da saúde da criança, seria essencial também lhe nutrir a alma e combater as más inclinações. Assim, a mãe seria sempre a responsável, seja o resultado bom ou mau. O texto afirma que, pelas leis que a vida lhe impõe, o pai seria privado do convívio e do papel educativo, então caberia à mãe tal dever. Em função disso, a mulher deveria abrir mão de seus caprichos, devaneios e do mau humor para dedicar-se com a mais “alta dignidade moral” à missão de mãe que lhe foi conferida.

O artigo encerra-se com o dizer que “a mulher que ama sinceramente sua missão de mãe deve ter como divisa a ordem”. Ademais, ser forte para enfrentar as enfermidades do filho e confortar o esposo nas horas difíceis, finalizando que tal método não demorará a dar “frutos fecundos e proveitosos”. Em síntese, o texto é um chamamento às mães para que elas se preparem e se responsabilizem pela educação e formação do caráter do filho. Para isso, é necessário que se tornem uma influência e uma referência à altura de tal função.

A leitura histórica retoma a visão da instrução feminina como um meio eficiente para formar os futuros cidadãos. O texto também salienta que a mulher que é mãe não deve ceder aos caprichos e aos devaneios, mas sim manter a atitude e bom ânimo para cumprir sua tarefa em prol da coletividade. Em nenhum momento a

educação feminina é apresentada como uma maneira de elevar os conhecimentos da mulher enquanto um ser que pode ampliar sua visão de mundo, mas sim para que exerça o papel de mediadora do processo de construção de filhos instruídos e de bom caráter.

Nesse contexto, o papel da educação feminina é ser exemplo para os filhos, é ser meio e não fim para a participação da mulher na cena política, científica ou acadêmica. O discurso do texto tem como objetivo demonstrar que a mãe instruída e que bem educa os filhos seria uma peça-chave para um projeto mais nobre, praticamente missionário, do que o deleite do aprendizado, da leitura, do conhecimento e dos títulos acadêmicos em favor de si mesma. Além disso, a mulher deve também ser o apoio do marido nas dificuldades, que enquanto pai, não teria tal responsabilidade por estar submetido às circunstâncias da vida que o impedem de ser presente como a mãe.

O enunciador é um sujeito que faz uso do discurso autoritário, por determinar o que devem fazer as mães de uma maneira impositiva, sem abrir espaço para outras possibilidades ou escolhas. Por outro lado, o texto restringe-se à opinião do enunciador, que deixa claro que a função primordial da mulher na sociedade é ser mãe e educar bem os filhos. O discurso é dedicado às mães, que pretende aconselhá-las para o caminho ideal, aquele que dará bons frutos no futuro. Em alguns trechos, a linguagem mostra-se singela e até romântica quando se dirige às mães e à missão que lhes é conferida.

O enunciador não indica o que a mulher, ao ser mãe, precisa estudar e aprender para transmitir ao filho e torná-lo, assim, uma pessoa bem formada no futuro. Da mesma forma, como deve fazê-lo para cumprir tal objetivo plenamente. Em suma, a mãe deve ser exemplo e tem como responsabilidade conduzir os filhos, tornar-se um exemplo e estar consciente da sua importância e impactos que pode causar nos descendentes e, por conseguinte, na sociedade. Vale salientar que um discurso instrutivo como o presente no texto *Às mães* pode ser interpretado pelo interlocutor de diferentes maneiras, a depender do gênero, da idade e da experiência de vida de cada pessoa.

O segundo texto do *Jornal das Moças* que passará pela análise foi publicado no dia 23 de novembro de 1933. O conteúdo sobre a educação feminina pode ser classificado como um anúncio publicitário e é intitulado “Um belo presente para uma

moça”. A seguir o texto na íntegra, que aparece na versão original impressa com a ilustração de um livro e uma seta apontando para o exemplar:

Todas as moças têm direito de receber um presente de Natal. E não há mal nenhum em lembrar às pessoas incumbidas de comprar o presente que “A Arte do Corte pelo Systema Rectangular”, por Malvina Kahane, que é um curso completo para o auto-ensino da arte do corte pelo systema rectangular, é um presente ambicionado por milhares de moças em todo o Brasil. É um presente que dura toda a vida e que beneficia toda a família. E para a moça que o recebe pode ser o início de sua independência, pois muitas moças que já compraram este livro e que por elle conquistaram o seu diploma são hoje modistas de renome. E mesmo que não seja para seguir o officio de modista, os homens preferem casar com uma moça que entenda alguma coisa de corte e costura. E não há livro melhor para ministrar estes conhecimentos do que a famosa obra de Malvina Kahano. As moças do interior que comprarem esta obra poderão tirar o diploma pela “Academia de Corte e Costura de Malvina Kahano”, do Rio de Janeiro, sem que venham pessoalmente á Capital. O livro também póde ser adquirido em prestações mensaes. Centenas de moças já o possuem e estão satisfeitissimas, conforme mostram os innumeros attestados recebidos. Peçam hoje mesmo o folheto ilustrado com todos os detalhes sobre esta famosa obra ao distribuidor geral: P. Schmitz, Rua Gen. Camara, 113-B, sob, Rio de Janeiro. Recorte e guarde este annuncio! (*Jornal das Moças*, 23 de novembro de 1933, p. 21).

O discurso do anúncio é claro e objetivo ao apresentar uma oportunidade que possa interessar às leitoras. Trata-se da divulgação de um livro chamado *A Arte do Corte pelo Systema Rectangular*, de autoria de Malvina Kahane. O texto afirma que o livro é o “presente ideal para as moças no Natal”, pois, de posse dele, poderá estudar sozinha e ter a independência financeira após “tirar o diploma” de modista. O texto ressalta as vantagens de saber costurar, que além de ser um conhecimento que irá beneficiar toda a família, “os homens preferem casar com uma moça que entenda alguma coisa de corte e costura”, como destaca o texto.

O texto apresenta as vantagens de adquirir o livro de Malvina Kahane e de aprender o conhecimento técnico que ele possibilita por meio do “auto-ensino”. Há também a facilidade para comprar, em prestações mensais, e a garantia de as moças que moram no interior também obterem o diploma sem precisarem se deslocar até o Rio de Janeiro. Ao final, o anúncio revela que centenas de moças estão “satisfeitissimas” com o livro, argumento apresentado com base nos “atestados recebidos”, ou seja, a opinião das

próprias compradoras. A última frase traz os dados do distribuidor geral para aquisição do produto e pede à pessoa que lê, que recorte e guarde o anúncio.

A leitura arqueológica é bastante interessante por mostrar as possibilidades de formação profissional das mulheres da época. Por meio da aquisição de um livro era possível aprender um ofício, colocar em prática e depois comercializar as peças produzidas a partir do conhecimento técnico adquirido. Tal opção beneficiaria as moças que moravam no interior do Brasil, onde não havia tanta oferta de cursos profissionalizantes. A garantia de um diploma e a facilidade de pagamento são alguns dos argumentos para aumentar o interesse pelo produto e facilitar a compra.

Outro aspecto histórico e cultural evidenciado no texto é de que a costura seria um conhecimento útil, que não só beneficiaria toda a família da moça, mas também seria um diferencial para conquistar um marido. Conforme o anúncio, seria uma preferência dos homens se casarem com uma jovem que soubesse costurar. Logo, é destaque a importância do matrimônio e das habilidades que uma mulher deveria reunir para conseguir subir ao altar. O argumento é usado para impulsionar o desejo e a venda do livro, assim como o da independência financeira, um contraponto para tocar as moças em seus diferentes anseios.

A leitura enunciativa diante de textos de teor publicitário é, em geral, autoritária. Por meio de argumentos que visam convencer o interlocutor a comprar o produto, no caso um livro de corte e costura, o enunciador evidencia as vantagens, tornando aquilo que até então era um objeto desconhecido, um objeto de valor e de desejo. A leitora se vê confrontada com as possibilidades de se tornar uma modista com independência financeira, mas também uma benfeitora da família ou uma noiva interessante aos olhos dos homens. A frase que se refere à preferência masculina aparece no original em negrito, conferindo maior destaque ao argumento.

Vale destacar que na primeira frase do texto, o enunciador não se dirige à moça que pode se tornar uma estudante de costura, mas sim àquela pessoa que pode presentear alguém com o livro. O Natal seria uma data comemorativa apropriada, ou um pretexto, para ofertar a obra a uma jovem que desejasse se tornar uma modista diplomada para ter seu próprio dinheiro ou costurar para os próprios familiares. Outro

aspecto que cabe observar é que, conforme o texto, o livro e o ofício eram direcionados exclusivamente às mulheres. Nota-se uma diferença entre a modista e o alfaiate, cada um deles preparados e com habilidades específicas para atender os clientes de acordo com o gênero, um aspecto puramente cultural.

A leitura argumentativa é bastante evidente em textos publicitários, especialmente por deixarem explícitas as vantagens que serão obtidas a partir da compra de um determinado produto. No caso do livro, os benefícios serão materiais, como o próprio diploma profissional, e ainda os subjetivos, que funcionam como uma visão de futuro. A leitora pode enxergar-se como uma modista independente, uma moça que veste bem a família, ou a mulher que conquistou um marido por seu diferencial em corte e costura.

Algumas frases destacam-se com a função de convencer o interlocutor a adquirir o livro, como se tratar de “um presente ambicionado por milhares de moças em todo o Brasil”, “que beneficia toda a família”, “muitas que compraram hoje são modistas de renome”, “pode ser o início de sua independência” e “centenas de moças já o possuem e estão satisfeitíssimas”. Afirmar que o livro de autoria de Malvina Kahano é famoso também visa valorizá-lo para influenciar o interesse e tudo que ele pode proporcionar de benefício a uma jovem. A facilidade de pagamento é o elemento que confronta os que pensam não ter condições de comprá-lo.

Ao dizer “peça hoje mesmo”, o fator urgência é acionado para o leitor. Como complemento, o pedido para guardar o anúncio e as informações sobre onde encontra o distribuidor do livro mostra a facilidade de conquistar tudo que o livro promete para as jovens leitoras. A educação feminina é valorizada no discurso ao indicar que, por meio do estudo, é possível conseguir o que se almeja, desde o conhecimento, até a independência financeira, ou uma qualificação que a conduza ao interesse de um homem para o matrimônio.

O texto intitulado “Astúcia feminina” é o terceiro analisado do periódico feminino *Jornal das Moças*. Publicado no dia 5 de abril de 1934, é de autoria de Wladimir Pinto e classifica-se como uma crônica com características mais literárias do que jornalísticas.

As irmãs de afamado collegio de meninas, numa cidade mineira, tinham o costume de collocar no pescoço da alumna uma medalha com a effigie de São Luiz Gonzaga, presa a uma corrente prateada. Constituia desagradavel humilhação ella lhe ser tirada, facto grave que denotava máo comportamento e applicação. Por isto se esforçava em poupar-se ao aviltante castigo. Um bello dia porém, as irmãs passaram por enorme surpresa, encontrando, na inspecção e limpeza habituaes nos dormitorios e rouparias, dezenas e mais dezenas de S. Luiz Gonzaga espalhados pelo chão. Intrigadas com o caso, abriram rigoroso inquerito afim de apurar a causa da contagiosa repulsa ao vitorioso santo, o que conseguiram após innumeros interrogatorios e syndicancias. Carmen, formosa e trefega morena de seus 16 annos, recentemente internada no collégio por peraltices e namoros adeantadissimos com um almofadinha, cujo juizo se media pela bitola do seu, disséra ás amiguinhas ser S. Luiz Gonzaga inimigo de casorios, e os que traziam a sua effigie ficavam sem se casar a vida inteira. Semelhante revelação, como é facil imaginar produziu dolorosa impressão naquellas cabecinhas de vento. Espalhou-se, dentro em pouco, a novidade no meio das duzentas alumnas, alvoroçando-as, provocando os seus velados protestos contra á imposição do uso da medalha. O segredo de Carmen introduziu o germen da indisciplina no outróra pacato internato. As educandas procediam mal, não estudavam as lições só para perderem o direito de conservar no pescoço e distinctivo honroso das boas acções. As mestras, para reconduzir ao aprisco o rebanho extraviado pela má ovelha, não tivera remedio senão relaxar esse uso obrigatorio. Deste modo, esconjurando-o, receiosas de sua influencia malefica desvencilharam-se delle as ardentes devotas do sympathico e querido Santo Antonio, o grande camarada da gente casamenteira (*Jornal das Moças*, 05 de abril de 1934, p. 37).

A crônica conta uma história que teria se passado em um conceituado internato de uma cidade de Minas Gerais. As freiras tinham o costume de conceder às alunas uma medalhinha de São Luiz Gonzaga presa a uma corrente de prata. Aquelas que cometiam algum ato de indisciplina ou mau comportamento sofriam a humilhação de perdê-la, como um castigo. Porém, após o rumor difundido por uma aluna, de que o referido santo seria inimigo de casórios, e que os que traziam a sua imagem ficavam sem se casar pela vida inteira, levou a uma crise no colégio.

As alunas passaram a rejeitar a medalhinha, que era encontrada em dormitórios, rouparias e até mesmo espalhadas pelo chão. Após uma investigação, descobriu-se o que motivou a atitude das meninas, chamadas pelo autor do texto de “cabecinhas de vento”. Elas não queriam mais a imposição da medalha e, a partir de então, começaram a se comportar mal, não estudavam as lições, apenas para perderem o direito de usar o objeto meritoso. No final da história, as mestras aceitaram o pedido das alunas para não perderem o “rebanho extraviado pela má ovelha”.

A crônica evidencia uma história que teria se passado em um colégio interno, ou seja, um lugar onde o aprendizado é o maior objetivo. Todavia, por causa de uma norma imposta pelas freiras, o uso da medalha de um santo, e o boato de que ele seria o responsável por prejudicar os casamentos, as alunas preferiram deixar de lado o bom comportamento e a dedicação aos estudos para não correrem o risco de ficarem solteiras para sempre. Logo, o casamento seria considerado mais importante que o desenvolvimento educacional para a maioria daquelas estudantes.

Ao ler o texto pelo viés histórico, é possível relacionar a história aos eventos que poderiam acontecer em colégios internos de freiras. É possível interpretar que a utilização de acessórios, como medalhinhas, seria uma prática disciplinar e pedagógica que poderia causar alguns problemas. Objetos e imagens são carregados de diversos simbolismos, especialmente em ambientes religiosos. Conforme a crônica, a medalha, antes desejada, passou a ser rejeitada, em função da atribuição de um novo significado ao acessório.

A crença em amuletos, objetos mágicos e amaldiçoados faz parte da cultura popular de vários povos e religiões. A situação vivenciada no colégio seria perfeitamente possível de acontecer em um internato católico brasileiro, o que confere ao texto a dúvida se a história seria real ou apenas ficção. Não se sabe também a data em que a crônica foi escrita, nem a que período histórico se refere, somente o dia da sua publicação. Tais elementos tornam o texto curioso e interessante para o leitor, que pode até mesmo considerá-lo espírituoso pela crise instaurada no colégio e motivações das estudantes.

A valorização e a importância do matrimônio para as moças da década de 1930 também aparecem no texto “Astúcia feminina”. Mesmo que a história contada pela crônica tenha como cenário um colégio e as práticas disciplinares das freiras, o tema central do discurso é o casamento e a sua relação com os santos e símbolos católicos. O texto também traz à tona a fé e as crenças individuais, bem como o que pode causar o fluxo de informação mal conduzido em um ambiente escolar.

O sujeito enunciativo é um contador de histórias. Ele utiliza-se de artifícios literários para atrair a atenção do interlocutor para a narrativa. Ao longo da leitura, a

curiosidade para o desfecho da história é o que permite ao leitor criar expectativas e tirar conclusões sobre as atitudes das personagens e o conflito criado entre freiras, alunas e, principalmente, Carmen, a estudante responsável pela ressignificação da imagem de São Luiz Gonzaga figurada na medalhinha do colégio. A aluna foi considerada na história como a causadora do problema, pois “introduziu o germen da indisciplina no outróra pacato internato”.

Em resumo, o texto faz uso da linguagem lúdica, que visa transmitir valores por meio de uma narrativa peculiar. Ao revelar uma situação que aconteceu em um ambiente fechado, um colégio interno, ao qual raramente se pode ter acesso e envolvimento em mistério, a história torna-se mais atraente aos olhos dos leitores. O desfecho, a resolução do problema e o apontamento da causa e responsável trazem alívio ao leitor, que pode interpretar a história das mais variadas formas, a depender de suas expectativas e sistema de crenças em que está inserido.

O artigo “O feminismo”, de autoria de Haelci Pereira, foi publicado em 12 de julho de 1934. O texto traça uma trajetória da mulher em vários lugares e momentos históricos, citando alegorias como a de Eva e a realidade vivida na Grécia, em Roma, na China e no período do Renascimento. O texto traz como exemplo algumas situações históricas de opressão às mulheres, como a prostituição e a escravidão. Na segunda parte, o texto conceitua o verdadeiro feminismo, que não é como muitos acreditam, mas sim se refere às iguais condições de desenvolvimento social e intelectual. O artigo menciona lideranças femininas, como rainhas europeias. No final, exalta o feminismo e convoca a leitora para integrar o movimento em prol do futuro glorioso do Brasil.

(...) Acompanhemos, de relance, a mulher na historia. Diz a Biblia ter sido Eva formada, por Deus, de uma costella de Adão, e, devido á sua desobediencia, condemnada a obedecer ao homem e ser sua companheira e serva. Começa ahi sua triste odysséa. O tempo evolue; do rude instrumento de pedra lascada, passa o homem da caverna a fixar seu “habitat”; aperfeiçoa-se o material e, nos clans humanos, a mulher procrea e serve ao homem. Grecia illustre! Athenas. Bacchantes infernaes. Roma heroica! Offendem Lucrecia, illustre matrona romana. Sobre seu cadaver sangrante, termina-se uma dynastia, muda-se a forma de governo de um povo e a republica impera em Roma. Cornelia, a mãe dos Gracchos, mostrando a suas amigas seus filhos, as mais bellas joias de seus ricos adereços. Continúa a mulher na escravidão não sae de casa: a roca, o fuso, servem-lhe de companhia. Mahomet, com suas leis, Impéra no Oriente. Trinta, quarenta mulheres para um homem, ou melhor, um homem para quarenta mulheres. Pesados véos, técnicas compridas e ferozes eunuchos para uardal-as, no curto percurso da casa do marido á do pae. China! donzellas compradas a miseravel preço

esperam a puberdade para se entregarem a maridos ferozes e bestiaes (...) (*Jornal das Moças*, 12 de julho de 1934, p. 30.)

O texto encaminha-se para romper com a ideia de que o feminismo seria uma imitação do que, segundo a autora, os homens teriam de negativo, como o uso de um traje único, a bebida, o cigarro e as leituras indecentes, uma influência dos filmes americanos. Tal pensamento seria uma deturpação, visto que o feminismo verdadeiro seria “igualar a mulher ao homem em nível intelectual e fazer desaparecer o pensamento errôneo da sua incapacidade”. No que tange à educação feminina, o discurso faz referência à entrada das mulheres nas universidades e no mundo da ciência, convidando a todas para fortalecerem o espírito com leituras sadias que as preparem para a vida.

(...) Fala-se em Feminismo, grande surto intellectual. Mas é logo deturpado: soffre a acção dos “films” americanos. É um feminismo masculinizado: traje único, “cigarretes”, “wisky”, leituras indecentes. O verdadeiro Feminismo não é este: é collocar a mulher no mesmo nivel social que o homem, e não imital-o no que tem de ruim. É egualar a mulher ao homem no nivel intellectual e fazer desapparecer a erronea supposição de sua incapacidade. Ennobrecel-a, digniffical-a, fazer della sua companheira e collaboradora. Dar á mulher direitos de lutar pela vida e não curvar a cabeça ao inflexivel destino. Arrancal-a á prostituição a que, muitas vezes, é levada pela necessidade. É este o caminho a seguir. Comecemos o Feminismo em nosso lar. Cohabitem nelle a sciencia e o direito. Faça-se sentir sua influencia benefica na educação de nossos filhos (...) (*Jornal das Moças*, 12 de julho de 1934, p. 30.)

O olhar arqueológico para o discurso rememora os tempos antigos e como as mulheres o atravessaram, enfrentando dificuldades e conquistando vitórias, com destaque à igualdade em termos intelectuais, em destaque no texto. A discussão dos múltiplos conceitos que rondam o feminismo também demonstra que o debate na década de 1930 já se mostrava presente na sociedade daquela época. O texto também demonstra que havia uma consciência histórica da autora sobre a mulher no passado, no presente e a visão de futuro do Brasil, com referência temporal em que o artigo foi escrito.

Sabe-se que o movimento feminista no mundo foi marcado por ondas, a considerar os direitos mais urgentes em cada período histórico e realidade de cada sociedade. O discurso, além de apresentar a abordagem que considerava equivocada

sobre o feminismo, elucida qual seria a “verdadeira luta”, ressaltando o desenvolvimento intelectual e a valorização da capacidade das mulheres em qualquer área do saber. O discurso encerra-se com um chamamento feminista, que clama por boa leitura, saúde e preparo das mulheres para a glória do país, discurso em consonância com o período histórico em que estava o Brasil.

(...) Somos todos eguaes; não há distincção de sexo. O parlamento inglez abre-nos as portas: penetramos no Reich allemão. Nova era se inicia para a mulher. Penetramos nas Universidades! A sciencia também a nós interessa. Chegam até nós rumores deste movimento nobre (...) (*Jornal das Moças*, 12 de julho de 1934, p. 30.)

A leitura enunciativa revela um discurso representado pela voz feminina da própria autora, que se inclui como participante ativa no processo de emancipação. A enunciadora demonstra conhecimento sobre a história das mulheres, o que lhe confere propriedade e credibilidade frente ao interlocutor. Por meio de um discurso que causa empatia nas leitoras, por trazer à luz as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no decorrer da história, a enunciadora captura a atenção e conduz para a mudança de paradigma em relação ao pensamento feminista e, em um segundo momento, convida para que façam parte do movimento.

(...) Afastemol-os dos maos caminhos, fortificando-lhes o espirito com leituras sadias e preparando-os para a vida. E nós, caras patricias, sejamos as baluartes do Feminismo no que tem de justo, e sadio, preparando ao Brasil um porvir glorioso (*Jornal das Moças*, 12 de julho de 1934, p. 30.)

A enunciadora emite sua opinião e posicionamento diante do feminismo e o que a motiva a defender a causa. O desenvolvimento intelectual das mulheres aparece como o fator de maior importância, logo após o enfrentamento à servidão e a exploração vivenciada em várias partes do mundo e da história. O discurso da igualdade de oportunidades é o norteador do texto, que legitima a necessidade de provar que mulheres e homens têm igual capacidade de intelectual, e que rainhas, líderes e cientistas demonstraram que tal argumento é verdadeiro.

(...) Grandes transformações. Tudo é novo: sentimentos, artes, literatura. A imprensa dispersa o saber; a bussola amplia o conhecimento das terras e com estas maravilhosas descobertas o Renascimento traz ao mundo o culto da

mulher, sua quase divinização. É a época dos cavalleiros se baterem por ellas. São o premio dos torneios, as inspiradoras do poeta: Laura de Petrarca, Beatriz de Dante. Monarchias hereditarias; mulheres no throno: Cristina de Suecia, a rainha Victoria, exemplos de capacidade dirigente da mulher (...)Estamos em plena Revolução franceza. A guilhotina funciona: não ha distincção de idade, nem de sexo. Maria Antonietta, Mme. Roland, freiras, jovens e senhoras são sacrificadas á liberdade. Passa-se o Terror; vem a Convenção, o Consulado, o Imperio, e, ao lado de Napoleão, o maior genio militar dos tempos modernos, está Josephina de Beauharnais, mulher frivola, mas intelligente. Compartilha com elle do governo do mundo. Seu principal defeito foi não dar filhos a Napoleão. A sciencia avança. Novas descobertas, em todos os campos da actividade humana. Pasteur, Edison, Marconi, Ford: a mulher tem delles noticia, não lhes interessam, a preguiça intellectual é sua eterna companheira, e junto a ella, o preconceito social de que nasceu para criar filhos. (*Jornal das Moças*, 12 de julho de 1934, p. 30.)

Mesmo que o texto ocupe a maior parte da narrativa voltada para contar o percurso pelo qual passaram as mulheres historicamente, há trechos que são marcados pela valorização do ensino e da ascensão feminina em termos intelectuais e científicos. Há uma crítica ao cinema americano por disseminar ideias errôneas sobre o comportamento e hábitos das feministas, algo que é descrito como a masculinização das mulheres, e não a defesa da igualdade de direitos, o que, segundo o texto, seria o verdadeiro lema do movimento. A autora também menciona que a educação seria uma influência benéfica para os filhos, um fator que marca o discurso da época.

O quinto e último texto analisado do *Jornal das Moças* é de autoria de Henri de Lauteuil e foi publicado no dia 21 de dezembro de 1933, com o título “A mulher grega”. O artigo será transcrito conforme é analisado, e a versão integral encontra-se no apêndice 7.

O artigo trata da cultura grega e o modo como era a vida e a educação das mulheres em Atenas. O texto aborda também o comportamento, as ocupações e hábitos sociais, afirmando que apenas os homens eram detentores das ciências, das artes, das letras, e à mulher eram reservados outros afazeres e obrigações. Na segunda parte, o autor destaca que as conquistas feministas levaram a mulher ao culto da inteligência no século XX. O texto diz que as atenienses permaneciam em estado de isolamento e ignorância, impossibilitando a elas qualquer instrução. Por essa razão, não haveria na história grega o relato de mulheres célebres.

As numerosas funções publicas existentes na Grecia occupavam um elevado numero de athenienses. A mulher nunca se envolvia nos negocios e vivia recolhida ao lar a cuidar de affazeres caseiros. O homem tratava dos negocios e passava a quase totalidade do tempo na rua, nos tribunaes, nos gymnasios ou nos mercados. Era por effeitos de lei que tinha mulher e filhos; a religião assim o mandava. Como os athenienses não pudessem praticamente viver em familia, nenhuma interferencia tinham na educação dos seus filhos e competia exclusivamente tal obrigação. A moça grande, educada perto de sua mãe, nada aprendia nem podia aprender. O seu maior trabalho era obedecer. Assim julgavam conveniente. Com a idade de quinze annos casava, de accordo com as ordens paternaes. O marido era escolhido habitualmente nas familias amigas e, qualquer que fosse a sua idade, sempre era um “cidadão” atheniense. Não sendo consultada previamente, a noiva chegava a não conhecer o seu noivo sinão por occasião das nupcias. Esta praxe, aliás, é ainda sob certo ponto de vista em uso na época presente em algumas familias. Houve de certo algumas excepções, como, por exemplo, o caso daquelle grego citado por Herodotes que permittiu ás suas filhas escolher um noivo aonde bem entendessem; e casou todas ellas dando-lhes um rico dote. A mulher grega tinha, pois, uma vida toda recolhida em seu lar; em cada casa existia um appartamento reservado, denominado o “gynecio” rigorosamente destinado á moradia da mulher e cuja entrada era somente permittida aos parentes mais proximos. A dona da casa ahi permanecia com suas criadas e suas escravas, ordenando e vigiando a todas. As occupaões principaes, além dos habituaes cuidados domesticos, eram a tecelagem das fazendas e a costura das vestimentas. A vida corria monotona e productiva. A não ser para assistir ás festas religiosas, a mulher não se mostrava com o seu esposo, e sendo elle só o detentor da sciencia, das letras ou das artes, não tinha oportunidade de aprender cousa alguma. Os seus affazeres eram outros. Milière, na comedia “Les Femmes Savantes”, disse que uma mulher sabe bastante quando consegue distinguir um paletot de uma calça. O personagem a quem empresta estas palavras; e um marido pratico e ignorante, que luta na sua casa contra mulher e filhas, tres pedantes e ridiculas. Taes creaturas não teriam sido desclassificadas em Athenas; ellas teriam sido impossiveis de encontrar (...) (*Jornal das Moças*, 21 de dezembro de 1933, p. 13).

A leitura arqueológica abarca um período importante e relevante da história da humanidade, a Grécia Antiga. O autor traça um panorama sobre a civilização grega e detalha alguns aspectos da vida feminina daquela época, fazendo em seguida uma comparação com o período em que foi redigido o artigo, nos anos de 1930. O texto do *Jornal das Moças* revela o olhar de uma cultura antiga e a comparação estabelecida à luz das conquistas feministas, especialmente as questões relativas à educação, o acesso às artes, à literatura e às ciências em geral. O autor chama de conquistas das mulheres e considera que o século XX foi marcado pelo culto à intelectualidade feminina.

O panorama histórico tem como função a leitura comparativa do leitor, que irá considerar o momento em que vivia como avançado e desenvolvido em relação a um período antigo da humanidade. O elemento comparador gera a sensação de avanço e de

que as conquistas foram de fato grandiosas ao se lançar o olhar ao passado remoto de uma cultura diferente da brasileira. O enunciador visa mostrar ao interlocutor a importância da educação das mulheres e o poder de uma conquista com o passar dos séculos. Em virtude da comparação estabelecida com o passado, o discurso pode dar a entender que a mulher já havia avançado o suficiente.

As chamadas conquistas do feminismo fizeram da mulher, após centenas de annos, o ente culto e intelligente do seculo XX. Não é mais como em Athenas a mulher “por lei”; é a companheira do homem, companheira intellectual e pelo menos companheira do coração. Por essas razões todas, na historia da Antiguidade, não há signal de mulheres celebres. Occuparam um logar tão apagado e tão anonymo que não foi permittido a nenhuma se notabilizar e deixar um nome á posteridade. Algumas damas pretenderam ser emulas de Sapho e Aspasia, escrevendo poemas e outras composições floridas; mas não conseguiram celebrar-se e pertencem hoje ao rôl das inumeras preciosas anonymas. Esposas e mães modelares, as athenienses conquistaram este titulo por merecimento, apezar do luxo desenfreado e refinado que lhes foi peculiar – traço commum na vida privada da mulher em toda a Antiguidade (*Jornal das Moças*, 21 de dezembro de 1933, p. 13).

O discurso utiliza-se do argumento que foi em razão do movimento feminista que as mulheres conseguiram a igualdade em termos educacionais. Há também a justificativa de que, se não havia o registro de produções intelectuais femininas na Grécia Antiga, teria sido por causa do impedimento cultural e social da época. O enunciador tem como objetivo exaltar as conquistas femininas em termos educacionais e, para isso, mostra como houve uma evolução se tal realidade fosse comparada a um passado remoto na história. De forma geral, o discurso mostra-se favorável à educação feminina.

6.3 Revista *O Cruzeiro* e *Jornal das Moças*: aspectos comparativos

Na comparação em termos qualitativos, é interessante notar que, embora *O Cruzeiro* seja de informação geral, e o *Jornal das Moças* seja voltado para o público feminino, ambas seguem uma linha editorial semelhante. Alguns temas e posicionamentos sobre a educação da mulher tendem a se alinhar em certos aspectos. Um deles é o que defende que as mães devem se instruir para que possam educar seus filhos para a sociedade, ou seja, formar bons cidadãos. Outra abordagem identificada é

comparar o passado ou a realidade educacional de outros países como argumento para demonstrar avanços.

A influência crescente do cinema norte-americano aparece em ambas as coberturas, por vezes como positiva, em outras de modo prejudicial para as brasileiras. O feminismo também esteve presente nos dois periódicos, e que buscam definir o que seria verdadeiramente o movimento e se as lutas são legítimas no contexto da época. A instrução das mulheres, a formação profissional e a independência financeira aparecem de maneira relacionada ao feminismo.

O sonho do matrimônio é ressaltado nos dois periódicos. Associado à conquista de um marido, a manutenção do casamento e o cuidado da família aparecem em vários textos. A educação é compreendida como importante, mas não essencial para o futuro de uma mulher. Antes de tudo, casar, ter filhos e cuidar da casa seria a jornada esperada e a garantia de um destino promissor e feliz. Em alguns momentos, a formação feminina surge como acessória e utilitária, principalmente para aprender algo que seja útil no ambiente doméstico ou para atrair um marido.

Nos dois periódicos, a beleza feminina é o ponto alto da cobertura, tornando a instrução um fator secundário ou substituto para aquelas que não tiveram a graça de nascerem belas. A formação superior é pouco explorada nos impressos, tendo mais espaço no *Jornal das Moças* do que na revista *O Cruzeiro* em termos qualitativos. A figura da mãe é glorificada, assim como os símbolos católicos, que aparecem na cobertura de ambos e relacionados à educação de meninas e jovens, seja em internatos seja em colégios tradicionais.

A preparação para o futuro promissor do Brasil é uma frase que surge na cobertura, principalmente no final de artigos. O momento político fomentado na Era Vargas possivelmente influenciava o espírito brasileiro para que o país estivesse pronto para um porvir de glórias, um destino natural do povo. A boa mãe, educadora dos filhos, disposta no cuidado do lar e da família, destaca-se como o modelo feminino ideal, sem descuidar da beleza e da forma física saudável. A mulher deveria se instruir de diversas formas para encaminhar os filhos para o futuro da nação. O compromisso de servir a família e a coletividade seria recompensado de alguma maneira no futuro.

O marco legal do período pesquisado, a primeira menção constitucional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), não aparece quando se trata da educação dada às mulheres. Não houve referência sobre as mudanças na legislação e seus impactos na vida da população brasileira. Em termos de gêneros textuais, o artigo é o mais frequente na cobertura, assim como a assinatura de redatores do sexo masculino ou a supressão de autoria. As imagens aparecem em ambos os periódicos, com destaque para ilustrações contextualizadas no *Jornal das Moças* e fotografias bem produzidas em *O Cruzeiro*.

A discussão envolvendo a educação da mulher tem mais aderência em textos que tratam de comportamento e estilo de vida, com espaço também quando há referência direta ao movimento feminista. O ensino superior não tem tanto destaque como os cursos profissionalizantes e o ensino secundário. Talvez, por se tratar de um direito garantido, o tema não seja tão relevante como em períodos analisados anteriormente. As fontes de informação estão presentes em ambas as coberturas, mas de forma inexpressiva, a considerar que a maioria dos textos enquadra-se em gêneros opinativos e não informativos.

De forma geral, *O Cruzeiro* e o *Jornal das Moças* difundem um discurso favorável à educação feminina. Todavia, o assunto ainda é secundário ao se considerar que os cuidados com a beleza e a conquista de um marido para a constituição de uma família ainda seja o mais evidenciado em textos que envolvam a formação e instrução feminina. A educação é apresentada como um caminho, uma ferramenta útil para a mulher, mas não um objetivo, uma conquista para o intelecto feminino. A instrução da mãe educadora é, ainda, o discurso hegemônico dos impressos analisados entre os anos de 1933 e 1935.

CAPÍTULO VII – ANÁLISE DO DISCURSO: REVISTA O CRUZEIRO E JORNAL DAS MOÇAS (1961)

No *Capítulo VII* será apresentado um panorama histórico do Brasil no quarto período investigativo, os três primeiros anos da década de 1960. O marco legal compreende a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com data de 20 de dezembro de 1961. Os dois periódicos semanais estudados nesta fase serão os mesmos do *Capítulo VI*: a revista *O Cruzeiro*, como o impresso de informação geral, e o *Jornal das Moças*, voltado para o público feminino. Como os aspectos históricos de ambos já foram descritos anteriormente, este capítulo será reservado às análises quantitativas e qualitativas do discurso sobre a educação da mulher nos impressos entre os anos de 1960 e 1962 e a comparação entre as coberturas.

O início dos anos de 1960 no Brasil foi marcado por visões expansionistas, de progresso e com a emblemática construção de Brasília, a nova capital do país. Juscelino Kubitschek, conhecido pelas iniciais JK, foi o presidente entre dois períodos críticos, a morte de Getúlio Vargas (1954) e a renúncia de Jânio Quadros (1961). Segundo Ferreira e Mesquita (2000, p. 76), o momento foi de crises envolvendo militares no começo e fim do governo, mas também de estabilidade política e crescimento econômico com a geração de empregos e a implantação da indústria automobilística. As autoras afirmam que é no período JK que se estabelece a crença do Brasil como “o país do futuro” e um governo que prometia progredir, em seu Plano de Metas, “Cinquenta anos em cinco”.

A democracia política e o modelo de desenvolvimento implantado por JK se confundem com sua personalidade otimista e criativa, fixada num sorriso largo e cordial, marca registrada de uma época, que, na perspectiva do presente, se torna ainda mais emblemática como imagem do progresso e de esperança (Ferreira e Mesquita, 2000, p. 76).

No Brasil, o clima de “Anos Dourados” torna-se inspiração para as revistas, incluindo as que tratavam de “assuntos femininos”. Conforme Bassanezi (2004, p. 609), os periódicos *Jornal das Moças*, *Vida Doméstica*, *Você*, *Querida* e as seções voltadas para a mulher de *O Cruzeiro* traziam as diferenças sexuais, as funções na família e regras de comportamento definidos por gênero, refletindo a sociedade da época. Conforme destaca a autora, “o modelo de família – branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos” davam o tom da cobertura. E completa que opiniões sobre “sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal” eram a pauta central nos impressos para mulheres.

Tais referências conduziam a um consenso sobre a moral, os bons costumes, o comportamento adequado para cada gênero e as características dominantes daquela sociedade. Bassanezi (2004, p. 610) destaca que a ideologia dos “Anos Dourados” considerava que o casamento, a maternidade e a dedicação ao lar seriam o destino e a vocação natural para a mulher, fazendo parte da sua essência, sem possibilidade de contestação. A cultura da época reforçava que caberia ao feminino a vida doméstica, enquanto ao masculino seriam fatores preponderantes a força, a iniciativa, a participação no mercado de trabalho e o espírito de aventura.

A mulher que não seguisse seus caminhos estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tudo como ‘o objetivo’ de vida de todas as jovens solteiras (Bassanezi, 2004, p. 610).

As análises quantitativas e qualitativas do discurso de *O Cruzeiro* e do *Jornal das Moças*, que seguem nos próximos itens do capítulo, objetivam observar e avaliar, com base nos parâmetros hermenêuticos, como o tema educação da mulher revelou-se naquele período. Para tanto, a compreensão do momento social e político pelo qual

passava o Brasil é de fundamental importância. Os ditos “Anos Dourados” determinam um tempo que marca a cultura e a produção jornalística de vários países, e também a brasileira, representando um olhar diferenciado para a cobertura periódica estudada.

7.1 Revista *O Cruzeiro*

No dia 10 de fevereiro de 2019, foi realizado o levantamento da amostra de *O Cruzeiro*, disponível na Hemeroteca Brasil. O período selecionado refere-se aos anos de 1960, 1961 e 1962, sendo o dia 20 de dezembro de 1961 o que marca a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Para selecionar os textos foram usadas as palavras-chave definidas na metodologia, seguida pela leitura minuciosa do material coletado. Em cada um dos anos estudados foram publicadas 52 edições da revista, somando 156 para todo o recorte temporal. Para fins ilustrativos, uma das capas da década de 1960 poderá ser vista no apêndice 1, e os textos, na versão original e integral, no apêndice 8.

7.1.1 Análise quantitativa

Durante todo o período analisado, a revista semanal *O Cruzeiro* somou oito textos sobre o tema educação da mulher, sendo cinco, 62,5%, antes da criação da LDB, e três, 37,5%, após o marco legal de 1961, evidenciando que houve uma retração do tema. Todavia, tal dado não parece ter relação com a diminuição no volume, a considerar que a quantidade de textos já se mostra incipiente a considerar a quantidade de edições e número de páginas da revista. Em 100% da amostra as seções ou editorias não foram especificadas, o que demonstra que o tema da educação feminina não era classificado pela revista. A tabela 13, a seguir, apresenta os dados consolidados em categorias e subcategorias definidas na metodologia:

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	5	62,5%
	Depois	3	37,5%
2. Seção/Editoria	Não especificada	8	100%
3. Autoria	Mulher	6	75%
	Homem	1	12,5%
	Pseudônimo sem gênero	1	12,5%
4. Gênero	<i>Opinativos</i>		
	Artigo	2	25%
	Crônica	3	37,5%
	<i>Não opinativos</i>		
	Matéria	2	25%
	Reportagem	1	12,5%
5. Imagem	Fotografia	4	50%
	Ilustração	2	25%
	Sem imagem	2	25%
6. Fontes e/ou protagonistas	Governo / Ministério da Educação	2	25%
	Pessoa física (mulher)	2	25%
	Não especificada	4	50%
7. Cita leis	Sim, outras	1	12,5%
	Sim, LDB	2	25%
	Não cita	5	62,5%
8. Ambiente educacional	Escola/Colégio	5	62,5%
	Faculdade/Universidade	2	25%
	Não especificado	1	12,5%
9. Comparação e diferenças	Sim	2	25%
	Não	6	75%
10. Temática secundária	Estilo de vida e comportamento	6	75%
	Leis e melhorias curriculares	2	25%
11. Tendência	Favorável	8	100%

Tabela 13. Dados quantitativos: *O Cruzeiro*.
Fonte: Elaboração própria.

Sobre a autoria dos textos, os números revelam que a maior parte foi assinada por mulheres, representando 75% da cobertura sobre a educação feminina, algo inédito nas produções sobre o tema nos impressos de informação geral. Apenas um texto foi

assinado por homem, Marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, o político e militar conhecido como Marechal Lott. Trata-se de um artigo sobre o Plano Nacional de Educação do governo Juscelino Kubitschek. O último texto da amostra, uma pequena crônica, teve como autor o “Esquilo do Bosque”, notadamente um pseudônimo.

Ao analisar a frequência dos gêneros textuais, observa-se que os opinativos têm maioria, somando 62,5%, com destaque para as crônicas, 37,5%. Os não opinativos, de cunho informativo, chegam a 37,5%, entre matérias e uma reportagem. Os números demonstram que, embora haja mais textos de opinião, há um equilíbrio entre eles, revelando uma variedade dos gêneros em que o tema foi explorado. O dado revela, ainda, que os textos informativos ganharam mais espaço, se comparado ao período anterior de *O Cruzeiro*, relativo aos anos de 1930.

Considerando que o periódico era dedicado aos aspectos visuais e de organização das páginas, tem-se como resultado que 75% dos textos da amostra foram ilustrados de algum modo, com destaque para as fotografias, com 50%, e ilustrações, 25%. Apenas um texto não foi acompanhado por imagens como complemento textual. Os números e a análise das edições evidenciam que o tema educação da mulher foi valorizado no quesito ilustrativo e fotográfico, ocupando até mesmo a maior parte do espaço em algumas páginas, comparando-se ao espaço reservado ao texto.

Em contrapartida, quando a análise volta-se para as fontes de informação consultadas para a elaboração dos textos, os números revelam que, em 50%, elas foram ignoradas. Uma fonte considerada oficial, como o Ministério da Educação, aparece em 25% da amostra, ou seja, dois textos. No caso de mulheres da sociedade, tem-se o mesmo número. Observa-se que as fontes de informação começam a ganhar espaço na cobertura, à medida que os textos não opinativos também. Com base na análise, nota-se que as crônicas e os artigos, geralmente, limitam-se à opinião e aos dados fornecidos pela pessoa que assinou o texto, sem oposições ou contradições sobre o assunto apresentado.

No tópico legislação, a LDB aparece em 25% da amostra sobre o tema educação feminina, dois textos. Todavia, a maioria não conecta o assunto às questões de leis educacionais, chegando a 62,5%. Tais números podem estar relacionados às

temáticas secundárias, a considerar que a maior parte, 75%, trata de estilo de vida e comportamento quando o assunto é educação da mulher. Em 25% deles, as leis e as melhorias educacionais são os eixos centrais discutidos, algo coerente ao se observar as preferências temáticas da cobertura de *O Cruzeiro*.

Os ambientes educacionais mais destacados na revista foram as escolas e os colégios, com 62,5% presente na amostra, cinco textos. O ensino superior aparece em uma parcela bem menor, somente dois, o equivalente a 25% da cobertura. É interessante notar que a menção de universidades não aparece de maneira expressiva na amostra, evidenciando uma preferência de tratar da educação feminina sob a perspectiva do ensino básico e secundário, mesmo que o acesso aos graus mais altos de ensino fosse permitido às mulheres na década de 1960. Em apenas um não foi especificado o ambiente em que se daria a educação feminina, sendo abordado de maneira ampla no contexto apresentado.

Em dois textos, 25%, foram feitas comparações entre o que é ensinado às meninas e aos meninos, abordando peculiaridades e diferenças no currículo ou conhecimentos que devem ser adquiridos em decorrência do gênero de estudantes. Na maior parte deles, 75%, tal abordagem não é citada. A cobertura de *O Cruzeiro* pode ser avaliada como favorável à educação feminina, mas sob uma perspectiva de formação para a vida adulta da mulher que deverá se casar e se tornar mãe, com a prioridade de dedicação ao lar e à família.

Do ponto de vista global, os textos de *O Cruzeiro* abordam a educação da mulher sob a vertente comportamental, de estilo de vida e escolha de caminhos na adolescência e juventude. Os textos ressaltam a preparação para o casamento, mesmo que a mulher estude e tenha uma profissão. O padrão idealizado, segundo a amostra analisada, é o da moça pertencente às classes mais altas da sociedade, o que pode ser constatado pelos hábitos das protagonistas dos textos, como frequentar hípicas, aprender com professores particulares, viajar e se vestir conforme a moda da época. O ensino voltado às mulheres das camadas mais populares não teve espaço na cobertura.

A instrução feminina não é questionada em nenhum momento, ela é aceita e colocada como uma realidade necessária para o desenvolvimento de toda a jovem.

Assim, outros assuntos são elencados como pontos de equilíbrio para essas mulheres, que devem ser sempre considerados mais importantes, como a família, o amor e ter um homem como companheiro para toda a vida, uma condição essencial para ser feliz. A educação feminina é apresentada como um fator decisivo para que as moças tenham acesso aos ambientes da alta classe e, assim, possam revelar a sua elegância, usufruindo dos benefícios da presença e da boa posição na cena social.

A figura do professor particular para algumas disciplinas artísticas aparece na cobertura como um ponto de destaque na formação das moças retratadas na revista *O Cruzeiro*. A mulher que figura os textos é educada finamente para um futuro promissor na alta sociedade. Os conhecimentos e habilidades artísticas, o hábito da leitura, os esportes e as viagens ao exterior são características desse modelo de mulher educada, que tem como objetivo de vida a conquista de um bom marido para a formação de uma família.

Pela primeira vez, mais mulheres do que homens assinam os textos sobre educação feminina em um periódico de informação geral. *O Cruzeiro* explora as fotografias produzidas, com destaque às mulheres em ambientes domésticos decorados, usando belos vestidos e em poses elegantes, sozinhas ou acompanhadas pelas mães, as “orientadoras naturais” da educação das moças, as protetoras responsáveis pela condução e preparo para o matrimônio. Assim, a educação feminina é um processo que se inicia cedo e culmina no casamento e na maternidade, ou seja, a repetição dos mesmos passos da mãe.

7.1.2 Análise qualitativa

O primeiro texto analisado de *O Cruzeiro* foi publicado em 8 de julho de 1961 e intitulado “Encontro com a nova geração”. A autoria é de Dulce Rodrigues e as fotografias de Douglas Alexandre. Trata-se de um conjunto de entrevistas de perfil de moças, que relatam rotinas e opiniões sobre assuntos diversos, incluindo a educação. As fotos são produzidas e revelam cenas domésticas das jovens, que aparecem sentadas, bebendo chá ou ao lado de estantes e piano. Nas poses, elas vestem-se elegantemente, indicando a posição social privilegiada da família, algo perceptível também pelos

relatos das viagens internacionais, propriedades, hábitos e ocupação dos pais, entre políticos e industriais. Os trechos que abordam o tema investigado serão transcritos, e a versão integral está disponível no apêndice 8.

A primeira entrevista inicia-se com destaque à cultura erudita de Tereza Helena, definida como ‘intelectual’. Na descrição, a jovem elenca as modalidades artísticas que teve a oportunidade de conhecer:

A intelectual Tereza Helena Ernay tem o andar e os movimentos de uma ‘ballerina’. É uma apaixonada da arte (já estudou ‘ballet’), a começar pelo teatro, que ela considera a mais pura manifestação artística. (...) Tereza Helena diz que o seu ‘hobby’ preferido é ler, ‘a coisa de que mais gosta no mundo’. Já escreveu contos e um romance inacabado. Não perdeu ainda as esperanças de fazer um curso de literatura, apesar de estar de casamento marcado para o mês que vem. (...) Conhece a Europa e, graças a um congresso em Beirute, de que o pai participou, ficou familiarizada com o Oriente Médio (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 54).

Tanit Galdeano, segunda jovem entrevistada, é definida pela revista como detentora da ‘classe de uma dama’ e ressalta em seu depoimento a dedicação ao colégio, fazendo uma crítica às mocinhas que não se preocupam com os estudos:

(...) Adoro receber pessoas inteligentes. Falando de livros: ‘gosto de ler bons livros, mas não faço distinção quanto ao gênero. Só não pratico esportes. Com os meus estudos no Colégio São Paulo e atividades particulares, não encontro tempo (...). Hoje em dia se vive mais pela aparência do que pelo espírito. As mocinhas, na época em que deveriam pensar um pouco mais nos estudos, só almejam aparecer nas colunas sociais’ (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 55).

A entrevistada Regina Berardo diz que “já leu muito o filósofo Nietzsche e fez um estudo completo sobre a sua personalidade”. No entanto, afirma que “não é uma filosofia que tomaria para mim”. O texto também destaca que a moça “estuda na Faculdade Católica e está no primeiro ano de Cerâmica”. Na sequência, aborda assuntos como o amor, o casamento, a importância do trabalho para as mulheres, a elegância feminina e atividades que aprecia, como andar a cavalo, dançar e conversar com amigos. O texto seguinte, dedicado a Mônica Coimbra de Castro, valoriza suas habilidades artísticas e os estudos:

Mal acabou de fazer o clássico no Santa Úrsula, entrou num estudo intensivo de puericultura, no Centro Social Feminino. Apreciadora da arte, é assistente da professora de 'ballet' Ana Balinska, a quem considera uma grande bailarina. (...) Falando de livros, diz apreciar muito Jorge Amado como autor brasileiro e Somerset Maugham, como estrangeiro. (...) Já esteve seis meses na Europa, aprofundando seus conhecimentos e divertindo-se a valer (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 57).

Considerada “exótica” pela autora do texto, Suely Pelletti Pittigliani afirma que “adora música e uma leitura interessante”. Em um trecho seguinte, a entrevistada trata do tema educação ao afirmar que ela “manifesta grande interesse pelos problemas educacionais, achando indispensável a formação religiosa, como freio aos destemperos”. Suely, em seu depoimento, enfatiza que:

(...) Durante o tempo que viajou pelos Estados Unidos teve a oportunidade de observar a educação americana. Não acha que os métodos lá empregados favoreçam em coisa alguma ao desenvolvimento espiritual e ao senso de responsabilidade dos jovens. Prefere mesmo a maneira de viver da mocidade brasileira, um pouco menos livre que a sociedade americana (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 57).

Moema Chamma, classificada como “personalíssima” pela revista, diz “estudar filosofia e considera Aristóteles formidável”. A entrevistada “é uma virtuose em violão e pratica 'ballet' como esporte”. Aprecia viagens, passeios de lancha e livros de poesia, em especial do autor J. G. de Araújo Jorge. Segundo a autora do texto, Moema Chamma “tem uma sede insaciável de saber. Depois de casada, pretende se aperfeiçoar em francês, inglês e iniciar um curso de mitologia e arte em São Paulo”. A próxima entrevistada, chamada de “bonita” pela revista *O Cruzeiro*:

Já estudou 'ballet' com Tatiana Leskova e atualmente se dedica à dança moderna, tendo como diretora Enid Sauer. É mestra em pintura de porcelanas e conhecedora profunda da música. Apesar de apreciar imensamente o estilo clássico, acredita que a tendência é de, quebrando velhos tabus, nos encaminharmos para o modernismo em todos os setores de atividade humana (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 58).

A última entrevistada foi Maria José Raggio, que depois de comentar sobre suas atividades de esporte e lazer, explanou sobre a dedicação aos estudos:

Maria José acha indispensável que a môça moderna estude ou pelo menos tenha alguma noção de psicologia aplicada (o que ela faz no Centro Social Feminino). E exemplificando: Uma das vantagens do estudo da psicologia é ensinar o poder do pensamento positivo (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 57).

Uma frase da autora da matéria, Dulce Rodrigues, aparece em destaque na paginação e reserva um espaço para tratar da formação feminina daquela geração de mulheres:

Entre a atual geração das futuras damas, nova mentalidade vai se formando. Estas môças, capazes de exibir com elegância e desenvoltura o último modelo de Dior, preocupam-se também com os grandes problemas do mundo actual. Aperfeiçoando-se no estudo das línguas, psicologia, dactilografia e estenografia, elas têm um ponto em comum: consideram o amor a maior maravilha da Terra (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 55).

As entrevistas enfatizam a elegância no vestir e no comportamento, a formação complementar em artes, línguas e esportes, assim como as viagens internacionais para que as jovens tenham uma bagagem cultural variada. Os relacionamentos aparecem em todos os depoimentos, em que as moças informam se estão noivas. As que ainda não têm compromisso dizem o que pensam sobre o amor, a família e a idade ideal para o casamento. As opiniões das jovens marcam uma geração de brasileiras pertencentes à elite, que parecem ter sido moldadas para indicar um padrão a ser seguido pelas leitoras. Há semelhanças entre elas, como a prática do balé, o hábito da leitura e as viagens.

A leitura histórica traz reflexões sobre o momento de transformações pelo qual a nova geração de mulheres brasileiras dos anos de 1960 atravessava. Nota-se que os depoimentos reúnem uma lista repleta de atividades educativas, cursos de idiomas, artes e aperfeiçoamentos para uma formação completa. É importante lembrar que as moças que ilustram a matéria da revista *O Cruzeiro* fazem parte da elite paulistana e carioca. Trata-se de jovens de famílias ricas que podiam garantir a elas o acesso aos melhores colégios e universidades do Brasil e do exterior. É certo que havia uma diferença de oportunidades educacionais entre essas moças e às pertencentes às camadas mais pobres da população.

A enunciadora é a autora do texto, que dá voz às entrevistadas. Em tom leve e até lúdico, as jovens apresentam seu estilo de vida, pouco acessível à maior parte da população feminina, mas que para elas se revela como algo comum em suas vidas. Todavia, a importância da educação, do conhecimento e da formação complementar é definida pelas entrevistadas como algo valorizado e essencial em suas vidas. Mesmo que em alguns depoimentos seja nítida a relação entre a boa educação e a conquista de um bom marido, os estudos são a marca de um bom caminho para as moças daquela geração, um modelo a ser seguido pelas interlocutoras.

Em 8 de julho de 1961 foi publicado um artigo com o título “Quando os pais se opõem”, de autoria de Maria Teresa. O discurso concentra-se no aconselhamento às leitoras para que elas reflitam sobre se deveriam se casar com um homem com grau de instrução inferior ao seu, já que essa diferença poderia comprometer a felicidade da união no futuro. O texto orienta, ainda, que caso o homem não seja superior no aspecto intelectual, que ele tenha “outras qualidades que compensem a deficiência”, um fator importante na decisão do pretende matrimonial.

Ademais, a autora argumenta que a mulher considerada “superiormente dotada” é aquela que aceita o marido sem querer reformá-lo e, muito menos, deve humilhá-lo em qualquer circunstância. O texto defende que a diferença de instrução do casal não deve ser muito grande, em especial para as mulheres “bem dotadas” de qualidades intelectuais, que não se sentiriam bem ao lado de um homem considerado “mal dotado” dessa qualidade.

Em uma recente palestra para jovens, houve alguém, especialmente interessado, que perguntou se uma mulher poderia ser feliz casando-se um homem intelectualmente inferior. Na nossa opinião, essa união só poderá ser realizada a contento se o desvinelamento intelectual entre os dois não fôr muito sensível e se o homem tiver outras qualidades que compensem aquela deficiência. Além disso, a mulher terá que ser superiormente dotada no sentido de aceitar o marido como é, sem pretender reformá-lo, nem humilhá-lo em qualquer circunstância. Por isso, achamos que o grau de diferença intelectual entre os dois não pode ser muito alto; nenhuma mulher especialmente bem dotada de qualidades intelectuais se sentiria bem ao lado de um marido especialmente mal dotado dessas qualidades (...) (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 68).

Na segunda parte, a autora faz um alerta para que as moças não se deslumbrem com fardas ou que se entreguem à atração sexual sem antes considerar outros fatores mais importantes para a felicidade conjugal, como o nível educacional do pretendente comparado ao próprio, que deve ser preferencialmente mais equiparado. O romantismo, o casamento como estratégia para fixar residência em regiões mais interessantes e, também, não ouvir a opinião dos pais, apresentam-se como atitudes femininas que podem levar a um casamento infeliz. Nesse sentido, a jovem não poderia deixar-se iludir por valores secundários e ilusões para fazer a escolha matrimonial:

(...) Há, porém, muitas jovens românticas que se deixam influenciar lamentavelmente por certas circunstâncias de valor secundário para a felicidade do casal e não consideram os verdadeiros valores que tornam uma união feliz. Há môças, por exemplo, que, vivendo no interior ou numa cidade pequena, se deixam seduzir pela perspectiva de uma mudança em decorrência do casamento. Sabemos mesmo do caso de uma jovem nortista cujo maior sonho era casar-se com um rapaz do Sul para vir fixar residência aqui. Ora, é evidente que, em qualquer ponto em que se viva, pode-se viver bem ou mal, de acôrdo com certas circunstâncias. Conhecemos outro caso de uma jovem que se deixou influenciar exclusivamente pela farda do candidato, que era um belo oficial – e foi um péssimo marido. Em geral, essas môças de espírito romântico que fâcilmente se deixam seduzir e dominar, não contam com a aprovação dos pais em tais casamentos. É que êstes estão vendo, com olhos desapaixonados, o futuro sombrio que aguarda a filha (...) (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 68).

Posteriormente, a autora faz questionamentos que visam conduzir a leitora a refletir sobre como os níveis social e educacional podem ser fatores problemáticos na relação com o futuro marido e a sua família, caso sejam muito diferentes. Adjetivos como “rústico” e “chucro” são utilizados para representar o noivo que deve se evitado pelas moças educadas e que convivem com pessoas finas. Segundo a autora, tais diferenças podem deixá-las desambientadas. A atenção refere-se ao risco de as moças se deixarem levar pela atração sexual em detrimento de outros pontos que precisam ser priorizados na hora de decidir sobre o casamento. A parte final do artigo dedica-se à orientação de que é essencial a moça ouvir a opinião dos pais.

(...) Como pode ser feliz, por exemplo, uma jovem que se casa com um homem de nível social inferior ao seu, sem educação ou instrução que compensem essa inferioridade? Se se tratar de uma jovem muito bem educada, habituada a conviver com pessoas finas, é evidente que, passado o “élan” dos primeiros tempos, cairá na dura realidade quando descobrir no marido uma pessoa rústica, chucra sob certos aspectos; a família dêle, com

quem terá que privar, também não lhe oferecerá senão contrastes de educação que a chocarão e, mais cedo ou mais tarde, fa-la-ão sentir-se desambientada. Algumas jovens que fazem casamentos desiguais deixaram-se induzir apenas pela atração sexual (...) Se é certo que quem escolhe o noivo é a noiva, não é menos certo que os pais são amigos incondicionais e só desejam a felicidade da filha. Por que a moça não espera um pouco? Por que não adia o casamento? Teria oportunidade de observar melhor... ou de convencer os pais (*O Cruzeiro*, 08 de julho de 1961, p. 68).

O artigo dedica-se ao discurso que a mulher deve procurar um marido que tenha o nível educacional e social semelhante, ou superior, ao dela. Em nenhum momento a autora diz que ela não deve se instruir para dar espaço ao homem, pelo contrário, exalta a moça que foi finamente educada e destaca que, por causa disso, não deve se desvalorizar com um casamento que não lhe seja conveniente. Subjetivamente, tal argumento pode significar um receio para a jovem que deseje alçar os mais altos graus de instrução, qualidade que pode se tornar um elemento complicador na hora de encontrar um noivo equivalente ao seu nível.

É importante analisar o contexto histórico em que o artigo está inserido. Conforme a legislação educacional da década de 1960, o ensino público era gratuito e não poderia ser vetado às mulheres, incluindo o acesso ao ensino superior. Esse aspecto, quando comparado aos períodos já investigados, demonstra um possível aumento no número de mulheres com grau de instrução igual ou superior aos homens, o que se tornaria um novo problema, ainda que raro na sociedade brasileira. A tendência indica que o cenário educacional se transformava. Se antes a instrução feminina era acautelada, com o tempo torna-se aceita, mas com a ressalva relatada no texto: que a mulher não seja mais instruída que o marido.

A leitura enunciativa revela uma relação autoritária com o interlocutor, no caso as moças que planejam se casar. Mesmo em tom amigável e confidente, é perceptível que os conselhos são bem direcionados e incisivos, trazendo exemplos de casais que não deram certo quando as moças seguiram um caminho contrário ao apontado pela enunciativa. O argumento sustentado sobre a diferença intelectual entre marido e mulher estende-se para o âmbito social e familiar, com a evidência para as situações constrangedoras e problemas que a moça pode enfrentar caso leve adiante uma relação

apoiada em valores secundários. A enunciação pode ser classificada como uma mulher experiente que aconselha as mais jovens sobre como agir naquela situação.

Desde o título, até a última frase, o artigo ressalta a importância de as moças considerarem a opinião dos pais antes de se casarem, já que eles sempre desejam o bem de suas filhas. A ilusão, o romantismo, a paixão e o deslumbramento por alguma característica do pretendente são sentimentos apontados pelo texto como perigosos e que, com a experiência dos pais, é mais cauteloso seguir os conselhos de não se comprometer com alguém que seja muito diferente na intelectualidade e na posição social. Atitudes apressadas podem levar a uniões infelizes, devendo a moça procurar valores que se sustentam mesmo com o avançar do tempo.

O terceiro texto da revista *O Cruzeiro* que será analisado é de autoria de Dulce Rodrigues e tem como título “O perigo dos 16 anos”. Publicado em 17 de junho de 1961, o texto traz a opinião de seis mães e de cinco moças na faixa etária dos 15 aos 16 anos. As entrevistas dissertam sobre os cuidados que se deve ter com as adolescentes e como devem ser educadas para que não cometam erros que possam comprometer a vida no futuro. Ao longo das declarações, as jovens também emitem as suas opiniões, revelando o que pretendem realizar no âmbito profissional, matrimonial e familiar, além de sonhos e anseios.

Os textos ocupam cinco páginas ilustradas com fotografias bem produzidas das mães e filhas, em atividades diversas no ambiente doméstico, como leitura, escrita e piano. A relação de confiança entre ambas é valorizada no decorrer do texto, assim como o acolhimento que a moça pode encontrar no lar, junto à família. Algumas entrevistadas falam da “juventude transviada” e dos riscos de a adolescente frequentar bares e boates nessa idade. Abordam, ainda, a educação moral e religiosa como um dos fatores decisivos na formação para a fase adulta. Por se tratar de um texto longo, as versões completas das entrevistas estão acessíveis no apêndice 8 e, no decorrer da análise, foram transcritos somente os trechos referentes ao tema investigado.

A abertura da matéria faz alusão ao período da chamada “juventude transviada”, com referência aos anos 1960, os chamados Anos Dourados. Na sequência, a autora apresenta reflexões e questionamentos sobre como deve ser conduzida a

educação das moças em um momento tão delicado, incluindo a atenção da família no caso de elas cometerem “faltas graves” nessa idade. Temas como liberdade, autoridade materna e os perigos são tratados com o objetivo de auxiliar as leitoras que se veem sem saber como proceder em situações até então consideradas novas.

Na primeira entrevista, com a estudante Marcia Castro, ela destaca que “acha ótima a educação americana, por ser menos preconceituosa que a nossa”. E acrescenta que lá a adolescente tem mais liberdade, “podendo ir à boates com rapazes desde os quinze anos, sem ficar falada”. A segunda entrevistada foi Elza Dantas Mota, mãe de uma adolescente, que afirma não concordar que uma menina de 16 anos trabalhe fora, por ainda estar em um “período de formação social, intelectual e sentimental” e completa que, caso a filha cometa um erro, que ela seja acolhida e encaminhada novamente no bom caminho. Outra mãe entrevistada afirma que educou as próprias filhas com base na confiança e liberdade.

A seguir, o depoimento da estudante Cyla Regina, que aparece na fotografia tocando um tambor e usando um belo vestido. É interessante notar a opinião da adolescente, que afirma que será médica pediatra, colocando o casamento para um segundo momento, do mesmo modo que Elvis Presley:

A adolescência só é perigosa quando a môça facilita. Tendo juízo, ela pode atravessar êsse período sem maiores riscos. Não, não penso em me casar agora, porque não me acho com bastante mentalidade para assumir compromissos. Mas sou de opinião que uma mocinha de dezesseis ou dezessete anos já pode assumir responsabilidades de trabalho. Se ela não tomou juízo até aí, acho muito difícil adquiri-lo mais tarde. Amor? Não acredito muito. E mesmo, a vida como está, não dá margem para ilusões. (...) Vou ser médica e me dedicar à pediatria. Mesmo porque escutar Elvis Presley pode ser muito bom, mas não dá futuro a ninguém (*O Cruzeiro*, 17 de junho de 1961, p. 30).

Tendo como parâmetro a leitura histórica, o depoimento da estudante Regina Rice Reis demonstra uma mudança na percepção sobre educação, carreira e casamento, algo que não era evidente nos textos analisados antes desse período. Contrariando o modelo de priorizar o casamento em detrimento de uma dedicação aos estudos e à carreira, nota-se um equilíbrio maior no discurso da jovem publicado na revista:

(...) O casamento tarde pode parecer que é a melhor solução para a môça aproveitar e gozar a vida. O certo é se estudar primeiro para ter uma carreira e depois pensarmos em casar (...) (*O Cruzeiro*, 17 de junho de 1961, p. 31).

Outro depoimento, agora de uma mãe chamada Helena Paes Barreto, destaca que uma escola seria um lugar ideal para uma moça trabalhar. A afirmação evidencia que a liberdade dada às moças deveria ser bem conduzida e em ambientes seguros e controlados:

(...) Em caso de necessidade, acho que a menina de seus dezesseis anos está em condições de trabalhar fora. Seria aconselhável, entretanto, conhecer precisamente o local de trabalho. Uma escola, por exemplo, seria o ideal (...) (*O Cruzeiro*, 17 de junho de 1961, p. 31).

A leitura enunciativa é diversificada, considerando que são múltiplas vozes sobre uma temática específica com ramificações para assuntos complementares, o que inclui a educação feminina. Percebe-se que a revista *O Cruzeiro* apresenta opiniões divergentes sobre um mesmo assunto, mas sob a voz das personagens que figuram no texto: as estudantes e suas mães. Se, por um lado, uma adolescente declara que prefere priorizar os estudos e a carreira para depois pensar em casamento, outras nem sequer mencionam tais temas, aproveitando o espaço para opinar sobre questões comportamentais, liberdade e a chamada “juventude transviada”. O mesmo acontece com as mães, que priorizam um tema em detrimento de outros.

Cada uma das personagens faz uma exposição para opinar e defender um ponto de vista. Desse modo, a leitura argumentativa torna-se variada, a considerar a pluralidade de vozes sobre os temas que emergem do título “O perigo dos 16 anos”. Os argumentos aparecem com o objetivo de se adequarem às expectativas da posição que ocupam as entrevistadas, dentro do contexto da década de 1960, de mães e estudantes da alta classe carioca. As adolescentes são questionadas e têm suas visões publicadas na revista. As abordagens das personagens podem estabelecer parâmetros comportamentais da própria geração. A conduta e as opiniões assumidas por cada uma delas ilustram escolhas pessoais, porém refletem como foram educadas pela família.

Ao longo dos pequenos textos, percebe-se o temor das mães diante da possibilidade de as filhas cometerem “erros graves” e como agir caso as meninas infringam tais regras. Os textos não mencionam de maneira explícita quais seriam esses erros, mas utilizam mecanismos de linguagem para, de forma sutil, indicar o que poderia ser. Em algumas passagens há referência aos bares e as boates, o que estaria diretamente ligado ao mau comportamento ou aos “erros graves”. A educação moral e os bons costumes, os ambientes adequados às moças, as ameaças externas e o receio de que elas saiam do bom caminho e fiquem “mal faladas” mostram-se como o discurso base do conjunto das entrevistas.

A linguagem utilizada é informal, confidente, mas também polida. As jovens entrevistadas fazem brincadeiras ao citarem artistas famosos, como Elvis Presley, revelando os gostos populares da época. O tom materno mostra-se atento, companheiro e fiscalizador, representando as guardiãs orientadoras das filhas sobre como devem se portar e agir na sociedade para, assim, evitarem os perigos daquela geração. A necessidade de demonstrar que as moças eram protegidas por um ambiente familiar respeitável e digno permeia a linguagem textual. É de se observar que havia uma separação discursiva entre a “jovem de família” e a “jovem transviada”, mesmo que de maneira implícita.

O texto pode ser interpretado como um espaço de apresentação de ideias e reflexões sobre as transformações que eram visíveis naquela geração. Todavia, também pode ser entendido como um discurso para demonstrar que a “moça de família” deve se resguardar no seio do lar, sob a vigilância da mãe, e atentar para o risco de ter sua reputação comprometida caso decida trabalhar fora, frequentar bares e boates e seguir a liberdade requerida pelos jovens. Curiosamente, a “juventude transviada” não traz a participação de rapazes, nem a opinião dos pais, reservando-se ao comportamento feminino, de mães e filhas, diante da etapa dos 16 anos.

O quarto texto analisado da revista *O Cruzeiro* é do dia 14 de abril de 1962 e de autoria do “Esquilo do Bosque”, evidentemente um pseudônimo. O título “Desejo de estudar” é acompanhado pelo nome da cidade, Rio de Janeiro, e por uma frase entre aspas: “Isto me traria muita satisfação pessoal”. Trata-se de um texto que visa um diálogo com a leitora, dissertando sobre o desejo de estudar e o quanto isso lhe daria

satisfação pessoal. O comentário cita universidades inglesas, a formação superior e sugere que a interlocutora contrate uma empregada para não se ocupar tanto com serviços domésticos, pois precisa se dedicar à vida espiritual. Na parte final, orienta que a mulher não admita que o marido a veja como alguém que o serve, mas que seja uma companheira em sua vida. A seguir o texto na íntegra:

Não abra mão do seu desejo de estudar. Um pouco mais de cultura lhe dará mais confiança em si mesma. Por que não continua o curso da Cultura Inglesa? Faria o “lower” e depois o “higher”. Com o diploma da Universidade de Cambridge você faria apenas o último ano da Faculdade de Filosofia, ou melhor, faria o Curso de Didática da Universidade Católica, por exemplo, e teria assim o seu diploma de curso superior. Compreendemos que um curso seria um verdadeiro bálsamo para você, ainda muito abalada com a morte da filhinha. Não consinta que os trabalhos domésticos atrofiem a sua vida espiritual. Assim que possa, admita uma empregada para ajudá-la. Não habitue seu marido a ver em você apenas uma pessoa que o serve, mas uma companheira para todos os momentos (*O Cruzeiro*, 14 de abril de 1962, p. 58).

A leitura polissêmica conduz a múltiplos caminhos interpretativos, a considerar que o texto entrelaça vários aspectos da vida feminina, como o estudo, a conquista de diplomas, o trabalho doméstico, os filhos, a espiritualidade e a relação com o marido. Contudo, o que mais se destaca é o que trata do desenvolvimento e do bem-estar da mulher, como a melhoria da autoconfiança, da intelectualidade e da relação de companheirismo com o marido. O aconselhamento de que a mulher deve delegar parte das suas tarefas domésticas para se dedicar a atividades que a elevem e lhe tragam satisfação pessoal é um dos aspectos abordados no texto. Da mesma forma, deixar a subserviência ao marido para ocupar a posição de parceira para todos os momentos finaliza o discurso.

Pela primeira vez, a educação feminina é apresentada com o objetivo de “satisfação pessoal”, como está explicitado no título. Se em outros períodos a instrução tinha como objetivo a utilidade familiar e coletiva, como educar os filhos, o texto valoriza outro aspecto: o da formação superior e da própria intelectualidade como um meio para que a mulher sintasse satisfeita consigo mesma, uma estratégia para a construção da autoconfiança e de elevá-la ao patamar de igualdade perante o marido, passando de serviçal a companheira. O texto também dá sugestões de como acelerar o

processo de obtenção de um diploma, utilizando-se do mecanismo de fazer um curso da Universidade de Cambridge para, posteriormente, requerer o nível superior no Brasil.

A leitura arqueológica conduz à interpretação de que a sociedade brasileira passava por um momento de transição, na qual a mulher começava a acumular funções. Por causa disso, estabelecia-se com mais força, principalmente nos lares mais ricos, a necessidade da empregada doméstica. Ao mesmo tempo que a jovem deveria dedicar-se à preparação para o casamento, não poderia esquecer-se dos estudos, mas sim somar o desenvolvimento intelectual às suas atividades no lar e na família, como ser boa esposa e mãe. Neste contexto, a carreira profissional ganhavam espaço no debate midiático, tornando as funções femininas um assunto efervescente e, por que não, conflituoso. O texto analisado revela essa fase de mudança, em especial sobre a formação e atuação das mulheres na sociedade.

Embora o enunciador não revele o seu gênero por estar escondido atrás de um pseudônimo, o texto é visivelmente um conselho para as mulheres. O tom autoritário é claro por se tratar de um discurso imperativo, que indica o que a interlocutora deve fazer e não fazer. Frases que se assemelham ao discurso de sedução publicitária reforçam os argumentos, como o que abre o texto: “Não abra mão do seu desejo de estudar. Um pouco mais de cultura lhe dará mais confiança em si mesma”. O desejo de estudar é apresentado como algo natural nas mulheres e que aumentaria a autoconfiança. Na sequência, o enunciador faz questionamentos visando levar a interlocutora à reflexão, sobre continuar o curso da Cultura Inglesa, possivelmente um curso que muitas começavam e não finalizavam.

O argumento que apresenta soluções práticas, como terminar o curso, contratar uma empregada e obter o diploma superior, é visto como um caminho para a obtenção de qualidades e valores subjetivos, como uma frase que parece descontextualizada: “um curso seria um verdadeiro bálsamo para você, ainda muito abalada com a morte da filhinha”, mas que tem a finalidade de exemplificar que fazer um novo curso pode aliviar a tristeza, o desânimo e até mesmo sublimar a morte de um ente querido.

Outro argumento discursivo é de que os trabalhos domésticos “atrofiam a vida espiritual” e, por isso, a mulher deveria admitir uma empregada para ajudá-la. Assim,

haveria mais tempo para que ela pudesse se dedicar ao que lhe traria melhorias e satisfação. É evidente que contratar uma pessoa era uma prática reservada às famílias mais ricas, e que essa empregada também era uma mulher, ou seja, uma mulher que auxiliava outra mulher para que esta pudesse desempenhar outras tarefas. Tal realidade retrata um momento de transformação, na qual parte das mulheres entrava no mercado de trabalho e, por isso, precisavam de mais tempo para se qualificar profissionalmente, incluindo os cursos superiores.

Em suma, o recado final do texto estabelece implicitamente a construção de um patamar de igualdade na relação entre homens e mulheres, na qual o casamento seria onde essa diferença estaria mais latente. O tom discursivo presente no texto aconselha a mulher a não habituar o marido a enxergá-la como “uma pessoa que o serve, mas uma companheira para todos os momentos”. A frase corrobora a ideia de que essa relação de submissão era comum e até aceita na época, mas que deveria mudar a partir de um novo posicionamento da própria mulher no casamento, que passaria de serviçal a companheira do homem no âmbito familiar e, por conseguinte, social.

O último texto analisado da revista *O Cruzeiro* é uma matéria jornalística com entrevistas intitulada “A revolução do ensino”, publicada em 1º de dezembro de 1962. A autora é Paulina Kaz, com produção fotográfica de Roberto Stuckart. Considerando que a matéria ocupa quatro páginas inteiras da publicação, serão transcritos apenas os trechos analisados, e a versão completa estará disponível para consulta no apêndice 8. De forma geral, o texto trata das mudanças na estrutura de ensino que seriam instauradas no Brasil com o Plano Nacional de Educação. É importante frisar que a LDB havia sido criada quase um ano antes, em 20 de dezembro de 1961, e o tema aparece com destaque editorial na edição.

Mesmo sem fazer referência direta à educação feminina, o texto foi selecionado para compor a amostra da revista *O Cruzeiro* por três motivos: o primeiro por se tratar de uma matéria extensa e profunda sobre o Plano Nacional de Educação, em decorrência do marco legal de criação da LDB; o segundo, por ilustrar com fotografias um número superior de meninas e moças como estudantes e professoras, se comparado aos meninos e rapazes; e, em terceiro, pela abordagem da educação brasileira sob uma perspectiva universal, sem diferença de gênero em termos

curriculares ou de acesso a qualquer nível de ensino. O texto pode ser interpretado como um sinal da normalização da igualdade educacional.

A matéria é ilustrada por várias fotografias, incluindo a do então ministro Darcy Ribeiro discursando em Brasília no 1º Encontro Nacional de Educadores realizado na Associação Brasileira de Educação, com a participação de professores responsáveis pelo Plano Nacional de Educação de todos os níveis de ensino, um pátio escolar com dezenas de professoras enfileiradas vestindo uniformes, e acadêmicos, entre homens e mulheres, em motocicletas. Uma das fotografias em destaque é de uma menina e de um menino escrevendo em uma sala de aula visivelmente precária, com a seguinte legenda no rodapé:

Cenas como esta envergonham qualquer país civilizado. E gritam para que os responsáveis por esta deprimente situação não protelem mais as medidas saneadoras. O Plano Nacional de Educação aponta soluções (*O Cruzeiro*, 1º de dezembro de 1962, p. 117).

Na primeira página da matéria é feita uma explanação sobre o Plano Nacional de Educação e a criação da LDB, afirmando ser um assunto de interesse de todo o país. No trecho seguinte, o texto faz críticas à realidade do ensino no Brasil: “Passam governos e dirigentes, promete-se dar atenção ao problema, mas tudo não passa de debates líricos e de fórmulas vagas”. A seguir, a autora afirma que “a situação da educação nacional, completamente às suas realidades, agrava-se a cada momento” e aponta caminhos para sanar o problema:

É preciso agir logo, quebrar as velhas rotinas, revolucionar os espíritos, buscar, enfim, novos rumos para criação e desenvolvimento de um sistema educacional brasileiro organizado e estruturado em bases verdadeiramente sociais e pedagógicas (*O Cruzeiro*, 1º de dezembro de 1962, p. 116).

Na sequência, o texto exalta o Ministério da Educação por ser o idealizador do movimento nacional ao afirmar que “a campanha imediata por uma educação melhor é a grande obra do atual governo”. E acrescenta que “a questão do ensino como o da política que levará o Brasil à aquisição do seu verdadeiro lugar no mundo moderno”. No final da primeira parte, é feita a contextualização da matéria ao se relacionar ao evento

que reuniu “uma centena de professores de todos os estados” em Brasília. Conforme o texto, o objetivo do encontro era somar experiências e contribuir com o Plano Nacional de Educação.

Na sequência, são entrevistados três professores: Anísio Teixeira, para tratar do ensino primário; Gildásio Amado, que explanou sobre o ensino secundário; e Dermeval Trigueiro, responsável pelo ensino superior. As perguntas e respostas foram objetivas e indicaram alguns problemas educacionais do Brasil e as possíveis soluções que o Plano Nacional de Educação pretendia propor e colocar em prática. Dentre elas, aparecem dados estatísticos, questões sobre infraestrutura escolar, problemas socioeconômicos que prejudicam o acesso e a permanência na escola, o ensino superior e as políticas adotadas nacionalmente.

A leitura histórica torna-se clara quando se estabelece uma relação entre a angulação da matéria da revista *O Cruzeiro* e o projeto governamental brasileiro. A intenção era unificar e integrar a educação no país e estabelecer parâmetros que seriam seguidos em conjunto por meio de um Plano Nacional, elaborado com a participação de professores de vários estados. O projeto visava, ainda, incluir as camadas sociais chamadas no texto de “marginalizadas”, dando a todos “oportunidades iguais”, com atenção devida aos municípios, os operadores de ponta. O aparelhamento das escolas com telefones e telégrafos, assim como a edificação de bibliotecas, aparece no texto como ações a serem realizadas.

Entre os argumentos mais expressivos do texto estão, conforme afirma o entrevistado Gildásio Amado, a democratização da educação no Brasil e o fortalecimento do ensino em todos os níveis:

Que ela seja variada e atenta a outro princípio de justiça em educação, tão importante como o da igualdade de oportunidades para todos, que é o da educação que convenha às diferentes capacidades e aptidões dos jovens, sem outras discriminações (*O Cruzeiro*, 1º de dezembro de 1962, p. 119).

A leitura enunciativa revela um discurso de apoio ao governo federal, já que não há críticas ao Plano Nacional de Educação nem aos operadores do sistema. As perguntas e respostas abertas garantem liberdade para que os representantes do

Ministério da Educação divulguem os projetos que colocarão em prática em todo o território brasileiro, sem a presença de opiniões contrárias ou complementares de outros segmentos da sociedade. Não há um olhar externo ao governo, exceto a abertura redigida pela autora, que trata do encontro em Brasília e da apresentação de um panorama sobre a educação no país, em especial as deficiências que se arrastavam por muitos governos.

O discurso enunciador visa elucidar o Plano Nacional de Educação para o interlocutor, colocando os próprios representantes do governo para apresentarem as principais ideias nos três níveis de ensino: primário, secundário e superior. O tom é positivo, com linguagem técnica e otimista. A participação direta de professores de vários estados demonstra que, embora as decisões fossem centralizadas no governo federal, todos seriam ouvidos e poderiam colaborar com a construção desse novo modelo educacional que solucionaria parte dos problemas que prejudicavam a escolarização adequada da população brasileira.

Com base nas análises qualitativas dos textos da revista *O Cruzeiro*, pode-se concluir que a educação feminina é vista como positiva, uma necessidade das mulheres modernas da geração dos anos 1960. Embora a preparação para o casamento seja um dos focos da cobertura, a formação das moças para o matrimônio é colocado como ponto fundamental para a satisfação pessoal e a ascensão na sociedade. Temas como carreira e mercado de trabalho aparecem como tema paralelo em alguns textos, evidenciando as mudanças na cobertura e no cenário da sociedade brasileira da época.

A LDB aparece em uma matéria, que destaca os avanços educacionais pelos quais o governo planejava conquistar com o Plano Nacional de Educação. O ensino superior é crescente em todo o Brasil com a garantia da autonomia universitária. Houve um aumento da formação de professoras para ocuparem os cargos que surgiriam nas escolas a partir do investimento na escolarização massiva da população. O discurso da revista *O Cruzeiro* sobre a formação feminina é de base e complementar, incluindo cursos variados que possam ser úteis na vida adulta e, em especial, para a família.

Há um predomínio de autoras do sexo feminino nos textos sobre o tema. As fotografias exaltam a elegância, a beleza, a moda e a boa instrução das mulheres que

protagonizam as páginas de *O Cruzeiro*. Em geral, as personagens são jovens, de classes altas, solteiras e, por meio do discurso, ditam regras de comportamento em tempos em que a liberdade juvenil é vista como uma ameaça à moral e aos bons costumes. A educação dos EUA é definida como um modelo que não deve ser seguido pelas moças brasileiras, por ser muito liberal. O ensino religioso e a limitação da moça ao ambiente doméstico são classificados como virtudes. A companhia da mãe em ambientes públicos também aparece em diversos trechos quando o assunto é educação feminina.

7.2 *Jornal das Moças*

No dia 20 de dezembro de 2019 foi realizado o levantamento da amostra do *Jornal das Moças*. O período selecionado refere-se aos anos de 1960, 1961 e 1962, sendo o dia 20 de dezembro de 1961 o que marca a criação da LDB. Para selecionar os textos, a metodologia foi seguida conforme o planejado. O número de edições foi diferente em cada ano, sendo em 1960, 52 edições e em 1961, 46 edições. Até o final da pesquisa, os exemplares de 1962 não haviam sido digitalizados pela Biblioteca Nacional e, por isso, não foram incluídos. Para a composição da amostra foram selecionadas 98 edições do *Jornal das Moças*, uma quantidade satisfatória para a pesquisa. Uma capa ilustrativa encontra-se no apêndice 1, e as páginas originais, no apêndice 9.

7.2.1 Análise quantitativa

A partir das 98 edições investigadas, o *Jornal das Moças* tratou do tema educação da mulher em doze textos, todos de cunho jornalístico. Em 50% deles, o assunto foi abordado em colunas fixas, e a outra metade, sem classificação de seção ou editoria. O dado revela que havia a inclusão do tema em algum setor, uma característica do periódico feminino na organização de suas páginas. Na tabela 14, a seguir, os dados quantitativos coletados e identificados nos textos do *Jornal das Moças*:

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	12	100%
2. Seção/Editoria	Coluna fixa	6	50%
	Não especificada	6	50%
3. Autoria	Homem	1	8,3%
	Mulher	1	8,3%
	Pseudônimo sem gênero	2	16,7%
	Não assinada	8	66,7%
4. Gênero	<i>Opinativos</i>		
	Artigo	1	8,3%
	<i>Não opinativos</i>		
	Matéria	9	75,1%
	Nota	1	8,3%
	Reportagem	1	8,3%
5. Imagem	Fotografia	1	8,3%
	Sem imagem	11	91,7%
6. Fontes e/ou protagonistas	Governo / Ministério da Educação	1	8,3%
	Organismos Internacionais	4	33,4%
	Professores	2	16,7%
	Universidade	1	8,3%
	Não especificada	4	33,3%
7. Cita leis	Sim, outras	1	8,3%
	Não cita	11	91,7%
8. Ambiente educacional	Escola/Colégio	5	41,7%
	Faculdade/Universidade	3	25%
	Não especificado	4	33,3%
9. Comparação e diferenças	Sim	3	25%
	Não	9	75%
10. Temática secundária	Ensino superior	1	8,3%
	Biografias e exaltação de conquistas	1	8,3%
	Feminismo e direitos	1	8,3%
	Leis e melhorias curriculares	1	8,3%
	Estilo de vida e comportamento	2	16,8%
	Situação em outros países	6	50%
11. Tendência	Favorável	12	100%

Tabela 14. Dados quantitativos: *Jornal das Moças*.
Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar a autoria, nota-se que a maioria deles, 66,7%, não foi assinada. Em segundo lugar, os pseudônimos, que aparecem em 16,7%. O nome e o gênero dos redatores foram identificados em apenas dois textos da amostra, 16,7%, um homem e uma mulher, o que demonstra que o *Jornal das Moças* preferia não informar quem eram os autores de suas produções. O impresso reservava a assinatura à minoria dos textos sobre a temática, o que não significa dizer que o mesmo acontecia em outros assuntos. O dado não indica, necessariamente, que haveria uma relação entre esconder a autoria e o tema em si. É possível afirmar apenas que a decisão de ocultar a identidade se dá, evidentemente, no caso de pseudônimos e iniciais de nome.

Quando se analisa os gêneros mais frequentes na amostra, um dado chama a atenção: o número elevado de produções jornalísticas informativas, algo que não se via em outros períodos estudados na presente pesquisa. O *Jornal das Moças* publicou somente um texto opinativo, um artigo, sendo os demais distribuídos entre matérias, notas e reportagens, totalizando 91,7% da amostra, ou seja, 11 textos. É de se notar que, com o passar das décadas, os gêneros informativos começam a ocupar a maior parte da produção dos periódicos impressos, deixando os opinativos em segundo lugar, e os literários, cada vez mais raros. O dado caracteriza uma inversão gradual no volume dos gêneros com o avançar do tempo.

O quesito imagem não foi muito explorado pelo *Jornal das Moças* para os textos sobre a educação feminina. As fotografias aparecem em somente um deles, enquanto a maioria, 91,7%, não apresenta sequer ilustrações que sejam referentes aos textos sobre a temática. Os desenhos e fotografias surgem nas edições, mas geralmente relacionados a outros assuntos, como moda, beleza e anúncios publicitários diversos. O *Jornal das Moças* utilizava boa parte do espaço com a publicação de croquis de vestidos e acessórios de beleza, mesmo sem relação direta com os textos da página. Talvez por essa característica editorial, as matérias sobre educação não fossem as eleitas a receberem uma fotografia ou ilustração exclusiva.

Embora quatro textos não tenham fontes especificadas, 33,3%, a maior parte deles valorizou as opiniões e a origem das informações apresentadas pelos redatores. Em 66,7%, oito textos, vários segmentos da sociedade foram ouvidos, divididos entre: Ministério da Educação e Universidade, com uma menção cada; professores, citados em

duas matérias, 16,7%; e organismos internacionais, que obtiveram a maioria das fontes consultadas pelo *Jornal das Moças*, 33,4%, isto é, quatro textos. É possível dizer que a decisão de consultar e nomear fontes seja um reflexo da maioria de textos informativos sobre o tema, em detrimento dos opinativos.

A LDB não é citada em nenhum dos textos da amostra pesquisada. Tal dado pode ser explicado pelos temas secundários priorizados pelo *Jornal das Moças*. Quando o assunto é formação feminina, tem-se uma multiplicidade de assuntos associados, sendo 50% deles a situação em outros países, incluindo dados sobre educação. Estilo de vida e comportamento aparece em segundo lugar, com dois textos. Outros temas surgem de forma pontual e variada, com um texto para cada um dos subtemas: ensino superior, biografias, feminismo, direitos e leis educacionais. É interessante apontar que o assunto sobre a realidade educacional das mulheres de outros países foi tão frequente quanto a das brasileiras.

Os ambientes educacionais mais citados nos textos foram as escolas e os colégios, com 41,7% do universo amostral. As faculdades e universidades são mencionadas em 25% dos textos, enquanto em 33,3% o ambiente não foi especificado. As comparações entre o ensino dado às mulheres e aos homens aparecem em 25% dos textos, em contraponto com os 75% que não citam qualquer diferença entre os gêneros quando o tópico é educação feminina. Em termos quantitativos, o *Jornal das Moças* é favorável à instrução feminina, sem nenhuma objeção sobre níveis de instrução ou carreiras profissionais.

A análise geral permite sustentar que o colunismo social do *Jornal das Moças* é um dos espaços privilegiados do periódico, que de certa maneira também se relaciona à educação feminina em dois aspectos: as fotografias de formatura e a seção *Broto da Semana*, que traz entrevistas com jovens solteiras pertencentes à alta sociedade. O espaço apresenta um perfil das moças, o que inclui a formação educacional, os sonhos, a carreira e opiniões sobre família e casamento. Por não ser o tópico central da pesquisa, os textos não foram selecionados para a amostra. O mesmo aconteceu para os fascículos com moldes de costura, acordes para violão e partituras, que eventualmente apareceram nas edições pesquisadas.

As estatísticas internacionais ganharam espaço na cobertura tratando dos avanços educacionais e sociais das mulheres em outros países, como Índia, França, Estados Unidos e Japão, assim como de países em geral, com matéria sobre políticas da Organização das Nações Unidas (ONU) em favor das mulheres. O modelo defendido de que a mulher precisa se instruir para educar os filhos é bem reduzido na cobertura do período e surge um novo padrão: o de que a mulher tem capacidade intelectual igual ao homem e, por isso, pode conquistar novos espaços na sociedade. Para ilustrar, uma matéria trata da superação de uma menina que nasceu com uma deformidade nas mãos e, mesmo assim, aprendeu a escrever segurando o lápis com a boca.

Algumas matérias que abordam a educação da mulher salientam que, por meio de cursos profissionalizantes, as moças podem conquistar também um bom casamento. Um exemplo seria a costura, que além de garantir um recurso complementar, poderia ser um diferencial em benefício da própria família. A instrução é um desafio, uma conquista virtuosa para aquelas que a obtêm com esforço próprio. Todavia, o casamento para a constituição de uma família não pode ser descartado, mas sim valorizado, sendo ambos complementares para a mulher dos Anos Dourados.

7.2.2 Análise qualitativa

A primeira matéria jornalística do *Jornal das Moças* que será analisada teve como título “Duas entusiastas da costura” e foi publicada em 4 de fevereiro de 1960. O texto não foi assinado nem contou com imagens para ilustrá-lo. Aparentemente, a matéria pode ter sido traduzida do inglês de outro jornal ou revista, por se tratar de uma escola de costura dos EUA, com o depoimento de alunas e de uma professora. Resumidamente, o texto trata do funcionamento da escola de Pershing, detalha o número de alunas, as atividades, o sistema de ensino e a posterior inserção no mercado de trabalho, como modistas, estilistas e figurinistas. O texto integral pode ser consultado no apêndice 9, e os trechos mais relevantes estão transcritos a seguir:

Nancy Page e Angelina Milanovitch, assim como um número cada vez mais crescente de moças norte-americanas, são grandes entusiastas da arte da costura. Nancy e Angelina estudaram na Escola Secundária de Pershing, onde, como em tôdas as escolas congêneres dessa e de outras cidades, a costura é a parte integrante do curso de economia doméstica. ‘O interêsse

pela costura tem aumentado muito nos últimos anos’ – afirma a sra. Stella M. O’Connor, professora da escola de Pershing – ‘Setenta e cinco alunas estão atualmente matriculadas no curso inicial e outras vinte e cinco estão frequentando curso mais adiantado’. E acrescenta: ‘Cada um dos cursos dura dezoito semanas, período em que as alunas devem terminar pelo menos dois vestidos. Muitas delas, porém, executam mais do que isso. Outras costumam tanto em casa como na escola’. Assim que as jovens aprendem os pontos básicos manuais e se familiarizam com o uso de máquinas de costura simples, começam a aprender a ajustar modelos prontos às suas medidas individuais. (...) ‘Isto é apenas o começo’ – esclarece a sra. O’Connor – ‘Algumas de nossas alunas frequentam a nossa escola com a finalidade de se tornarem costureiras, figurinistas ou atividades correlatas’. Nancy Page está fazendo um curso universitário e Angelina Milanovitch trabalha como vendedora numa loja de artigos femininos (...). (*Jornal das Moças*, 04 de fevereiro de 1960, p. 28).

A matéria do *Jornal das Moças* traz um exemplo de outro país que conseguiu estabelecer uma escola profissional de costura com o objetivo de formar modistas, estilistas e figurinistas. As moças aprendiam a criar seus próprios vestidos em 18 semanas e poderiam conciliar o estudo com outras atividades, inclusive com a universidade, como é o caso de uma das entrevistadas, Nancy Page, ou o trabalho no comércio, como Angelina Milanovitch. A visão de carreira, mas também de um conhecimento útil para si mesma, para amigas e familiares também é descrita no texto, que parece ter a função de mostrar que há caminhos possíveis de profissionalização. Certamente havia escolas de costura no Brasil nos anos de 1960, mas o texto surge como o reforço de um modelo de sucesso a ser replicado.

A leitura histórica remete aos “Anos Dourados”. Os ideais de liberdade e oportunidades dos jovens, os belos vestidos das estrelas de cinema de Hollywood, a música norte-americana e outras manifestações artísticas também ecoavam no Brasil. A moda, os penteados impecáveis e o modelo da mulher como “Rainha do Lar” tinha um espaço cativo nas revistas femininas, como é perceptível nas fotografias e discurso do *Jornal das Moças*. A publicidade de eletrodomésticos e dos novos produtos de limpeza e beleza ocupava o espaço dos anunciantes do periódico, um reflexo da presença cada vez mais intensa da cultura dos EUA no país, em especial como influência de consumo nas classes média e alta.

A leitura enunciativa objetiva contar uma história de sucesso para as interlocutoras. O desejo de também aprender a costurar vestidos, assim como despertar

da curiosidade nas leitoras sobre o que as mulheres norte-americanas estudavam e quais atividades realizavam na vida cotidiana, dá o tom do texto. Seria natural que as interlocutoras sentissem vontade de aprender a costurar roupas da moda e pudessem, ainda, conciliar com outros estudos, o trabalho e as tarefas domésticas. O enunciador demonstra que o *Jornal das Moças* sabe o que acontece fora do país e traz para as leitoras as novidades em termos de estudo e profissão, utilidades para a vida das mulheres.

O discurso baseia-se no argumento da figura feminina dedicada ao aperfeiçoamento profissional em benefício de si mesma e, em um segundo momento, das amigas e familiares. Ademais, demonstra que é possível fazer mais de uma atividade simultaneamente, como frequentar a universidade ou trabalhar, sem prejudicar o curso. A dedicação aos estudos e a independência financeira das moças são vantagens subentendidas no discurso textual. Nota-se que a palavra “costureira” é valorizada quando associada a outras profissões, como modista, figurinista e estilista. O texto define que as norte-americanas são “entusiastas da arte da costura”, um ofício que é visto como promissor para as brasileiras. Uma interpretação complementar é que o texto seja um convite para que as moças estudem e se profissionalizem.

O segundo texto que será analisado qualitativamente foi publicado em 18 de fevereiro de 1960 e tem como título “Uma mulher simples, sábia e humana”. O artigo é de cunho biográfico e conta um pouco da história de “Marie-Louise Tonnelat”, particularmente sobre seus estudos, conquistas acadêmicas e dificuldades que enfrentou por ser mulher. A pesquisadora da área da física teórica ocupou espaços incomuns para o gênero feminino, mesmo no contexto europeu da primeira metade do século XX. Todavia, ao pesquisar sobre a cientista francesa, identificou-se que o seu verdadeiro nome era Marie-Antoinette Tonnelat, havendo um equívoco do *Jornal das Moças* em relação ao segundo nome.

A primeira parte do texto explana sobre um jornal de Paris, que teria publicado que se Marie-Louise Tonnelat fosse homem, “já seria professor do Colégio de França e membro da Academia de Ciências, onde, como todos sabem, não é permitida a entrada de mulheres”. Na sequência, o artigo traça um paralelo com outra cientista de notável importância mundial, madame Marie Curie, “que integrou a Academia de Medicina e

abriu às mulheres o ensino superior”. Nos trechos seguintes, o texto apresenta uma breve biografia de madame Tonnelat, exaltando as qualidades humanas que possuía e as conquistas acadêmicas, como o doutorado sob orientação do príncipe Louis de Broglie, Nobel de Física em 1929.

Se madame Marie-Louise Tonnelat fôsse homem – comentou recentemente um jornal de Paris – ‘já seria professor do Colégio de França e membro da Academia de Ciências, onde, como todos sabem, não é permitida a entrada de mulheres’. Em verdade, a própria madame Curie pertenceu apenas à Academia de Medicina, mas abriu às mulheres o ensino superior, onde elas foram tão bem sucedidas, colocando-se em nível bem superior ao dos colegas masculinos. Professora de física teórica no Instituto Henri Poincaré, madame Tonnelat conseguiu aliar seu aspecto simples a uma sabedoria de reputação internacional. Orfã aos quinze anos, Marie-Louise conseguiu rapidamente um diploma em filosofia e, graças ao seu conhecimento de matemática, não podia deixar de sentir-se tentada pela física nuclear. Apresentou, então, uma tese de doutorado sobre a teoria dos fatores e tornou-se uma das mais brilhantes colaboradoras do príncipe Louis de Broglie. Em sua passagem pelos estudos das letras e da filosofia, madame Tonnelat guardou um estilo e cultura que lhe permitem exprimir-se com elegância sobre os assuntos mais difíceis. Aliás, seu ilustre mestre, Louis de Broglie, último neto da madame de Staél, incitou-a sempre a dar importância à expressão, que ela também aprecia, bela e exata. Madame Marie-Louise Tonnelat é tão pouco ambiciosa, que preferiu seu ensino na Sorbonne ‘que lhe permitiu estar em contacto com muitos elementos novos’. E sem outra ambição senão aquela do trabalho bem feito, ela pode sentir-se feliz em formar elementos jovens, destinados a empunhar o archote do saber. A única característica que madame Tonnelat pode ter em comum com o prototipo das mulheres sábias lançadas por Molière, é uma voz. Voz de uma qualidade excepcional, doce, firme e disciplinada. Aquêles que a ouviram, dizem que seu espírito se aplica com felicidade a todos os assuntos que aborda (*Jornal das Moças*, 18 de fevereiro de 1960, pp. 54-55).

A leitura arqueológica remonta aos momentos da história em que as mulheres tentaram adentrar os universos acadêmicos anteriormente de domínio absoluto dos homens, como a física, a química, a matemática, entre outras ciências de igual importância. Foram as pesquisas e descobertas notórias em diversas áreas do conhecimento que fizeram com que muitos nomes femininos fossem referenciados até hoje. Embora algumas tenham recebido o devido reconhecimento, o texto do *Jornal das Moças* rememora duas dessas personagens, em que o discurso faz alusão às injustiças que sofreram como consequência da discriminação de gênero, como não terem a permissão de integrarem algumas academias científicas.

Ao contar a biografia de madame Tonnelat, com dificuldades e conquistas, o periódico diz à interlocutora que, se a cientista francesa conseguiu alcançar seus

objetivos acadêmicos e profissionais, que outras também podem conseguir, inclusive a própria leitora, naturalmente considerando a realidade e o contexto individual de cada uma. O título do artigo, “Uma mulher simples, sábia e humana”, reforça os valores da cientista biografada, como um modelo a ser admirado e seguido pela sua inteligência, qualidades humanas e coragem diante dos empecilhos que surgiram em sua trajetória.

A leitura enunciativa visa apresentar a história de madame Tonnelat, mas também despertar nas interlocutoras a empatia e a identificação pelas barreiras que enfrentou por ser do gênero feminino. É possível que parte das leitoras tenha passado por impedimentos por serem mulheres, o que pode ter acontecido no meio educativo, no mercado de trabalho ou em outras esferas públicas de domínio majoritariamente masculino no contexto em que viviam. Plantar a semente da indignação e do inconformismo nas leitoras é uma das estratégias discursivas do artigo, que embora seja sutil, propõe uma visão crítica sobre situações semelhantes. O texto convida à reflexão sobre se fatos semelhantes teriam acontecido em outras circunstâncias acadêmicas, mas teriam sido negligenciadas.

A linguagem do artigo enaltece principalmente madame Tonnelat, mas também lembra os feitos de madame Curie em benefício da ciência e das mulheres que se dedicam à pesquisa e à academia. O detalhe de ela ter sido uma menina órfã aos 15 anos gera o sentimento de mais admiração, a considerar que, pela circunstância, tenha sido ainda mais difícil atingir um grau acadêmico tão alto. O valor dado às qualidades que são atingíveis por qualquer pessoa, como a “simplicidade”, a “suavidade da voz”, “doce e disciplinada” e a capacidade de realizar um “trabalho bem feito” aproximam a biografada de uma figura humana, real, e por isso, possível de ser copiada em seu estilo pelas leitoras do *Jornal das Moças*.

No dia 13 de março de 1960, foi publicada na seção *A mulher no mundo* do *Jornal das Moças* um texto intitulado “Fator importante para a evolução dos povos, a educação da mulher”, de autoria de Maria Jani. Trata-se de um artigo jornalístico que ocupa duas páginas da edição, estando dividido em duas colunas, com os seguintes intertítulos: “O desejo de evolução” e “A colocação na ONU”, ambos complementares à abertura transcrita a seguir:

É nas mãos das mães que se sustenta o futuro do lar e dos filhos, mediante uma orientação eficaz determinada por sua instrução – Aumenta o número de mulheres com formação intelectual de grau secundário – Apoio da ONU (*Jornal das Moças*, 13 de março de 1960, p. 20).

O trecho que abre o artigo afirma que houve um aumento do número de mulheres com nível secundário, sendo tal dado importante por serem as mães a “sustentar o futuro do lar e dos filhos”. O apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) aparece como um órgão que teria contribuído com o avanço da instrução feminina. Ao citar a ONU, o texto torna a educação da mulher um tema que faz parte do debate no cenário mundial, transcendendo a esfera da realidade brasileira. Tem-se um argumento que está presente de forma repetida no discurso da maioria dos periódicos analisados, inclusive do *Jornal das Moças*: a mulher deveria instruir-se com a finalidade de bem educar os filhos e, assim, contribuir com o futuro de toda a sociedade.

A parte seguinte do artigo dedica-se a detalhar a ideia da abertura, reforçando o papel da mulher considerado essencial para “o progresso dos povos” e o “desenvolvimento social, econômico e cultural de cada grupo ou povoação”, conforme afirma o texto. Seria da mãe a função de irradiar conhecimento no âmbito doméstico, por isso deve ser instruída. No mesmo trecho, a autora lamenta o alto índice de analfabetos, o que inclui mulheres e crianças em idade escolar. Todavia, não há indicativo de quem seriam os responsáveis pelas estatísticas reveladas todos os anos. Os governos não são citados como os encarregados de gerir a educação em todos os níveis de ensino, deixando a crítica sem resposta.

Um dos fatores fundamentais para o progresso dos povos é a educação da mulher – escreve um semanário feminino. Os filhos, a família e a coletividade se beneficiam com os maiores conhecimentos adquiridos por ela, sempre que constitui a base do desenvolvimento social, econômico e cultural de cada grupo ou povoação. E é nas mãos das mães que se sustenta o futuro do lar e dos filhos, mediante uma orientação eficaz determinada por sua instrução. Por isso mesmo, é de lamentar a cifra de analfabetos adultos (bem mais aterrada que a de criança em idade escolar que não recebem instrução), incluindo mulheres, que as estatísticas anualmente revelam (*Jornal das Moças*, 13 de março de 1960, p. 20).

A passagem a seguir menciona que as afirmativas contidas no artigo tiveram como fonte uma publicação feminina, mas sem citar o nome, a autoria, nem o país de origem. A autora Maria Jani apresenta argumentos para afirmar que a mulher deseja progredir intelectualmente e que havia estatísticas que confirmavam esse avanço educacional, como a frequência nas escolas de ensino médio e especializada. No entanto, os dados estatísticos apresentados são de outros países, como Chile, Egito, Iraque e Sibéria, sem estabelecer conexão com a realidade feminina do Brasil.

O DESEJO DE EVOLUÇÃO – Não obstante, as mulheres não escondem desejo de evoluir e um progresso de alcance transcendental para a alfabetização já se faz notar, com o ingresso da mulher na escola secundária e especializada – frisa a citada publicação feminina. No Chile, por exemplo, a proporção de estudantes do sexo feminino que frequentam o curso médio é de cerca de 55%, enquanto que no Egito, no Iraque e na Sibéria as últimas cifras assinalam que a proporção é três vezes mais elevada que há trinta anos passados (*Jornal das Moças*, 13 de março de 1960, p. 20).

É nesse ínterim que o texto referencia os projetos desenvolvidos pela ONU e os números que mostram o avanço das nações no que tange à educação da mulher e outras áreas de igual importância. Ao final, a autora lança um questionamento sobre por quais motivos haveria um aumento rápido no ingresso das mulheres no ensino secundário e o mesmo não se observava nos ensinos primário e superior. O texto atribui a diferença ao desenvolvimento e aos fatores econômicos e sociais de cada povo, ou seja, a realidade local. Ao apresentar como fonte a Sra. Alva Myrdal, diretora do Departamento das Ciências Sociais da Unesco, o artigo deixa dúvidas sobre se as conclusões seriam respostas dela, da publicação feminina de onde algumas informações teriam sido retiradas, ou da própria autora.

A COLOCAÇÃO NA ONU – Segundo revelou recentemente a diretora do Departamento das Ciências Sociais da Unesco, Sra. Alva Myrdal, a ONU inclui em seu programa de assistência técnica projetos fundamentais tendentes a melhorar a condição da mulher nos planos sociais e políticos, econômicos e educativos. É interessante assinalar, por outro lado, que o número de mulheres com formação intelectual de grau secundário aumenta com extraordinária rapidez, enquanto essa progressão é muito menos importante no ensino primário e no superior. Quais são os motivos? Sem dúvida alguma o grau de desenvolvimento de cada povo, unido a dificuldade de ordem econômica e a fatores de caráter local (*Jornal das Moças*, 13 de março de 1960, pp. 20-21).

Novamente há indícios de que o artigo tenha sido traduzido de outro idioma para ser publicado no *Jornal das Moças*. O fato de as informações serem de uma publicação feminina sem referência e a entrevistada uma diretora da Unesco, sinalizam essa possibilidade. Embora os dados revelados no texto sejam interessantes, a realidade educacional da mulher brasileira é ignorada. A leitura histórica demonstra que já nos anos de 1960 havia uma atuação dos organismos internacionais em prol da instrução feminina em diversos países, o que incluía pesquisas e levantamentos sobre o tema.

A leitura enunciativa revela uma posição autoritária nas afirmações da primeira parte do texto. A exaltação da mulher no papel de mãe como uma figura fundamental para o “o progresso dos povos” pode, por um lado, valorizar o feminino, mas por outro parece colocar nas mãos das mulheres toda a responsabilidade pelo “desenvolvimento social, econômico e cultural” de uma nação, como argumenta o texto. A atribuição dessas tarefas à mulher torna-a responsável, mas também pode culpabilizá-la quando não há sinais de um progresso efetivo na condução dos filhos e no crescimento do país. O texto não menciona outros atores que fazem parte dessa engrenagem social, como os homens, enquanto pais de família, ou mesmo os governantes.

A interlocutora, sendo mulher e mãe, pode interpretar o artigo como uma valorização do seu papel no contexto familiar e social. Ademais, é convidada a instruir-se para cumprir de forma satisfatória o seu papel perante a coletividade. Perceber que a fonte mais importante do texto é uma mulher, uma diretora da Unesco, corrobora com o indicativo de que é possível alcançar postos de trabalho tão importantes com os estudos. Embora não haja informações sobre a realidade brasileira, o artigo visa servir de inspiração para que as mulheres conquistem níveis ainda mais elevados de instrução. O texto cita o alto índice de analfabetismo de adultos e crianças em idade escolar, uma realidade que ainda se fazia presente no Brasil da década de 1960.

A leitura de acontecimento conduz ao fortalecimento da imagem da mulher instruída. As expressões indicam o quanto é necessário que as mães estudem para que possam orientar os filhos. Mesmo com números ainda longe do satisfatório em termos educacionais, para o contexto da época era notável que houve um progresso na

mentalidade por meio da publicação e das afirmações do artigo do *Jornal das Moças*. Atribuir às mulheres o “o progresso dos povos”, mesmo que seja o peso de mais uma responsabilidade, pode ser entendida como uma posição de poder da mulher na família e, por conseguinte, em toda a sociedade.

Em 2 de junho de 1960 o *Jornal das Moças* publicou o artigo “Elas querem o diploma, mas também um marido!”, na seção *Feminismo a varejo*. O texto não é assinado e, como no analisado anteriormente, apresenta dados de outros países, em especial dos europeus. De forma sucinta, ele trata de uma pesquisa realizada na Universidade de Lund, na Suécia, pelo professor Lennart Woddberg, a qual revela que as universitárias, assim que ingressam nas instituições, “procuram não apenas conseguir o diploma, mas também um marido!”. Uma das evidências seria o percentual de acomodações para casais nas cidades universitárias.

ELAS QUEREM O DIPLOMA, MAS TAMBÉM UM MARIDO! – Um estudo realizado pelo professor Lennart Woddberg, da Universidade de Lund, na Suécia, sobre a situação dos estudantes com relação ao casamento, revelou que, no ensino superior, os estudantes demonstram cada vez mais, tendência para o matrimônio. ‘Isto acontece de um modo especial com as moças’ – esclarece o professor suéco – ‘pois, em muitos casos, na Europa, principalmente, assim que elas ingressam nas universidades, procuram não apenas conseguir o diploma, mas também um marido’. O professor Woddberg, que foi incumbido de planejar uma cidade universitária, realizou então, aquelas sondagens, para que pudesse opinar sobre as dimensões ideais dos apartamentos, optando pelas acomodações para casais, a fim de possibilitar o conforto necessário aos estudantes casados. A propósito, é o seguinte o resultado do trabalho do professor Lennart Woddberg sobre a porcentagem dos estudantes casados, nos diversos países da Europa: Suécia, 25%; Dinamarca, 20%; Finlândia, 15%; Noruega, 12%; França, 11%; Inglaterra e Holanda, 10%; Alemanha Ocidental, 6%; Suíça, 5%; Itália e Espanha, 0%. Na Universidade de Lund, onde o professor Woddberg ensina, entre o total de 5.000 estudantes de ambos os sexos, 1.200 são casados (*Jornal das Moças*, 2 de junho de 1960, pp. 28-29).

A leitura polissêmica sugere múltiplas interpretações, a liberdade de extrair sentidos em um discurso. Um dos significados do artigo poderia ser o da própria intenção discursiva, a de evidenciar que as mulheres estariam nas universidades à procura de maridos, algo paralelo à verdadeira razão de uma pessoa frequentar uma instituição de ensino superior. Essa interpretação pode sugerir uma diminuição dos anseios acadêmicos femininos, que só estariam na universidade para conseguir se casar,

não para obter um diploma. A universidade seria mais um lugar onde se pode encontrar homens interessados em compromisso, ou seja, um “bom partido”. Outra leitura é que, de fato, elas desejariam ambos: um marido e um diploma, indo contra o pensamento de que a mulher só poderia se dedicar a uma das opções, a carreira ou o casamento, sendo difícil conciliar as duas.

Ao analisar o sentido mais objetivo do discurso, a leitura parafrástica indica que o texto visa apresentar uma pesquisa que demonstra uma realidade específica, ou mesmo uma tendência para o futuro, revelada desde o título: “Elas querem o diploma, mas também um marido!”. É curioso notar que a conclusão da pesquisa baseia-se na interpretação de uma realidade concreta: a construção de apartamentos de uma cidade universitária, não com entrevistas com universitárias sobre suas intenções profissionais ou pessoais. Logo, o artigo pode ser considerado tendencioso ao se levar em conta apenas o título, e não a metodologia da pesquisa.

A leitura histórica é complexa de se apurar, já que se trata de uma realidade muito particular, os anseios de estudantes universitárias europeias de 1960. No entanto, o último parágrafo do texto revela que era crescente o número de mulheres na universidade, assim como o de pessoas casadas frequentarem um curso superior nos países citados. O artigo do *Jornal das Moças* não traz dados sobre o contexto universitário brasileiro, limitando-se em apresentar uma pesquisa que poderia descortinar para as leitoras uma tendência que se desenvolvia em outros países e que, talvez, poderia também ser uma realidade no Brasil.

A leitura enunciativa é autoritária quando afirma que “Elas querem o diploma, mas também um marido!”. A frase é generalista ao abarcar todas elas e, embora a pesquisa tenha o seu valor, ela não pode ser justificativa para a conclusão apresentada na chamada do texto. Dada a primeira interpretação, o interlocutor compreende que se trata de um professor de uma universidade da Suécia, ou seja, um profissional com autoridade para realizar pesquisas. Desse modo, a conclusão apresentada pode ser suficiente para confirmar o argumento central do discurso destacado no título. O ponto de exclamação no final da frase amplia o impacto da revelação, despertando a curiosidade para a leitura do artigo.

Os argumentos discursivos centram-se no resultado da própria pesquisa e na expressão de relevância do professor Lennart Woddberg para o leitor. As estatísticas elencadas, assim como a opinião do investigador, que afirma tal fenômeno se aplicar de “modo especial com as moças”, que procuram o diploma e um marido, simultaneamente. Por essa perspectiva, a universidade seria um lugar desejável, um ambiente propício para a conquista de ambos. Apenas no final do artigo existe o apontamento que trata os estudantes como casais, sem distinção de gênero. Não há qualquer referência de que os homens estariam à procura do diploma e também de esposas, mesmo que o próprio artigo afirme que havia homens em cidades universitárias coabitando com suas esposas, também estudantes.

Por fim, o texto “Elas querem o diploma, mas também um marido!” recebe o título para atrair leitores com uma linguagem lúdica e até espirituosa. Todavia, a leitura atenta e minuciosa indica caminhos diferentes sobre a pesquisa e a própria interpretação dos dados revelados no artigo. A compreensão de que casais poderiam cursar a universidade juntos, com base na igualdade intelectual, é um aspecto que foi pouco explorado no texto, mas que para os leitores pode representar uma ruptura no pensamento e nas diversas possibilidades acadêmicas, de relações entre os gêneros e também matrimoniais. A partir do texto, o mundo europeu poderia ser vislumbrado pelos leitores da época como diferente, progressista ou muito distante da própria realidade.

O último texto analisado do periódico feminino é de autoria de Guy A. Leonetti, com produção fotográfica de Iwata. Trata-se de uma matéria jornalística publicada em 15 de dezembro de 1960 com o título “Exemplo da força de vontade”. O texto é diferente do conjunto amostral, especialmente por se tratar da história de superação de uma estudante de 15 anos, que não faz parte das personalidades da elite brasileira da época, comumente presentes no *Jornal das Moças*. A matéria ocupa uma página inteira e por meio de linguagem singela retrata a habilidade desenvolvida por Neuza Tomazini Silva. Por causa de um problema congênito nas mãos, ela aprendeu a escrever usando a boca para segurar o lápis.

Fala-se com os olhos. Nem sempre a palavra escrita tem o poder de expressar tudo o que desejariamos. Aqui está uma reportagem. Com um texto curto. Duas fotos, apenas. O texto explica. As fotos mostram. Pouca coisa para muita coisa. É uma reportagem enviada pelos nossos colaboradores. Uma grande reportagem. Para Neuza Tomazini Silva não há obstáculos. Tudo se consegue, desde que a força de vontade esteja presente. Essa deve ser a filosofia da robusta garôta que vemos na foto. Nasceu ela com as mãos deformadas. Compreendeu que foi por vontade Superior. Sentiu desejo de aprender a escrever como qualquer menina de sua idade. Mas como não era possível com as mãos tentou escrever pela bôca e se adaptou. Escreve com muita facilidade e desembaraço. Contando com 15 anos e cursando o 2º ano da Escola Sta. Terezinha, no município de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, é ‘uma aluna eficiente e tão normal, como outras minhas alunas’ como disse sua professora Sra. Maria José Coelho Tristão Parize. Quando realizávamos esta reportagem, encontrava-se presente o Prof. João Cândido Falleiros – inspetor educacional – que viu na garôta Neuza tanto entusiasmo em aprender que está lhe pleiteando uma bolsa de estudos (*Jornal das Moças*, 15 de dezembro de 1960, p. 17).

Nas primeiras linhas, o texto desenvolve-se em frases curtas que visam causar o mesmo impacto sensível das fotografias. Uma adolescente de 15 anos que, pela força de vontade, conseguiu aprender a escrever. A narrativa expressa que é possível enfrentar os limites físicos para conseguir o que se deseja, mesmo que pareça impossível. O texto, que indica tratar-se de uma reportagem enviada pelos colaboradores do *Jornal das Moças*, é um convite à reflexão e à admiração dos leitores pela “filosofia robusta da garota”, como define o autor. O texto atribui o despertar de Neuza a uma “vontade Superior” de aprender, como qualquer menina da sua idade.

Conforme o texto, a habilidade desenvolvida pela estudante é considerada uma fonte de inspiração de que tudo se consegue com a força de vontade. A “facilidade e o desembaraço” com que Neuza escreve chamaram a atenção do inspetor educacional, que já pleiteava para ela uma bolsa de estudos. No discurso textual, o entusiasmo para aprender exerce a função de inspiração para os leitores com dificuldades para estudar. O encorajamento diante da superação do próximo é um fator substancial do discurso, que pode conduzir à emoção os leitores mais indiferentes.

As fotografias que ilustram a matéria têm papel preponderante na análise discursiva. A menina que escreve com a boca é motivo de curiosidade, tanto quanto de admiração. O reconhecimento por meio de uma bolsa de estudos também exerce a função de merecimento. O esforço repetido de Neuza e o chamado despertar “Superior”

tornaram a menina um exemplo de conquista do objetivo de se alfabetizar e, posteriormente, dar seguimento aos estudos. A professora Maria José afirma que a aluna “é eficiente e tão normal quanto as outras”, revelando que mesmo com uma deficiência ela desempenha as tarefas satisfatoriamente.

A leitura enunciativa conduz à interpretação de que a menina é digna de admiração por ser um “exemplo de força de vontade”, como afirma o título da matéria. O tom que remete à pureza das intenções, a dedicação de uma menina aos estudos e o apoio dos professores, representa uma figura incomum pela circunstância que enfrenta desde o nascimento. O discurso reitera que a personagem merece ter sua história de vida contada nas páginas do *Jornal das Moças*. O argumento textual não necessita de muitas estratégias para o envolvimento do interlocutor, como está expresso nas primeiras palavras da matéria: “Aqui está uma reportagem. Com um texto curto. Duas fotos, apenas. O texto explica. As fotos mostram. Pouca coisa para muita coisa”.

Em suma, a cobertura do *Jornal das Moças* nos primeiros anos de 1960 sobre o tema educação da mulher mostrou-se variada, com foco na união da instrução formal, da profissionalização e do comportamento social no período da adolescência até o casamento. O feminismo surge na cobertura de maneira pontual, assim como as questões relativas à situação educacional brasileira. Em geral, o foco está nos avanços e realidades das mulheres de outros países, como França, Japão, Índia e os Estados Unidos. Os organismos internacionais aparecem na cobertura sobre direitos das mulheres.

As jovens pertencentes à elite são destaque, bem como os hábitos, escolhas e visões de mundo. A educação é evidenciada como necessária, principalmente a escolarização secundária e os cursos complementares, como música, religião e idiomas. O ensino superior é pouco discutido se comparado aos conhecimentos da vida prática e profissional, como costura. As biografias de mulheres célebres e as histórias de superação são retratadas como modelos a serem reconhecidos pela obstinação e coragem. A instrução começa a ser colocada como um dos pilares para a satisfação pessoal. Todavia, a maior parte ainda é dedicada ao intento da mãe educadora dos filhos e, também, para estar mais bem preparada para ascender socialmente pela via do casamento.

7.3 Revista *O Cruzeiro* e *Jornal das Moças*: aspectos comparativos

Quando se comparam os discursos da revista *O Cruzeiro* e do *Jornal das Moças*, nota-se que há elementos em comum em ambas as coberturas. As entrevistas produzidas com jovens pertencentes às classes mais altas do Rio de Janeiro e de São Paulo são destaque. Nos dois periódicos, os perfis dessas personagens são destaque da cobertura, que apresentam seu modo de vida, estilo, comportamento, pensamentos e, inclusive, questões relativas às preferências educacionais e profissionais. As biografias de mulheres, principalmente de figuras históricas no cenário europeu, são de interesse de ambos os impressos. As tradições de outros países são motivo de artigos de curiosidade, o que inclui a educação feminina.

O modo de vida norte-americano, geralmente com foco nas representações do cinema, na cultura e no clima dos “Anos Dourados”, ganha espaço na cobertura, algumas vezes como exemplo de modernidade a ser seguido e, em outras, como um estilo que deve ser refutado pelo excesso de liberdade conferido às moças e à chamada “juventude transviada”. As fotografias de moda, os ambientes domésticos decorados e a própria apresentação das mulheres que ilustram as páginas das revistas servem de modelo idealizado para os interlocutores. Cenas cotidianas que mostram moças lendo, tocando piano ou sentadas próximas às mães são o retrato de uma geração que vivia sob a régua do tradicionalismo e a ruptura que se anunciava nos anos de 1960.

O casamento, a vida em família e o olhar sob a perspectiva das classes dominantes continuam sendo o eixo central da cobertura de ambos os periódicos, mesmo quando a educação feminina é o tema principal do texto. A elegância feminina é o reflexo de uma boa educação, tornando-se um dos requisitos para circular em ambientes frequentados pelas classes mais altas. A instrução da mulher, embora seja considerada necessária, ainda é apresentada como um dos meios que auxiliam na conquista de um bom marido. A moça instruída será a mãe educadora dos filhos, e os homens preferem as que se encaixem nesse perfil para a formação de uma família.

A criação da LDB aparece apenas na cobertura da revista *O Cruzeiro*, em especial sobre o Plano Nacional de Educação, mas sem foco às questões femininas. Sobre os gêneros textuais, as matérias e reportagens jornalísticas com fontes de informação qualificadas aparecem com mais expressão em ambos os impressos. Embora haja a presença de artigos opinativos, os gêneros literários quase desaparecem da cobertura no período, com poucas inserções na amostra total analisada. As imagens aparecem com mais vivacidade em ambos os periódicos, com destaque para as fotografias produzidas e o crescimento do fotojornalismo.

Em ambos os periódicos, a educação segue a linha de normatização do comportamento e das escolhas de vida, às vezes alinhavada pelo movimento feminista, mas de maneira pontual. A ideia da mulher moderna ganha força, mas sem abandonar o tradicionalismo, que prioriza o casamento para a formação da família. Mesmo diante dessa perspectiva, a educação feminina é incentivada e o discurso mostra-se favorável, mas desde que a mulher não abandone o destino de se casar e ter filhos, algo que parece inquestionável em termos discursivos. O ensino superior como meio que favoreça a profissionalização para a construção de uma carreira é sutil. A cobertura faz mais referências aos cursos de natureza prática, como corte e costura, que podem gerar rendimentos e apoiar a família na confecção doméstica de roupas.

A elevação do nível educacional começa a ser apresentada como uma das maneiras que levam à satisfação feminina. As formações científicas e médicas são valorizadas, especialmente em algumas entrevistas e no relato de personagens femininas históricas que romperam barreiras, como Marie Curie. É importante ressaltar que, na década de 1960, a necessidade da educação da mulher não é mais questionada pelos veículos impressos, tanto o de informação geral quanto o voltado ao público feminino. Por outro lado, a função que essa instrução terá no âmbito familiar e social ainda é debatida. As diferenças de instrução entre os gêneros, a função educacional entre mães e filhos e o que a mulher deve priorizar em termos educationais ainda fazem parte da tônica da cobertura do período.

CAPÍTULO VIII – ANÁLISE DO DISCURSO: REVISTA VEJA E REVISTA CLAUDIA (1996)

No *Capítulo VIII* serão desenvolvidas as análises do discurso de dois periódicos impressos escolhidos para marcar o período de regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996. Para tal, duas revistas nacionais com sede em São Paulo foram selecionadas: a *Veja*, como a de informação geral, e a *Claudia*, para representar a dirigida ao público feminino. Depois de uma explanação concisa sobre cada um dos periódicos, serão apresentados os estudos quantitativos e qualitativos da cobertura. Ao final, será feita uma comparação dos discursos de ambas as revistas sobre o tema da educação da mulher.

O período de 1964 até 1985 foi de sucessivos governos de uma ditadura militar que marcou profundamente a história do Brasil. Iniciado em 1983, o movimento político de cunho popular das “Diretas Já” visava principalmente à garantia do direito ao voto para o cargo de Presidente da República. As reivindicações culminaram na Assembleia Nacional Constituinte, sob a presidência de Ulysses Guimarães, para que, em 22 de setembro de 1988, o país reconhecesse a promulgação da chamada “Constituição Cidadã”. A alcunha deve-se ao fato de a lei ter sido criada em um contexto de redemocratização, e também por contar com a participação de diversos setores da sociedade civil em sua elaboração.

Sobre a Constituição de 1988, Fausto (2008, p. 288) afirma que o texto foi muito criticado, “por entrar em assuntos que, tecnicamente, não são de natureza constitucional, refletindo as pressões dos diferentes grupos da sociedade”. No entanto, o autor ressalta que tais medidas fizeram-se necessárias para que a lei fosse cumprida, em especial para garantir os direitos sociais, civis e políticos a toda a população brasileira, incluindo as chamadas “minorias”, como os povos indígenas e quilombolas. Mesmo com ressalvas, “a Constituição de 1988 pode ser vista como o marco que pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário” (Fausto, 2008, p. 289).

Com a democracia restabelecida no Brasil, abriu-se espaço para repensar as questões educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi regulamentada em 20 de dezembro de 1996 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e está em vigor até hoje. Uma das diferenças principais da versão denominada oficialmente Lei Darcy Ribeiro, sob o nº 9.394/96, foi incentivar que os ambientes educacionais fossem espaços que valorizassem a democracia, a diversidade cultural e a formação individual. A ideia era ampliar o acesso à educação para toda a população e aumentar o investimento público e privado no setor.

É no contexto de um país que se reorganizava democraticamente e com a proposta de uma visão mais plural acerca da escolarização do povo brasileiro, que a presente análise irá concentrar-se. A cobertura dos impressos sobre a educação da mulher no marco final desta investigação compreende os anos de 1995, 1996 e 1997, da revista semanal *Veja*, e da feminina *Claudia*, com periodicidade mensal. Ambas as publicações pertencem ao Grupo Abril, com sede em São Paulo, e continuam em circulação nas versões impressa e digital.

A revista *Veja* foi fundada em 11 de setembro de 1968, completando 54 anos em 2022. Segundo Scalzo (2003, p. 31), a *Veja* foi lançada seguindo os moldes da publicação norte-americana *Time*. A autora afirma que a revista enfrentou dificuldade durante anos, “contra os prejuízos e contra a censura do governo militar, até acertar sua fórmula”. As vendas melhoraram quando a revista passou a ser vendida por assinatura, em 1971, chegando ao patamar de ser a revista de informação geral mais lida e mais vendida do Brasil durante anos.

Sobre a revista semanal *Veja* em relação às outras publicações informativas do mesmo período, Barbosa (2020, p. 100) afirma que as revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* são exemplos de um “projeto de jornalismo que recebeu a alcunha de interpretativo”. Conforme Scalzo (2003, p. 31), “a primeira concorrente da *Veja* foi a *Visão*, que já existia quando a publicação foi lançada. Depois vieram as revistas com linha editorial similar, como *Isto é*, *Senhor*, *Afinal* e *Época*”.

A revista *Claudia* teve sua primeira edição lançada em outubro de 1961, com uma tiragem de 150 mil exemplares por mês, o que a levou a liderar ao longo de anos o segmento das revistas femininas brasileiras. Conforme Maranhão (2016, p. 86), a *Claudia* foi concebida para tratar de assuntos domésticos, da educação dos filhos, moda, consumo e temas tabus, como sexo e aborto. Segundo o autor, a revista adotou como modelo as revistas femininas *Arianna*, da Itália, e a *Ladies' Home Journal*, dos Estados Unidos.

Pela liderança e posição das revistas *Veja* e *Claudia* nos segmentos editoriais impressos de informação geral e especializada para o público feminino, ambas foram selecionadas para compor a amostra do período investigado. A seguir, serão apresentadas as análises quantitativas e qualitativas das revistas, com os textos organizados em ordem cronológica de publicação. As capas ilustrativas de cada uma delas podem ser vistas no apêndice 1, e os textos, nas versões impressas de acordo com as edições originais de *Veja* e *Claudia*, estão disponíveis para consulta nos apêndices 10 e 11, respectivamente.

8.1 Revista *Veja*

No dia 22 de janeiro de 2020 foi realizado o levantamento da amostra de *Veja*, disponível no acervo histórico digital da própria revista. O período selecionado refere-se aos anos de 1995 e 1997, sendo o dia 20 de dezembro de 1996 o que marca a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Para selecionar os textos foram usadas as palavras-chave definidas previamente, conforme a metodologia da pesquisa. Em 1995 e 1996, foram 53 edições para cada ano, e em 1997, 52 edições, totalizando 158 exemplares analisados.

8.1.1 Análise quantitativa

Após a leitura e identificação dos textos da revista *Veja* sobre o assunto investigado, a amostra foi analisada para a estratificação e classificação dos dados. No total, foram coletadas cinco reportagens que fizeram alguma alusão ao tema educação da mulher, quatro antes da regulamentação da LDB e uma após o marco legal. Todavia, pode-se afirmar que não há relação entre o volume de textos antes e depois da lei, considerando que em nenhum deles há a menção da legislação educacional diretamente. A seguir, a tabela 15 com os números relativos à revista *Veja*:

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	4	80%
	Depois	1	20%
2. Seção/Editoria	Comportamento	1	20%
	Educação	2	40%
	Internacional	1	20%
	Sociedade	1	20%
3. Autoria	Homem	2	40%
	Mulher	1	20%
	Não assinada	2	40%
4. Gênero	<i>Não opinativos</i>		
	Reportagem	5	100%
5. Imagem	Fotografia	5	100%
6. Fontes e/ou protagonistas	Diretor de colégio	1	20%
	Governo / Ministério da Educação	1	20%
	Pessoa física (mulher)	1	20%
	Professores	1	20%
	Universidades	1	20%
7. Cita leis	Sim, outras	1	20%
	Não cita	4	80%
8. Ambiente educacional	Curso artístico	1	20%
	Curso pré-vestibular	1	20%
	Escola/Colégio	1	20%
	Faculdade/Universidade	2	40%
9. Comparação e diferenças	Sim	4	80%
	Não	1	20%

10. Temática secundária	Curso técnico/profissionalizante	1	20%
	Ensino superior	1	20%
	Estilo de vida e comportamento	2	40%
	Feminismo e direitos	1	20%
11. Tendência	Favorável	5	100%

Tabela 15. Dados quantitativos: *Veja*.
Fonte: Elaboração própria.

Ao lançar um olhar analítico sobre as seções em que os textos foram publicados na *Veja*, identificou-se que elas foram variadas, com 40% na editoria de *Educação* e 60% distribuídas igualmente entre *Comportamento*, *Internacional* e *Sociedade*, com 20% em cada uma delas. O resultado demonstra que a revista tinha como princípio editorial a organização dos assuntos de maneira a identificá-los antecipadamente para os leitores, evitando que reportagens não se enquadrem em editorias nomeadas, ou em seções chamadas de *Geral*.

É interessante observar que todos os textos sobre o tema são classificados como do gênero jornalístico não opinativo, 100% da amostra analisada. Tal evidência revela uma tendência crescente dos textos informativos em detrimento dos opinativos e literários, uma mudança que se nota com o avançar das décadas nos períodos estudados na presente investigação. Sobre as imagens que ilustram as páginas da revista *Veja*, todas as matérias sobre a educação da mulher tiveram fotografias, mapas, desenhos, tabelas, gráficos e infográficos para acompanhá-las e auxiliar na exposição dos temas discutidos.

Em termos de produção dos textos, as mulheres aparecem, mas em minoria, contando com 20% das publicações. Os homens assinaram 40% das matérias, e as sem autoria, os demais 40% do universo analisado. Os números refletem que havia a participação de ambos os gêneros para tratar de assuntos referentes à educação feminina. A favorabilidade é uma tendência em 100% dos textos analisados, o que significa que todos mostraram-se em defesa do desenvolvimento educacional das mulheres. Nesse caso, a autoria não tem nenhuma relação com a promoção dos direitos à escolarização, em qualquer nível.

É interessante notar que, embora não haja elementos que indiquem impedimentos sobre a evolução feminina em termos educacionais, em 80% dos textos analisados é perceptível a comparação entre os gêneros, que envolvem aspectos diversos, desde as características cerebrais, os direitos da mulher, as terminologias mais adequadas e as atividades educacionais complementares para meninos e meninas. Em 20% não há comparação ao âmbito curricular, e a educação é tratada com base em princípios de igualdade entre os gêneros, sem especificação.

As temáticas secundárias nas reportagens apresentaram-se diversas. Textos sobre estilo de vida e comportamento somaram 40% da cobertura. Cursos técnicos e profissionalizantes, ensino superior, feminismo e direitos foram abordados, com 20% para cada um deles. Os ambientes educacionais presentes na cobertura foram variados, com 40% dos textos sobre faculdades e universidades. Os demais foram dedicados às escolas artísticas, curso pré-vestibular, escolas e colégios em geral, com 20% para cada um dos ambientes de ensino.

As fontes de informação são a base das produções jornalísticas analisadas da revista *Veja*, com pouco espaço para opiniões dos redatores. Há pluralidade de especialistas, cientistas, personagens e atores sociais que declaram opiniões sobre os temas discutidos. De forma geral, as fontes são pesquisadores e professores universitários, diretores de colégios particulares, estudantes e o poder público. Nota-se uma participação de fontes diversas, em geral mais de uma para cada um dos textos analisados da amostra. Estudos científicos ganham espaço na cobertura, bem como representantes governamentais.

Uma análise geral da cobertura da *Veja* sobre o tema evidencia que, quando se trata de feminismo ou da conquista de novos espaços pelas mulheres na sociedade, a educação surge como um dos aspectos citados. O feminismo é destacado como um movimento legítimo e presente na sociedade, embora visto com ressalvas em alguns momentos. As discussões sobre a igualdade de gênero surgem com base em terminologias e adequação dos espaços educativos para receber meninos e meninas. Há, ainda, discussões amplas sobre as diferenças entre a qualidade do ensino de escolas públicas e privadas e o investimento das famílias com educação, apresentando recortes secundários sobre o direito ao acesso ao ensino de qualidade.

Temas de vanguarda para a década de 1990 aparecem na cobertura, como a presença significativa de mulheres no mercado de trabalho, o processo de informatização e os estudos da neurociência. As abordagens e fontes consultadas com interface internacional permanecem na cobertura sobre a educação feminina, com destaque para a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher na ONU e pesquisas de universidades dos Estados Unidos sobre assuntos relacionados ao tema.

8.1.2 Análise qualitativa

O primeiro texto que será analisado da revista *Veja* foi publicado na seção *Internacional* no dia 06 de setembro de 1995, com o título “O expresso feminista”. De autoria de William Waack, a reportagem traz um panorama sobre a viagem de trem de Varsóvia a Pequim para a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher na ONU. Além da pluralidade de vozes de representantes de vários países, fotografias e o mapa do trajeto, a garantia dos direitos das mulheres foi o que prevaleceu no discurso, incluindo a educação feminina. O trecho em que o tema foi colocado está destacado a seguir, e a matéria completa pode ser encontrada no apêndice 10:

PRIORIDADE É COMBATE À POBREZA – Apesar de décadas de crescimento econômico, nenhum país no mundo trata a mulher da mesma maneira como trata o homem, em termos absolutos. Elas são mais pobres, menos educadas, mais mal pagas, perdem primeiro o emprego e têm menos acesso a decisões econômicas e políticas. Da massa de 1,3 bilhão de pessoas consideradas pobres no planeta, 70% são mulheres. A 4ª Conferência da ONU sobre a Mulher, que começa nesta segunda-feira em Pequim, examina uma abrangente e controversa estratégia para ao menos diminuir as diferenças entre os sexos. Ela inclui sugestões como um cronograma para dar mais poderes às mulheres (recomendando cotas de 30% de mulheres em instituição políticas, iniciativa aprovada pela primeira-dama Ruth Cardoso, chefe da delegação brasileira), reforma de leis trabalhistas para incentivar mulheres a participar do mercado de trabalho, legislação para eliminar todo tipo de discriminação (num prazo de dez anos), programas para melhorar a educação, a saúde e até a situação financeira (através de créditos especiais). Item central é o combate à pobreza: reduzi-la significa atender em primeiro lugar às necessidades das pessoas mais prejudicadas, as mulheres (...) (*Veja*, 06 de setembro de 1995, p. 48).

O tema educação da mulher foi discutido na reportagem de maneira pontual, considerando que os direitos das mulheres são bastante amplos e o texto dedicou-se,

principalmente, à viagem de trem de oito dias para a participação da delegação de 199 mulheres na Conferência da ONU. A troca cultural, os cursos e as experiências de sucesso dos diferentes países foram a tônica do discurso, assim como os novos desafios do movimento feminista, com atenção especial ao enfrentamento à pobreza e à discriminação.

No trecho selecionado, o autor revela que, em termos globais, as mulheres seriam “menos educadas” que os homens. Além disso, o texto destaca que a primeira-dama Ruth Cardoso, chefe da delegação brasileira, teria elaborado um cronograma que incluiria “programas para melhorar a educação”. O discurso evidencia que as diferenças de direitos e oportunidades são uma realidade e que o movimento em prol de mudanças tem o apoio direito do governo brasileiro por meio da figura de Ruth Cardoso, participante da Conferência da ONU.

O discurso geral da reportagem não apresenta vozes discordantes, que indicariam que os direitos requeridos pelas mulheres não fossem legítimos. O foco do texto é a viagem de trem e as causas defendidas pelo movimento feminista de vários países. O papel da ONU, como organismo internacional responsável pelo evento, teria sido reunir as representantes de todo o mundo para discutir os problemas enfrentados pelas mulheres e, ainda, propor mudanças que atendam às necessidades em âmbito global, respeitando as diferenças culturais.

A leitura arqueológica revela um momento histórico no qual o Brasil participava de maneira ativa em prol dos movimentos sociais, incluindo o feminismo. Pode-se dizer que Ruth Cardoso foi uma figura atuante nesse cenário, ao fomentar políticas públicas em favor das mulheres. O espaço de debate promovido pela ONU em prol dos direitos das mulheres fica evidente no discurso, bem como nas colocações das entrevistas ao longo da reportagem. As dificuldades enfrentadas por mulheres de vários países são apresentadas no texto como um aspecto comum, tornando a luta por direitos e mais oportunidades uma causa coletiva, independentemente do país de origem ou nacionalidade.

É curioso notar que o enunciador é um homem, William Waack, que participa da viagem e retrata suas impressões sobre o trajeto. O jornalista revela detalhes sobre o

trem, as paisagens e as situações curiosas que presenciou no percurso, alternando entre entrevistas com as passageiras, dados estatísticos sobre a situação feminina no mundo e as resoluções da ONU sobre os direitos das mulheres. A visão geopolítica do enunciador mescla-se com as opiniões das conferencistas, o que torna a reportagem abrangente e interessante. O enunciador apresenta-se como um curioso, mas também como um conhecedor do feminismo e dos possíveis desdobramentos do encontro.

A leitura argumentativa é lúdica e dialética, na medida em que o enunciador utiliza-se do discurso da aventura de uma viagem de trem de 9.100 km, com 199 mulheres e 12 homens a bordo. Ao longo da viagem, o enunciador apresenta para o interlocutor as personagens, as causas que defendem e o discurso que une as mulheres de várias nações que participariam do encontro. O discurso coloca o direito à educação como um dos fatores que reduziriam a discriminação, a pobreza e a desigualdade social entre os gêneros. A reportagem cita o programa para melhorar a educação das mulheres no Brasil, mas não detalha de que maneira seria desenvolvido na prática.

O segundo texto jornalístico selecionado da revista *Veja* recebeu o título “Espaço pequeno” e foi publicado no dia 15 de dezembro de 1995 na editoria *Sociedade*, sem autoria assinada. De maneira geral, a matéria discorre sobre o espaço feminino no meio computacional, desde os cursos na área, a participação no mercado de trabalho, até o uso de plataformas digitais pelas mulheres. Os trechos que abordam as questões educativas aparecem destacados ao longo da análise, e as páginas da matéria na íntegra estão no apêndice 10. Logo no início, o texto apresenta uma pequena biografia da cientista americana Grace Hopper, doutora em matemática e inventora da primeira linguagem comercial de programação, a COBOL:

Quem é a mulher glamourosa mulher de unhas escarlate e camélia na lapela da foto ao lado? Uma dama do teatro dos anos 40? Anfitriã de saraus literário-artísticos na Inglaterra dos anos 20? É Grace Hopper, cientista americana, doutora em matemática pela Universidade de Yale (1934) e pioneira em ciências da computação. Inventou a primeira linguagem comercial de programação, COBOL (acrônimo para Common Business-Oriented Language, ou Linguagem Comum para Uso Comercial), por volta de 1959 – os programas em COBOL tendem a ser prolixos, mas são compreensíveis, o que ajuda o programador a fazer mudanças ou correções (...) (*Veja*, 15 de dezembro de 1995, p. 130).

Na segunda parte, o texto discorre sobre a atuação feminina nos meios digitais e destaca que as mulheres estariam em desvantagem ao se comparar com os homens, a começar pela conquista de diplomas de pós-graduação na área de informática. Para evidenciar a situação, a reportagem apresenta dados estatísticos sobre o percentual de estudantes em áreas correlatas, como engenharia e ciências da computação. O texto utiliza-se de pesquisas para justificar essas diferenças, como os resultados obtidos por meninos e meninas em testes de matemática, mas, finalmente, conduz o leitor à conclusão de que comparar tais números seria de um equívoco metodológico.

Qualquer que seja a área de contato da mulher com a nova tecnologia – como simples usuária ou profissional do ramo –, a atuação feminina está muito aquém das conquistas que havia consolidado no mundo pré-virtual. Nos Estados Unidos, onde as mulheres abocanham quase 40% de todos os diplomas de pós-graduação, o número de Ph.D. em ciências da comunicação mal chega aos 15% do total. Em ciência e engenharia, segundo caminho mais rápido para fazer carreira na era da informática, a bancada feminina está mais sólida: são quase 30%. Minoria entre alunos, as mulheres virtualmente não existem como professores titulares nas duas disciplinas: 97% deles são homens. Uma das explicações mais frequentes sobre a presença rarefeita de mulheres nas profissões ligadas à ciência da computação se baseia num amplo estudo divulgado nos anos 70 demonstrando que meninos se saíam melhor em testes de habilidades matemáticas do que meninas. Uma década mais tarde, o estudo foi varrido para baixo do tapete, quando outra pesquisa demonstrou que a diferença era de apenas 1% quando se levava em conta o quanto a criança havia sido exposta à matemática anteriormente. Mas o clichê permanece (*Veja*, 15 de dezembro de 1995, p. 130).

No decorrer do texto, outros argumentos surgem para explicar a baixa adesão feminina aos meios digitais, o que inclui a presença acadêmica, como estudante ou na docência. Um deles é de James McGroddy, vice-presidente sênior de pesquisa da IBM da época, que faz a seguinte afirmação:

FORÇA-TAREFA – ‘Na ciência da computação não há muitas mulheres por ser uma ciência ainda recente’, prefere argumentar o vice-presidente sênior de pesquisa da IBM, James McGroddy (*Veja*, 15 de dezembro de 1995, p. 130).

Há ainda outras explicações, como a de Cornelia Brunner, diretora adjunta do Centro de Tecnologia para Crianças, em Nova York, que afirma que as meninas buscam

outros tipos de atividades, “como as que envolvem socialização, solução de problemas e conteúdo mais próximo à vida real”:

Segundo Cornelia Brunner, diretora adjunta do Centro de Tecnologia para Crianças, em Nova York, meninas buscam especificamente atividades que envolvem socialização, solução de problemas e conteúdo mais próximo à vida real, em vez de programas mais fantásticos e desconectados da vida real. O megafabricante Sega finalmente começou a acordar para o segmento. Montou uma Força-Tarefa para Meninas, que há dois anos estuda a questão e começa a dar resultados (*Veja*, 15 de dezembro de 1995, p. 131).

Em um trecho adiante, a matéria destaca um curso de computação em São Paulo voltado para mulheres com mais de 40 anos. O objetivo era ensinar a criação de logotipos e peças de papelaria para as que desejassem abrir uma empresa na área. As experiências educacionais em informática e as pesquisas voltam a ser referenciadas no texto sob diversos aspectos, incluindo o comportamental das mulheres em salas de aula informatizadas:

Uma ponta caseira atende pelo nome de ‘Primeiros passos da idade da loba’, um curso de computação inaugurado no início do ano pela empresa Imagics, de São Paulo, voltado para mulheres com mais de 40 anos. As alunas escolhem a periodicidade e o turno que desejam frequentar e aprendem desde a criação do logotipo de uma empresa fictícia até a elaboração de cartões de visita, envelopes e papéis timbrados. ‘Percebi que o sonho da maioria das mulheres nessa idade é montar uma empresa própria’, diz o proprietário, Rodrigo Sampaio Leite Filho. No curso há um computador para cada aluno, o que é raro em aulas de computação. ‘Tentei colocar duas pessoas por micro, mas elas ficaram envergonhadas, com medo de errar, e o curso não andava’. Uma outra pesquisadora americana, Danielle Bernstein, num estudo intitulado ‘À procura de uma educação sem paradigmas de gênero em ciência da computação’, chegou a uma conclusão de uso diferenciado (*Veja*, 15 de dezembro de 1995, pp. 132-133).

A leitura polissêmica abre espaço para diversas interpretações sobre os apontamentos do texto. O centro da discussão é tentar desvendar porque em meados da década de 1990 as mulheres eram minoria na esfera computacional, já que teriam conseguido equiparação aos homens em outras áreas do conhecimento. Embora a informática ainda fosse uma novidade para muitas pessoas, as pesquisas e opiniões apresentadas tentam encontrar respostas para uma tendência que se desenhava naquela época. Todavia, o próprio texto ressalta que não consegue dar um veredito, mesmo com tantas hipóteses a respeito.

Quando o olhar analítico está voltado para a interpretação histórica, é interessante observar que o texto apresenta um paradoxo, no qual relaciona o pioneirismo da programadora Grace Hopper à baixa adesão feminina aos meios computacionais daquela época. A matéria exalta os feitos e a inteligência da cientista e demonstra como, na vida prática, a informática ainda é estranha para a maioria das mulheres, seja no ambiente acadêmico, como usuária das novas tecnologias, seja como profissional atuante no mercado de trabalho. A matéria apresenta pesquisadores e estatísticas da realidade norte-americana, mas também iniciativas brasileiras, como o curso em São Paulo.

Uma interpretação sobre o sujeito enunciador está alinhada à apresentação de dados e opiniões de diferentes pesquisas e especialistas para que o interlocutor possa elaborar as próprias conclusões sobre por quais razões as mulheres teriam um espaço pequeno no universo computacional. Deve-se considerar que havia uma expansão nos anos 1990 dos meios informáticos no Brasil, e que as iniciativas de promoção da igualdade de direitos haviam contribuído com o acesso feminino a novos setores da sociedade. Para tanto, a matéria destaca os números que comparam mulheres e homens sobre o interesse, o conhecimento e o sentimento relacionado ao uso do computador. Em todos os percentuais, o grupo feminino aparece em desvantagem, mesmo que sutil.

A leitura argumentativa pode classificar o discurso como dialético à medida que traz informações de fontes variadas para o interlocutor, sem impor apenas um ponto de vista sobre os aspectos discutidos. Os questionamentos evidenciam o quanto as mulheres têm representatividade na ciência da programação e no âmbito acadêmico, mas quando se observa os números sobre usabilidade, revela-se uma discrepância entre os gêneros. O discurso textual desperta o interesse e engaja o interlocutor ao afirmar, no último parágrafo, o apelo da pesquisadora Susan Herring, da cadeira de linguística da Universidade do Texas, que diz “a todas as mulheres”:

Não existe poder maior do que o de definir valores. A estrutura da Internet, sobretudo nestes tempos em que está em gestação, formação, evolução, oferece uma oportunidade. Não a deixem passar. Participem! (*Veja*, 15 de dezembro de 1995, p. 133).

A reportagem “Neurônios que fazem a diferença”, analisada a seguir, é de autoria de duas jornalistas, Karina Pastore e Valéria França. O texto foi publicado em 22 de março de 1995, na editoria *Comportamento* da revista *Veja*. O subtítulo apresenta um resumo sobre o assunto discutido na matéria: “As dessemelhanças cerebrais entre homens e mulheres começam a ser desvendadas pela ciência”. A matéria trata de pesquisas sobre as diferenças entre os cérebros, com conclusões e opiniões de cientistas a partir de estudos sobre os hemisférios cerebrais e o comportamento humano.

A matéria traz em destaque algumas frases de filósofos e escritores sobre as diferenças no modo de pensar de homens e mulheres, como Alexandre Dumas, Camile Paglia e Jean-Paul Sartre. Os quadros com figuras e legendas visam ilustrar as comparações cerebrais descobertas nos estudos científicos. As fotografias computadorizadas do cérebro humano e a ativação dos hemisférios em cada gênero também auxiliam na compreensão dos resultados da pesquisa. As comparações sobre como cada gênero lida com a tristeza, a forma de se comunicar e resolver problemas são os elementos centrais do discurso.

Na primeira parte da matéria, as autoras explanam sobre algumas distinções identificadas na forma de ser e agir de mulheres e homens com base na neurociência, como o jeito de andar, ler um livro, lidar com as emoções e até descansar. A partir disso, fazem referência aos conhecimentos da psicologia, biologia, sociologia e estudos culturais que tentam explicar porque há diferenças comportamentais e cerebrais entre os gêneros. Os trechos que abordam os aspectos educacionais, intelectuais e de aprendizagem feminina foram separados para a análise, a seguir:

(...) O fundamental é lembrar que o feminismo quebrou uma noção de hierarquia entre homens e mulheres que acompanhava a humanidade havia milênios e que, além de fincar estacas na religião, na cultura, na economia e na política, chegou à grande ciência, seduzindo até mesmo o sábio Charles Darwin, pai da Teoria da Evolução, que morreu convencido de que ‘a faculdade mental média do homem deve ser superior à da mulher’. As pesquisas atuais têm o cuidado de nada dizer sobre superiores e inferiores. O que elas informam é que, mesmo diante de um novo ambiente, menos desigual em direitos, homens e mulheres têm diferenças determinadas pela natureza e que elas começam pelo órgão mais nobre do corpo – o cérebro, no qual estão armazenadas ideias, valores e códigos de comportamento (...) (*Veja*, 22 de março de 1995, p. 76).

A passagem menciona a diferença de paradigma ao comparar as teorias de Charles Darwin com a abordagem dos cientistas que despontavam nos anos 1990. Ademais, ressalta que o feminismo rompeu com as questões hierárquicas entre homens e mulheres que se mantinham há milênios. O trecho apresenta uma perspectiva de distinções sobre a mesma circunstância, evitando indicar elementos que sejam considerados superiores ou inferiores em termos comparativos do cérebro feminino e do masculino. Os aspectos culturais, ambientais e de oportunidades são citados como fatores que podem favorecer algumas dessas distinções, sem deixar de lado o fator da ancestralidade e da genética.

(...) Testes realizados em diversas partes do mundo dizem que, em função cerebral, os homens são superiores em áreas do conhecimento como a matemática, a física e a tecnologia. Por combinar melhor tanto o lado da razão como o da emoção, as mulheres têm, em entre outras diferenças, uma memória mais sensível, que registra detalhes em toda a sua riqueza. Isso explica, pela ciência, por que sabem onde estão as meias. As mulheres, efetivamente, têm maior capacidade para encontrar pequenos objetos, assim como são mais hábeis para trabalhos manuais delicados, tanto o tricô de antigamente, como a montagem de equipamentos eletrônicos de hoje em dia em empresas que contratam apenas mulheres como operárias – não apenas porque elas ganham menos, mas principalmente porque são comprovadamente mais competentes no serviço. Já o cérebro dos homens estaria mais mal equipado para isso (...) (Veja, 22 de março de 1995, p. 78).

Após apresentar exemplos sobre como mulheres e o homens utilizam os hemisférios cerebrais em situações do cotidiano, o texto cita que houve feministas que alegaram que o cérebro da mulher seria mais complexo por utilizarem ambos os lados simultaneamente, e com mais intensidade, ao realizar tarefas únicas. Todavia, o chefe da pesquisa, Bennett Shaywitz, ressaltou que não há dados empíricos suficientes que confirmem tal superioridade cerebral, a considerar que pessoas de ambos os gêneros conseguiram resolver bem as questões propostas na investigação.

(...) De outro lado, já houve feministas que alegaram que, por envolver os dois hemisférios mais intensamente no desempenho de uma única função, o pensamento feminino seria mais complexo. Partiu, contudo, do próprio chefe da equipe de Yale, Bennett Shaywitz, o esclarecimento. ‘Não conseguimos um único dado empírico que aponte a superioridade intelectual de homens e de mulheres’, diz. ‘Indivíduos de ambos os sexos saíram-se igualmente bem nas questões que lhes propusemos’ (Veja, 22 de março de 1995, p. 82).

A leitura parafrásica procura a essência do texto, a interpretação mais objetiva de um conjunto discursivo complexo. A reportagem “Neurônios que fazem a diferença” tem a intenção de apresentar como a ciência explicava naquela época as diferenças cerebrais de homens e mulheres. Mesmo que o texto destaque as distinções biológicas e os caminhos que cada gênero utiliza para resolver problemas e relacionar-se com as situações do dia a dia, a matéria não sugere que haja superioridade de um em relação ao outro. Os dados das pesquisas são mostrados em tom de curiosidades e elucidação, quase didática, com o intento de valorizar cada aspecto e não promover embates, dando ênfase ao jeito de ser de cada gênero, como distintos e complementares.

Ao interpretar a reportagem com base na leitura histórica, é possível relacionar a cobertura de temas da biologia, da neurociência e da genética ao chamado *Projeto Genoma*, que teve avanços significativos nos anos 1990, com o objetivo de sequenciar o DNA humano. A criação e o acesso aos novos instrumentos de medição e produção de imagens, como os equipamentos de ressonância magnética, entre outros, possibilitaram que os cientistas ampliassem o universo de investigação e, por conseguinte, tornarem-se pauta jornalística. Na reportagem analisada, há fotografias de pesquisadores diante de telas de computador e imagens do cérebro com áreas coloridas, demonstrando o quanto o advento da informática era importante para valorizar o discurso.

Ao analisar o discurso do enunciador, pode-se considerar que ele se coloca como um intérprete, postura habitual no jornalismo científico. A linguagem especializada, própria do universo da pesquisa, é adaptada para que o leitor, considerado leigo, possa entender o conteúdo facilmente. O tom professoral do enunciador faz uso de figuras de linguagem e exemplos da vida prática, para que o interlocutor perceba do que se trata a pesquisa apresentada pela *Veja*. A reportagem coloca o interlocutor em posição de investigado, à medida que analisa os resultados e compara com si mesmo e as pessoas a sua volta, sejam homens ou mulheres. As diferenças comportamentais são o objeto do texto, algo possível de observar no cotidiano.

Quando se analisa o texto pelo viés argumentativo, observa-se o quanto os avanços da informática podiam ser explorados para validar um discurso. Embora aos computadores fossem acessíveis no Brasil na década de 1990, ainda não havia a popularização dos equipamentos, geralmente restritos às universidades, empresas,

órgãos públicos e famílias de classes mais altas. Desse modo, pelo próprio fascínio que a informática e a tecnologia exercem nas pessoas, as imagens cerebrais produzidas por computador contribuíam com a credibilidade e a seriedade da pesquisa. Os quadros com desenhos do cérebro, a divisão dos hemisférios e as funções relacionadas a cada um deles tornam a reportagem um espaço de conhecimento geral para os leitores.

O discurso argumentativo da reportagem apoia-se nas fontes de informação consultadas. São cientistas, médicos e professores de universidades dos Estados Unidos e do Brasil, que analisam e explicam os resultados obtidos nas investigações recentes para a época. A posição de profissionais experientes e estudiosos sobre o tema contribui para que os leitores sintam-se seguros e confiem nas informações divulgadas no texto, mesmo que discordem dos resultados. É curioso notar que o próprio subtítulo ressalta que a ciência ainda estava no início das investigações, havendo muito a ser pesquisado na área. A afirmação coloca o argumentador em posição favorável, já que indica a humildade diante dos próprios mistérios do cérebro humano.

O quarto texto analisado da revista *Veja* foi publicado na editoria de *Educação*, em 28 de agosto de 1996, sem autoria assinada. O título “A força da palavra” é acompanhado por um subtítulo que resume o tema discutido no texto: “Guia politicamente correto ensina professores a combater estereótipos”. De maneira abrangente, a matéria trata do uso convencional de palavras no ambiente educativo que podem ser avaliadas como sexistas. Como base para o debate, a matéria apresenta alguns apontamentos do guia *Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência*, elaborado por um grupo de pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP).

A matéria é ilustrada com a fotografia de uma sala com barra, espelhos, meninas e meninos, cuja legenda descreve: “Wilton e Alexsandro na aula de dança: à vontade entre as meninas”. Um quadro mostra alguns exemplos de terminologias consideradas sexistas pelo referido guia e as palavras que podem substituí-las. A intenção do guia, segundo o texto, é evitar o sexismo na linguagem e promover a igualdade entre os gêneros, começando pelo espaço educativo. Exemplos comuns na dinâmica escolar são ressaltados, como a separação por cores, brinquedos e atividades

específicas para meninos e meninas. Conforme o guia, esses estereótipos deveriam ser abolidos.

Toda manhã, a professora Abigail Celegatti, de 23 anos, repete o mesmo ritual. De pé, em frente de um mural de uma das salas do colégio Professor Alfredo Bérghamo, onde leciona para a pré-escola, em Mogi-Mirim, no interior de São Paulo, ela confere a presença de seus 29 alunos, com a ajuda de cartões em que estão escritos os nomes das crianças. Até pouco tempo atrás, Abigail seguia uma convenção comum entre as professoras: os nomes dos meninos eram grafados em azul, os das meninas, em vermelho. Depois de ler o guia *Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência*, ela fez uma mudança pequena, aparentemente irrelevante. Segundo as autoras do guia, o uso de cores diferentes já é uma forma de inculcar subliminarmente a noção preconceituosa de que homens e mulheres têm de ocupar lugares diferentes na organização social. 'Embora as crianças ainda não saibam ler, elas acompanham a chamada e aprendem a reconhecer a grafia de seus próprios nomes. Por isso, passei tinta preta sobre todos eles', conta a professora (...) (*Veja*, 28 de agosto de 1996, p. 53).

O início da matéria descreve a rotina de uma professora da pré-escola, Abigail Celegatti, que teve sua didática transformada depois de conhecer o guia sobre educação com igualdade de gênero. A reflexão sobre as cores diferentes para meninos e meninas, segundo o texto, reforçaria que mulheres e homens têm lugares distintos na sociedade, algo incutido nas crianças desde cedo pela escola. A mudança de atitude da personagem na abertura do texto pode conduzir à análise sobre como os detalhes na esfera educacional podem reforçar nas crianças os estereótipos e, por conseguinte, o preconceito e a discriminação.

'COISA DE MULHER' – O guia utilizado por Abigail é a primeira ferramenta disponível no Brasil para combater o sexismo nas escolas. Ou seja, as atitudes sociais que diminuem ou excluem as pessoas, em geral as mulheres, de acordo com seu sexo. Dividido em cinco partes, o livro oferece um questionário para que o educador possa avaliar seu relacionamento com os alunos, estratégias para promover a igualdade e sugestões para evitar a reprodução de imagens estereotipadas. Por exemplo, as que mostram meninas como seres frágeis, comuns nos livros didáticos. 'Meninos e meninas sabem melhor do que ninguém que são diferentes', observa a geógrafa Rosa Rossini, uma das autoras. 'Mas não precisam ser desiguais em sociedade' (...) (*Veja*, 28 de agosto de 1996, p. 53).

Na parte seguinte, o texto faz uma explanação sobre o conteúdo do guia e como o material pode ser aplicado em sala de aula, apresentando alguns exemplos de estereótipos de gênero, como a fragilidade feminina, que reforçariam a desigualdade

social. Uma das autoras do manual, Rosa Rossini, ressalta as questões do uso da linguagem, das imagens dos livros didáticos e que, embora haja diferenças entre os gêneros, que elas não podem ser argumento para a exclusão e a discriminação. A matéria destaca que o guia pode auxiliar profissionais da educação a identificar os pontos que podem ser melhorados no ambiente pedagógico.

(...) Aluno da mesma escola em que leciona Abigail, o garoto Alexsandro Gonçalves de Moraes, 12 anos, sente na pele que o combate ao sexismo não é apenas um blablablá politicamente correto. Há um ano frequentando as escolas de dança oferecidas pela escola, ele acostumou-se a ouvir que ‘dançar é coisa de mulher’. Em sua turma há mais um garoto: Wilton Rodrigo da Silva, de 11 anos. Foi ele quem convidou Alexsandro a calçar as sapatilhas. ‘Gosto de dançar e não me importo se os meninos são minoria’, diz Wilton. Natália Aparecida da Silva Pedro, de 10 anos, adora dividir a barra com os garotos. ‘Torço para que a turma tenha mais meninos. Só assim as meninas não precisarão mais se vestir de homens em algumas coreografias’, diz. Para a professora Elvira Lários, a chegada do guia, já adotado pela escola, não poderia ser mais oportuna. ‘Com a ajuda do livro, tenho certeza de que mais crianças se interessarão pela dança’, aposta (...) (*Veja*, 28 de agosto de 1996, p. 53).

A terceira parte da matéria relaciona-se com a fotografia da aula de dança com a participação de meninas e meninos. A professora Elvira Lários, uma das fontes consultadas no texto, acredita que a adesão ao guia deverá auxiliar na participação de mais crianças nas classes de dança, independentemente do gênero. Algumas opiniões destacadas na matéria refletem o quanto o ambiente escolar estaria habituado à interpretação de que “dançar é coisa de mulher”. Por outro lado, é curioso notar que as crianças entrevistadas demonstram uma visão mais aberta para a atividade, reforçando o quanto são afetadas negativamente pelo estereótipo.

O trecho seguinte adentra as questões do uso de terminologias de forma mais detalhada, elucidando sobre o que o guia chama de “masculinização dos termos genéricos”, um problema identificado como um “preconceito em línguas latinas, como o português”, por não ter termos neutros. No final, o texto apresenta opiniões divergentes de escritores e professores sobre a utilização de barras, ordem de palavras, entre outros aspectos considerados sexistas por alguns, e adequados para outros. É de se notar que, embora a *Veja* tenha destacado as justificativas para a utilização do guia nas escolas, a matéria também traz visões contrárias sobre os “malabarismos linguísticos”.

Para evitar o sexismo na linguagem cotidiana, o livro sugere, entre outras coisas, que o masculino não seja usado de forma genérica – um dos maiores problemas para o combate ao preconceito em línguas latinas como o português. ‘Queremos mostrar a diferença entre os homens e mulheres e evitar um tratamento homogeneizante masculino’, explica Rosa Rossini. Com não há forma neutra em português, o livro é repleto de frases do tipo ‘Não só os/as professores/as, mas também membros da família, alunos/as, administrativos/as, psicólogos/as...’ Com tantas barras, as cinquenta páginas do guia são tão difíceis de atravessar quanto os romances de Josué Montello. Além disso, um/a leitor/a poderia afirmar que colocar o masculino antes do feminino é também uma atitude sexista (...) (Veja, 28 de agosto de 1996, p. 54).

A leitura arqueológica remete a discussões sobre as práticas pedagógicas, as diferenças históricas entre os gêneros, sobre a promoção da igualdade feminina e de como a escola afeta na formação das crianças e adolescentes para a vida adulta. A matéria relaciona vários temas para indicar o quanto políticas adotadas na educação de base tem o potencial de transformar a sociedade. Ao considerar que a versão regulamentada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, preconizava que os ambientes educacionais deveriam valorizar a democracia, a igualdade e a diversidade cultural, pode-se afirmar que a matéria seguia uma tendência discursiva prevista na nova legislação.

Ainda sobre os elementos históricos identificados no texto, é importante salientar que o termo “politicamente correto” ganhou espaço no Brasil justamente da década de 1990. *Grosso modo*, representa uma maneira própria de expressão que reúne um conjunto de terminologias que visam reduzir qualquer forma de exclusão ou discriminação, principalmente quando se referem a grupos considerados minorias sociais, como as mulheres. Pode-se afirmar que a matéria envolvendo o “politicamente correto” divide opiniões e é tema para debates no cenário político, educacional, cultural e ideológico, ainda nos dias de hoje.

A leitura enunciativa é interessante de se analisar, pois reflete a opinião de diversas fontes, inclusive antagônicas, o que demonstra certa neutralidade acerca das polêmicas discutidas no texto. Todavia, o sujeito enunciador conduz o interlocutor a interessar-se pela leitura do guia, especialmente os profissionais da área de educação. É curioso observar que o debate sobre quais atividades educacionais seriam mais

adequadas para meninos e meninas atravessam os séculos e continuam no debate midiático dos anos 1990. Expressões pejorativas como “coisa de mulher” e “coisa de homem” seguem com aparas no discurso jornalístico e, conseqüentemente, da sociedade brasileira.

O sujeito enunciador pontua algumas situações frequentes nas escolas, que possivelmente foram vivenciadas pelos interlocutores. Dentre os exemplos, a distinção de gênero por cores, meninas disfarçadas de meninos para completar as duplas nas danças e a imposição de brinquedos alinhados à expectativa de função social para cada gênero. Ademais, o texto ressalta as narrativas dos livros didáticos e como elas podem impactar as crianças, que colocam a figura feminina como frágil e ligada ao lar, enquanto a masculina é descrita como forte e heroica. A partir da descrição de cenas cotidianas, o enunciador leva o interlocutor às lembranças e à identificação das vivências escolares, fortalecendo o discurso textual.

Embora a matéria apresente opiniões contrárias sobre o “politicamente correto”, especialmente na parte final do texto, a leitura argumentativa pode ser classificada como autoritária. Por causa dos exemplos da vida escolar, da opinião franca das crianças e da avaliação de especialistas, o argumento de que meninos e meninas devam ser educados com base nos princípios da igualdade torna o discurso forte o suficiente para a aceitação, ou pelo menos reflexão, sobre a importância do guia *Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência*, divulgado pela revista *Veja*.

Em suma, a matéria utiliza-se de uma linguagem próxima, afetiva e também crítica, que coloca a educação da linguagem em favor de meninos e meninas. As crianças são o centro das atenções do discurso, que são ouvidas como fonte de informação e, ainda, demonstram o quanto são afetadas por um ambiente educativo considerado sexista. O reforço e a abolição dos estereótipos de gênero nas escolas, a começar pelo uso corrente da linguagem, surge como um ponto a ser debatido pelos educadores, linguistas, pais, crianças e adolescentes. Para tanto, a matéria desperta os leitores para realidades educativas, até aquela época, impensadas.

O último texto analisado da revista *Veja* é de autoria de Bruno Paes Manso e foi publicado na editoria de *Educação* em 13 de agosto de 1997. A reportagem de sete páginas tem como título “Um funil econômico” e subtítulo que resume uma situação educacional da época: “As escolas campeãs dos grandes vestibulares aumentaram suas anuidades 49% mais que a inflação do Real”. Além de fotografias de estudantes secundaristas de ambos os sexos, a reportagem é ilustrada com infográficos, tabelas e números em destaque. O texto é dividido por intertítulos para organizar os subtemas discutidos. Moças aparecem nas fotografias em sala de aula e laboratórios de química.

De forma sucinta, a reportagem trata do aumento das mensalidades das escolas com maior aprovação nos vestibulares. O texto analisa como o encarecimento impactava no orçamento familiar, com exemplos e cálculos do somatório de material, mensalidades, atividades complementares, entre outros custos relacionados. Por se tratar de colégios particulares de grandes centros, com investimento elevado se comparado à renda média da população brasileira, a matéria retrata uma realidade bastante específica, mas que representava um problema de ordem econômica para as famílias das classes altas da época.

Embora a reportagem traga dados sobre o investimento no ensino particular, ela também cita a situação das escolas públicas, que conforme o texto estariam “destruídas em termos de qualidade”, além das diferenças salariais dos professores, com vencimentos superiores nos privados. Os colégios de modelo americano, ao serem consultados, revelaram o custo mensal e os nomes dos famosos com filhos matriculados na escola, como Rita Lee, Maitê Proença, Luiza Brunet e Gilberto Gil. Outros colégios tradicionais, como o São Bento, o Bandeirantes, o Santa Cruz e o Nossa Senhora do Rosário são exemplos de estabelecimentos que subiram os preços acima da inflação.

A reportagem trata da educação feminina de forma tangencial, visto que o assunto principal refere-se ao aumento do investimento financeiro dos pais na formação dos filhos e filhas. Em consequência da abordagem geral da matéria sobre o tema educação, sem distinção de gênero de forma direta, destacou-se o trecho que narra o caso de uma família que foi levada a ampliar os recursos para a formação da filha Mariana, de 14 anos. Os parágrafos dedicaram-se a pormenorizar os custos com a

educação da adolescente, que vão desde a mensalidade do colégio e a aquisição dos livros, até o curso de inglês e as aulas de equitação.

Mariana, de 14 anos, também estuda no Bandeirantes. Está na 8ª série e deve continuar no colégio até acabar o 2º grau. O carnê da menina é um assombro: 673 reais, seis vezes maior do que o avô pagou pelos estudos do pai. Se fosse seu único gasto com os estudos da filha, Spedo já teria um rombo no bolso, com 57.000 reais, em sete anos. Mas há ainda o curso particular de inglês, à conta de 180 reais por mês. Fora os livros, mais 600 reais pagos no início do ano. Somando alguns extras, como aula de equitação, esporte menos exótico num ambiente que cobra quase 700 reais a mensalidade, o engenheiro avalia que, no total, a aposta na educação da filha vai custar 90.000 reais, sem contar o preço do curso primário. A situação fica mais grave porque Spedo tem mais um filho, Eduardo, que estuda em outro colégio particular – o Augusto Laranja (...) Da mesma forma, quando o Bandeirantes aumentou o preço e diferenciou seu produto, Spedo era justamente o cliente que tinha em mente. ‘Mariana terá uma formação cultural sólida e um bom relacionamento social, que lhe dará a base para obter uma boa posição no futuro’, prevê (Veja, 13 de agosto de 1997, p. 79).

O que chama a atenção na passagem sublinhada é a frase final, em que o pai, Carlos Eduardo Spedo, afirma que o investimento na educação da filha garantirá a ela “uma formação cultural sólida e um bom relacionamento social, que lhe dará a base para obter uma boa posição no futuro”. É interessante frisar que, segundo a opinião do entrevistado, a educação garante uma base sólida, e acrescenta o quanto um ambiente de prestígio, como o do Colégio Bandeirantes, pode oferecer à filha algo também promissor: o bom relacionamento social. A matéria cita que Bruno Covas, neto do então governador de São Paulo, Mário Covas, estudava no colégio. Conforme a análise discursiva, estar entre os aprovados no vestibular também é um fator que justificaria o alto investimento financeiro.

Na década de 1990, o Bandeirantes fazia parte da lista dos colégios tradicionais de São Paulo, onde estudavam as crianças e adolescentes das famílias das classes altas. A leitura conduz à interpretação de que, em virtude do investimento na educação de Mariana, ela teria uma posição privilegiada no futuro. Ademais, está implícito no discurso que um colégio caro é frequentado por estudantes de famílias ricas e influentes. Logo, pode ser entendido como uma estratégia para selecionar as pessoas que se relacionariam com a menina. Outro aspecto refere-se às atividades que fazem parte da

rotina de Mariana, como aulas de inglês e equitação, geralmente restritas às pessoas de elevado nível social e financeiro no contexto brasileiro.

Sobre o tema investigado, um pequeno trecho histórico é interessante para analisar. A passagem faz referência ao Colégio de São Bento, do Rio de Janeiro. Fundado em 1858 pela Ordem Beneditina, a instituição educacional está entre as mais antigas do Brasil, dirigida e mantida por monges. O colégio confessional católico só aceitava matrículas de alunos do sexo masculino, como aparece na matéria de *Veja*. A regra se mantém até hoje, mesmo com críticas e contrariando as versões mais recentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que orienta que as escolas e salas de aula sejam mistas. Por não ser uma obrigatoriedade prevista em lei, o São Bento mantém a tradição.

Os pais desses meninos – o São Bento não aceita matrícula do sexo feminino – pagam mensalidade de até 458 reais (*Veja*, 13 de agosto de 1997, p. 78).

O sujeito enunciador conduz o interlocutor à análise sobre a mensagem destacada desde o título, a do “funil econômico” que se tornaria a educação no Brasil. Embora a matéria apresente a dificuldade de manter o financiamento dos estudantes das classes mais altas em virtude do aumento vertiginoso das anuidades, a situação aparece deslocada da realidade da maior parte da população brasileira, que depende da gratuidade do ensino público. Conforme aponta o próprio texto, as escolas públicas estariam “destruídas em termos de qualidade”, enfrentando salários baixos e precariedade em geral. Nesse sentido, a realidade financeira das famílias seria proporcional à qualidade da educação recebida pelas crianças, incluindo as meninas, objeto do presente estudo.

A leitura enunciativa constrói um discurso crítico à medida que apresenta os valores desembolsados pelas classes altas para a educação dos filhos e filhas. Por outro lado, poderia causar assombro no interlocutor pelas altas cifras reveladas pela matéria, que representaria um investimento impossível para a maioria das famílias brasileiras, principalmente as mais pobres. Ao levar em consideração que o salário mínimo no Brasil em 1997 era de R\$ 120,00, a mensalidade do Colégio Bandeirantes, no mesmo

ano, era de R\$ 673,00. A desigualdade educacional pelo viés econômico torna-se evidente ao longo da reportagem, especialmente porque os colégios mais caros eram aqueles que conseguiam alta aprovação nos vestibulares mais disputados do país.

Os argumentos utilizados pela reportagem são variados e complexos, principalmente por relacionar temáticas que trazem à tona mazelas sociais sobre educação e desigualdade social no Brasil. Entretanto, há um discurso que permeia a reportagem, que considera o preço das mensalidades das escolas particulares abusivo. Para confirmar que o argumento é verdadeiro, o enunciador utiliza-se da ferramenta para demonstrar, em números, quanto custa um estudante até a aprovação nos vestibulares mais concorridos. O texto ainda compara o aumento repentino com os índices atualizados da inflação, elementos que dão força para a manifestação contrária dos pais.

É importante enfatizar que na matéria analisada há uma homogeneização do ensino no critério gênero. Alunos e alunas são tratados de maneira igual, como estudantes que disputam vagas nas melhores universidades brasileiras e, para isso, dependem do investimento financeiro da família. Com exceção para a citação do Colégio de São Bento, que não aceita meninas, não há outra expressão que invalide a formação integral feminina, pelo contrário, é demonstrado no caso da família Spedo que ambos os filhos, Mariana e Eduardo, estavam matriculados em boas escolas particulares de São Paulo. As fotografias que ilustram a reportagem demonstram equilíbrio ao retratar visualmente cada um dos gêneros.

A análise global da revista *Veja* nos anos de 1995 a 1997 indica que o tema educação feminina aparece de maneira tangencial ou complementar na cobertura. Quando se trata de questões relativas ao feminismo ou da conquista de novos espaços na sociedade, a educação surge como um dos pontos citados como primordiais no âmbito discursivo. A argumentação sobre a igualdade de gênero é destaque em subtemas como o uso de terminologias e a adequação das escolas para atender meninos e meninas respeitando os critérios de igualdade e oportunidade.

Discussões mais amplas, como a diferença na qualidade do ensino de escolas públicas e privadas e os custos das famílias com educação, também aparecem no

período analisado. As matérias são ilustradas com fotografias de qualidade e infográficos bem elaborados. Os estudos científicos ganham espaço privilegiado na cobertura, bem como as fontes de informação qualificadas, como pesquisadores e professores universitários de ambos os gêneros. Meninas, moças e mulheres são ouvidas no papel de estudantes, professoras e cientistas. O poder público aparece, mas com destaque aos questionamentos sobre políticas e investimentos em educação.

Temas de vanguarda na década de 1990 são destaque nas matérias e consideram a inclusão das mulheres, como o processo de informatização e os estudos da neurociência. O feminismo está apontado na cobertura como um movimento legítimo que faz parte da sociedade brasileira e da comunidade internacional, com tendência a expandir-se futuramente. As pautas e as fontes de informação com viés internacional permanecem na cobertura, como a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher na ONU e as pesquisas de universidades americanas que envolvem o universo feminino, a intelectualidade e as novas descobertas científicas.

8.2 Revista *Claudia*

No dia 28 de maio de 2021 foi realizado o levantamento da amostra da revista *Claudia*, disponível no acervo histórico da Editora Abril, em São Paulo. As edições da década de 1990 não estão digitalizadas, tendo sido necessário pesquisar os exemplares na versão impressa. O recorte histórico analisado refere-se aos anos de 1995, 1996 e 1997, considerando o dia 20 de dezembro de 1996 o que data a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A *Claudia* é uma publicação mensal, somando 36 edições no período investigado.

8.2.1 Análise quantitativa

Depois da pesquisa nos exemplares selecionados da revista *Claudia* e da coleta dos textos sobre o tema educação feminina, a amostra foi analisada para a identificação e a classificação dos dados. No total, foram selecionados oito textos jornalísticos sobre

os assuntos relacionados à temática principal, seis antes da regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dois após o marco legal. A seguir, a tabela 16 com os números referentes à *Claudia* para posterior análise quantitativa da cobertura:

Categorias	Subcategorias	Total	Percentual
1. Marco legal	Antes	6	75%
	Depois	2	25%
2. Seção/Editoria	Coluna fixa	2	25%
	Educação	2	25%
	Não especificada	4	50%
3. Autoria	Mulher	4	50%
	Não assinada	4	50%
4. Gênero	<i>Opinativos</i>		
	Artigo	1	12,5%
	Comentário	1	12,5%
	<i>Não opinativos</i>		
	Matéria	6	75%
5. Imagem	Ilustração	1	12,5%
	Fotografia	6	75%
	Sem imagem	1	12,5%
6. Fontes e/ou protagonistas	Aluna	1	12,5%
	Diretor de colégio	1	12,5%
	Empresário	1	12,5%
	Pais de alunos	1	12,5%
	Professores	2	25%
	Universidade	1	12,5%
	Não especificada	1	12,5%
7. Cita leis	Sim, outras	1	12,5%
	Não cita	7	87,5%
8. Ambiente educacional	Curso artístico	1	12,5%
	Curso técnico/profissionalizantes	2	25%
	Doméstico	1	12,5%
	Escola/Colégio	2	25%
	Faculdade/Universidade	1	12,5%
	País estrangeiro	1	12,5%
9. Comparação e diferenças	Sim	5	62,5%
	Não	3	37,5%
10. Temática secundária	Curso técnico/profissionalizante	1	12,5%
	Ensino de idiomas e artes	2	25%
	Ensino escolar primário/secundário	1	12,5%
	Ensino superior	1	12,5%

	Estilo de vida e comportamento	2	25%
	Mercado de trabalho	1	12,5%
	Favorável	8	100%
11. Tendência			

Tabela 16. Dados quantitativos: *Claudia*.
Fonte: Elaboração própria.

A análise da revista *Claudia* revelou uma cobertura diversificada em termos quantitativos. Nota-se uma pluralidade de subtemas, fontes de informação, gêneros, modalidades e ambientes de ensino. Aspectos nunca antes abordados sobre a educação feminina aparecem na *Claudia* de maneira original, geralmente envolvendo família e comportamento, mercado de trabalho e carreira, igualdade de gênero na escola e sexualidade. As matérias são bem produzidas no aspecto editorial e visual, utilizando-se de um tom progressista e em sintonia com as questões feministas da década de 1990.

O primeiro aspecto observado refere-se às editoriais onde os textos selecionados foram publicados. Metade deles, 50%, foi em seções gerais, não especificadas. Dois deles foram identificados como *Educação* e outros dois em colunas fixas, com 25% para cada categoria. Na década de 1990, a *Claudia* produzia suplementos e reportagens especiais temáticas, sinalizando graficamente, e no próprio índice da revista, qual o assunto relacionado, como saúde, educação, beleza, moda, entre outros. Na produção fotográfica há variedade, com créditos às mulheres, homens e provenientes de bancos de imagem.

Um ponto que chama a atenção na amostra da revista é a autoria dos textos. Do total, 50% foram redigidos por mulheres, 50% não informam a autoria e nenhum deles foi assinado por homens. A *Claudia* utiliza-se de uma linguagem de proximidade e empatia com a leitora, que entende seus problemas e propõe soluções, como uma amiga sempre presente. É natural que haja maior conexão entre enunciadora e interlocutora quando ambas são mulheres. Todavia, vale ressaltar que a análise refere-se apenas à amostra pesquisada sobre a educação feminina. Seria necessária uma leitura integral das edições para quantificar o gênero de quem assina a maioria dos textos.

Quando se analisa quais os gêneros textuais mais frequentes na amostra, percebe-se que a maioria, 75%, são os não opinativos. Os artigos e comentários, os opinativos, somam 25%, e os literários não aparecem na cobertura, seguindo a tendência cada vez maior de se tornar raridade nas revistas informativas brasileiras. As matérias de *Claudia* evocam a leitora mulher e seguem o padrão e as regras fundamentais do jornalismo de revista da época, o que inclui elementos como título, lide, intertítulos, a contextualização, as opiniões de especialistas, a voz de personagens da vida cotidiana, questionamentos sobre o tema, dentre outros.

As fontes de informação consultadas nas matérias de *Claudia* demonstram pluralidade. É possível encontrar especialistas como sexólogos, psicólogos, psiquiatras, professores, empresários, universidades, diretores de escolas, professores, crianças e adolescentes de ambos os gêneros e de várias idades. Entre os profissionais mais ouvidos nos textos da amostra, destacam-se os professores, com 25% de audiência. As demais fontes aparecem distribuídas entre especialistas de diversas áreas e atores da sociedade, a depender do subtema e da angulação discursiva. É importante ressaltar que, geralmente, há várias fontes ouvidas na mesma matéria, qualificando a produção.

No quesito legislação, apenas um texto faz alusão ao aspecto diretamente. Sem citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ou qualquer outro marco legal, a matéria afirma que o ensino secundário não seria obrigatório por lei, possibilitando que após o ensino fundamental os jovens pudessem se dedicar a uma carreira promissora no mercado de trabalho. A matéria intitulada “Eles querem parar de estudar”, publicada na edição de setembro de 1996 da revista *Claudia*, será analisada qualitativamente para o aprofundamento da investigação.

Com relação aos ambientes educacionais mais e menos frequentes na cobertura, a *Claudia* confirma a tendência de diversidade. É possível elencar a maioria sobre cursos técnicos e profissionalizantes, com 25%, e as escolas e colégios, com o mesmo percentual. No entanto, outras esferas também aparecem nas matérias, com no mínimo uma inserção para cada um deles, 12,5%, como cursos artísticos, educação no contexto doméstico e familiar, universidades e cursos no exterior. A análise possibilita afirmar que a educação feminina, conforme a cobertura da revista, pode se dar em

lugares diversos, desde a própria casa, por meio da instrução familiar, até em um país estrangeiro.

As temáticas secundárias seguem a mesma orientação, abarcando uma variada gama de assuntos relacionados à educação feminina. Entre eles, destacam-se o aprendizado de idiomas e artes, com 25% das inserções, e estilo de vida e comportamento, com percentual equivalente. Há matérias que abordam cursos técnicos e profissionalizantes, ensino primário e secundário, ensino superior, além de cursos complementares para aprimoramento de carreira, com viés para inclusão ou melhora de posição no mercado de trabalho, cada um deles com ao menos uma menção.

Algo bastante peculiar é observado na cobertura de *Claudia*. A comparação entre os gêneros e as estratégias pedagógicas e cotidianas de minimizar as diferenças, garantindo mais igualdade em termos educacionais, é bastante expressiva no discurso, somando 62,5% da amostra. As barreiras rompidas por meio do pioneirismo, como a formação feminina em academias militares, a quebra de estereótipos que rondam o universo cultural sobre diferenciação dos gêneros, bem como a forma de conduzir a educação de crianças e adolescentes, são temas recorrentes na revista. Ademais, verifica-se que a maneira de ilustrar os ambientes educacionais, em alguns momentos, mostra-se generalista, a fim de homogeneizar os educandos, sem distinções.

Com efeito, pode-se afirmar que a revista *Claudia* é favorável à educação feminina, produzindo um discurso natural de que meninas, moças e mulheres têm a capacidade de alcançar os títulos, conhecimentos e posições que desejarem na esfera acadêmica e profissional. Verifica-se, ainda, que a doutrina de que a mãe é a figura central na educação dos filhos e filhas atravessou os séculos e foi identificada também nos anos 1990. Contudo, essa função aparece compartilhada com o pai, que também é apresentado como um personagem desafiado a aprender a conduzir as crianças e adolescentes em um período de transformação das famílias. Nesse aspecto, temas como autoridade, limites, consumo e outros foram incorporados às questões comportamentais e educativas no contexto doméstico.

8.2.2 Análise qualitativa

O primeiro texto analisado qualitativamente da revista *Claudia* é intitulado “Eles querem parar de estudar”, matéria da edição de setembro de 1996, sem editoria definida ou assinatura. A abertura apresenta uma sinopse do tema abordado na matéria: “Quando um jovem quer parar de estudar, é preciso verificar se ele tem um projeto de atividade que dispense o diploma universitário ou se está vivendo um problema”. Os trechos que se referem à educação feminina foram destacados a seguir, e o conteúdo integral encontra-se no apêndice 11:

Ela quer ser modelo? Ele virou roqueiro? O que fazer quando seu filho ou filha, de uma hora para outra, decide interromper os estudos em nome de um outro projeto. Ou descobre que entrou para a faculdade errada, e tenta lhe convencer que para desenvolver seu talento é melhor começar a trabalhar o quanto antes do que esperar quatro ou cinco anos até a conclusão da escola. A angústia que aflige pais e mães de adolescentes tem toda razão de ser (...). (*Claudia*, setembro de 1996, p. 72).

O primeiro parágrafo da matéria apresenta duas situações hipotéticas sobre uma moça e um rapaz que preferiram parar os estudos para seguir carreiras que não exigem formação acadêmica, como modelo e roqueiro. O texto é estruturado de modo a chamar a atenção dos pais para uma situação que pode acontecer em qualquer família – o abandono escolar dos filhos. Na sequência, a matéria apresenta a opinião de especialistas para avaliarem os prós e contras, e de que modo pode-se tomar a melhor decisão diante do dilema dos estudantes.

(...) Apesar de muitos adolescentes acreditarem que aos 14, 15 anos ainda têm a vida toda para retomar seus estudos, a psicoterapeuta Beatriz de Oliveira acredita que não é tão simples assim. ‘Quando voltarem para a escola, eles vão estar fora do seu tempo’, diz ela. ‘Terão pulado não só uma etapa do seu desenvolvimento, mas perdido a chance de socialização com jovens da sua idade’ (...) (*Claudia*, setembro de 1996, p. 72).

A matéria reproduz o depoimento de jovens que interromperam os estudos e as consequências negativas da escolha. Também entrevista as mães que se arrependeram de permitir que os filhos tomassem essa decisão. Uma das protagonistas da matéria é Paula Barros, de 14 anos, que contrariou os especialistas e deixou a escola para dedicar-se à profissão de modelo, no Japão. No caso da adolescente, ela apresenta os

argumentos de preferir a carreira e acredita que no futuro poderá retomar os estudos sem dificuldades. Uma fotografia produzida da jovem ilustra a matéria de *Claudia*.

(...) Paula Barros, de 14 anos, optou por correr esse risco. Modelo contratada pela agência Taxi, de São Paulo, ela vai se afastar da 8ª série do Primeiro Grau este ano por causa de um contrato que deve obrigá-la a ficar dois meses em Tóquio, no Japão, e já admite que a probabilidade de a escola perder para as passarelas existe. ‘Se a minha carreira deslanchar, eu paro sim. A carreira de modelo é curta e a gente precisa aproveitá-la. Ainda tenho muito tempo para estudar’ (...) (*Claudia*, setembro de 1996, p. 73).

A parte final apresenta a opinião de uma orientadora profissional e o caso de um jovem que deixou o curso universitário para seguir uma profissão que não exige diploma. Além disso, orienta os pais a descobrirem quais as verdadeiras razões da escolha dos filhos e mostra caminhos para tratar a questão. A matéria analisada não faz distinção de gênero ao abordar o assunto, pelo contrário, pondera que o abandono escolar é uma realidade para os estudantes de diversos níveis educacionais, sejam mulheres ou homens. Para tanto, utiliza-se da diversidade nas fotografias, fontes de informação e personagens entrevistados.

(...) Concluir o Segundo Grau é indispensável para uma formação básica, mas um diploma universitário nem sempre é necessário e, em alguns casos, pode ser, sim, dispensável. Quando os filhos decidem parar a universidade no meio ou nem chegam a frequentá-la, os pais devem procurar saber se, por trás da desistência, não existe o medo de enfrentar uma carreira desafiante ou dificuldades no curso, duas situações comuns entre os jovens, segundo a psicóloga Heloísa Fleury, que trabalha com orientação profissional. Ou se seu filho revela talento para uma carreira que não exige diploma e já tem um projeto de vida inconciliável com os estudos. Afinal, um diploma não é garantia de sucesso ou realização profissional (...) (*Claudia*, setembro de 1996, p. 73).

A leitura parafrásica conduz à interpretação de que abandonar os estudos, em qualquer nível de ensino, pode ser um risco. Para tanto, apresenta a opinião de especialistas e exemplos de jovens que tiveram prejuízos acadêmicos, financeiros e profissionais, mas também daqueles que podem obter sucesso no futuro, independente da educação formal. O título da matéria “Eles querem parar de estudar” evidencia que se trata de um diálogo entre a *Claudia* e, especialmente, as mães leitoras, considerando

que se trata de uma revista feminina e que não há homens no papel de pai entre os entrevistados.

O texto expõe vários lados do assunto por meio da opinião de especialistas, todas do gênero feminino, e do relato de experiência de mães e jovens de ambos os sexos. A análise permite dizer que o discurso revela uma tendência maior ao aconselhamento de que os estudantes concluam primeiro a educação formal, e somente depois sigam para o mercado de trabalho. Os riscos do abandono escolar sem planejamento teve maior destaque do que os exemplos de carreiras que podem frutificar no futuro, mesmo sem os diplomas.

A leitura histórica pode ser interpretada, principalmente, sob dois aspectos. O primeiro é a liberdade de uma parcela dos jovens de meados de 1990, que puderam usufruir de novas profissões, em especial aquelas que tinham relação com a sociedade da época, como as ligadas às áreas da moda, beleza, comunicação, artes, cultura e informática, exemplos que apareceram na matéria. O segundo aspecto diz respeito a um dado da Secretaria de Informação e Avaliação Educacional, do Ministério da Educação e da Cultura, que demonstra a vulnerabilidade social e educacional de uma parcela significativa da população brasileira do período:

(...) mais de 150.000 alunos de escolas particulares, federais e estaduais param de estudar na 1ª série do Segundo Grau, no Brasil. 'Quanto mais jovem se toma essa decisão, mais graves são as consequências para o futuro, inclusive profissional, alerta Sophia Sarmiento' (...) (*Claudia*, setembro de 1996, p. 73).

Quando se observa os aspectos enunciativos, a análise demonstra que o sujeito reporta-se principalmente às mães, as interlocutoras, que estabelecem contato com a opinião de especialistas para elucidar sobre a problemática do abandono escolar e, desse modo, saibam como conduzir os filhos e filhas caso a situação ocorra nas famílias. Por essa perspectiva, pode-se afirmar que os argumentos apresentados utilizam-se do tom de aconselhamento indireto, em que os exemplos de personagens reais são objeto de reflexão. Dar voz às mães que se arrependem por permitirem que os jovens deixassem os estudos é um indicador de que o discurso também tem a função de alertar e de esclarecer a sociedade em geral sobre o tema.

O artigo analisado a seguir foi publicado na editoria *Sexos*, de fevereiro de 1996, com o título “A igualdade deve começar cedo”, sem autoria assinada. No subtítulo, destaca-se a afirmação: “Os pais têm um papel fundamental na eliminação dos preconceitos que atrapalham o desenvolvimento pleno de meninos e meninas”. O texto não tem fotografia, somente o desenho dos dois símbolos convencionados como feminino e masculino, nas cores rosa e azul, respectivamente, e um quadro de apoio com questões que podem auxiliar na compreensão do tema explorado no artigo. O texto foi transcrito na íntegra e dividido em duas partes:

Até hoje, com tudo o que se fala e se pensa sobre igualdade dos sexos, as atitudes preconceituosas ainda têm raízes profundas na nossa cultura. E isso se reflete em casa, na forma de educar os filhos. A menina ‘feminina’ deve ser obediente, passiva e até ilógica. Um menino ‘masculino’ deve ser forte, não demonstrar emoções, ser agressivo e competitivo. Estudiosos de educação mostram que, muitas vezes, as diferenças de tratamento se manifestam na escola. Os professores dedicam atenção e respondem cuidadosamente às perguntas dos meninos, o que não ocorre quando as perguntas são feitas por meninas. Mas a crença de que as diferenças de aptidão são inatas, naturais e até mesmo necessárias vem de mais longe. Surge já na maternidade, com a separação do rosa para meninas e do azul para meninos. Depois, vêm os presentes: bonecas e panelinhas para elas, miniaturas de blocos de construção para eles. Não há nada de mau, claro, nas brincadeiras de casinha para as meninas e nas de construir represas ou prédios para os meninos (...) (*Claudia*, fevereiro de 1996, p. 154).

Logo na abertura, o texto faz alusão a alguns estereótipos que norteiam a educação das crianças, começando na família e se estendendo até a escola. O comportamento esperado, os brinquedos e as cores definidas por gênero desde o nascimento são descritos no artigo. Pais e professores aparecem como os responsáveis diretos pela educação e formação de meninos e meninas. O texto destaca que, segundo o modelo convencionado para o gênero feminino, espera-se a obediência, a passividade e os brinquedos relacionados ao ambiente doméstico e à maternidade, como bonecas e panelinhas.

(...) O problema é rotular certas práticas como exclusivas de um gênero. A insistência nos estereótipos desestimula meninos a praticar atividades que os ajudariam no futuro a ser parceiros e pais participantes. Ou barra as meninas em atividades que lhes permitiriam, entre outros benefícios, atingir a independência econômica. Deve-se atentar para as mensagens que chegam até as crianças. Por exemplo, na televisão, as mulheres mais bonitas são as que recebem mais atenção. Logo, as garotas concluem que esses são os modelos que devem ser imitados. O estereótipo diz que a aparência é o mais importante. Para desfazer tal ideia, os pais precisam estimular a confiança da menina em habilidades que nada têm a ver com a aparência física. A

sociedade funciona como uma espécie de máquina separadora dos gêneros. Cabe aos pais eliminar os estereótipos ou, se for impossível, minimizar seus efeitos (*Claudia*, fevereiro de 1996, p. 154).

O artigo enfatiza que não há problemas nas brincadeiras, desde que elas não sejam limitadoras para cada um dos gêneros, impedindo que ambos tenham interesse ou se desenvolvam em outras áreas no futuro, seja na família ou na vida profissional. No segundo trecho, há o destaque para a influência da mídia no reforço dos estereótipos, e consequentemente, nos preconceitos que diferenciam mulheres e homens. O artigo é encerrado com a afirmação de que “a sociedade funciona como uma espécie de máquina separadora dos gêneros”. E finaliza que “cabe aos pais eliminar os estereótipos ou, se for impossível, minimizar seus efeitos”.

O quadro complementar ao artigo elenca algumas perguntas para auxiliar pais e mães a identificarem as práticas que reforçam ou minimizam os estereótipos de gênero no âmbito familiar. A intenção é conduzir os leitores à reflexão sobre as atitudes e os impactos futuros na formação de meninos e meninas. Os aspectos abordados relacionam-se às práticas da vida cotidiana, à afetividade, aos estímulos emocionais e físicos e na relação entre os membros da família. O título do quadro convida os leitores a responderem às perguntas: “Para verificar se está reforçando ou eliminando preconceitos, responda”:

Você exige do seu filho, tanto quanto de sua filha, que lave os pratos sujos? Você não liga quando são os meninos que têm um comportamento grosseiro ou agressivo? Você dá a sua filha oportunidade de mexer com ferramentas, de construir e consertar coisas, de investigar objetos mecânicos? Dá a seu filho chance de cuidar de crianças e o elogia por ser gentil e respeitoso? Espera que sua filha seja fisicamente ativa e forte e a estimula a enfrentar desafios físicos? Abraça seus filhos tanto quanto suas filhas? Espera que sua filha seja tão boa em Matemática e Ciências quanto em outras matérias? (*Claudia*, fevereiro de 1996, p. 154).

A leitura parafrástica conduz a uma interpretação mais objetiva, de que a educação dada aos meninos e às meninas é diferente em virtude da edificação e do fortalecimento dos estereótipos de gênero ao longo do tempo. O discurso indica que é fundamental que haja mudanças no comportamento dos pais e dos professores, para que se alcance a eliminação, ou pelo menos a minimização dos preconceitos que cercam

esses princípios. O artigo defende que os estereótipos de gênero são limitadores e prejudicam o desenvolvimento pleno das crianças. Assim, a educação nessas bases implicaria no futuro de mulheres e homens.

Os elementos históricos estão presentes no artigo, mas de maneira implícita. Um deles refere-se à primeira frase, que afirma que a disparidade entre os gêneros tem origens antigas: “Até hoje, com tudo o que se fala e se pensa sobre igualdade dos sexos, as atitudes preconceituosas ainda têm raízes profundas na nossa cultura”. O texto acentua que a sociedade é o resultado da transmissão de costumes e valores ao longo do tempo, sobretudo na família e na escola. Outro ponto é que, na década de 1990, o debate sobre as diferenças entre os gêneros teve mais espaço na sociedade brasileira, reflexo, entre outros, da disseminação do pensamento “politicamente correto” e da 4ª Conferência Mundial da Mulher na ONU, em 1995.

A leitura enunciativa aponta para um discurso que, embora seja esclarecedor em alguns aspectos, defende os argumentos por uma única visão, sem trazer as causas da desigualdade estrutural entre os gêneros. Ademais, responsabiliza unicamente os pais e os professores pelo reforço dos estereótipos, sem incluir outros atores sociais no processo, como a herança religiosa, a publicidade, o poder público etc. O enunciador utiliza-se de uma lista de perguntas para levar o interlocutor à avaliação sobre as atitudes estereotipadas e discriminatórias e as que valorizam a igualdade entre meninos e meninas. A educação feminina está presente em todo o texto, ao abordar elementos comportamentais e da participação em sala de aula.

A interpretação a partir da leitura argumentativa indica que se trata de um texto autoritário e dialético. Pode-se afirmar que a voz do enunciador estabelece-se pela expressão discursiva da proximidade, ao utilizar como estratégia os exemplos facilmente observados na família e na escola. O quadro complementar tem como intuito estimular as respostas do interlocutor, constituindo um diálogo direto com o sujeito enunciador. Ao refletir sobre as próprias atitudes e forma de pensar, os leitores podem se identificar com os posicionamentos descritos no artigo, seja o carregado de diferenças, seja a vertente mais igualitária em termos educacionais.

A leitura de acontecimento denota uma linguagem direta, na qual o enunciador não se utiliza de subterfúgios para elencar os preconceitos visíveis na educação de meninos e meninas, seja no contexto familiar ou escolar. O artigo emprega um tom de advertência, pois toca em pontos delicados sobre a formação das crianças, como a negligência com as dúvidas das meninas em sala de aula, a naturalização da agressividade nos meninos e as diferenças afetivas no tratamento das crianças de maneira geral. Enfim, retoma o debate sobre as atividades e aptidões de cada gênero, tema ainda em voga nos anos 1990.

A terceira matéria da análise qualitativa foi publicada na editoria *Mulher hoje*, na revista *Claudia* de maio de 1996. Com o título “Três meninas e um batalhão”, a matéria foi assinada por Alexandra Farah e ocupa duas páginas da edição. O texto narra a conquista das três primeiras mulheres a ingressarem no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), uma universidade pública ligada ao Comando da Aeronáutica do Brasil, especializada nas áreas de Ciência e Tecnologia no Setor Aeroespacial. O subtítulo destaca que as alunas enfrentam, “ao lado de 447 colegas homens, a dura rotina de uma faculdade militar”. Os trechos analisados estão a seguir, e a matéria completa encontra-se no apêndice 11:

Arnaldo Dal Pino Junior, o professor preferido de Karina Diogo de Sousa, aluna do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ITA, tem uma tarefa a mais neste ano. Além de preparar as aulas de Física, Dal Pino, 37 anos, está reformulando o repertório totalmente masculino de piadas que costuma contar em sala. Habitado a dar aulas só para homens, no ITA, em São José dos Campos, São Paulo, agora ele tem uma presença feminina em classe. Karina, 18 anos, 1,50m, 45 quilos, paulista de Osasco, é a única, entre 37 alunos. Ela, Patrícia Silva Rodrigues, 18 anos, e Christianne Basilio e Silva, 16 anos, que estudam na sala ao lado, formam o trio pioneiríssimo: são as primeiras mulheres a cursar o ITA em nível de graduação, desde a fundação, há 46 anos (a escola tem alunas de pós-graduação desde 1970). Não foram só as piadas do professor que se transformaram com a chegada das meninas. ‘Os alunos estão mais calmos’, diz Dal Pino. Não é pouco, se se levar em conta que as três têm 447 colegas homens. Muitos deles se entusiasmaram com o trio e clamam por mais mulheres no próximo ano. Outros são discretos. ‘Quando conversamos com elas, só falamos das aulas’, diz Márcio Amberget, 23 anos, do curso de Engenharia Aeronáutica. (...) (*Claudia*, maio de 1996, p. 38).

A primeira parte da matéria concentra-se na mudança de comportamento de um professor em virtude de uma nova realidade em sala de aula: a presença de alunas

mulheres. O docente em questão é Arnaldo Dal Pino Junior, o preferido de Karina Diogo de Sousa, uma das três estudantes aprovadas em nível de graduação no ITA, uma das universidades públicas mais concorridas do Brasil – o texto destaca que na pós-graduação já havia mulheres desde 1970. A matéria entrevista alguns alunos homens, que declaram suas impressões sobre a chegada das novas colegas, mostrando-se entusiasmados, porém discretos.

(...) Para o professor Dal Pino, a decisão do governo de permitir mulheres no ITA, uma escola de Engenharia da Aeronáutica, chegou um pouco atrasada mas traz outras vantagens. ‘A qualidade dos alunos vai melhorar, porque o número de candidatos no vestibular aumentará’. Neste ano, 533 mulheres e 3.193 homens prestaram vestibular no ITA, o mais difícil do país. Nove foram aprovadas, mas seis optaram por outras faculdades. Karina, Christianne e Patrícia parecem saber que são tão importantes e que representam o fim da discriminação da mulher em uma das melhores escolas do país. Tampouco tinham ideia do que ia acontecer quando chegassem ao ITA para a primeira aula. ‘Na matrícula me avisaram que eu teria que fazer um tal de CPOR’, conta Patrícia, que cursa Engenharia de Infraestrutura, referindo-se ao Curso de Preparação de Oficiais da Reserva. ‘Talvez me especialize em construção de aeroportos’, diz. (...) (*Claudia*, maio de 1996, p. 39).

O trecho seguinte aborda o desafio de conquistar uma vaga no ITA e as vantagens da presença das alunas na instituição, até então inédita. Foi necessária uma decisão governamental para que mulheres pudessem participar do processo seletivo, que contou com a aprovação de nove candidatas no primeiro vestibular. Após essa parte, a matéria descreve as surpresas e os desafios das alunas pioneiras do ITA, desde o curso de preparação militar no acampamento até as adaptações necessárias nos uniformes para uso feminino. Ao longo das entrevistas, as acadêmicas contam as experiências no curso e os planos para a carreira no futuro, quando citam a medicina, a construção de aeronaves e de aeroportos.

(...) Aqui não há dispensa, nem para o trio feminino que sairá do ITA, daqui a cinco anos, como oficiais da Reserva da Aeronáutica. Numa emergência, como uma guerra, elas poderão ser recrutadas. (...) Como só há uniformes masculinos, as meninas precisaram reformá-los, para que ficassem de acordo com suas medidas. O coturno, que compõe o uniforme de Rambo, como é conhecido o traje verde de campanha, feriu em diversos lugares o pé de Christianne, uma adolescente de bochechas gordinhas, carioca que odeia sol. Curiosamente, Christianne é a mais experiente em assuntos militares: estudou o Primeiro Grau no Colégio Militar do Rio de Janeiro. No ITA cursa Engenharia Eletrônica e depois quer fazer Medicina. Karina é a única das meninas que optou por continuar a carreira militar depois da faculdade de Engenharia Aeronáutica. Ela sonha com os céus: quer construir aviões,

apesar de nunca ter entrado em um. Entre as meninas, ela tem fama de ser a mais esforçada. Não só em relação aos estudos. Quando elas acamparam, em uma das atividades do CPOR, Karina deu o máximo de si. (...) No início, os organizadores tiveram medo de que elas não dessem conta e chegassem até mesmo a desmaiar. Felizmente, constata Karina, o acampamento só rendeu algumas dores no corpo e muito orgulho: ‘Nós nos saímos melhor do que muitos meninos’ (*Claudia*, maio de 1996, p. 39).

A matéria utiliza-se de linguagem leve para tratar o assunto, ressaltando os aspectos lúdicos sobre a experiência das novas alunas do ITA e da recepção masculina, entre alunos e professores. O pioneirismo é mencionado, o que valoriza as acadêmicas pelo feito histórico e a coragem de ingressarem em uma universidade tão disputada e exigente. O desafio de participar de atividades militares em campo, o esforço físico e a convivência em um ambiente dominado por homens surge de maneira descontraída, evidenciando as curiosidades, como a dificuldade em manter a higiene no acampamento, os calçados pesados e a alimentação.

As alunas são descritas de maneira peculiar, com atenção para características físicas, como idade, peso e altura, “bochechas gordinhas”, e definidas por algumas preferências, como “odeia coque”, “sai melissinha e entra coturno” e “sotaque descansado e jeito avoadado”. Ao analisar o feito das estudantes, a autora afirma que elas “parecem saber que são tão importantes e que representam o fim da discriminação da mulher em uma das melhores escolas do país”, porém, não faz questionamentos às meninas sobre o assunto. O fato de serem as primeiras alunas de nível de graduação do ITA foi tratado por *Claudia* com naturalidade. O discurso dedica-se à celebração da conquista e na prospecção do futuro profissional das jovens.

A leitura histórica convida à pesquisa sobre quando se permitiu o ingresso de mulheres nas escolas superiores militares brasileiras, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). A matéria indica que as primeiras estudantes de pós-graduação chegaram ao ITA em 1970, e de graduação em 1996, mediante autorização do governo. A Marinha do Brasil permitiu a entrada de mulheres em 1980, mas ainda limitada a ocupar apenas alguns cargos após a formação. A presidente Dilma Rousseff sancionou em 8 de agosto de 2012 o projeto de lei nº 12.705, “que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército”, passando a

admitir mulheres em todos os concursos do país (Brasil, 2012), inclusive na tradicional Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Ao analisar a enunciação, nota-se que a autora apresenta a história utilizando-se das estratégias do ineditismo e do caráter inusitado, para despertar o interesse do interlocutor. As impressões de professores, colegas de sala e das novas alunas, bem como as situações pitorescas vivenciadas por elas, humanizam o texto. O simbolismo de uma escola militar remete à seriedade, à força e à masculinidade. O sujeito discursivo suaviza o efeito dessas características por meio da narrativa e das fotografias, que enaltecem as alunas ao serem descritas como capazes de enfrentar, de igual maneira, as exigências do ITA. A última frase da matéria reforça a competência das jovens: “O acampamento só rendeu algumas dores no corpo e muito orgulho: Nós nos saímos melhor do que muitos meninos”.

Quanto à leitura argumentativa, pode-se afirmar que o texto faz uso do tom lúdico. Os detalhes, como o uso do coturno e da farda adaptada, a contrariedade em pentear os cabelos com um coque, a adaptação das piadinhas do professor e a motivação dos rapazes tornam a matéria curiosa, amenizando o peso que pode significar as graduações em engenharia de uma universidade militar repleta de regras e de elevado nível de qualidade e exigência. Todavia, a estratégia discursiva adotada pode tornar um evento marcante para a história da educação feminina no Brasil, algo banal, a depender da interpretação do interlocutor. A matéria enaltece as alunas e abre espaço para um fato inspirador para as leitoras de *Claudia*.

A matéria analisada a seguir foi publicada na edição de janeiro de 1997, com o título “Circo se aprende na escola” e assinatura de Thais de Oliveira. Ocupando quatro páginas com fotografias de meninas e meninos em práticas circenses (apêndice 11), o texto ressalta que crianças e adolescentes estariam trocando as tradicionais aulas de balé e judô por lições de malabarismo e acrobacia. Entre as atividades, destacam-se também a cama elástica, o trapézio, o monociclo e a corda bamba. A matéria traz a opinião de proprietários de escolas, coordenadores de projetos culturais, professores, um médico esportivo, crianças e adolescentes, entre meninos e meninas, e mães de praticantes.

A abertura da matéria descreve a magia, as cores e a alegria do ambiente circense. Na sequência, evidencia que as escolas de circo estão abertas para meninas e meninos a partir dos seis anos, que podem se dedicar às práticas como atividade extracurricular. Entre os entrevistados está o ator e trapezista Marcos Frota, proprietário de uma escola no Rio de Janeiro. A matéria organiza em um quadro as cidades onde os pais podem matricular os filhos em atividades circenses, como São Paulo (SP), Recife (PE), Campinas (SP), Guarulhos (SP), Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG), alguns com o valor das mensalidades e os que são gratuitos, como os projetos governamentais.

A leitura enunciativa apresenta às leitoras de *Claudia* as vantagens para a saúde das crianças e adolescentes que praticam atividades circenses como complemento à escola. Para isso, a matéria utiliza-se da opinião de um médico esportivo, Victor Matsudo, que recomenda o aprendizado para o desenvolvimento motor, o equilíbrio, a agilidade, a flexibilidade, entre outros benefícios. Ademais, os nomes dos praticantes famosos destacados no texto, como Marcos Frota, Edson Celulari, Gabriel Vilella, Marisa Orth e Cacá Rosset, e a experiência positiva contada pelas mães, como a melhora dos filhos em outras áreas, tornam o discurso um convite para que outras pessoas, incluindo meninas, ingressem na atividade.

A rotina é alegre e descontraída, mas todas elas fazem questão de manter uma disciplina rígida: hora de treinar não é hora de brincadeira. Aplicadamente, durante 2 horas, duas ou três vezes por semana, os pequenos aprendizes se esforçam, saltando na cama elástica, virando cambalhota, dando salto-estrela, balançando-se no trapézio, exercitando-se com os malabares. ‘O comportamento dos meus filhos melhorou, no respeito aos limites e à ordem’, confirma Lilian Farkas (*Claudia*, janeiro de 1997, p. 154).

Maria José Barbosa, uma das entrevistadas na matéria, comenta o posicionamento da filha de seis anos, aluna do Circo Escola Picadeiro, de São Paulo: “Tentei convencer a minha filha a estudar balé, mas ela insistiu em ir para o circo”. O trecho revela a opinião da menina e a atitude da mãe, que atende ao pedido da criança. Mesmo a mãe preferindo que a filha praticasse balé, uma atividade tradicionalmente relacionada à educação feminina, a novidade da arte circense foi a preferida. A opinião favorável das mães no decorrer do texto funciona como uma declaração pública em

relação à prática, o que pode influenciar na decisão de outras mulheres que têm dúvidas sobre se devem matricular as filhas em uma escola semelhante.

A leitura argumentativa mostra que a matéria também se utiliza da divulgação de uma iniciativa semelhante do governo estadual de São Paulo. Por meio de um projeto, 2.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social podem frequentar o Circo Escola Picadeiro gratuitamente, além de receberem atendimento médico, dentário e psicológico. Entre as alunas, uma menina que aparece em destaque em uma das fotografias de *Claudia*: “Vanderléia Lopes, 13 anos, na corda bamba do Picadeiro”. A matéria cita alguns casos de sucesso e prestígio internacional, como a Escola Pernambucana de Circo, a única do Brasil a manter parceria com a Federação Dinamarquesa de Ginástica Acrobática e a possibilidade de firmar convênio com o Circo de Soleil, do Canadá.

Finalmente, a matéria reforça a tendência da cobertura de *Claudia* em fomentar a diversidade e a igualdade de gênero na educação. Os simbolismos que partem do subtítulo – meninas balé e meninos judô – são substituídos por “crianças e adolescentes na escola de circo”, com a fotografia na abertura de uma menina no trapézio e um menino saltando, ambos de tamanho similar na composição da página. A variedade de fontes entrevistadas, de ambos os gêneros, também indica que a linha editorial da revista visa tornar o debate sobre educação mais democrático e igualitário. O discurso que defende que a escola deve ser um ambiente livre e incentive todas as crianças a participarem das atividades, independentemente do gênero, é o que mais se constata no discurso implícito.

A quinta e última matéria da análise qualitativa de *Claudia* foi publicada na edição de agosto de 1997. Com o título “Inglês no exterior”, o texto foi assinado por Denise Ribeiro e Patrícia Trudes Veiga. Os quadros informativos com os preços dos cursos de intercâmbio na Inglaterra e nos Estados Unidos, junto às fotomontagens de mulheres ao lado de ícones ingleses e americanos, ilustram as quatro páginas da edição, que visam orientar as leitoras sobre como fazer um curso de inglês e, ao mesmo tempo, passar uma temporada em um dos países falantes da língua. O subtítulo ressalta as vantagens de unir aprendizado e lazer em uma mesma viagem:

Cursos na Inglaterra e nos Estados Unidos garantem uma boa melhora no inglês, sobretudo para quem já tem alguma base. E o melhor de tudo é que as horas vagas são uma viagem! (*Claudia*, agosto de 1997, p. 136).

A primeira parte da matéria trata da importância dos conhecimentos do idioma para o mercado de trabalho e os benefícios de um curso no exterior para melhorar a prática na língua. Os parágrafos seguintes dedicam-se ao relato de mulheres que estudaram inglês em outros países por causa da profissão, uma ex-comissária de bordo e duas empresárias do ramo de intercâmbio, que esclarecem o funcionamento das aulas, o período de estudo, a hospedagem e o valor do investimento. A matéria é voltada para o público feminino, o que pode ser percebido por meio das imagens, exemplos e as experiências narradas pelas entrevistadas:

A ex-comissária de bordo Pamela Gramacho, de São Paulo, 30 anos, queria dar uma polida no seu inglês, segundo ela, ‘cheio de vícios e pouco refinado’. Seu objetivo era alcançar um nível que lhe permitisse dar aulas em cursos de aviação. ‘Sou professora de inglês voltado para entrevistas em companhias aéreas. Parece mentira, mas os quinze dias de curso na St. Giles de São Francisco melhoraram em 60% a minha pronúncia’. Pamela procurou a assistente social da escola, nos Estados Unidos, para se orientar: ‘Contei o tipo de aula que pretendia dar no Brasil e ela me aconselhou a mesclar o curso de Business (voltado para médio e alto escalões empresariais, com foco em redação de contratos, conversas formais ao telefone e diálogos de negócios) com um curso básico para me livrar daqueles erros gramaticais que a gente carrega ao longo da vida’ (*Claudia*, agosto de 1997, p. 136).

A possibilidade de um curso de inglês associado a um estágio também aparece no texto com informações para as interessadas. Tanto a gerente responsável pela agência de intercâmbio, quanto o exemplo da profissional, uma médica, indicam que se trata de uma matéria direcionada às mulheres. O discurso geral da matéria indica um estímulo à formação complementar, mostra depoimentos sobre a experiência em outro país e aponta caminhos para a qualificação das leitoras da revista *Claudia*, inclusive com nomes de empresas, telefones e nomes dos responsáveis para mais informações:

(...) Para quem dispõe de dois meses e já tem experiência profissional, há um curso do CES (The Center for English Studies, presente em 65 países) que inclui estágio não-remunerado em algumas empresas norte-americanas. Você não pode escolher a empresa em que vai ficar, mas a escola garante encaixá-la numa companhia do seu interesse. Há vagas para estágios em vinte áreas de atuação tão diversas quanto moda e lazer, serviços sociais e composição gráfica. Ser médica, por exemplo, não garante estágio no setor de emergência

de um hospital. Mas talvez você vá para um laboratório (...) (*Claudia*, agosto de 1997, pp. 137-138).

A parte final da matéria dedica-se à possibilidade de contatos profissionais e novas amizades durante um curso no exterior. Além disso, alguns trechos ressaltam as opções culturais de lazer, passeios e compras no contraturno ao período em sala de aula. Do mesmo modo, as dificuldades enfrentadas por algumas mulheres foram relatadas, servindo de alerta para as leitoras que se interessarem:

‘Fiquei numa casa confortável, num quarto limpo e pude compartilhar da vida de uma americana de 56 anos, muito cordial e animada. Ela me deu ótimas dicas de compras, fomos juntas ao teatro e aproveitei muito mais do que alguns amigos brasileiros que ficaram num flat e reclamavam de ouvir português o tempo todo’, diz (...) (*Claudia*, agosto de 1997, p. 138).

A leitura enunciativa denota um sujeito enunciador que argumenta em favor de cursos de inglês no exterior, especialmente para mulheres em idade produtiva que desejam melhorar a posição no mercado de trabalho. Por meio de argumentos sobre as vantagens, depoimentos e a transparência em relação aos valores investidos, a matéria torna-se interessante e elucidativa para quem se interessar pela formação. Contudo, é importante frisar que, mesmo entre as leitoras de *Claudia*, possivelmente uma pequena parcela teria as condições financeiras necessárias para realizar um curso no exterior, restringindo-se, talvez, àquelas que tivessem salários elevados ou uma condição social privilegiada.

A interpretação dos argumentos utilizados na matéria mostra-se majoritariamente autoritária e dialética. A primeira leitura se deve ao discurso que demonstra a necessidade de se realizar um curso de inglês no exterior, evidenciando que o diferencial é um dos fatores fundamentais para a obtenção de melhores posições profissionais. A segunda, a dialética, pode ser observada no decorrer do texto, quando as autoras, duas mulheres, colocam-se na posição de conselheiras que mostram caminhos e revelam até mesmo os valores dos cursos, da viagem, da hospedagem e mencionam dicas de como se divertir durante a estada no estrangeiro.

Em suma, a matéria considera as leitoras, mulheres capazes e preparadas para realizar um curso de inglês no exterior de forma plena. Para tanto, ressalta os benefícios, traz exemplos e mostra como é possível abrir os horizontes educacionais femininos para além das fronteiras do Brasil. A linguagem destaca apontamentos técnicos e práticos, mas também se revela afetiva quando humaniza as personagens da matéria, as situações vivenciadas e os desafios que precisam ser enfrentados para que as mulheres desenvolvam-se intelectualmente.

A análise qualitativa da revista *Claudia* revelou uma cobertura sobre a educação da mulher que valoriza os aspectos intelectuais femininos, sem impor limites para o seu desenvolvimento. Nota-se, em termos gerais, que as matérias tratam da educação de crianças, adolescentes, mas também das mulheres mais maduras, acima dos 40 anos, que buscam melhores posições no mercado de trabalho. O pioneirismo aparece por meio de histórias reais e o pensamento feminista permeia toda a cobertura, com exemplos, questionamentos e sugestões cotidianas para minimizar a discriminação da mulher em diversos setores da sociedade, especialmente na família e nos ambientes educacionais, como escolas e universidades.

8.3 Revista *Veja* e revista *Claudia*: aspectos comparativos

Ao se comparar os elementos gerais dos discursos de *Veja* e *Claudia*, é possível afirmar que, em termos de volume, a revista feminina dedica mais espaço ao tema educação da mulher. Tal resultado pode ser confirmado pela quantidade de matérias e, também, em termos proporcionais, considerando que *Claudia* tem periodicidade mensal, enquanto *Veja* é semanal. O gênero mais comum em ambas as publicações é o informativo, entre matérias e reportagens. Os artigos de opinião tiveram maior presença na revista feminina e inserção em editorias diversas.

Sobre a autoria dos textos, as mulheres foram as que mais escreveram sobre o tema analisado. No entanto, ainda há uma parcela das matérias sem assinatura, o que acontece em ambas as revistas. No quesito imagem, é possível afirmar que tanto *Veja* como *Claudia* utilizam fotografias, tabelas e infográficos para ilustrar as matérias. Nota-

se uma variedade na composição visual das páginas, incluindo pessoas de várias idades e gêneros. De forma geral, as fotografias de meninas e mulheres demonstram atitudes proativas, tanto em *Veja* como em *Claudia*. Elas aparecem em atividades variadas, como diante de computadores, em sala de aula, em laboratórios, em práticas militares, dançando, nas aulas de circo e em universidades.

As fontes de informação são bastante variadas nas matérias sobre a educação feminina. Além da opinião de especialistas, como professores, pedagogos, psicólogos e cientistas, os pais e as mães são geralmente entrevistados quando o assunto é a educação das crianças. No âmbito universitário, a opinião feminina também é ouvida, seja como estudantes ou pesquisadoras. Sobre a pluralidade de fontes, a revista *Claudia* demonstra maior variedade do que a *Veja* na amostra analisada. O mesmo acontece com os subtemas: enquanto *Claudia* tem maior abrangência e foco, *Veja* trata da educação feminina de maneira tangencial, inserida em outros assuntos.

Um tema apareceu nas duas revistas: a questão do uso de “terminologias politicamente corretas” para tratar dos temas relacionados à educação e igualdade de gênero, demonstrando que o assunto era bastante discutido na década de 1990. Todos os níveis de ensino apareceram na cobertura de *Veja* e *Claudia*, desde a educação familiar até os níveis de pós-graduação, no Brasil e no exterior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não foi mencionada, mas é possível observar a influência das novas diretrizes na cobertura, com a inclusão de valores como a democracia, a diversidade, a igualdade e a formação individual.

Principalmente na *Claudia* foi possível encontrar aspectos comparativos sobre a educação dada aos meninos e às meninas, além de revelar maneiras de tornar a escola um ambiente mais equilibrado e inclusivo. As revistas *Veja* e *Claudia* apresentaram, de maneira geral, matérias que promovem a igualdade, por meio de um discurso no qual a educação é um direito das crianças e adolescentes, sem citar as diferenças de gênero. Assim, nota-se uma cobertura voltada à naturalização de que meninas e meninos sejam tratados de igual maneira e tenham as mesmas oportunidades educacionais, em todos os níveis de ensino. Todavia, é importante registrar que a cobertura sobre a educação feminina segue a tendência histórica de tratar dos assuntos relativos às classes dominantes no Brasil.

CONCLUSÃO

Uma pesquisa científica requer método e dedicação, mas, sobretudo, o interesse genuíno de encontrar respostas. Esta tese teve como objetivo principal descobrir como os periódicos brasileiros retrataram uma das mais importantes conquistas femininas: o direito à educação. Em 170 anos, meninas e mulheres passaram de pessoas impedidas de frequentarem uma sala de aula convencional, para a população mais escolarizada do país, em todos os níveis de ensino. Uma jornada lenta e gradual rumo ao conhecimento, que contribuiu para a emancipação feminina e o rompimento de outras barreiras, como o direito ao voto, o espaço no mercado de trabalho e a chegada aos cargos mais altos de decisão nos cenários político e social. Embora sejam muitas vitórias, ainda existe um hiato educacional no Brasil para as mulheres que integram os grupos vulneráveis: as mais pobres, as pardas, as pretas, as indígenas, as deficientes, as refugiadas, as que vivem em áreas de risco e regiões esquecidas pelo poder público. Reduzir esse hiato é um dos desafios para a presente, e para as próximas gerações.

Na fase inicial desta pesquisa, muitas dúvidas surgiram. A primeira delas foi como compreender um recorte temporal tão vasto, 170 anos, e ao mesmo tempo complexo, ao considerar as transformações da sociedade e, por conseguinte, da Imprensa brasileira. As escolhas metodológicas foram decisivas para obter um panorama histórico satisfatório e, também, identificar de maneira mais particular as minúcias discursivas da cobertura sobre o tema. A investigação envolveu um volume

significativo de material de análise. Foram 1.221 exemplares, entre jornais e revistas, para chegar à amostra de 144 textos sobre o tema educação da mulher, entre milhares de páginas impressas e digitalizadas. Para tanto, é essencial ressaltar a importância da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que disponibiliza um acervo valioso para a preservação da memória e de apoio à pesquisa. Igualmente, os arquivos dos Diários Associados e da Editora Abril, em São Paulo.

Após a aplicação dos parâmetros metodológicos e com todas as análises finalizadas, foi possível responder com clareza às perguntas de investigação e, conjuntamente, confrontar as hipóteses levantadas na primeira fase da pesquisa. Considerando que os capítulos analíticos dedicaram-se às comparações entre os discursos dos impressos de informação geral e femininos, no mesmo recorte histórico, cabe à parte reservada à conclusão analisar e refletir sobre a cobertura da Imprensa por uma perspectiva diacrônica, ou seja, ao longo do tempo. Das oito hipóteses, quatro delas foram confirmadas, duas foram confirmadas parcialmente e duas não se confirmaram. As explanações sobre cada uma delas serão desenvolvidas a seguir, bem como apresentado o arco evolutivo geral da cobertura dos impressos sobre o tema.

A primeira hipótese confirmada: “A educação feminina foi abordada essencialmente desde a perspectiva da educação formal”. Em todos os periódicos analisados foi possível identificar a diferença entre a educação formal, ou instrução, ministrada no âmbito doméstico, como aprender a ler e a escrever, assim como a ensinada nas escolas, colégios e universidades, e a não formal, em outras esferas e ambientes de aprendizado. Há, ainda, a formação feminina, que na maior parte do discurso é apresentada como de caráter moral e comportamental, visando à preparação para a vida, mas, principalmente, para o casamento e a maternidade. A maneira de agir, as boas maneiras e costumes aceitos socialmente, na maior parte da cobertura, é revelada separadamente, mas também complementar. Com o tempo, a educação formal tornou-se mais valorizada pelos impressos, e a abordagem de conduta social ganhou modelagens mais livres e progressistas a partir dos anos 1990, ainda que normativa quando se trata do papel da mulher na cena social.

A segunda hipótese confirmada: “Os periódicos compararam ao longo do tempo a educação dada a homens e mulheres, enfatizando as razões pelas quais

deveriam ter uma educação diferente ou semelhante”. É notável o quanto a educação das mulheres foi normatizada e regulada em função dos interesses das esferas de poder, principalmente a família, a religião e os governos. Os papéis sociais definidos para homens e mulheres foram, no decorrer do tempo, a base e os parâmetros para a formação educacional. Quando se analisa a cobertura dos periódicos do século XIX até meados do século XX, tornam-se perceptíveis quais eram os conhecimentos desejáveis, os permitidos e os que deveriam ser desconsiderados pelas mulheres. Já na década de 1990, é reconhecido o esforço das revistas analisadas, *Veja* e *Claudia*, de disseminarem o discurso da igualdade de gênero na educação, desde a infância, e ampliando-se para o ensino superior, com vistas para os diversos setores do mercado de trabalho.

A educação das meninas e das mulheres tinha como prioridade o cuidado do lar e da família, ou seja, a vida privada. A análise da cobertura dos impressos demonstrou que a mãe deveria se instruir para cumprir a “missão” de educar e orientar os filhos e filhas para a sociedade. Tal pensamento pode ser identificado no discurso dos periódicos, atravessando os séculos, e permanecendo até as revistas dos anos 1990. Foi demonstrado por meio de referências históricas que o governo brasileiro, em dados momentos, fez ajustes na legislação e na própria propaganda para que as mulheres assumissem a responsabilidade de formar os cidadãos em benefício do desenvolvimento do país, seja no cuidado da higiene e da saúde da família, como assistente do marido, até a educação moral e religiosa para a edificação de “pessoas de bem”. Há, ainda, a visão utilitarista das professoras normalistas, inicialmente educadoras das meninas e depois dos meninos, um ícone da extensão da maternidade na vida pública.

A terceira hipótese confirmada: “Com o tempo, e tendo em conta a alteração da sociedade brasileira e de seus valores, de uma atitude de oposição a uma educação formal emancipadora das mulheres, passou-se, nos periódicos impressos, ao apoio a esse tipo de educação, eventualmente, também, por comparação com países mais desenvolvidos”. A partir das novas legislações de educação, que naturalmente acompanharam o progresso da sociedade brasileira, foi possível reconhecer os passos ministrados pelas mulheres no que diz respeito aos avanços educacionais. É importante frisar o quanto a Imprensa tinha os olhos voltados para o que acontecia fora do Brasil, especialmente na Europa e, a partir de meados do século XX, também nos Estados

Unidos. A França foi o país mais referenciado de toda a cobertura sobre a educação da mulher, principalmente nos impressos femininos. Tal destaque foi percebido à luz da educação formal emancipadora, igualmente verificada nos aspectos comportamentais, culturais e sociais.

A quarta hipótese confirmada: “É nos gêneros jornalísticos explicativos, interpretativos e opinativos que mais se nota o endosso do apoio ou oposição à educação formal das mulheres”. Na mesma linha do predomínio e criação de novos gêneros textuais utilizados nos impressos, é possível afirmar que, com o desenrolar das décadas, os textos jornalísticos, principalmente os comentários e artigos de opinião, as notas, as matérias e as reportagens informativas ocuparam a maior parte da cobertura sobre o tema educação da mulher. Todavia, é válido salientar que os gêneros mais e menos frequentes seguiram a tendência da Imprensa brasileira, que no século XIX também considerava os gêneros literários em suas edições, e com o processo de modernização tornaram-se cada vez mais raros, dando lugar aos novos formatos, especialmente aos de natureza jornalística. Observa-se uma cobertura marcada, ao longo do tempo, pela redução progressiva dos textos opinativos e o crescimento dos informativos nos impressos. Os gêneros de opinião permanecem na cobertura, naturalmente, mas em menor quantidade, se comparados aos de informação.

A quinta hipótese, confirmada parcialmente: 5) “O tema da educação das mulheres surge mais nas revistas femininas do que nas revistas de informação geral, nomeadamente até a emancipação feminina que ocorre com a redemocratização do Brasil em 1988 (Constituição)”. É curioso observar que, em termos de quantidade de exemplares e textos selecionados, os impressos de informação geral representam um volume maior, 899 edições contra 322 entre os femininos, no mesmo período de investigação e delimitação amostral. A diferença deve-se à periodicidade de cada um deles, visto que um é diário e os outros são semanais, quinzenais ou mensais, conforme detalhado e justificado na metodologia e nos capítulos analíticos. Note-se que os impressos femininos do século XIX, como *O Espelho Diamantino* (1827) e o *Echo das Damas* (1889), dependiam de recursos particulares, geralmente das proprietárias, que nem sempre conseguiam manter a tiragem regular em virtude dos custos de impressão e

distribuição. As revistas femininas são consideradas especializadas, um fator que também explica o intervalo maior entre as edições.

Ao observar a quantidade absoluta de publicações sobre o tema, na composição da amostra de 144 textos, contabilizam-se 86 nos impressos de informação geral e 58 nos femininos. Ao comparar cada período estudado separadamente, pode-se concluir que, no ano de 1827, em virtude de *O Diário do Rio de Janeiro* ser um jornal diário, com 55 textos publicados, em contraste com *O Espelho Diamantino*, um periódico quinzenal com cinco textos sobre a educação da mulher no mesmo recorte histórico, naturalmente haveria maior possibilidade de o volume de inserções ser discrepante. Considera-se o espaço, o número de edições e a concorrência com outros temas de igual ou de maior importância. Nesse sentido, outros fatores foram considerados, como as questões qualitativas e o teor do conteúdo de cada periódico. Tal afirmativa apenas evidencia que nem sempre o volume absoluto é um critério que informa o valor de uma cobertura, havendo outros elementos a serem avaliados conjuntamente.

Sobre a mesma questão, quando se comparam revistas como *O Cruzeiro* (semanal) e o *Jornal das Moças* (quinzenal), mesmo com periodicidades distintas, é possível identificar um volume ligeiramente maior na publicação feminina, nos dois momentos históricos analisados. No período entre 1933 e 1935, *O Cruzeiro* publicou nove textos sobre o tema, contra dez do *Jornal das Moças*. O mesmo aconteceu cerca de três décadas depois, no recorte que compreende os anos de 1960 e 1962, com cinco textos na revista *O Cruzeiro* contra doze no *Jornal das Moças*, mais que o dobro. Quando se analisa o período que abarca 1995 e 1997, com a revista *Veja* (semanal) publicando cinco matérias e, paralelamente, a revista *Claudia* (mensal) com oito textos sobre a educação da mulher, constata-se que houve maior destaque na revista feminina, em termos comparativos, mesmo com a desvantagem em termos de quantidade de exemplares publicados.

A sexta hipótese, confirmada parcialmente: 6) “As fontes e entidades oficiais protagonizam as matérias sobre a educação das mulheres, e tendo em conta que a maioria dos decisores políticos foram e são homens, há um predomínio masculino entre fontes e protagonistas nessas matérias”. A partir da identificação das fontes de informação e protagonistas nos textos analisados, é fundamental destacar que somente a

partir da amostra da década de 1960 foi possível perceber as múltiplas vozes surgirem de maneira mais recorrente nas publicações. Do século XIX até o início do século XX, a maioria dos textos analisados era de opinião, em geral do próprio redator, ou do periódico quando sem assinatura, e apresentava informações sem citar a origem, ou de forma vaga. As referências às fontes oficiais e governamentais aparecem, mas com pouca expressão, considerando o conjunto da cobertura acerca do tema investigado.

Cabe destacar que, com as leituras analíticas ao longo dos anos, foi possível identificar quais eram as fontes de informação e os protagonistas mais presentes nos textos a respeito do tema. Geralmente eram profissionais da área de educação, pais e mães de estudantes, universidades, entre outros. As fontes oficiais, como o Ministério da Educação, começam a aparecer de forma mais frequente a partir dos anos 1960 e na década de 1990, quando o gênero jornalístico informativo ocupa a maior parte da cobertura e utiliza-se da opinião de especialistas, como pesquisadores, psicólogos, educadores, médicos, e pessoas físicas como protagonistas ou personagens, entre moças e mulheres de várias idades, no papel de mães e alunas, além de representantes de instituições de ensino e do governo, principalmente do âmbito federal.

É interessante sublinhar que, conforme as décadas avançam, especialmente a partir dos períodos mais recentes investigados, anos de 1960 e 1990, constata-se maior pluralidade de vozes e fontes nas produções textuais. As entidades oficiais e o próprio governo são consultados de maneira pontual, mas não são hegemônicos na cobertura sobre o tema educação da mulher. Nota-se que as protagonistas são em sua maioria mulheres, professoras e alunas de vários níveis de ensino, geralmente moças ou jovens adultas. No caso de especialistas, observa-se a presença maior de mulheres na função de professoras e pesquisadoras nos últimos períodos estudados, além de homens, entre médicos, cientistas e outros. Há, ainda, e de maneira recorrente na cobertura em todos os períodos analisados, as biografias e referências às mulheres que tiveram conquistas no meio acadêmico, científico e literário, além de rainhas e outras personalidades históricas, como as primeiras médicas brasileiras. As personagens mais frequentes são do Brasil, da França, do Reino Unido e dos Estados Unidos.

A sétima hipótese, não confirmada: 7) “Nos momentos de debate e promulgação de nova legislação no campo da educação, assiste-se à intensificação do

interesse das revistas pela educação formal da mulher”. Um dos pontos que devem ser citados refere-se à quase ausência de termos relacionados a legislações educacionais na amostra de forma geral, mesmo sendo o critério marcador de recorte histórico para a presente pesquisa. Em alguns textos há a menção de leis, no caso do Decreto Leoncio de Carvalho, nos dois periódicos analisados do período de 1889, a revista *Ilustrada* e o *Echo das Damas*. Todavia, não é possível estabelecer uma relação entre o aumento do volume de textos sobre o tema educação da mulher com o momento no qual as novas leis entraram em vigor, mesmo utilizando-se do parâmetro metodológico de analisar o recorte de três anos, um anterior e um posterior a cada marco legal investigado.

As transformações sociais e culturais sobre a educação feminina são debatidas nos periódicos, mas não diretamente pelo viés das questões relacionadas às novas legislações brasileiras, nomeadamente. As mudanças de paradigma foram mais retratadas por meio de exemplos de outros países, como escolas profissionais, universidades e personagens conhecidas da história e da alta sociedade, do que pela perspectiva do direito e das políticas públicas governamentais de educação. Por essa perspectiva, pode-se compreender porque o tema foi tratado mais vezes nas seções de “comportamento” e “geral” do que de “política” e “sociedade”. No período dos anos 1960, e um pouco mais nos anos 1990, é possível notar que editoriais como “educação” e “economia” começam a aparecer e a se relacionar com o tema estudado, assim como as leis pela perspectiva do direito das mulheres. Consideram-se, também, os suplementos e especiais de educação que encabeçam as produções jornalísticas sobre o tema.

A oitava hipótese, não confirmada: 8) “Até ao ingresso em número relevante de mulheres nas redações nos anos 1990, a maioria das matérias relacionadas com a educação das mulheres foi escrita por homens”. Ao refletir sobre os números totais, de 144 textos que compuseram a amostra analisada, somam-se 103 textos sem assinatura, 24 de autoria feminina, 13 de autoria masculina e quatro pseudônimos sem gênero e iniciais de nome. Observa-se que, nas matérias de 1990, transição apontada na hipótese, tem-se na revista *Veja*: um texto de autoria feminina, dois de autoria masculina e dois sem assinatura, ou seja, a maioria é assinada por homens, ainda que haja uma parcela em que a autoria é ignorada. Já na revista *Claudia*, o cenário é diferente: quatro matérias

são de autoria de mulheres, quatro foram publicadas sem assinatura e nenhuma delas é identificada como sendo um redator homem.

Em suma, desconsiderando-se o grande volume de produções não assinadas em toda a cobertura, a maioria dos textos assinados é de autoria de mulheres, 24, em oposição aos 13 de autoria masculina, o que representa quase o dobro. Outro fator importante a ser sublinhado é que, não necessariamente, os periódicos femininos deram mais visibilidade às autoras do que os veículos de informação geral. No caso do *Echo das Damas* (1889), foi evidente o espaço maior para a autoria feminina, com oito textos assinados sobre o tema educação da mulher e nenhum masculino. Por outro lado, em *O Cruzeiro* (1961), de oito textos, seis deles tiveram autoria feminina, contra apenas um masculino e um pseudônimo sem gênero, um dado curioso para uma revista de informação geral da década de 1960. Tais resultados indicam que a hipótese não é válida, a considerar as múltiplas possibilidades de autoria, momento histórico, tipo e gênero textual da publicação.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível analisar, avaliar e refletir sobre os diversos elementos que compreendem a Imprensa e os direitos das mulheres, em particular as questões inerentes à educação em suas múltiplas interfaces, todas identificadas na cobertura, desde a formação escolar, profissionalizante e universitária, até a comportamental, moral e religiosa. A leitura que considera o arco temporal da cobertura sobre o tema revela que os impressos analisados dedicaram quase a totalidade do conjunto amostral para as questões relativas às classes mais altas da sociedade brasileira, particularmente ligadas aos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro e São Paulo, com poucos desvios do padrão temático e discursivo. A partir de 1960, observa-se a inserção de Brasília, por se tratar do novo centro de poder político do país.

Do Período Imperial às vésperas da República (1822-1889), os textos analisados dos dois marcadores legislativos, 1827 e 1889, eram voltados para a contratação de mestras e divulgação de vagas em internatos para a instrução das meninas das famílias mais abastadas do Rio de Janeiro, enquanto a das escravas aparece como a preparação de mucamas para desempenhar as tarefas domésticas. De qualquer forma, a cobertura denota que as mulheres eram educadas para a servidão: as ricas para o cuidado do lar, do marido e da prole, e as pobres e as escravas para o trabalho, seja

com baixa ou nenhuma remuneração, conforme a posição que ocupavam no estrato social. Todavia, os periódicos femininos de ambos os períodos, *O Espelho Diamantino* e o *Echo das Damas* evidenciavam a luta pelos direitos educacionais das mulheres, exaltando a voz contrária ao modelo social vigente com duras críticas ao patriarcado.

O mesmo acontece nos períodos seguintes, com a valorização dos problemas e necessidades da elite brasileira das décadas de 1930, 1960 e 1990. As questões que envolvem as populações femininas mais pobres, que dependem das escolas públicas, e temas como o analfabetismo e a exclusão, são praticamente inexistentes na cobertura sobre o tema analisado. Mesmo nos anos posteriores à redemocratização do Brasil, as matérias das revistas *Veja* e *Claudia* são dedicadas às necessidades de grupos privilegiados da sociedade, algo que se constata com base nos subtemas, fontes de informação e outros aspectos analisados nas produções jornalísticas dos períodos. A qualidade e aspectos relativos à escola pública são apontados de maneira sutil, no entremeio textual sobre outros assuntos.

Nas décadas de 1930 e, posteriormente, 1960, observa-se uma relativa valorização da educação pública, apontamento identificado nos textos dos dois recortes. Contudo, vale destacar que se trata de momentos particulares da política brasileira, que se esvaziaram nos períodos subsequentes, em virtude das mudanças no cenário nacional, como a própria ditadura militar e, depois, com a redemocratização. É importante frisar que a amostra selecionada para esta pesquisa relaciona-se à educação feminina, em todos os níveis e formas de ensino. Possivelmente, a situação das escolas públicas e a atenção à população das classes mais pobres, e de outras regiões brasileiras, estivessem na cobertura, mas, por não compreenderem o cerne desta pesquisa, foram desconsideradas quando não correspondiam ao critério amostral: gênero e educação. Portanto, pode-se afirmar que a investigação sobre o tema educação da mulher constatou um discurso que privilegiou as questões das classes mais ricas, das esferas de poder e dos centros urbanos mais influentes do país.

Após a conclusão desta tese de doutoramento, pode-se afirmar que tanto o objetivo geral como os específicos foram atingidos plenamente. Não houve empecilhos significativos que impedissem que o projeto de pesquisa fosse contemplado em sua integralidade e no tempo previsto. A presente pesquisa não tem como intuito findar a

investigação sobre a tríade “discurso jornalístico, gênero e educação”, mas servir de contributo para que novas hipóteses e análises sobre os direitos das mulheres e as interfaces midiáticas sejam desenvolvidas. À medida que a sociedade torna-se mais solidária, democrática e igualitária, novas frentes de estudo abrem-se para compreender o papel das mídias em favor dos direitos humanos de maneira integral e responsável, ao longo da história, até a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, E. (2007). Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. *In: Revista Em Questão*. Volume 3 No. 1, Porto Alegre, pp.25-40.

Araújo, E. (2004). A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. *In: Del Priore, M. (Ed.7). A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, pp. 45-77.

Barbosa, M. (2007). *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X.

Barbosa, M. (2010). *História cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro, Mauad X.

Barbosa, M. (2019). Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. *In: Revista MATRIZES*, 13 (1), pp. 13-25.

Barbosa, M. (2020). *Comunicação e método: cenários e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro, Mauad X.

Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.

Barroso, J. (1876). *Conferências populares*. Rio de Janeiro, J. Villeneuve. [Em linha]. Disponível em: <memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=278556&pagfis=577>. [Consultado em 23/03/2021].

Bassanezi, C. (1996). *Virando as páginas, revendo as mulheres: Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Bassanezi, C. (2004). Mulheres dos anos dourados. In: Del Priore, M. (Ed.7). *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, pp. 607-639.

Bastos, M. H. e Garcia, T. E. (1999). Leituras de formação – Noções de vida doméstica (1879). *História da Educação*, 3(5), pp.77-92. [Em linha]. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891712>>. [Consultado em 23/12/2021].

Beltrão, K. I. e Alves, J. E. (2009). A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, 39 (136), pp.125- 156. [Em linha]. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf>. [Consultado em 25/01/2021].

Benetti, M. (2007). Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: Benetti, M. e Lago, C. (Ed.3). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, pp. 107-122.

Benetti, M. e Lago, C. (2007). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes.

Berger, C. (2010). O conhecimento do jornalismo no círculo hermenêutico. *Brazilian Journalism Research*, 6(2). [Em linha]. Disponível em <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/14>>. [Consultado em 29/04/2021].

Bleicher, J. (1980). *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa, Edições 70.

Buitoni, D. (1990). *Imprensa feminina*. São Paulo, Ática.

Charaudeau, P. (2006). *O discurso das mídias*. São Paulo, Contexto.

- Chartier, R. (2009). *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Cunha, L. A. (2000). Ensino superior e universidade no Brasil. In: Lopes, E., Faria, L., Veiga, C. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica. pp.151-204.
- D'Araujo, M. C. (2000). A Era Vargas: dos anos 30 aos anos 50. In: Pereira, P. R. (org.). *500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, p. 74.
- D'Incao, M. A. (2004). Mulher e família burguesa. In: Del Priore, M. (Ed.7). *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, pp. 223-240.
- Duarte, C. (2016). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte, Autêntica, Arquivo Kindle.
- Duarte, C. (2019). Feminismo: uma história a ser contada. In: Hollanda, H. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, pp. 26-51.
- Duarte, J. (2011). Entrevista em profundidade. In: Duarte, J. e Barros, A. (Ed.5). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo, Atlas, pp. 62-83.
- Duarte, J. e Barros, A. (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo, Atlas.
- Falci, M. (2004). Mulheres do sertão nordestino. In: Del Priore, M. (Ed.7). *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, pp. 241-277.
- Fausto, B. (2006). *História do Brasil*. São Paulo, Edusp.
- Fausto, B. (2008). *História concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp.
- Ferreira, G. M. (2002). *Contribuições da Análise do Discurso ao estudo de jornalismo*. [Em linha]. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_707.pdf>. [Consultado em 30/04/2021].

Ferreira, M. e Mesquita, C. (2000). Brasil contemporâneo – os anos JK. In: Pereira, P. R. (org.). *500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, p. 76.

Floresta, N. (1853). *Opúsculo humanitário*. São Paulo, Cortez, INEP.

Floresta, N. (1989). *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo, Cortez, INEP.

Freire, A. e Penna, L. (2000). A Primeira República. In: Pereira, P. R. (org.). *500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, pp. 68-70.

Galtung, J. e Ruge, M. (1999). A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação da crise do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: Traquina, N. (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, pp. 61-73.

Garrett, A. (1829). *Da Educação*. Londres, Sustenance e Stretch.

Guimarães, L. M. e Ferreira, T. M. (2009). Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Revista Gênero*, 9 (2), pp. 135-151. [Em linha]. Disponível em: <periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30908/17997>. [Consultado em 23/01/2021].

Hahner, J. E. (1981). *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense.

Hahner, J. E. (2011). Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, 19 (2), pp. 467-474.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.

Hollanda, H. (2019). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo.

Horta, A. (2010). Memória social e identidade nacional no contexto europeu. In: Martins, M. L., Cabecinhas, R. (Eds.), *Anuário internacional de comunicação lusófona 2009: memória social e dinâmicas identitárias* (pp.11-24). Lisboa, LUSOCOM. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/11223>>. [Consultado em 26/04/2021].

IBGE (2018). *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. [Em linha]. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>>. [Consultado em 23/03/2022].

INEP (2019). *Censo da Educação Superior*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>. [Consultado em 23/03/2022].

Iñiguez, L. (2004). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, Vozes.

Kieling, C. (2014). Jornalismo e História: narrativas do real. In: Zagalo, N. e Oliveira, S. (2014). *Abordagens da narrativa dos media*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Braga, Universidade do Minho, pp. 54-62. [Em linha]. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2014>. [Consultado em 15/02/2021].

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas, Editora Unicamp.

Lopes, E. M. (1991). A educação da mulher: a feminização do magistério. *Teoria & Educação*, 4, p. 22-40.

Lopes, L. C. (2002). Artefatos de memória e representações nas mídias. *Revista C-legenda*, 7 (1). [Em linha]. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36800>>. [Consultado em 29/04/2021].

Louro, G. (2004). Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, M. (Ed.7). *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, pp. 444-481.

Maranhão, C. (2016). *Roberto Civita: o dono da banca. A vida e as ideias do editor de Veja e da Abril*. São Paulo, Companhia das Letras.

Melo, F. M. (1651). *Carta de Guia de Casados*. Luso Livros. [Em linha]. Disponível em <www.agr-tc.pt/bibliotecadigital/aetc/index.php?page=13&id=159&db=>>. [Consultado em 22/03/2021].

Moacyr, P. (1940). *A instrução e as províncias: subsídios para a historia da educação no Brasil - 1834-1889*. São Paulo, Editora Nacional. [Em linha]. Disponível em <<http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/231>>. [Consultado em 23/03/2021].

Moreira, S. (2011). Análise documental como método e técnica. In: Duarte, J. e Barros, A. (Ed.5). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo, Atlas, pp. 269-279.

Mota, C. e Porto, S. (2017). *Hermenêutica e Análise do Discurso em Jornalismo*. Florianópolis, Insular.

Muzart, Z. (2003). Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, [Nº 1/Outubro], pp. 225-233. [Em linha]. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100013>>. [Consultado em 30/11/2021].

Nora, P. (1988). O retorno do fato. In: J. Le Goff e P. Nora. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 179-193.

Palmer, R. (2018). *Hermenêutica*. Lisboa, Edições 70.

Pedro, J. M. (2004). Mulheres do Sul. In: Del Priore, M. *A história das mulheres no Brasil*. (Ed.7). São Paulo, Contexto, pp. 278-321.

Perrot, M. (2005). *As mulheres e os silêncios da História*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, EDUSC.

Ponte, C. (2004). *Leituras das Notícias: contributos para uma análise do discurso*. Lisboa, Livros Horizonte.

Rago, E. (2000). A ruptura do mundo masculino da Medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, [Nº 15/Dezembro], pp. 199-225.

Rago, L. M. (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Ricoeur, P. (2020). *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa, Edições 70.

Rodrigues, A. (2010). Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: *Atividades Comunicacionais em Ambientes Mediáticos, reflexões sobre a obra de Adriano Duarte Rodrigues*. São Paulo, Intermeios, pp. 67-81.

Romanelli, O. (1986). *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, Vozes.

Saffioti, H. (1979). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes.

Santos, A. (2010). Discurso mediático da vida cotidiana. In: *Atividades Comunicacionais em Ambientes Mediáticos, reflexões sobre a obra de Adriano Duarte Rodrigues*. São Paulo, Intermeios, pp. 83-90.

Scalzo, M. (2003). *Jornalismo de revista*. São Paulo, Contexto.

Silva, M. B. (1984). *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp.

Sodré, N. W. (1983). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Martins Fontes.

Sodré, M. (2012). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, Vozes.

Sousa, J. P. (2002). *Teorias da notícia e do jornalismo*. Florianópolis, Letras Contemporâneas e Argos/UNOESC.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto, Ed. Porto.

Sousa, J. P. (2004). *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia de estudantes de graduação*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Telles, N. (2004). Escritoras, escritas, escrituras. In: Del Priore, M. (Ed.7). *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, pp. 401-442.

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular.

Traquina, N. (2008). *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis, Insular.

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional*. Rio de Janeiro, Livraria F. Alves. [Em linha]. Disponível em: <archive.org/details/aeducacaonacion00vergoog>. [Consultado em 23/03/2021].

Wimmer, R. D. e Dominick, J. R. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación: Una introducción a sus métodos*. Barcelona, Bosch.

Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação*. Lisboa, Presença.

Yamaoka, E. (2011). O uso da Internet. In: Duarte, J. e Barros, A. (Ed.5). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo, Atlas, pp. 146-163.

LEGISLAÇÕES:

Brasil (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. [Consultado em 25/01/2021].

Brasil (1827). *Lei Geral de 15 de outubro de 1827*. [Em linha]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. [Consultado em 25/01/2021].

Brasil (1879). *Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879*. [Em linha]. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. [Consultado em 25/01/2021].

Brasil (1890). *Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. [Consultado em 05/01/2022].

Brasil (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. [Consultado em 25/01/2021].

Brasil (1962). *Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm>. [Consultado em 27/01/2021].

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. [Consultado em 25/01/2021].

Brasil (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. [Consultado em 25/01/2021].

Brasil (2012). *Lei que Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12705.htm>. [Consultado em 16/03/2022].

APÊNDICES

Apêndice 1: Capas ilustrativas dos jornais e revistas analisados.

Conforme descrito no *Capítulo III*, que detalha a metodologia adotada para a investigação, as páginas dos periódicos analisados serão destacadas nos apêndices, em cópia fiel e integral aos originais. As capas não fazem parte das análises, mas são apresentadas com o objetivo de ilustrar como eram publicadas em cada período histórico.

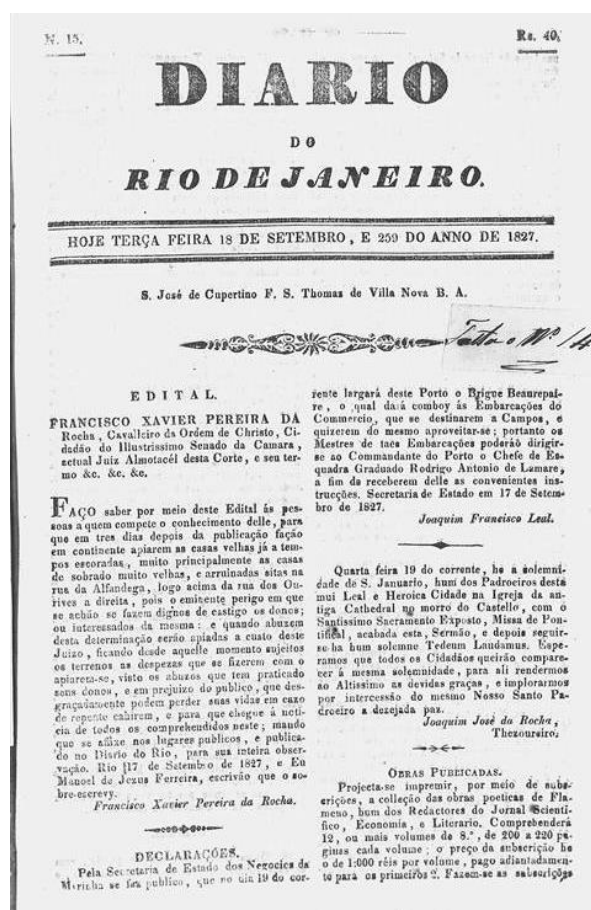


Figura 1. Capa *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de setembro de 1828.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

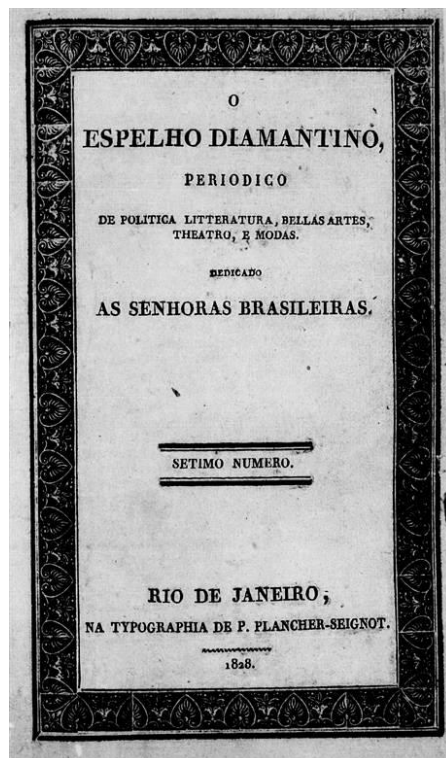


Figura 2: Capa *O Espelho Diamantino*, 5 de janeiro de 1828.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

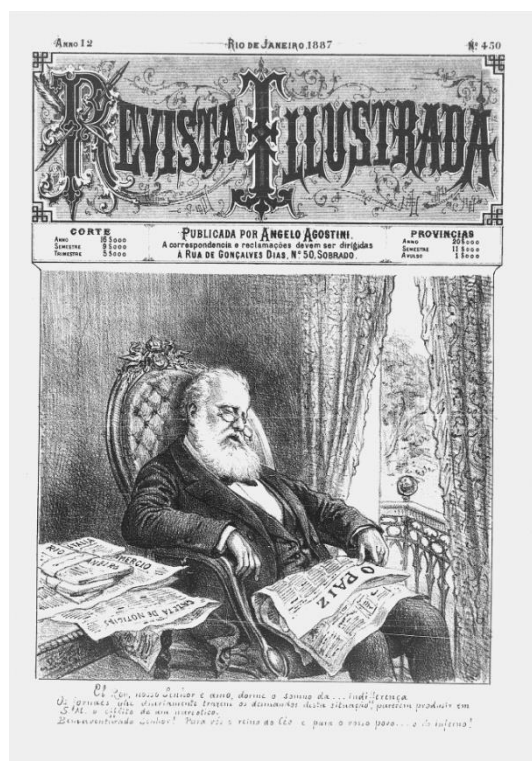


Figura 3: Capa *Revista Illustrada*, 5 de fevereiro de 1887.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 4: Capa *Echo das Damas*, 3 de agosto de 1880.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 5: Capa *O Cruzeiro*, 10 de novembro de 1928.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 6: Capa *Jornal das Moças*, 17 de maio de 1934.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 7: Capa *O Cruzeiro*, 30 de junho de 1962.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 8: Capa *Jornal das Moças*, 7 de julho de 1960.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 9: Capa *Veja*, 12 de dezembro de 1997.
Fonte: Revista *Veja*



Figura 10: Capa *Claudia*, 1º de outubro de 1990.
Fonte: Revista *Claudia*

Apêndice 2: Amostra *Diário do Rio de Janeiro* (1827)

33 A Directora do Collegio novamente estabelecido na rua dos Latoceiros N. 4, não tendo ainda preenchido o numero de Discipulas que tencionava admittir, annuncia ao illuminado Publico que continua a receber Pensionistas, que serão tratadas com abundancia, acção, e carinho maternal, ensinando-lhes o seguinte: Doutrina Christã, civilidade, coser, bordar de todas as qualidades, marcar, cortar, e fazer vestidos e enfeites de todas as modas, crivos, meias, e luvas brancas e de côr; ler, escrever, contar, e Grammatica Portugueza; Musica, Dança, Desenho, e Francez: para cujo desempenho tem escolhido, mui probos, e habéis Professores. A pensão das internas he 9\$600 mensaes, e externas 1\$600. Musica, e Piano 4\$000, Dança 4\$000, Desenho 4\$000, Francez 2\$000, cuja prompta satisfação ella espera nos dias de seus vencimentos, para se não comprometter com os diferentes Professores.

Figura 11: *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de fevereiro de 1827, p. 31.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

NOTICIAS PARTICULARES.

19 Se alguma Sura. que saiba bem coser, e igualmente bordar, e se queira encarregar da educação de humas meninas, e tendo com sigo os requizitos que para esse fim se exigem; dirija-se a rua do Alecrim casa N. 268, onde melhor se exporá o tracto, na certeza de que querendo, he para morar na casa da annunciante.

Figura 12: *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de setembro de 1827, p. 02.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

24 Na rua da Valla em hum sobrado N. 184, propõe-se a ensinar meninas, e escravas a ler escrever, coser, e fazer renda com todo o aceyo possível, e preço commodo; quem se quiser utilizar, para ensino de suas filhas, e escravas, dirija-se ao numero a cima.

Figura 13: *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de setembro de 1827, p. 15.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

47 Na rua da Misericórdia N. 59, ha huma Senhora filha de Portugal, livre de familia, que se propõe a ensinar meninas em sua casa, com toda a perfeição que em outro qualquer Collegio de educação, com a preferência de ser por preços mais razoaveis; igualmente recebe á pensionistas, assignando todo o bom tratamento que se achar ao seu alcance; os Srs. Pais de familias, que se quizerem utilizar do seu prestimo, que não dirigirem-se ao N. acima, na certeza que se não arrependirão de mandarem as suas filhas para o dito Collegio.

Figura 14: *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de janeiro de 1828, p. 63.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

51 Na rua do Livramento N. 14, ha hum Collegio de educação para meninas: a Directora he huma Senhora Viuva que ha annos se occupa com suas filhas a ensinar meninas, internas, e externas todas as prendas necessarias a huma Senhora: Dança, Musica, e tudo o mais que os Srs. Pais quizerem que suas filhas aprendão; para o que tem Professores capazes; e a Directora tendo dado provas do seu zelo, e probidade no desempenho dos seus deveres, por isso, de novamente offerece o seu prestimo ao respeitavel Publico á sua attenção. Também recebe meninas de tres annos para cima, que precisem de agasalho e ternura maternal; assim como também raparigas para ensinar a coser.

Figura 15: *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de setembro de 1828, p. 91.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apêndice 3: Amostra *O Espelho Diamantino* (1827)

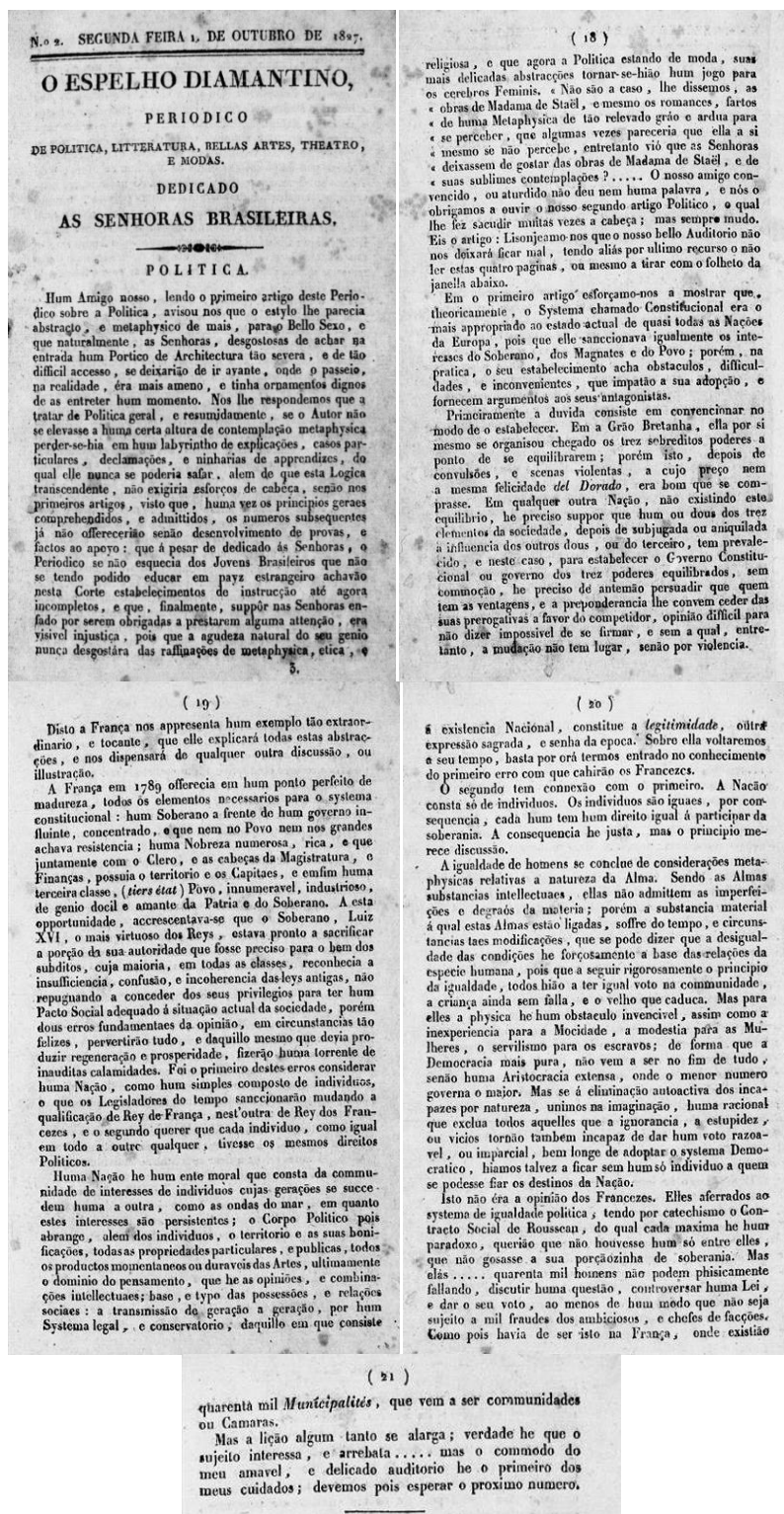


Figura 16: *O Espelho Diamantino*, 1º de outubro de 1827, pp. 17-21.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

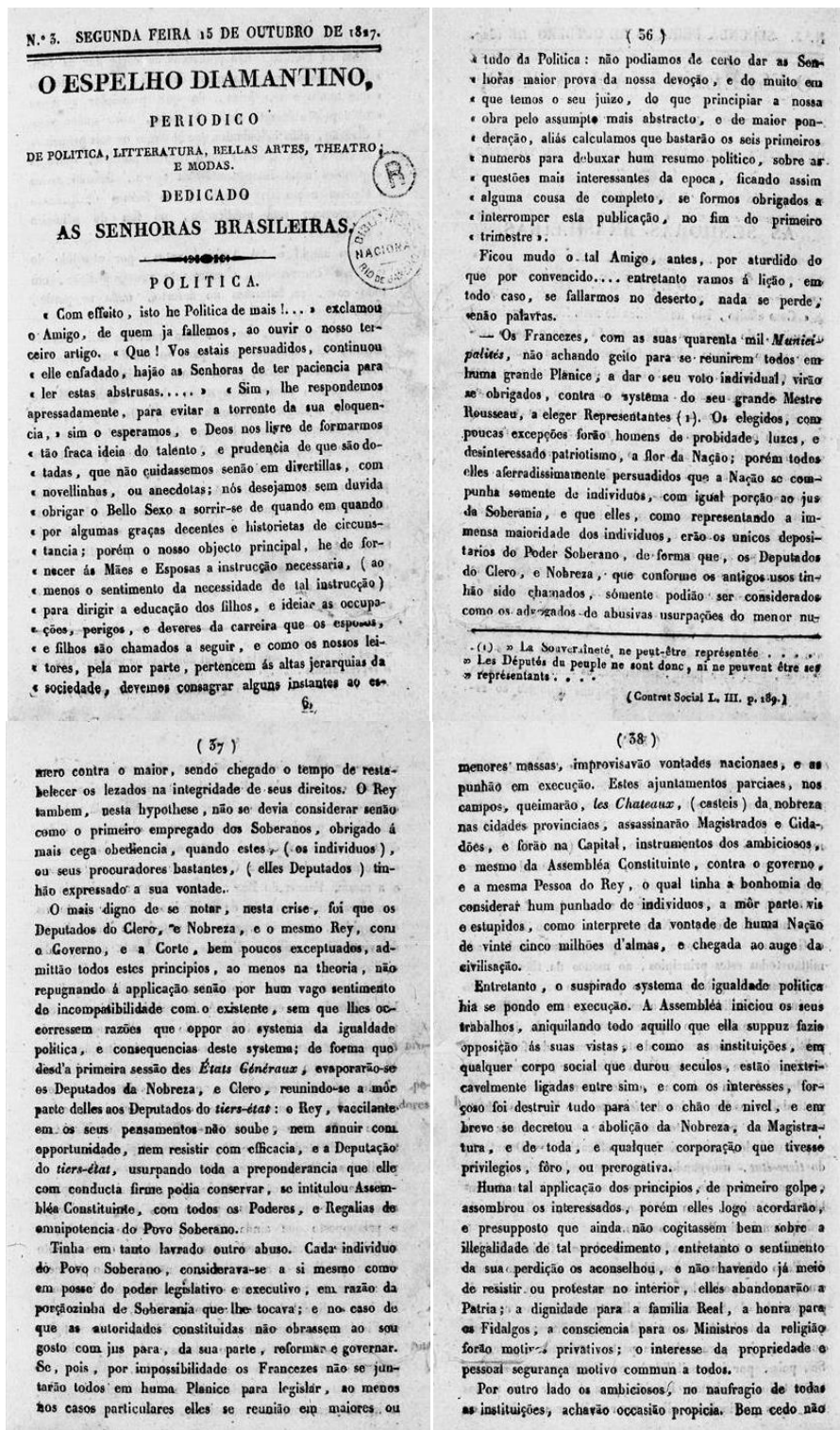


Figura 17: *O Espelho Diamantino*, 15 de outubro de 1827 (1), pp. 55-58.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

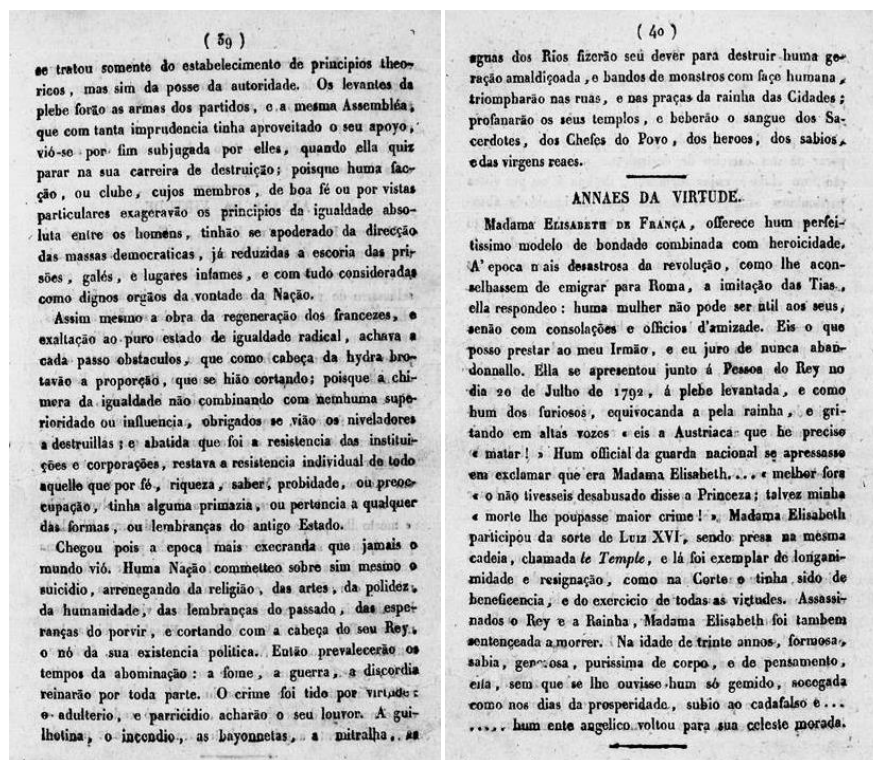


Figura 18: *O Espelho Diamantino*, 15 de outubro de 1827 (2), pp. 59-60.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

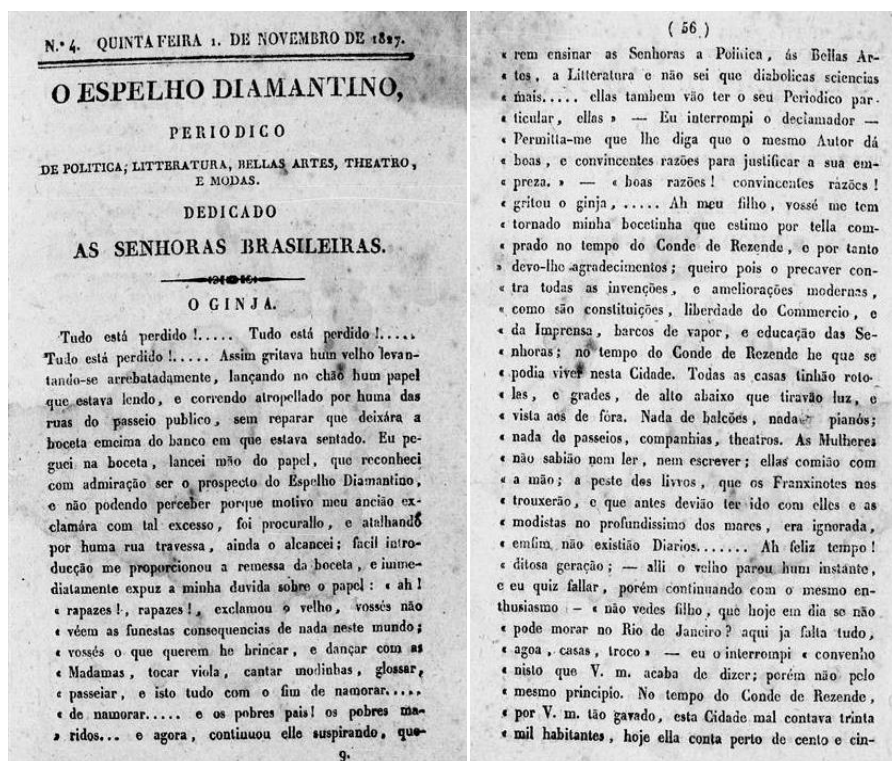


Figura 19: *O Espelho Diamantino*, 1º de novembro de 1827 (1), pp. 55-56.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

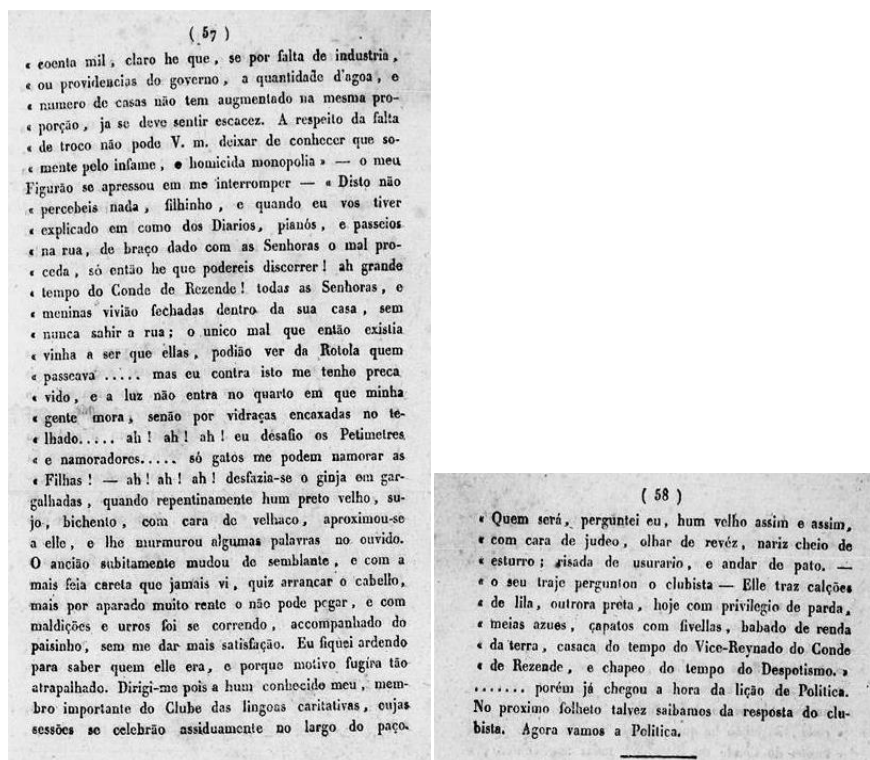


Figura 20: *O Espelho Diamantino*, 1º de novembro de 1827 (2), pp. 57-58.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

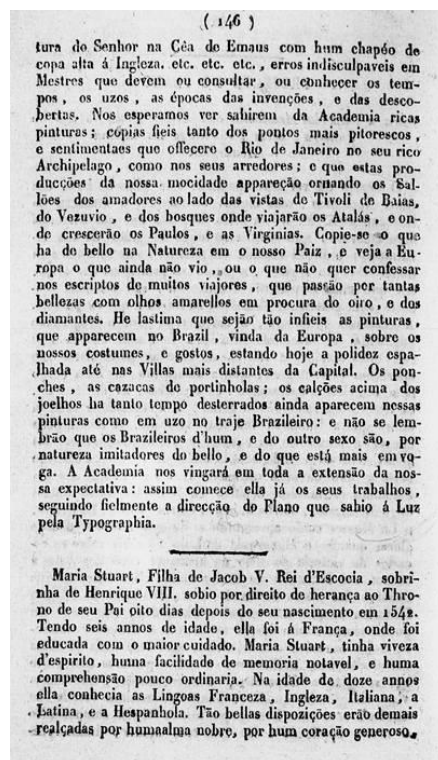


Figura 21 *O Espelho Diamantino*, 21 de janeiro de 1828, p. 146.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 22: *O Espelho Diamantino*, 18 de fevereiro de 1828 (1), pp. 183-184.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

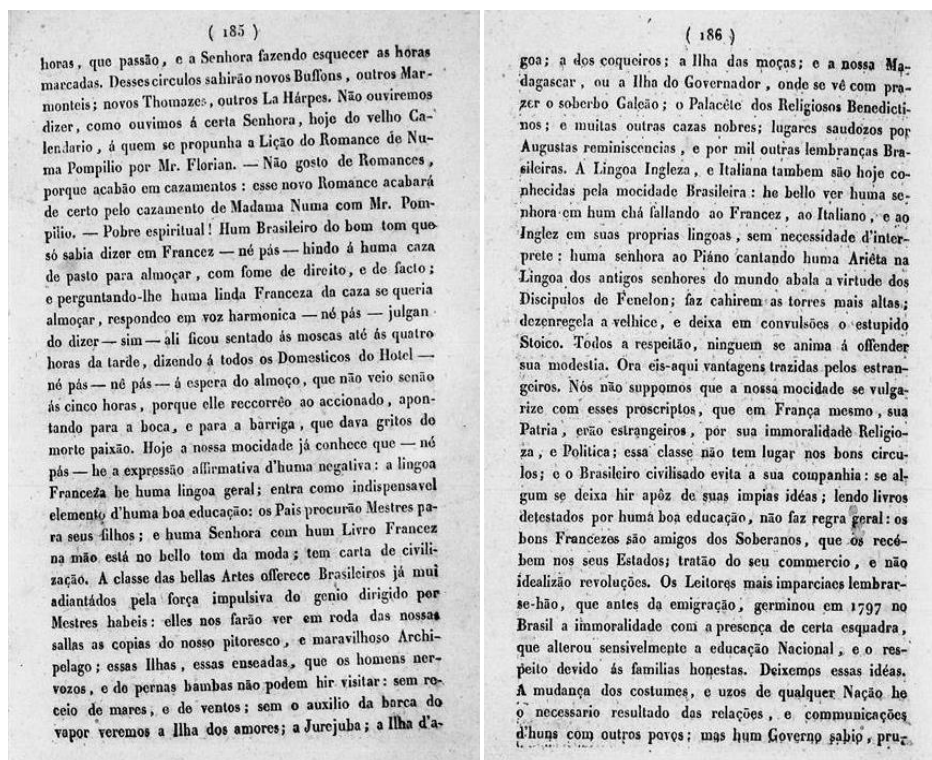


Figura 23: *O Espelho Diamantino*, 18 de fevereiro de 1828 (2), pp. 185-186.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

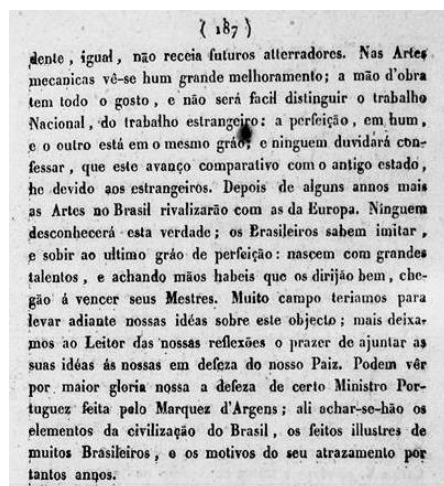
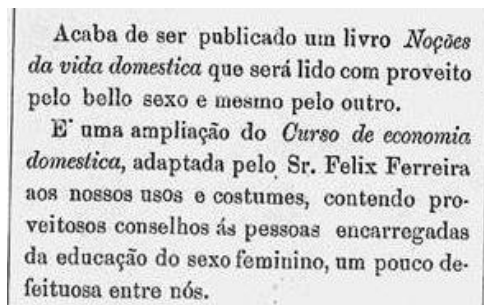


Figura 24: *O Espelho Diamantino*, 18 de fevereiro de 1828 (3), p. 187.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

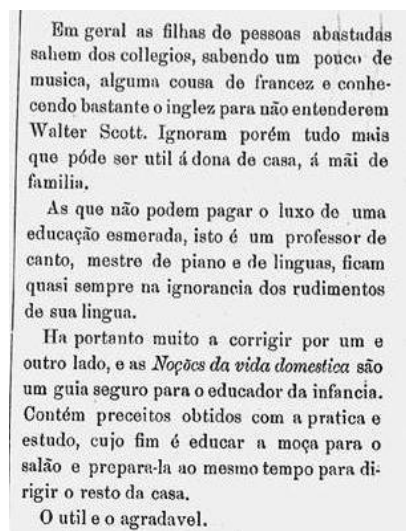
Apêndice 4: Amostra Revista *Illustrada* (1879)



Acaba de ser publicado um livro *Noções da vida domestica* que será lido com proveito pelo bello sexo e mesmo pelo outro.

E' uma ampliação do *Curso de economia domestica*, adaptada pelo Sr. Felix Ferreira aos nossos usos e costumes, contendo proveitosos conselhos ás pessoas encarregadas da educação do sexo feminino, um pouco defeztuosa entre nós.

Figura 25: Revista *Illustrada*, 15 de fevereiro de 1879 (1), p. 2.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



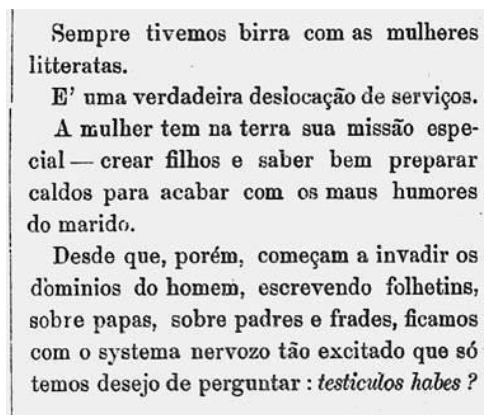
Em geral as filhas de pessoas abastadas sahem dos collegios, sabendo um pouco de musica, alguma cousa de francez e conhecendo bastante o inglez para não entenderem Walter Scott. Ignoram porém tudo mais que póde ser util á dona de casa, á mãe de familia.

As que não podem pagar o luxo de uma educação esmerada, isto é um professor de canto, mestre de piano e de linguas, ficam quasi sempre na ignorancia dos rudimentos de sua lingua.

Ha portanto muito a corrigir por um e outro lado, e as *Noções da vida domestica* são um guia seguro para o educador da infancia. Contém preceitos obtidos com a pratica e estudo, cujo fim é educar a moça para o salão e prepara-la ao mesmo tempo para dirigir o resto da casa.

O util e o agradável.

Figura 26: Revista *Illustrada*, 15 de fevereiro de 1879 (2), p. 2.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Sempre tivemos birra com as mulheres litteratas.

E' uma verdadeira deslocação de serviços.

A mulher tem na terra sua missão especial — crear filhos e saber bem preparar caldos para acabar com os maus humores do marido.

Desde que, porém, começam a invadir os domínios do homem, escrevendo folhetins, sobre papas, sobre padres e frades, ficamos com o systema nervozo tão excitado que só temos desejo de perguntar : *testiculos habes ?*

Figura 27: Revista *Illustrada*, 23 de março de 1879, p. 3.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

D. Maroca é muito instruída; e sua
filha Cocota vai pelo mesmo caminho.
A MENINA — Papai, o que é mormon?
O VELHO — E' um homem que adora a
Deus, casando com muitas mulheres...
D. MAROCA, *com pretensão* — E' um po-
lygono então!
A. DE LINO.

Figura 28: *Revista Illustrada*, 7 de fevereiro de 1880, p. 6.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Moldes e figurinos
A MOÇA INSTRUÍDA
Da primeira vez que eu vi D. Amelia,
ella recitou-me todo o *D. Jaime*; da se-
gunda repetio o indice completo das poe-
sias de Lamartine; da terceira...
Da terceira, eu fugi, e assim por diante.
Como aos quinze annos, tivesse pedido
ao pai uma caixa de agulhas de Cleopa-
tra, e o pai lhe não satisfizesse o desejo,
protestou não coser com outra agulha.
Vão d'isto vinte annos, e nunca deu um
ponto nem alinhavo.
Lá, estuda, sabe muitas linguas, conhece
todas as litteraturas, algumas sciencias e
tem mesmo algumas poesias que um dia
hão de vir á luz — mais tarde.

Figura 29: *Revista Illustrada*, 4 de setembro de 1880, p. 3.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apêndice 5: Amostra *Echo das Damas* (1879)

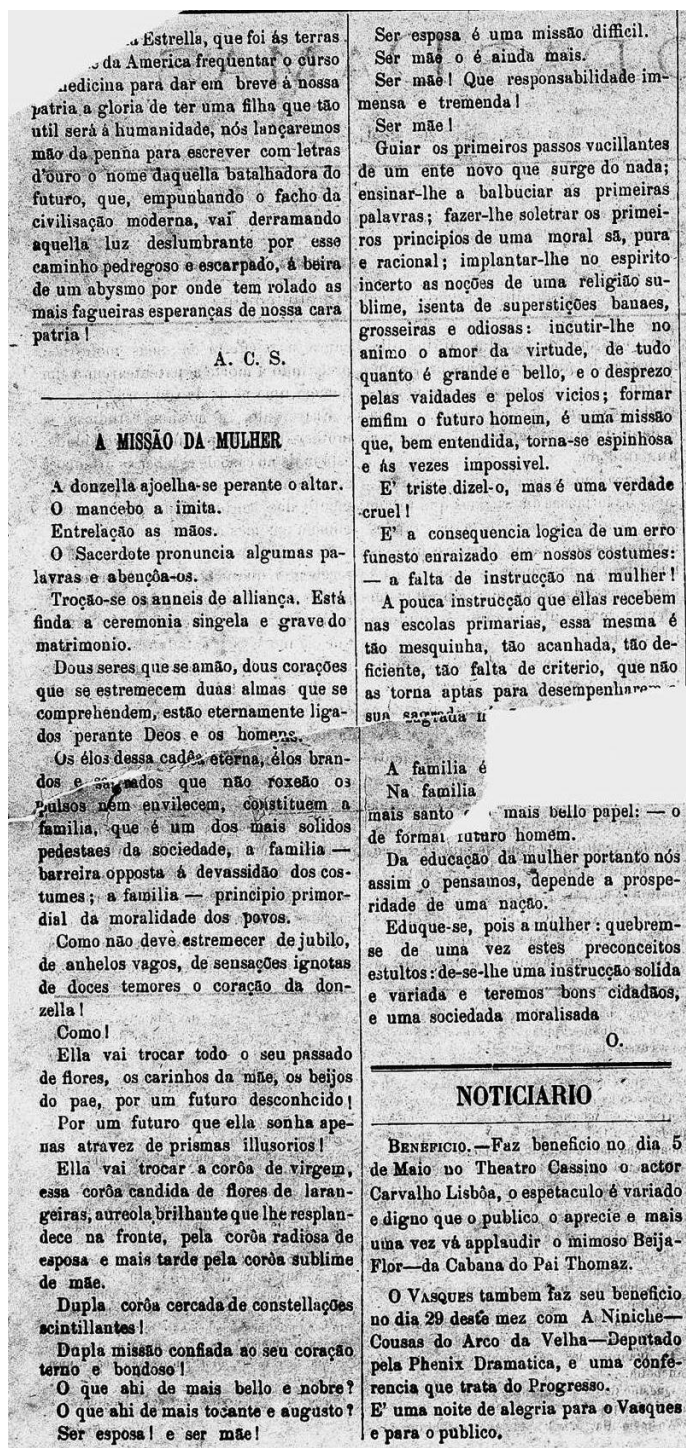


Figura 30: *Echo das Damas*, 18 de abril de 1879, p. 2.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

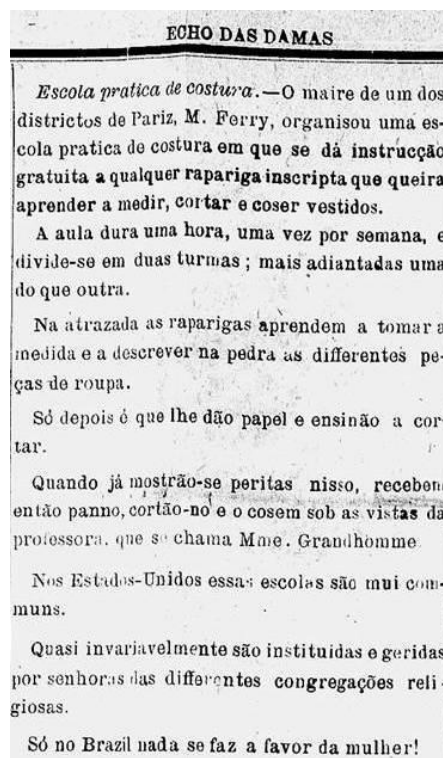


Figura 31: *Echo das Damas*, 20 de julho de 1879, p. 2.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

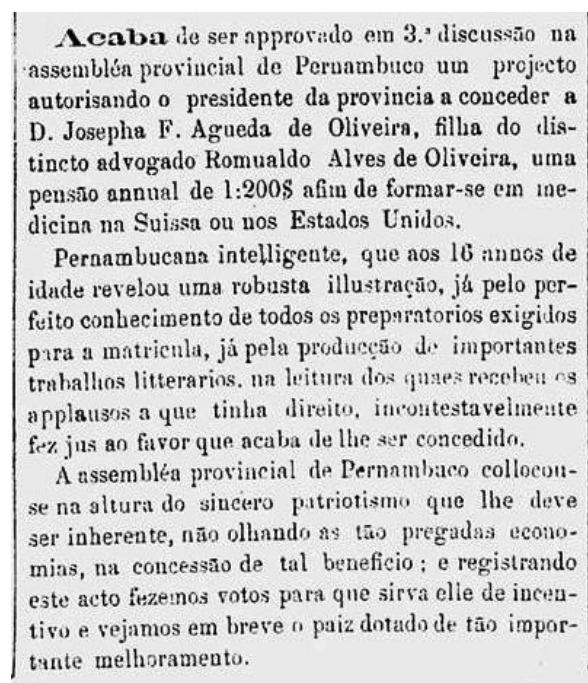


Figura 32: *Echo das Damas*, 2 de maio de 1879 (1), p. 2.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

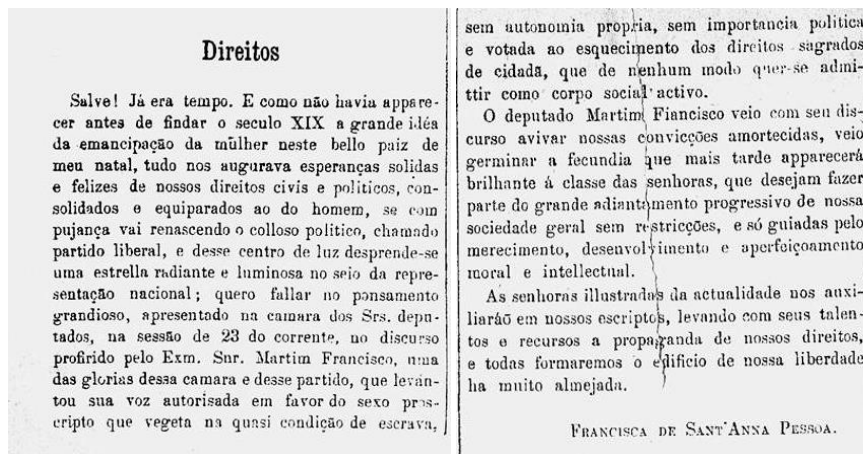


Figura 33: *Echo das Damas*, 2 de maio de 1879 (2), p. 2.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

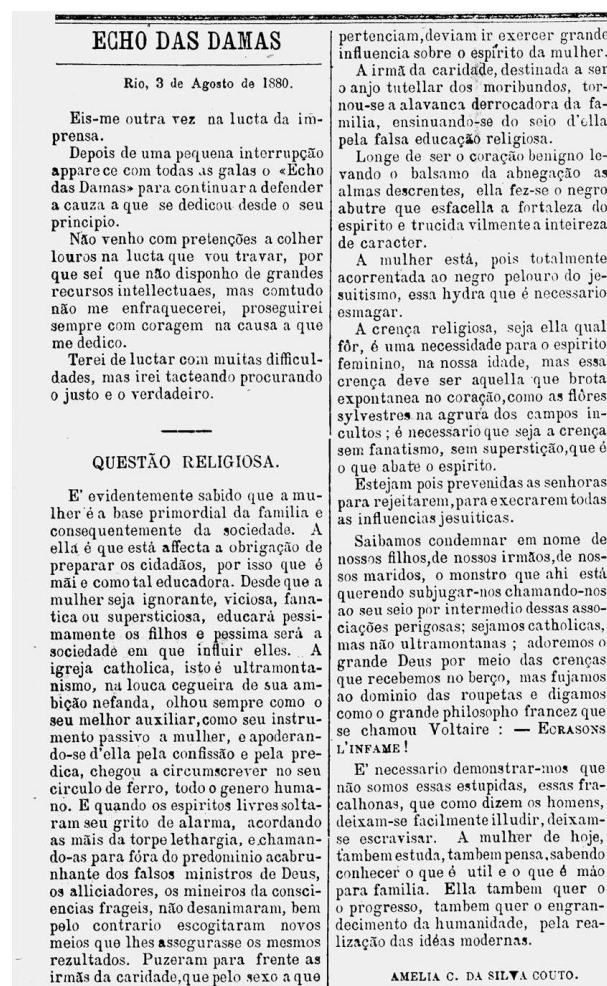


Figura 34: *Echo das Damas*, 3 de agosto de 1880, p. 1.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apêndice 6: Amostra revista *O Cruzeiro* (1934)

22 de Abril de 1933 O Cruzeiro 37

O GRANDE TONICO
VINHO
DAVIDA
RESTAURADOR DAS FORÇAS PHYSICAS E MENTAES

PAGINAS ESQUECIDAS

EDUCAÇÃO DA MULHER

A mulher deve ser bella, deve ter graças e encantos. Nem todas podem ser lindas, que a formosura não ficou em dote a todas as filhas de Eva; mas



Um dos CHAPEUS DO TYPO ALTO QUE SE TENTA LANÇAR AGORA COMO ULTIMA MODA

bas, e tão funesto a umas como a outras.

Si a natureza foi liberal com tua filha, não desprezes essa vantagem; cuida da sua formosura, preserva essa tez delicada, conserva essas mãos finas, cultiva essas rosas de saude, nutre esse cabello ondedado, molda esse talhe airoso, concerta esse porte elegante. Tua filha será formosa; tanto melhor para ella; com virtude, instrução e formosura, ha de ser feliz em todo o estado.



OUTRO CHAPEU ALTO QUE SE TENTA TAMBEM APRESENTAR COMO ULTIMA MODA

Foi á tua escassa ou madrasta a natureza?—não a creias infeliz por isso: em tua mão não está faze-la formosa, — bella, sim.



Gleneagles
PERTHSHIRE
ESCOCIA
hotel

O RECREIO SEM RIVAL DO MUNDO

Arthur Towle, Superintendente do L. M. S. Serviços de Hotel, St. Pancras, Londres, N. W. I.

Prospectos podem ser obtidos com T. R. Dexter, Vice-Presidente. — Serviço de Passageiros. L. M. S. Corporation, 200 Fifth Avenue, New York City.

Serviços de Carros Restaurantes e Dormitorios directo da Estação de Euston, Londres.

Sob a mesma gerencia:

WELCOMBE HOTEL — Stratford-upon-Avon

A educação embrandece pelles duras, amacia mãos asperas, dá graça e doçura a olhos de pouca luz, faz interessante a face pallida e affaveis os labios descorados, põe a bondade de coração na fronte que não é alva, torna elegante o corpo que não é airoso, amavel, o que não é lindo, engraçado o que não é formoso. Tua filha ha de ser bella, consola-te, mãe angustiada; cuida de sua educação, vêl-a-ás adorada, feliz e preferida a muita formosura.

ALMEIDA GARRETT

O Prazer é uma dor? Sim, quando passou.

A Dôr é um prazer? Sim, quando se foi.

A lembrança do Prazer perdido não nos produz uma sensação de Dôr?

E a Dôr, que se afasta, não nos produz, com a sua ausencia, um grande Prazer?

Tudo porque nada é real no Prazer, senão uma parada momentanea da Dôr.

E é na expectativa desses raros parentheses de ventura, que consentimos em viver uma longa existencia de Dôres. O homem é assim.—Vargas-Vila

Figura 35: *O Cruzeiro*, 22 de abril de 1933, p. 37.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 36: O Cruzeiro, 9 de setembro de 1933 (1), pp. 50-51.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 37: O Cruzeiro, 9 de setembro de 1933 (2), pp. 52-53.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

**A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos:
uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)**

A beleza feminina—hoje, mais do que nunca, um milagre subtil de elegância, de saúde, de espiritualidade—está caminhando resolutamente para a uniformidade e a standardização.

Pretendendo documentar essa these, já utilizei estatísticas americanas, que demonstravam simplesmente isto: que as mulheres mais bellas de Hollywood, as grandes "estrellas" famigeradas do cinema—finham todas ellas as mesmas dimensões anthropometricas. As diferenças individuais eram insignificantes—e, coisa curiosa, as medidas da Venus Moderna do cinema, modelo 1933, se approximavam extremamente das medidas classicas da Venus de Milo.

O facto tem uma significação alta e profunda, e serve talvez para provar que a beleza nasce um pouco do esforço consciente das creaturas.

Creio mesmo que não andará muito longe da verdade quem afirmar que a beleza da mulher do nosso tempo é criação da propria mulher—sendo obra de arte e milagre de sabedoria, que coooperam hygienistas, medicos, artistas, psicologos e coostructores.

★

A beleza é um dom divino. A mulher que a possui, é dona da herança mais pura dos Deuses. Porque a mulher, quando é bella, é a mais bella criação da Natureza. A belleza feminina—expressão luminosa de harmonia—é o milagre da Perfeição na face da terra. A mulher, por isso, deve orgulhar-se da sua belleza, como o homem se orgulha da sua intelligencia. Não ha nesse natural orgulho nenhuma sombra de fatuidade. É um sentimento honesto e humano. Mais do que um sentimento: é um direito. A flôr humana, como definia Graca Aranha, é o supremo resultado do esforço da raça e da civilização. Essa flôr será o genio ou a belleza, e um povo se deve orgulhar tanto do seu maior poeta, dos seus santos, como da mais perfeita forma humana. O milagre grego não foi mais sublime se revelando no genio de Platão do que na belleza de Phrynia. Ha no inconsciente das especies uma insonável vontade, que vem vindo imperiosamente na utilidade secreta da forma, corrigindo, vencendo cada imperfeição, desenvolvendo cada feliz indicação, adelgacando, esculpindo, dando sombra e luz, para chegar afinal á triumphante harmonia das linhas e ao divino esplendor da expressão. Assim a criação da belleza tráz a labor incansante da cultura na materia universal e o grande artista é o tempo subtil e infatigável.

O pensamento do philosopho da "Esthetica da Vida" é claro e exacto. É natural, portanto, que a mulher bella experimente, na consciencia de si mesma, o entusiasmo desta victoria. Não é somente ella, de certo, que se deve orgulhar da sua belleza, mas todos aquelles que se acostumaram a amar esse milagre da perfeição como a obra mais alta, mais pura e mais harmoniosa dos Deuses.

★

O problema da belleza feminina no Brasil, que não preocupa hoje apenas as proprias mulheres, nem tampouco somente os homens de gosto, mas sobretudo os medicos e os hygienistas nacionaes, affigura-se-nos particularmente interessante.

Não ha de haver um anno, fazendo uma conferencia pedagogica sobre a educação moderna da mulher no Brasil, tivemos grata oportunidade de assis-



A venus de 1933

por *Peregrino Junior*
(Especial para "O CRUZEIRO")
Ilustração de J. Luiz

mulher carioca, os encantos salubres das nossas praias cheias de sol. Copacabana e Ipanema são adquiriram o ar civilizado que hoje têm, depois que os "filmes" de Hollywood ensinaram a mulher carioca a usar "maillots". E é assim, por causa do cinema, que a mulher moderna do Brasil está imprimindo novos rumos á sua vida. Nem sempre esses rumos serão os mais certos e os mais convenientes com as tradições dos nossos costumes, do nosso temperamento, da nossa indole. Mas, que importa? Seio, em todo caso, rumos novos, saudáveis, praticos e utilitarios, que, bem aproveitados, com uma certa dose opportuna de bom senso e prudencia, poderão conduzir a mulher brasileira a destinos, melhores. Mesmo porque, qualquer que seja a sua situação—dentro da velha mentalidade anachronica dos nossos avós, ou dentro do espirito cinematographico da educação moderna—a mulher brasileira ha de conservar sempre, intactas, as virtudes profundas, de alma, de caracter e de intelligencia, que constituem por assim dizer a constante moral da nossa gente. Depois das revelações incorporadas do cinema americano, a educação feminina, no Brasil, orientou-se num rythmo novo. E a mulher deixou de ser um simple "bíbulo" sentimental, de ambições medicres e saudade precaria, para ser um espectáculo estético de alegria e de entusiasmo, amando o sol e o mar,—compreendendo, pois, o prazer physico de viver. E o curioso phenomeno que acaba de assinalar não é privilegio exclusivo do nosso clima, nem da nossa raça: é hoje, no universalismo do seu rythmo, comum a todos os povos e a todas as latitudes. Explica-se, de resto, pela propria capacidade de irradiação universal do cinema, que tomou conta do mundo inteiro com o poder tentacular da sua influencia. Destarte, a Venus 33 decende em linha recta, no mundo inteiro, das "estrellas" cinematographicas de Hollywood. E como Hollywood possui, com a equipe mais numerosa e brilhante de mulheres bonitas do mundo, um padelo estético de belleza feminina, o tipo da Eva moderna caminha, em todos os angulos da terra, para a standardização e a uniformidade. Na Alemanha, como no Japão, na França, como no Brasil, a Venus modelo 1933 é, nas suas linhas essenciaes, a mesma—agil, livre, alegre e saudavel, integrada no entusiasmo diaphano do sol, das montanhas, das florestas e do mar, sabendo sentir o lyrismo pantheista da Natureza.

★

Na paisagem urbana da Avenida, ou na marinha ornamental de Copacabana, num turbilhão de vida, ou num palmo de "maillot", essas creaturinhas agéis, de passo elastico e silhueta leve, flores modernas do esporte, já nem de longe lembram mais aquella

"Flôr de volúpia, flôr de mocidade", cujo "culto penetrante como um gume" Guilherme de Almeida cantou uma vez com voz tão harmoniosa e subtil.

Vendo a mulher de hoje, e aspirando-lhe o perturbador perfume, é sentindo-lhe a graça saudavel e fresca de producto esportivo do esporte, da gymnastica e do ar-livre, quem poderá acaso imaginar que aquelle milagre de harmonia, de frescura, de elegancia, que é a nossa belleza de Venus moderna, seja, não sua apparencia periphérica de simplicidade, um prodigio tão complexo e grave de arte, de labor e de sabedoria?

Figura 38: O Cruzeiro, 28 de outubro de 1933, p. 15.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Uma grande educadora do seculo XVIII

Mme. de Rémusat, a autora de um curioso livro publicado em 1830 sobre a educação das mulheres, nasceu nos arredores de Paris em 1780 ou 1781, de familia illustre que já dera um ministro a Luiz XVI.

Seu avô, o ministro Vergennes, fôra um dos melhores elementos da nobreza liberal que surgiu naquella época, rompendo com o passado e ajustando-se á nova ordem de coisas.

Herdara dele uma grande vivacidade e amor aos livros, passando por ser uma das mulheres mais cultas daquella côrte avida de innovações e reformas.

Casou-se com o sr. de Remusat, numa união de mutua sympathia, formando um casal feliz que mais tarde se dedicou inteiramente a Bonaparte, tendo o sr. de Remusat sido escolhido para preferido do imperador.

Teve um filho que recebeu aprimorada educação, dada pela propria mãe que por elle velou até sua morte, occorrida em 1821.

Educou-o de um modo pratico, mostrando-lhe as verdades da vida e o amor ao trabalho, habituando-o a pensar e julgar com elevação de espirito os actos do proximo, sabendo-se defender do que lhe pudesse ser prejudicial.

Certa vez, já mocinho, o filho escreveu-lhe numa carta: "minha mãe, és verdadeira no espirito e no coração, por isso dominas a todos que se approximam de ti".

"O 'Estudo sobre a educação das mulheres' causou enorme successo e contribuiu para que a mentalidade futil do seu tempo lembrasse de aperfeiçoar o seu espirito.

"A mulher deve se preparar para ser esposa e mãe, mas precisa ser livre para que dentro da sua liberdade possa co-



thecer a verdade que ensinará aos seus filhos. Pela sensatez ella pôde adquirir essa liberdade que se impõe".

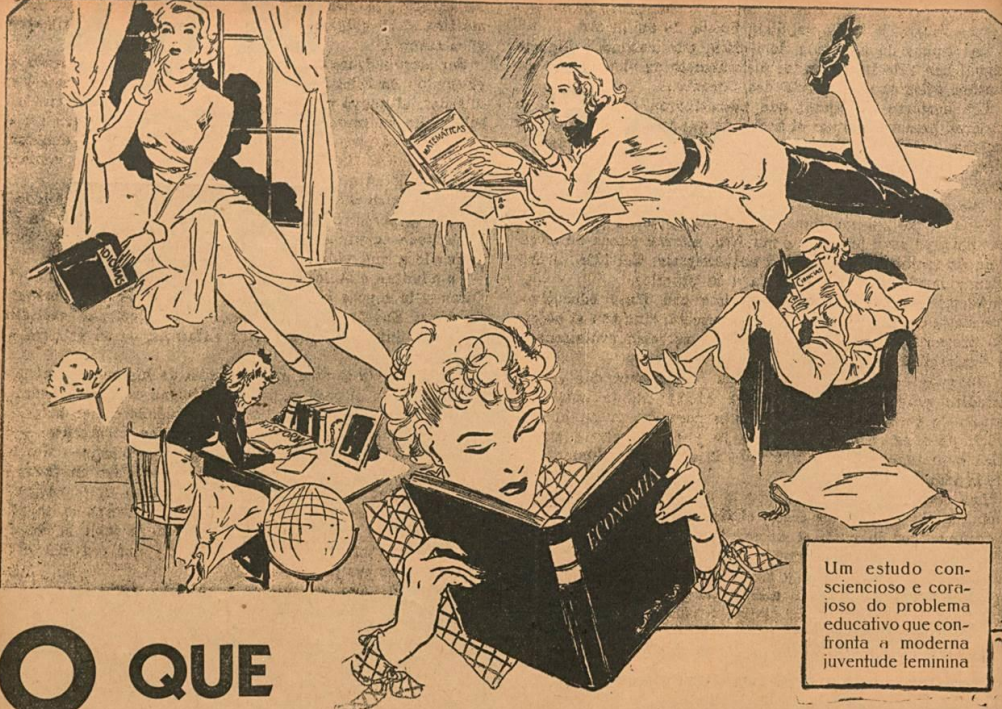
Essas palavras do seu excellente livro poderiam hoje ser escriptas por qualquer educadora moderna, da qual ella foi a precursora.

E' lamentavel que essa obra, de publicação posthuma, não tenha sido completamente terminada. Foi inspirada no seu amor ao filho e ao marido e a elles dedicada.

Isso enfretanto não obistou que manifestasse por todos os seus modos um grande espirito de solidariedade humana, especialmente com relação ás suas companheiras de sexo, para quem dizia: "ainda hei de ver a mulher igualada em cultura e capacidade ao homem e isso não impedirá que seja sempre uma esposa dedicada e optima mãe".

Não conseguiu ver grandes realizações, morreu aos quarenta e dois annos, chorada por todos quantos se lhe approximaram e conheceram o seu brilhante espirito e grande coração.

Figura 39: O Cruzeiro, 17 de novembro de 1934, p. 4.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



O QUE NOSSAS FILHAS NÃO SABEM

por MADELIN BLITZSTEIN

EMQUANTO as mulheres alemãs recebem ordens para voltar à cozinha, ensina-se às italianas a importância de dar vida e crescer o número de filhos e as russas soviéticas trabalham nos campos e fábricas em igualdade de condições com irmãos e maridos, que idéias implanta na mente feminina a decantada educação norte-americana? Os milhares de adolescentes que todos os anos regressam de colégios secundários e universitários, recebem acaso nessas instituições o tipo de educação que lhes assegure maior adaptabilidade e eficiência futuras?

O dr. Ralph Dornfield Owen, professor de Educação Administrativa dos estudantes diplomados na Universidade de Temple, em Philadelphia, e autor de vários livros sobre assumptos de educação, é de parecer que o estudo dos elementos que contribuem para a educação ideal da mulher moderna norte-americana, é tema de importancia vital que requer urgente solução.

Segundo o dr. Owen, a educação actualmente administrada á maioria das jovens é desequilibrada e deve ser consideravelmente modificada, afim de poder auxiliá-las e converter-se em seres uteis, no futuro. E ainda mais: o dr. Owen está convencido de ter chegado, após longos anos de estudo e experiências praticas, á elaboração de um programma educativo feminino quasi perfeito.

Nenhum systema de educação destinado á mulher—declara o dr. Owen—pode ser considerado como proximo do ideal, a menos que se lhe ensine a direcção do lar e se lhe ministre, a igual tempo, conhecimentos praticos em certo ramo de trabalho que lhe permita prover á subsistencia em caso de necessidade.

“Estou firmemente convencido—acrescenta elle—que as escolas de hoje tomariam excellente iniciativa se incluíssem no programma de estudos de suas alumnas um curso completo de sciencias economicas, que as tornassem capazes de dirigir efficaçmente o lar e a familia.

“Nossos educadores parecem frequentemente esquecer que 90% de nossa população feminina casam-se pelo menos uma vez, que 50% formam um lar aos vinte annos, e 10% aos vinte e cinco. Assim, pois, parece razoavel afirmar que o mais necessario á jovem que sae da escola, se esta pode ser considerada como efficiente, é saber como tratar o marido.

Toda a moça que adquire os elementos das sciencias principais, sem dedicar parte do tempo á aprendizagem da sciencia de formar e conservar o lar, recebe educação deficiente e mal equilibrada.

Como é possível negar—já que o principal objectivo é capacitar as jovens para a profissão que provavelmente abraçarão no futuro, e o matrimonio constitue parte tão importante na vida da grande maioria das mulheres—que a educação que não inclue um completo dominio de todos os themas inherentes ao desenrolar de uma existencia feliz no lar, está longe de ser ideal?

Os cursos de economia domestica, puericultura e hygiene sexual entraram ultimamente para o programma de muitos collegios e universidades femininas.

Os homens e mulheres que patrocinaram tal forma fizeram-no impressionado pelo facto de que ás mulheres que seguem estudos universitários mostram menor

propensão matrimonial que suas irmãs menos eruditas.

Mas, segundo opina o dr. Owen, essa solução não ataca a base do problema.

“É impossivel imaginar, diz elle, que todas as jovens do paiz, quer homens ou mulheres, jamais estarão em condições de receber uma educação universitaria.

Tal idéa não passa de utopia e nunca poderá ser posta em pratica.

Ao demais, a Universidade não existe com fins educativos geraes, no que concerne ás mulheres, e sim, com o objectivo de preparar algumas dellas para carreiras profissionais ou semi-profissionais.

Não creio—prosegue elle—que todas as jovens que seguem os estudos universitários devam ser obrigados a assistir aos cursos de economia domestica, pois nessa época já a maioria dellas terá se decidido por uma carreira scientifica ou artistica que exclue todo o interesse em qualquer phase da vida domestica.

As escolas secundarias ao contrario, marcam, na immensa maioria dos casos o fim da educação escolar feminina, motivo por que o dr. Owen julga imprescindivel estabelecer uma grande differença entre as escolas destinadas ao sexo masculino e ao feminino.

Os cursos preparatorios da Universidade são sufficientes para aquellas que, pertencendo ao tipo intellectual, desejam se preparar para carreiras taes como as de professora e assistente social, carreiras essas em que o lucro não constitue objectivo dominante.

“Mas como a immensa maioria das jovens que saem de nossas escolas secundarias—acrescenta o dr. Owen—

deve enfrentar problemas totalmente diversos, não ha negar que o actual systema educativo dista muito de ser o ideal.

Affirma o dr. Owen que são as mulheres que, na America do Norte têm o controle das finanças do lar.

São ellas que effectuam todas as compras, que decidem em ultima instancia a aquisição de uma casa, os concertos dos necessarios, etc.

“Com que direito—pergunta elle—os maridos esperam que suas esposas levem a bom termo todas essas tarefas, e com o minimo de gasto, se ellas carecem para isso do mais elemental preparo?

Por consequente, já que a execução de todos os trabalhos alludidos corre por conta das mulheres, é dever de paes e educadores ministrar-lhes os conhecimentos indispensaveis ao bom manejo do orçamento familiar, de accordo com as entradas, nas diferentes despesas com a compra de alimentos e roupa, inversões de dinheiro em accões ou bonus, decoração interna, qualidade e preço de tecidos, fixando ainda por cima o horario do trabalho.

Ainda mais: esses cursos não devem ser seleccionados por pessoas jovens e fãlhas de experiencia, mas por homens e mulheres que possuam reconhecidos conhecimentos theoricos e praticos do assumpto e não considerem como sufficiente o simples saber superficial.

A esposa moderna é facil victima dos vendedores pouco escrupulosos—assevera elle. Os annuncios convencem-nas logo, pois lhes faltam conhecimentos scientificos em assumpto de preço e qualidades.

As palavras persuadem-nas e acreditam dessa maneira em toda a sorte de

(CONCLUE ADEANTE)

O Cruzeiro

- 56 -

3 de Agosto de 1935

Figura 40: O Cruzeiro, 3 de agosto de 1935 (1), p. 56.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

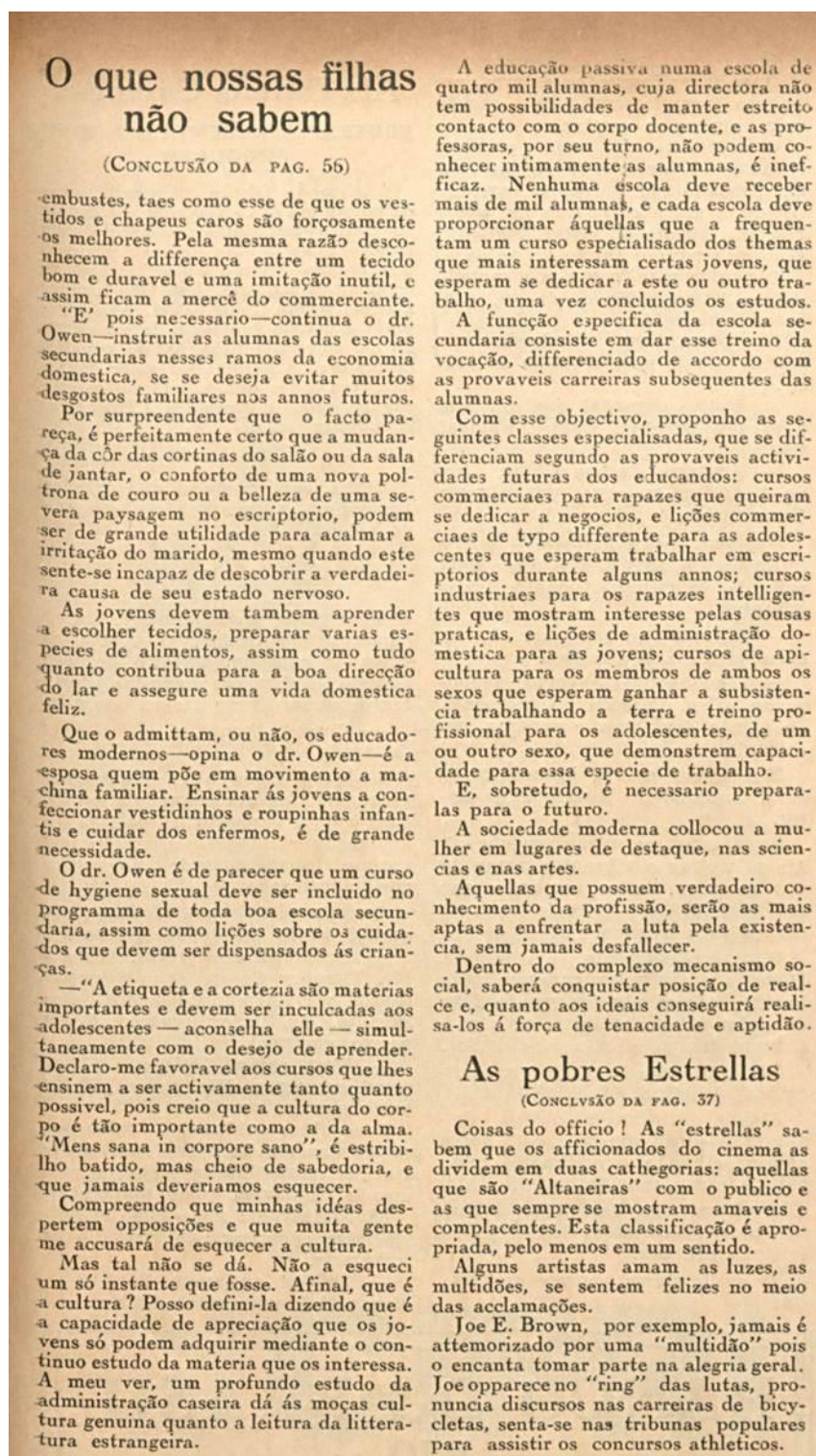


Figura 41: O Cruzeiro, 3 de agosto de 1935 (2), p. 59.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apêndice 7: Amostra *Jornal das Moças* (1934)



Figura 42: *Jornal das Moças*, 13 de julho de 1933, p. 33.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

"Um bello presente para uma moça!..."

Todas as moças tem direito de receber um presente de Natal. E não ha mal nenhum em lembrar ás pessoas incumbidas de comprar o presente que **"A Arte do Corte pelo Systema Rectangular"**, por Malvina Kahane, que é um curso completo para o auto-ensino da arte do corte pelo systema rectangular, é um presente ambicionado por milhares de moças em todo o Brasil. E' um presente que dura toda a vida e que beneficia toda a familia. E para a moça que o recebe pode ser o início de sua independência, pois muitas moças que já compraram este livro e que por elle conquistaram o seu diploma são hoje modistas de renome. E mesmo que não seja para seguir o officio de modista, **os homens preferem casar com uma moça que entenda alguma coisa de corte e costura.** E não ha livro melhor para ministrar estes conhecimentos do que a famosa obra de Malvina Kahano. As moças do interior que comprarem esta obra poderão tirar o diploma pela **"Academia de Corte e Costura de Malvina Kahano"**, do Rio de Janeiro, sem que venham pessoalmente á Capital. O livro tambem póde ser adquirido em prestações mensaes. Centenas de moças já o possuem e estão satisfeitissimas, conforme mostram os innumerados attestados recebidos. Peçam hoje mesmo o folheto illustrado com todos os detalhes sobre esta famosa obra ao distribuidor geral: **P. Schmitz, Rua Gen. Camara, 113-B, sob, Rio de Janeiro.** Recorte e guarde este annuncio!



Figura 43: *Jornal das Moças*, 23 de novembro de 1933, p. 21.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

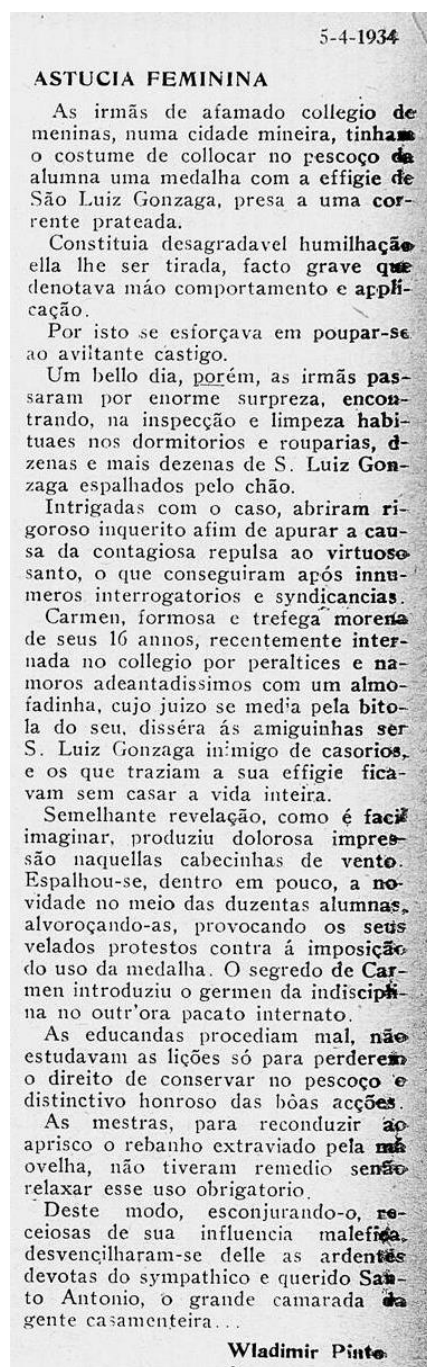


Figura 44: *Jornal das Moças*, 5 de abril de 1934, p. 37.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 45: *Jornal das Moças*, 12 de julho de 1934, p. 30.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

JORNAL DAS MOÇAS 21—12—1933

A MULHER GREGA

HENRI DE LANTEUIL

As numerosas funções publicas existentes na Grecia occupavam um elevado numero de athenienses. A mulher nunca se envolvia nos negocios e vivia recolhida ao lar a cuidar de afazeres caseiros. O homem tratava dos negocios e passava a quasi totalidade do tempo na rua, nos tribunaes, nos gymnasios ou nos mercados. Era por effeito de lei que tinha mulher e filhos; a religião assim o mandava. Como os athenienses não pudessem praticamente viver em familia, nenhuma interferencia tinham na educação dos seus filhos e competia exclusivamente á mulher tal obrigação.

A moça grega, educada perto de sua mãe, nada aprendia nem podia aprender. O seu maior trabalho era obedecer. Assim julgavam conveniente.

servado, denominado o "gyneco", rigorosamente destinado á moradia da mulher e cuja entrada era somente permittida aos parentes mais proximos. A dona da casa ahi permanecia com suas criadas e suas escravas, ordenando e vigiando a todas.

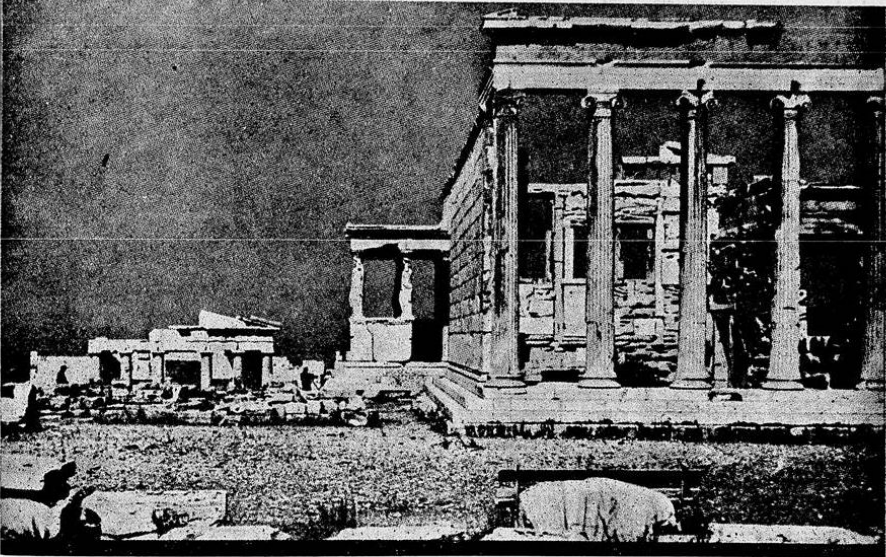
As occupações principaes, além dos habituaes cuidados domesticos, eram a tecelagem das fazendas e a costura das vestimentas.

A vida corria monotona e productiva. A não ser para assistir ás festas religiosas, a mulher não se mostrava com o seu esposo, e sendo elle só o detentor da sciencia, das letras ou das artes, não tinha oportunidade de aprender cousa alguma. Os seus afazeres eram outros.

Molière, na comedia "Les Femmes Savantes", disse que uma mulher sabe bastante quando consegue distinguir um paletot de uma calça. O personagem a quem empresta estas palavras é um marido pratico e ignorante, que luta na sua casa contra mulher e filhas, tres pedantes e ridiculas.

Taes creaturas não teriam sido desclassificadas em Athenas; ellas teriam sido impossiveis de encontrar.

As chamadas conquistas do feminismo fizeram da mulher, após centenas de annos, o ente culto e intelligente do seculo XX. Não é mais como em Athenas a mulher "por lei"; é a



A T H E N A S

Com a idade de quinze annos casava, de accordo com as ordens paternas. O marido era escolhido habitualmente nas familias amigas e, qualquer que fosse a sua idade, sempre era um "cidadão" atheniense.

Não sendo consultada previamente, a noiva chegava a não conhecer o seu noivo sinão por occasião das nupcias. Esta praxe, aliás, é ainda sob certo ponto de vista em uso na época presente em algumas familias. Houve de certo algumas excepções, como, por exemplo, o caso daquelle grego citado por Herodotes que permittiu ás suas filhas escolher um noivo aonde bem entendessem; e casou todas ellas dando-lhes um rico dote.

A mulher grega tinha, pois, uma vida toda recolhida ao seu lar; em cada casa existia um appartamento re-

companheira do homem, companheira intellectual e pelo menos companheira do coração.

Por essas razões todas, na historia da Antiguidade, não ha signal de mulheres celebres. Occuparam um lugar tão apagado e tão anonymo que não foi permittido a nenhuma se notabilizar e deixar um nome á posteridade.

Algumas damas pretenderam ser emulas de Sapho e Aspasia, escrevendo poemas e outras composições floridas; mas não conseguiram celebrar-se e pertencem hoje ao rol das innumeradas preciosas anonymas.

Esposas e mães modelares, as athenienses conquistaram este titulo por merecimento, apesar do luxo desenfreado e refinado que lhes foi peculiar — traço commum na vida privada da mulher em toda a Antiguidade.

Figura 46: *Jornal das Moças*, 21 de dezembro de 1933, p. 13.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apêndice 8: Amostra revista *O Cruzeiro* (1961)



Figura 47: *O Cruzeiro*, 8 de julho de 1961 (1), pp. 54-55.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 48: *O Cruzeiro*, 8 de julho de 1961 (2), pp. 56-57.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 49: O Cruzeiro, 8 de julho de 1961 (3), pp. 58-59.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 50: O Cruzeiro, 8 de julho de 1961 (4), p. 68.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos:
uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)



Figura 51: O Cruzeiro, 17 de junho de 1961 (1), pp. 29-30.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 52: O Cruzeiro, 17 de junho de 1961 (2), pp. 30-31.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 53: *O Cruzeiro*, 17 de junho de 1961 (3), p. 32.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

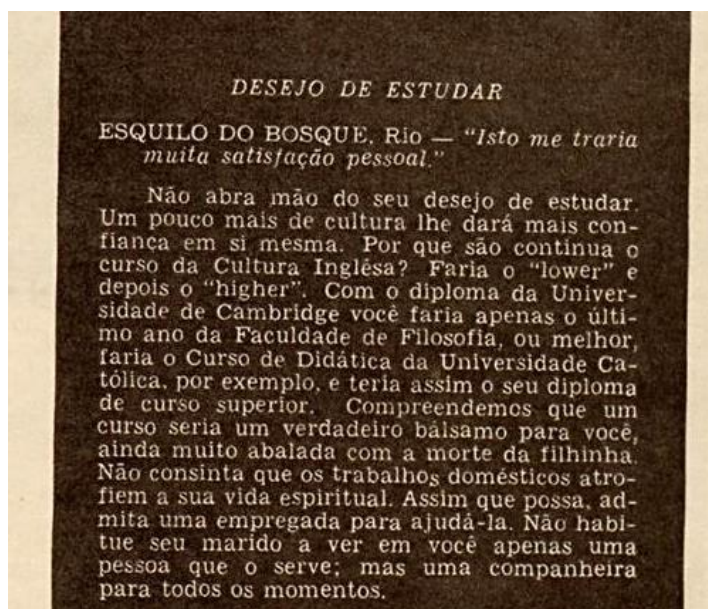


Figura 54: *O Cruzeiro*, 14 de abril de 1962, p. 58.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos:
uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)



Figura 55: O Cruzeiro, 1º de dezembro de 1962 (1), p. 116-117.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 56: O Cruzeiro, 1º de dezembro de 1962 (2), pp. 118-119.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apêndice 9: Amostra *Jornal das Moças* (1961)



Figura 57: *Jornal das Moças*, 4 de fevereiro de 1960, p. 28.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 58: *Jornal das Moças*, 18 de fevereiro de 1960, pp. 54-55.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 59: *Jornal das Moças*, 13 de março de 1960, pp. 20-21.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 60: *Jornal das Moças*, 2 de junho de 1960, pp. 28-29.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

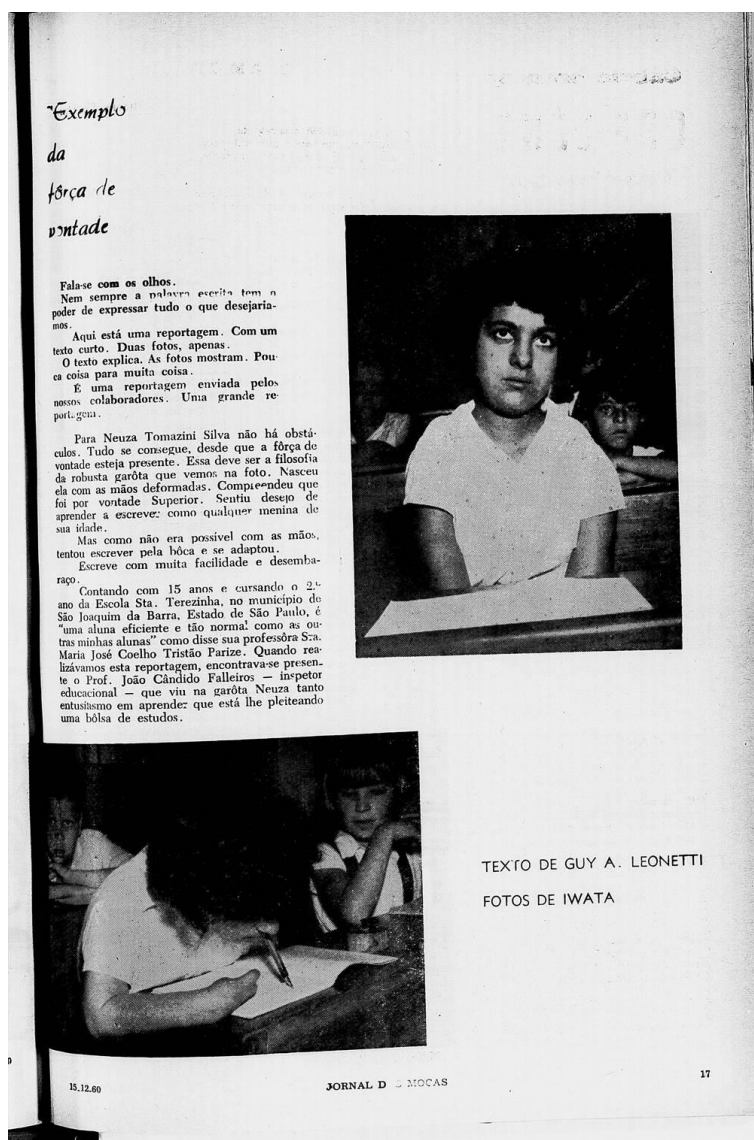


Figura 61: *Jornal das Moças*, 15 de dezembro de 1960, p. 17.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apêndice 10: Amostra revista *Veja* (1996)



Figura 62: *Veja*, 06 de setembro de 1995 (1), pp. 46-47.
Fonte: Revista *Veja*.



Figura 63: *Veja*, 06 de setembro de 1995 (2), pp. 48-49.
Fonte: Revista *Veja*.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)



Figura 64: Veja, 06 de setembro de 1995 (3), pp. 50-51.
Fonte: Revista Veja.



Figura 65: Veja, 15 de dezembro de 1995 (1), pp. 130-131.
Fonte: Revista Veja.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos:
uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)



Figura 66: Veja, 15 de dezembro de 1995 (2), pp. 132-133.
Fonte: Revista Veja.



Figura 67: Veja, 22 de março de 1995 (3), pp. 76-77.
Fonte: Revista Veja.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)

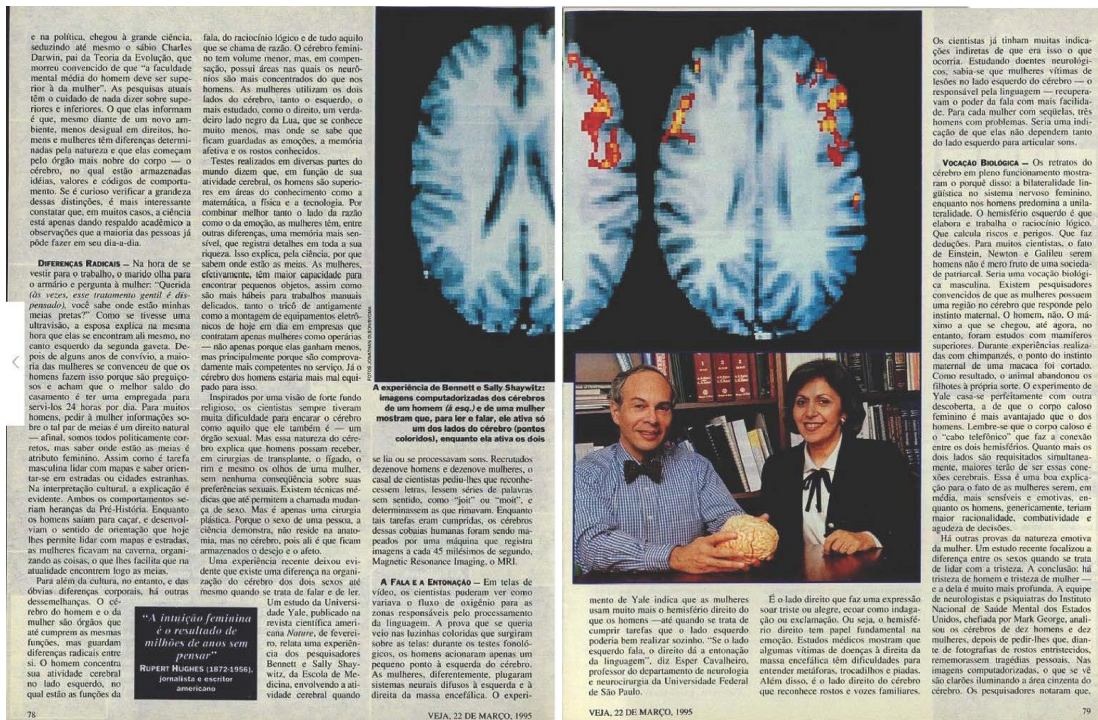


Figura 68: Veja, 22 de março de 1995 (4), pp. 78-79.
Fonte: Revista Veja.



Figura 69: Veja, 22 de março de 1995 (5), pp. 80-81.
Fonte: Revista Veja.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)

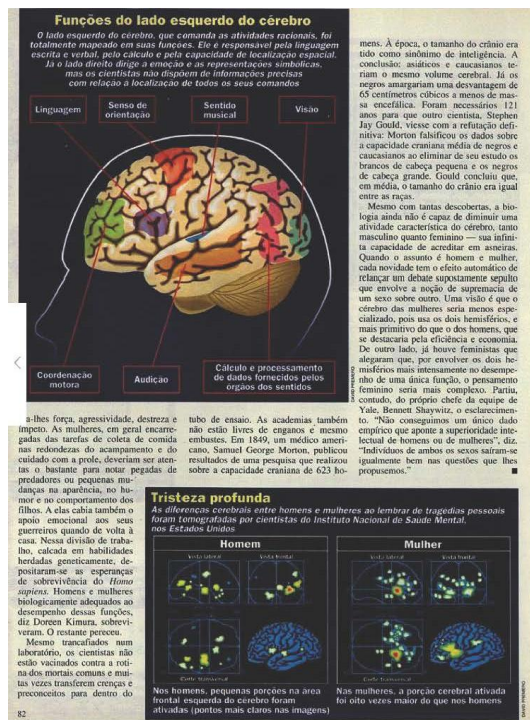


Figura 70: Veja, 22 de março de 1995 (6), p. 82.
Fonte: Revista Veja.



Figura 71: Veja, 28 de agosto de 1996, pp. 53-54.
Fonte: Revista Veja.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)



Figura 72: Veja, 13 de agosto de 1997 (1), pp. 78-79.
Fonte: Revista Veja.



A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos: uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)



Figura 74: Veja, 13 de agosto de 1997 (3), pp. 82-83.
Fonte: Revista Veja.



Figura 75: Veja, 13 de agosto de 1997 (4), p. 84.
Fonte: Revista Veja.

Apêndice 11: Amostra revista *Claudia* (1996)



Figura 76: *Claudia*, 01 de setembro de 1996, pp. 72-73.

Fonte: Revista *Claudia*.



Figura 77: *Claudia*, 01 de fevereiro de 1996, p. 154.

Fonte: Revista *Claudia*.



Figura 78: *Claudia*, 01 de maio de 1996, pp. 38-39.

Fonte: Revista *Claudia*.



Figura 79: *Claudia*, 01 de janeiro de 1997 (1), pp. 152-153.

Fonte: Revista *Claudia*.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos:
uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)



Figura 80: *Claudia*, 01 de janeiro de 1997 (2), pp. 154-155.
Fonte: Revista *Claudia*.

INGLÊS NO EXTERIOR

Cursos na Inglaterra e nos Estados Unidos garantem uma boa melhora no inglês, sobretudo para quem já tem alguma base. E o melhor de tudo é que as horas vagas são uma viagem!

O mercado de trabalho exige: inglês fluente. Ferramenta insubstituível para quem quer se manter ativo e atualizado em qualquer atividade, o idioma de Shakespeare é um pesadelo que devora aqueles que não o decifram. Daí a procura de muitos profissionais por cursos de inglês no exterior. A esperança da maioria que planeja esse tipo de viagem é voltar mais afiada e eficiente no domínio do idioma. Quem acalenta esse sonho deve pesquisar qual tipo de curso é o mais adequado ao seu estágio de conhecimento da língua e em que medida atenderá às suas expectativas.

Em geral, os cursos variam de 20 a 30 horas semanais e são montados de acordo com as necessidades de cada aluno. A ex-comissária de bordo Pamela Gramacho, de São Paulo, 30 anos, queria dar uma polida no seu inglês, segundo ela, "cheio de vícios e pouco refinado". Seu objetivo era alcançar um nível que lhe permitisse dar aulas em cursos de aviação. "Sou professora de inglês voltado para entrevistas em companhias aéreas. Parece mentira, mas os quinze dias de curso na St. Giles de São Francisco melhoraram em 60% a minha pronúncia."

Pamela procurou a assistente social da escola, nos Estados Unidos, para se orientar: "Contei o tipo de aula que pretendia dar no Brasil e ela me aconselhou a misturar o curso de Business (voltado para médio e alto escalões empresariais, com foco em redação de contratos, conversas formais ao telefone e diálogos de negócios) com um curso básico para me livrar daqueles erros gramaticais que a gente carrega ao longo da vida". Como Pamela, tira mais proveito desse tipo de curso quem já conhece o idioma – ou, como concordam os especialistas, quem tenha acumulado um mínimo de 300 horas/aulas do curso. Se você engata uma conversa de 5 minutos com seu professor de inglês sem engasgar, provavelmente está nesse nível. Mesmo assim, terá de comprová-lo num teste na escola – ou em alguns casos aqui mesmo, pelo telefone.

A maior parte das escolas oferece cursos semelhantes: os gerais, de reforço ao nível básico, os intermediários e os avançados. E quase todas têm classes pequenas, de dez alunos no máximo. Os currículos também variam pouco. Todos misturam conversação, leitura, gramática e redação. "É impossível sair muito disso.

PREÇOS DE CURSOS

NOS ESTADOS UNIDOS

- Intensivo University of California Los Angeles
- Carga horária: 5 horas/dia pela manhã e matérias opcionais à tarde
- Duração: quatro semanas
- Preço: 1 350 dólares
- Hospedagem: 684 dólares (flat quatro estrelas)
- Informações: Friends in the World, tel. (011) 282 8279 e 883 1402

Intensivo com estágio na área de atuação

The Center for English Studies
New York, Califórnia ou Flórida

- Carga horária: 30 horas semanais
- Duração: de quatro a oito semanas

Preço: 1 690 dólares

- Hospedagem em Nova York: varia de 625 dólares/mês (residência estudantil longe da escola, sem refeição) a 1 420 dólares (bed & breakfast)
- Informações: STB, tel. (011) 870 0555 (para São Paulo) e 0800 152221 (demais cidades)

Preço: 1 950 dólares

- Hospedagem: 495 dólares/mês (casa de família, com café e jantar)
- Informações: STB e Central de Intercâmbio, tel. (011) 258 9188

Para executivos

St. Giles London Central (cinco alunos por classe)

- Carga horária: 20 horas semanais
- Duração: quatro semanas
- Preço: 3 753 dólares
- Hospedagem: incluída no preço total, em apartamento individual numa residência estudantil em frente à escola, com direito a café da manhã e jantar
- Informações: Central de Intercâmbio e J.B. Richards tel. (011) 826 3366

NA INGLATERRA

Para secretárias, médicos, advogados, jornalistas e profissionais de Turismo

International House (IH, escola no centro de Londres)

- Carga horária: 6 horas/dia, pela manhã e à tarde
- Duração: duas semanas

Figura 81: *Claudia*, 01 de agosto de 1997 (1), pp. 136-137.
Fonte: Revista *Claudia*.

A história da educação da mulher no Brasil contada pelos impressos:
uma análise comparada do discurso das revistas femininas e de informação geral (1827-1997)

te-americanas. Você não pode escolher a empresa em que vai ficar, mas a escola garante encaixá-la numa companhia de seu interesse. Há vagas para estagiários em vinte áreas de atuação tão diversas quanto moda e lazer, serviços sociais e composição gráfica. Ser médica, por exemplo, não garante estágio no setor de emergência de um hospital. Mas talvez você vá para um laboratório.

AULAS COM TURISMO

Mesclar o turismo à aprendizagem não é nada mau. Para os que gostam da ideia, a carga horária mais indicada é a de 20 horas semanais (geralmente 4 horas de aula pela manhã). Dessa forma, ficam com as tardes livres. Pessoas de ritmo frenético matriculam-se em cursos mais picados, de 6 horas diárias. Será que o investimento terá retorno? "Nos primeiros dias de aula, você aproveita bem, porque está encantada com a língua, com os novos amigos. Mas 6 horas seguidas de teoria (mesmo com intervalo para o almoço) cansam

qualquer um. Ninguém aguenta ficar tanto tempo recluso numa sala. O melhor é se inscrever por 4 horas e completar as outras duas no laboratório de pronúncia ou no computador da escola, quando der vontade", alerta Flávia Mendonça, gerente de marketing do STB (Student Travel Bureau), agência paulista de intercâmbio de estudos que, no ano passado, mandou 8.500 alunos de todo o Brasil para o exterior.

Hospedagem também tem de ser levada em conta. Preço e conforto variam dependendo da escolha. Idade também pesa na escolha. Quem prefere não dividir a classe com coleguinhas bagunceiras de 17 anos deve evitar os meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto. Eles coincidem com férias escolares em muitos países; por isso mais jovens vão ao exterior nessa época fazer cursos. Saiba também que, quanto mais avançado o seu nível de inglês, maior a probabilidade de sentar ao lado de um colega com mais de 25 anos. Pamela teve a chance de conviver com dois grupos. No de Business, conheceu pessoas bem mais velhas que ela – o diretor do Citibank de Tóquio, com o qual se corresponde até hoje via e-mail, tinha 53 anos. No curso básico, seus com-

panheiros de turma beiravam os 22 anos. "Mas foram muito estimulantes os passeios, as festas e a programação cultural da escola, quando todos se reuniam", recorda.

ONDE BUSCAR REFERÊNCIAS

E como saber se a escola é idônea? Estudo feito no Brasil pela Singh, empresa de ensino de línguas, revelou que apenas 15% das 3.350 escolas de idiomas são técnicas e pedagogicamente eficientes para treinar os 20 milhões de alunos matriculados por ano em seus cursos. Como confiar, então, nas indicações fornecidas por algumas delas?

Basta pedir ajuda a intermediários de confiança. O BTA (British Tourist Authority), com sede no Rio de Janeiro – tel. (021) 220 7072 –, é o órgão mais habilitado a dar informações sobre a seriedade dos cursos ministrados na Inglaterra. A Associação Alumni – tel. (011) 280 1841 –, em São Paulo, informa sobre as escolas norte-americanas. Ambos têm uma lista das escolas não-recomendadas. Os dois serviços não divulgam a relação, mas informam se a escola pela qual você se interessou faz ou não parte dela.

Na Belta (Brazilian Educational & Language Travel Association) – tel. (011) 884 9600 –, em São Paulo, é possível checar se a agência de viagens responsável pelo curso no Brasil pertence à associação que reúne entidades de intercâmbio cultural e mais dois índices de peso sobre a seriedade da agência: se ela tem um representante no exterior que resolve emergências e dúvidas de alunos e se não cria dificuldade para reparar os telefones de ex-estudantes. Nada melhor do que uma entrevista ao vivo com um deles para saber exatamente o que pode sair errado. Teve gente que já foi parar em casas onde jantar se resumia a batata frita e sanduíche. Ou onde a limpeza do banheiro fazia parte das obrigações do hóspede.

Por mais séria que seja a agência, ela não tem como impedir imprevistos desse tipo. Mas você pode conhecer melhor as famílias hospedeiras e até correspondê-las com elas antes de escolher a sua. Basta se programar com antecedência.

Denise Ribeiro e Patrícia Trudes Veiga

PARA ANUNCIAR NESTA REVISTA, LIGUE:

São Paulo: (011) **534-5756** (011) **534-5776**

Rio de Janeiro: (021) **546-8119** Escritórios Regionais: (011) **534-5759**

Editora Abril

Figura 82: *Claudia*, 01 de agosto de 1997 (2), pp. 138-139.
Fonte: Revista *Claudia*.